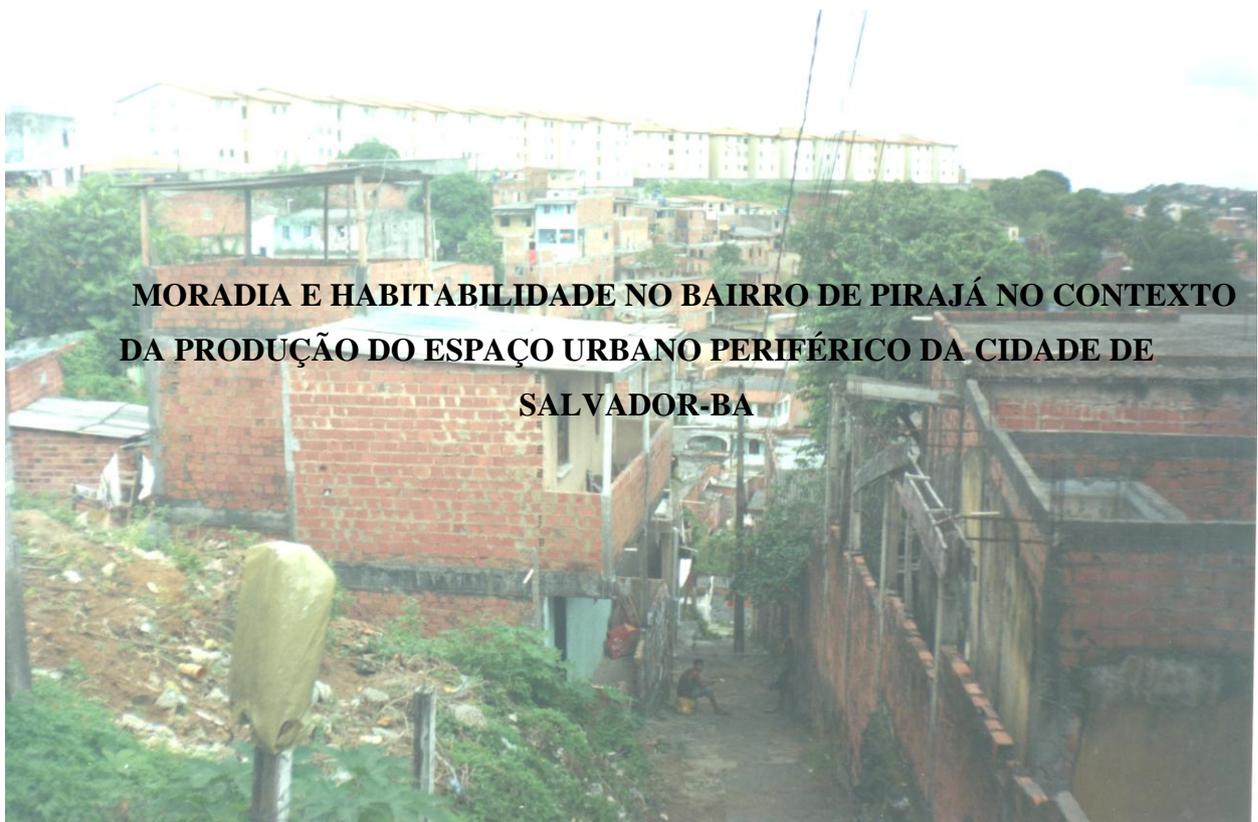




UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
Programa de Pós-Graduação em Geografia

FÁDIA DOS REIS REBOUÇAS



Salvador, 2011.

FÁDIA DOS REIS REBOUÇAS

**MORADIA E HABITABILIDADE NO BAIRRO DE PIRAJÁ NO CONTEXTO
DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO PERIFÉRICO DA CIDADE DE
SALVADOR-BA**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre em Geografia ao
Programa de Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Federal da Bahia.

Orientação: Prof. Dr. Angelo Szaniecki Perret Serpa

Salvador, 2011.

FÁDIA DOS REIS REBOUÇAS

**MORADIA E HABITABILIDADE NO BAIRRO DE PIRAJÁ NO CONTEXTO
DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO PERIFÉRICO DA CIDADE DE
SALVADOR-BA**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre em Geografia ao
Programa de Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Federal da Bahia.

Dissertação aprovada em 12 de agosto de 2011.

Banca Examinadora:

Professor Angelo Szaniecki Perret Serpa (UFBA) (Orientador)
Doutor em Planejamento Paisagístico e Ambiental (Universitaet Fuer Bodenkultur Wier)

Professora Rosali Braga Fernandes (UNEB/UCSal)
Doutora em Geografia Humana (Universidade de Barcelona)

Professora Ângela Maria Gordilho Souza (UFBA)
Doutora em Arquitetura e Urbanismo (Universidade de São Paulo)

Dedico este trabalho aos moradores do bairro de Pirajá.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por tudo, incluindo poder ter tantos agradecimentos a fazer a pessoas físicas. Optei por fazer os agradecimentos por tema aliados ao tempo histórico, ao longo dos meus 25 anos e meio. Desta maneira, a família aparece em primeiro lugar, minha base... base a partir da qual decidi o que fazer e o que não fazer em minha vida. Meus pais, Sonia e José, obrigada... mesmo sem alguns consentimentos apoiaram essa filha caçula meio diferente. As minhas irmãs, obrigada por todos os momentos, Flávia, Fabiane e Fabislane, mesmo diferentes nos 'construímos' juntas. Ganhei dois irmãos e a eles agradeço com o mesmo apreço, Melissa e Ailton, meus primos irmãos.

Tentei fazer um retrocesso pra ver de onde veio o desejo de fazer Geografia, mas não quando ficou decidido... a sementinha mesmo. Daí vem um agradecimento inusitado: à música! Não posso fazer uma lista de compositores, assim vou ressaltar uma banda que me iniciou na crítica e na tentativa de compreensão da sociedade, mesmo sem saber exatamente o que acontecia, lá pelos meus 12 ou 13 anos: Legião Urbana. Primeiro com o CD da minha irmã Flávia, que por vezes peguei escondido, até ganhar um tocador de fitas e poder gravá-lo... risos... depois rapidamente fui conseguindo outros de colegas, principalmente de bandas de rock que utilizavam a quadra do colégio que estudei para ensaios. A partir dessa banda fui delineando meu gosto musical, associando-o aos acontecimentos de uma juventude deslocada. E falando desta me faz lembrar Zenya, eterna amiga, que me ajudou a associar MPB a esse gosto rebelde; claro que encontrei muita rebeldia na MPB também! Acho que disso Zenya não sabe, mas sabe que sou eternamente grata por termos amadurecido juntas, em nossos 7 anos de convivência diária: brincadeiras, amizade, movimento estudantil... nos complementávamos sem saber: decidimos fazer História e Geografia. Para Zenya isso era muito fácil, mas pra mim não... eu era monitora de Matemática e Física, era mais fácil que pensar a sociedade. Por isso Geografia: o desafio de compreender a sociedade. Mas por que não a História? Porque faltava o espaço! Eu tinha 14 anos, seria meu desafio de vida!

Dessa jornada de Centro Educacional Luís Pinto de Carvalho tenho que agradecer a algumas pessoas especiais. À professora Avany, de História, mesmo com todas as discordâncias políticas posteriores que geraram discussões homéricas. Ao Francisco, também de História, pela amizade, cobrança, reconhecimento e contribuições. A Sílvia, de Geografia, pela amizade, contribuições e apoio na decisão. Ao Alex, de Física, pela amizade e diálogos sobre Filosofia! A Jussara, de Literatura, obrigada pela amizade, dedicação, teatro e poesia!

Vem então a Geografia, na Universidade Católica do Salvador, aos 18 anos. Agradeço aos colegas e professores de maneira geral pelos debates que enriqueceram minhas opiniões e fizeram da busca uma constante. Dos colegas destaco Cássia e Jerusa e agradeço pela continuação de uma amizade sólida, peço desculpas pela sinceridade que por vezes fez com que minhas falas ficassem mais duras, no decorrer de nossas vivências acadêmicas, aliás, peço desculpas pela dureza, não pela sinceridade.

Dos professores tenho quatro destaques: Dante, obrigada pela adoção de todo o corpo discente da Católica, pelas lutas insaciáveis, obrigada pela amizade, pelo apoio, pelas oportunidades, pela confiança. Rosali, obrigada! Obrigada, obrigada... pelo carinho, pelo acompanhamento desde a monografia, pela confiança: “Claro que você vai entrar [no Mestrado], não tem porque ter dúvidas!”. Obrigada por aceitar continuar contribuindo com o nosso trabalho em Pirajá. Gracineide, obrigada pelas contribuições teóricas e pela pessoa amiga que se tornou. Iracema, muito obrigada por tudo, pela amizade, pela oportunidade de ingressar no Desenvolvimento, Sociedade e Natureza (DSN), grupo de pesquisa do qual ainda faço parte naquela instituição. Iracema sabe que não agradeceria pelas aulas de geologia! Risos... mesmo sem qualquer diálogo com sua área de pesquisa ingressei no grupo que hoje sou pesquisadora. Agradeço a Cristina, líder do DSN, pelas contribuições teóricas em conversas geralmente rápidas e despretensiosas, como você dissera. Pelas oportunidades de continuidade no grupo, mesmo com minhas ausências e por não estar exatamente em nenhuma das duas linhas de pesquisa: nossa, que coisa complexa! Obrigada ao DSN e aos meninos do DSN pela alegria! Midiã, em especial, muito obrigada pelo carinho de sempre; obrigada a Biza pela oração!

Enfim, o Mestrado! Obrigada à Coordenação de Aperfeiçoamento do Ensino Superior (CAPES) pelo indispensável auxílio financeiro. Antes de qualquer coisa quero agradecer à comunidade de Pirajá, apoio sem o qual inviabilizaria a realização deste trabalho na forma como ele está agora. Criei uma relação de carinho muito grande com alguns moradores. Além de carinho, admiração, pela luta e amor ao bairro. Agradeço principalmente ao Grupo Pirajá Rumo ao Terceiro Milênio pelos vários encontros, aqui destacando o Senhor Raymundo, líder do grupo, e a Senhora Berenice, obrigada pela simplicidade e força! Há uma inversão de ordem aqui, antes de citar o grupo deveria agradecer a Flávia Damares, Flavinha de 2010, que me indicou o grupo e disponibilizou sua turma no turno noturno do Colégio Estadual Teodoro Sampaio para realização da oficina [vale ressaltar que deixou também boa parte da escola disponível para a atividade]. Obrigada aos alunos de Flávia pela realização das atividades. Agradeço aos meus alunos do Colégio Santos Dumont, que em 2009 realizaram ricos

trabalhos acerca do bairro e conscientemente contribuíram com as atividades da pesquisa. Obrigada às diversas lideranças do bairro de Pirajá, assim como aos demais moradores que disponibilizaram seus tempos para dialogar com uma pesquisadora curiosa e um pouco chata, porque insistente. Dos moradores destaco Daíse e Elenice e agradeço de coração pelo apoio e confiança.

Agradeço ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia, que aqui represento pela sempre coordenadora [todo o meu percurso] Catherine Prost, minha amiga Cathy. Obrigada pela amizade, pelas carinhosas CK's e CP's... risos! Obrigada pela condução da coordenação com honestidade, por atravessar a rua também para ouvir. Minha turma me ajudou a diminuir as angústias, principalmente das disciplinas, a pequena turma: Adriana, Daniel, Danilo, Denílson, Gedeval, Henrique, Ione, Ivan, Noélia, Paulo, Poliana e Guilherme [este apenas nos acompanhou nos momentos iniciais, mas marcou presença]. Drica, obrigada por permitir e/ou direcionar uma mudança de assunto quando apenas queríamos falar sobre nossos objetos de estudo e capítulos [risos], obrigada pelas conversas tranquilas sobre nossos trabalhos [às vezes não dava para não falar deles...], obrigada pela amizade, pela presença constante. Obrigada Denilson, Poliana, Ivan, Ione, Gedeval, que bom ter conhecido vocês, obrigada pelas alegrias! Foi nessa turma que Pirajá virou verbo: todo mundo agora 'piraja'! Respectivamente, a leide, o pensador/enrolador, o menino, o dono da risada, o malandro, o estudioso, a piripaty, o amigo, a discreta, o falador, a paty [minha memória!] e eu, a hippie: MGEO 2009! Obrigada a vocês! Do corpo docente agradeço em especial ao meu orientador, Angelo Serpa, pelas contribuições diversas, confiança e respeito ao meu trabalho. Agradeço à professora Ângela Gordilho por aceitar compor minha banca examinadora e pelas contribuições ao trabalho. Agradeço aos secretários Dirce e Itanajara pelo carinho a mim e dedicação ao programa. Fico feliz por ter conquistado a amizade dos dois, principalmente durante o ano como representante estudantil. Os dois são, aos seus modos, brilhantemente dois braços direitos para Cathy. Falando em representação estudantil não poderia esquecer-me de agradecer a Daniela por minimizar as tensões dos piores momentos, adorei conhecê-la Dani, obrigada!

Obrigada aos funcionários dos diversos órgãos que visitei que aqui represento por Vanderson, do setor de regularização fundiária da CONDER, pela presteza e atenção. Obrigada a Adriana Lima e a Antônia Garcia pela atenção e disponibilização de seus preciosos materiais. Pablício, obrigada não apenas pelo apoio técnico, mas também pela curiosidade geográfica!

Obrigada aos vários amigos e colegas que estiveram próximos em todos os momentos possíveis. Merissa, seus hilários comentários, devaneios... obrigada pela alegria, por tudo! Vamos de Torrinhas a Pirajá! Novamente Cássia, minha amiga, vizinha, apoio técnico, válvula de escape nas canseiras dissertativas... obrigada por tudo! Jeruza (com Z!), obrigada pelas companhias, preocupação, pelo apoio na busca de referência... muitos risos...

Minha afilhadinha querida, Ana Luiza, obrigada pelos momentos gratiosos que alegraram meu coração nas vezes que pude te ver no desenvolvimento de seus 18 meses. Claro que registrei vários desses momentos, assim pude sorrir vendo os muitos vídeos e fotografias durante a escrita desse trabalho, que você não tem nem idéia do que seja e ao menos que exista.

Enfim, muito obrigada a todos vocês!

Prefiro acreditar que só vale refletir sobre o espaço urbano se a atividade incluir a transformação e a ação efetiva sobre o que é pensado. Em outros termos: pensamento sobre cidades que não se considera capaz de transformá-las, que não as aceita como um *locus* de contradições específicas e não percebe a sua potencialidade de propiciar mudanças, não me interessa. (SANTOS, 1983, p. 82).

RESUMO

O lugar é um espaço privilegiado para o estudo da espacialização de processos desencadeados em escalas geográficas diversas. Assim, tratando da produção do espaço urbano e suas consequências para as condições de moradia e habitabilidade, um bairro torna-se uma escala ainda mais representativa. É este contexto no qual se insere o estudo de Pirajá neste trabalho; localizado no Subúrbio Rodoviário da cidade de Salvador, o bairro possui características de ocupação residencial que apontam para relações espaciais e ações engendradas por agentes concretos [hegemônicos e não hegemônicos] através do tempo, tais como a omissão [Estado], o lotear [proprietário fundiário] e a autoconstrução [sujeitos espaciais]. O caráter subjetivo do conceito de habitabilidade e o esforço de priorizar a escala do bairro tornaram necessário à pesquisa um intenso trabalho de campo, no qual foram realizadas oficinas, participação em reuniões e muitos diálogos com moradores e lideranças. Além de demonstrar as condições de habitabilidade do bairro de Pirajá e as características do uso do solo residencial – relacionando-as com ações e processos no contexto da urbanização de Salvador – tem-se como resultados vários mapeamentos, exposições fotográficas, documentais e suas discussões. Confrontam-se esses resultados com os diagnósticos e intervenções públicas propostas para o bairro recentemente. Este trabalho demonstra a importância da escala do bairro para o planejamento da cidade, aqui entendida como a única possível para alcançar a efetivação do planejamento urbano participativo. Pirajá possui condições de habitabilidade que variam entre a insuficiente e regular, consequência direta da autoconstrução no tempo, demandando do poder público ações não características de um Estado social mínimo.

Palavras-chave: Produção do espaço urbano. Habitabilidade. Pirajá, Salvador-Bahia.

RESUME

Le lieu est un espace privilégié pour l'étude de la spatialisation de processus déclenchés à des échelles géographiques diverses. Aussi, se traitant de la production de l'espace urbain et ses conséquences pour les conditions d'habitat et d'habitabilité, le quartier apparaît comme une échelle encore plus représentative. C'est ce contexte dans lequel s'insère l'étude de Pirajá dans ce travail; localisé dans la Banlieue Routir de la ville de Salvador, le quartier possède des caractéristiques d'occupation résidentielle qui indiquent des relations spatiales et des actions engendrées par des agents concrets [hégémoniques et non hégémoniques] au long du temps, telles que l'omission [Etat], le fait de lotir (propriétaire foncier) et l'auto-construction [sujets spatiaux]. Le caractère subjectif du concept d'habitabilité et l'effort de rendre prioritaire l'échelle du quartier ont rendu nécessaire à la recherche un intense travail de terrain, comptant ateliers, participation en réunions et beaucoup de dialogues avec des habitants et des dirigeants sociaux. Outre démontrer les conditions d'habitabilité du quartier de Pirajá et les caractéristiques de l'usage do sol résidentiel – les mettant en relation avec les actions et les processus dans le contexte de l'urbanisation de Salvador -, les résultats incluent plusieurs cartes, des expositions photographiques et documentales et des discussions. Ces résultats sont confrontés aux diagnostics et interventions publiques proposées pour le quartier récemment. Ce travail démontre l'importance de l'échelle du quartier pour la planification de la ville, ici entendue comme l'unique possible pour atteindre effectivement une planification urbaine participative. Pirajá possède des conditions d'habitabilité qui varient entre insuffisante et moyenne, conséquence directe de l'auto-construction dans le temps, demandant au pouvoir public des actions non caractéristiques d'un Etat social minimum.

Mots-clé: Production de l'espace urbain. Habitabilité. Pirajá, Salvador-Bahia.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1.1 – Delineamento teórico-metodológico da pesquisa | 25 |
| Figura 2.1 – Delineamento teórico-metodológico da pesquisa | 37 |
| Figura 3.1 – Evolução da mancha urbana de Salvador | 58 |
| Figura 3.2 – Evolução da mancha urbana de Salvador | 59 |
| Figura 3.3 – Situação de Pirajá em Salvador definida pelo agregado de setores censitários .. | 68 |
| Figura 3.4 – Fração do mapa das ZEIS de Salvador / 115: Pirajá | 69 |
| Figura 3.5 – Áreas de atuação do programa de regularização fundiária em Salvador (2001 – 2008) | 70 |
| Figura 3.6 – Mapa de predominância da origem do processo de ocupação em Pirajá | 73 |
| Figura 3.7 – Curvas e relevo acidentado do bairro de Pirajá | 74 |
| Figura 3.8 – Rua 8 de Novembro | 76 |
| Figura 3.9 – Parcelamento Gersina de Brito | 76 |
| Figura 3.10 – Conjunto Vista da Bahia | 77 |
| Figura 3.11 – Residencial Vista do Mar | 77 |
| Figura 3.12 – Delimitação do bairro de Pirajá | 79 |
| Figura 3.13 – Delimitação do bairro de Pirajá com a divisão interna | 80 |
| Figura 3.14 – Exemplo da condição insuficiente de habitabilidade | 85 |
| Figura 3.15 – Exemplo da condição insuficiente de habitabilidade | 85 |
| Figura 3.16 – Exemplo da condição precária de habitabilidade | 85 |
| Figura 3.17 – Exemplo da condição precária de habitabilidade | 85 |
| Figura 3.18 – Exemplo da condição de habitabilidade precária a regular | 86 |
| Figura 3.19 – Exemplo da condição de habitabilidade precária a regular | 86 |
| Figura 3.20 – Exemplo da condição regular de habitabilidade | 86 |
| Figura 3.21 – Exemplo da condição regular de habitabilidade | 86 |
| Figura 3.22 – Fração do mapa de ocupação urbana e condições de habitabilidade em Salvador [destaque para Pirajá] | 88 |
| Figura 3.23 – Condições de habitabilidade em Pirajá | 89 |
| Figura 3.24 – Estrada Velha de Campinas [Entrada principal do bairro] | 91 |
| Figura 3.25 – Estrada Velha de Campinas [Entrada principal do bairro] | 91 |
| Figura 3.26 – Conjunto Pirajá I, Via Local II | 91 |
| Figura 3.27 – Conjunto Pirajá I, Via Local I | 91 |

| | |
|--|-----|
| Figura 3.28 – Terreno aterrado para construção no Conjunto Pirajá I | 92 |
| Figura 3.29 – Casa sendo construída no Conjunto Pirajá I | 92 |
| Figura 3.30 – Casas Programa Viver Melhor | 92 |
| Figura 3.31 – Casas Programa Viver Melhor | 92 |
| Figura 3.32 – Áreas com necessidade de remoção da população [Rua Velha] | 93 |
| Figura 3.33 – Áreas com necessidade de remoção da população [Rua Nova] | 94 |
| Figura 4.1 – Poligonal de Intervenção Física (PIF) – Encosta de Pirajá | 102 |
| Figura 4.2 – Moradias a serem reassentadas e indenizadas na Encosta de Pirajá | 102 |
| Figura 4.3 – Situação da ocupação da área da PIF da Encosta de Pirajá em 1976 | 103 |
| Figura 4.4 – Convite Seminário de Entrada e limites de intervenção | 108 |
| Figura 4.5 – Limites da propriedade da Companhia Progresso e União Fabril da Bahia | 112 |
| Figura 4.6 – Recibo de locação Companhia Progresso e União Fabril da Bahia 1993 | 116 |
| Figura 4.7 – Recibo de locação Companhia Progresso e União Fabril da Bahia 1989 | 117 |
| Figura 4.8 – PIF e PIS do Plano Urbanístico | 124 |
| Figura 4.9 – Poligonal de Intervenção Física (PIF) – Projeto Encosta de Pirajá | 125 |
| Figura 4.10 – Macro área do bairro não assistida por Projetos de Intervenções Físicas (PIF's) | 125 |
| Figura 4.11 – Poligonal da Companhia Progresso e União Fabril da Bahia | 129 |
| Figura 4.12 – Área de desapropriação do Estado (Anexo 1) | 129 |
| Figura 4.13 – Área de desapropriação do Estado (Anexo 2) | 130 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| 1 INTRODUÇÃO | 17 |
| 2 A PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO URBANO PERIFÉRICO COMO SUPORTE À COMPREENSÃO DO LUGAR | 28 |
| 2.1 QUE ESPAÇO? QUE LÓGICA? | 29 |
| 2.2 A ESPACIALIZAÇÃO: O LUGAR | 35 |
| 2.3 AGENTES E AÇÕES NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO | 38 |
| 2.4 AUTOCONSTRUÇÃO: MAIS QUE A ARQUITETURA POSSÍVEL, UM MODO DE VIDA | 47 |
| 3 O CONSTRUIR E O HABITAR EM PIRAJÁ: INTERFACES ENTRE REALIDADE E POSSIBILIDADES METODOLÓGICAS DE INTERVENÇÃO | 57 |
| 3.1 ‘CARTOGRAFANDO’ EXPERIÊNCIAS COM MORADORES DE PIRAJÁ | 64 |
| 3.1.1 ‘Cartografando’ riquezas: elementos introdutórios | 71 |
| 3.1.2 A Cartografia da moradia e da habitabilidade | 82 |
| 4 INTERVENÇÕES PÚBLICAS, POSSE, PROPRIEDADE E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO BAIRRO DE PIRAJÁ | 96 |
| 4.1 ATUAIS INTERVENÇÕES DO ESTADO NOS SETORES DE URBANIZAÇÃO E HABITAÇÃO EM PIRAJÁ: PROJETO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO EM ÁREAS URBANAS CARENTES NO ESTADO DA BAHIA E PLANO URBANÍSTICO E PROJETOS EXECUTIVOS DE URBANIZAÇÃO DE PIRAJÁ | 100 |
| 4.1.1 Plano Urbanístico e Projetos Executivos de Urbanização de Pirajá | 106 |
| 4.2 POSSE, PROPRIEDADE E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM PIRAJÁ | 109 |
| 4.3 POSSÍVEIS INSTRUMENTOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA | 120 |
| 4.4 PROJETOS DE INTERVENÇÃO URBANÍSTICA EM PIRAJÁ E A QUESTÃO FUNDIÁRIA | 123 |
| 4.5 O PLANEJAMENTO URBANO [COMO É E] COMO DEVERIA SER [PARTICIPATIVO]: UMA APROXIMAÇÃO EMPÍRIA/TEORIA A PARTIR DE PIRAJÁ | 132 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 140 |

| | |
|---|------------|
| REFERÊNCIAS | 150 |
| APÊNDICE A – FOTOS DE NOTÍCIAS DE JORNAIS | 158 |
| APÊNDICE B – FOTOS DOS TRABALHOS DE CAMPO REALIZADOS ENTRE OS ANOS DE 2008 E 2011 | 164 |
| APÊNDICE C – MAPAS MENTAIS [OFICINAS 2010] | 168 |
| APÊNDICE D – FOTO DO ANEXO DA CERTIDÃO DA UNIÃO FABRIL [POLIGONAL ENCOSTA DE PIRAJÁ] | 172 |
| ANEXO A – FOTOS DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DA BAHIA [PROJETO DA ENCOSTA, 2010] | 174 |
| ANEXO B – DELIMITAÇÃO DO BAIRRO DE PIRAJÁ SEGUNDO O PROJETO CAMINHO DAS ÁGUAS EM SALVADOR | 179 |



1. O que você precisa procurar em outros bairros de Salvador, que não encontra em Pirajá?

Banca Hospital, cursos, cinema, teatro, festas, musicais e praças

Complexos hospitalares, urbanização e cultura.

PROCESSO DE SEGREGAÇÃO SOCIO-ESPACIAL EM SALVADOR: O CASO DA LOCALIDADE DE PIRAJÁ



1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de dissertação está inserido em uma pesquisa que teve início em 2008, em nosso trabalho de monografia de conclusão do curso de Bacharelado em Geografia. Desde então foram trilhados vários caminhos teóricos a partir de evidências empíricas e reflexões, como tentativa de compreensão de um lugar no/do mundo, o bairro de Pirajá. Inúmeras foram as construções e desconstruções teóricas [estas ainda maiores] que estruturaram nosso pensamento. Deixaremos claro desde já que assim como não foram esgotadas as possibilidades de pesquisa no âmbito da Geografia Urbana em Pirajá – principalmente as questões acerca da habitabilidade – ao finalizarmos nossos estudos monográficos, não seríamos capazes e nem tão pouco tentamos isso com a pesquisa de dissertação. Quanto mais nos aproximamos daquele bairro compreendemos o quão complexa e inatingível é sua totalidade. O que conseguimos foi trazer à tona algumas das relações socioespaciais que configuram o lugar.

Nossa pesquisa anterior, Rebouças (2008), desencadeou algumas contribuições aos estudos urbanos de Pirajá e conseqüentemente de Salvador – Rebouças e Fernandes (2008), Rebouças (2010a), Fernandes e Rebouças (2010), Rebouças (2011b) – e trabalhou o espaço urbano de Pirajá como produto e condicionante do processo de segregação socioespacial resultante do modelo de urbanização da cidade de Salvador, por sua vez reflexo do processo de urbanização da periferia do capitalismo mundial. A mesma pesquisa também resultou numa reflexão conceitual acerca dos estudos do processo de segregação – Rebouças (2008) e Rebouças (2010b) –, estimulada pelas provocações encontradas em Vasconcelos (2004), que conclui afirmando a inexistência do processo em destaque no contexto das cidades brasileiras.

As associações dos resultados de nossa reflexão conceitual com os estudos empíricos até então realizados no bairro de Pirajá nos fizeram entender que salientar um processo no contexto da produção do espaço urbano não era suficiente para a compreensão das relações socioespaciais que configuram o bairro. A partir desta forma de pensar e da reflexão acerca dos resultados obtidos com a primeira pesquisa foi possível concluir que o estudo da produção do espaço urbano nos auxiliaria muito mais na tentativa de compreensão de Pirajá em Salvador. A análise é feita a partir do próprio conceito de espaço geográfico proposto por Santos (2006), do qual são destacados seus principais elementos. Este salto qualitativo apenas foi possível após o ingresso nesse programa de Pós-Graduação, no ano de 2009, cuja proposta de anteprojeto tratava teoricamente do processo de segregação.

Desta maneira, chegamos ao estudo da produção capitalista do espaço urbano como suporte à compreensão do lugar, e, complementarmente, do lugar como suporte à apreensão da produção capitalista do espaço urbano. Vale ressaltar que trataremos com ênfase o espaço urbano periférico [aí compreendidas as periferias social e socioespacial, ainda que Pirajá seja exemplo desta última] no contexto da periferia do capitalismo mundial. No estudo de Pirajá como um espaço segregado em Salvador – Rebouças (2008) – foram timidamente ressaltadas as figuras dos agentes da produção do espaço, assim como as suas ações contraditoriamente articuladas. Aqui o destaque será maior, uma vez entendido que a análise das ações e suas intencionalidades em um contexto histórico do espaço geográfico é capaz de esclarecer relações e formas-conteúdo presentes no lugar.

Assim, estudar Pirajá a partir do aporte teórico da produção do espaço urbano nos proporcionou uma visão mais integradora, considerando o conceito de espaço baseado na indissociabilidade de formas-conteúdo, processos, ações e agentes, como ressaltaremos no próximo capítulo. Pensando a produção do espaço urbano foi possível destacar ações claras dos agentes espaciais [o Estado no planejamento urbano, entre outros aspectos; os sujeitos espaciais e a amplitude da construção do lugar e o proprietário fundiário na produção da renda da terra].

Até então nos reportamos às transformações teóricas, é fundamental agora explicitar a problemática espacial que envolve o bairro de Pirajá, a maior responsável pelas alterações referidas, uma vez que foi a partir dos estudos do empírico que transformamos nossa teoria, a fim de torná-la mais fundamental à análise.

O problema da moradia para as classes de baixos rendimentos na cidade foi a mola motivadora dos nossos estudos iniciais no bairro. Foi possível acompanhar semanalmente, por meio da observação, o desenvolvimento da última ocupação informal em massa no bairro, iniciada no ano de 2007, atualmente em rápido processo de consolidação. A este fato associamos nossa motivação pessoal em trabalhar com a periferia urbana da cidade e, neste contexto, com a questão da moradia. Autoconstrução foi um dos primeiros conceitos trabalhados, após o de espaço urbano e segregação socioespacial. Neste trabalho a autoconstrução passa de uma maneira de solucionar o problema da moradia a também um modo de vida, tendo em vista a relação quase vitalícia que os sujeitos espaciais moradores do bairro têm com a construção e o acabamento de suas residências. O habitar foi interpretado além do residir em uma construção geralmente por ele erguida com a ajuda de terceiros, habitar é também se relacionar com a vizinhança, é viver em um bairro cheio de problemas e possibilidades: chegamos então à noção de habitabilidade.

Assim, moradia e habitabilidade no contexto da produção do urbano nortearam nossas investigações, questões a elas relacionadas foram ressaltadas, tais como urbanismo, infraestrutura, planejamento, transporte, saúde, educação, lazer, segurança, etc. No desenrolar da pesquisa em 2008 algumas especificidades do bairro foram descobertas, uma delas muito comum no processo de crescimento urbano horizontal de Salvador: a irregularidade fundiária no bairro¹, que legalmente é de propriedade da Companhia Progresso e União Fabril da Bahia², cuja ação teve grande repercussão na forma com a qual o bairro cresceu notadamente a partir dos anos de 1970³. Foi esta descoberta, a partir de diálogos com moradores antigos [técnica muito rica, vale lembrar], que nos fez atentar para os agentes e suas ações no espaço urbano, cujos desdobramentos serão ressaltados aqui nos próximos capítulos.

Parcelamento [resultado da ação da União Fabril], ocupação informal [resultado da ação dos sujeitos espaciais] e Conjuntos Habitacionais [resultado da ação do Estado] com temporalidades distintas [exceto o parcelamento] configuram o espaço residencial de Pirajá, e têm repercussão direta nas condições de habitabilidade do bairro, associadas às condições morfológicas do sítio. Nossos estudos em 2008, porém, limitados pela escassez de tempo e maturidade conceitual, limitaram-se às análises das entrevistas e dos diálogos referentes às condições de moradia, que nos proporcionaram um mundo de possibilidades e outro de questionamentos, assim como nos possibilitaram a continuação das pesquisas em Pirajá e o ingresso no Mestrado. No Programa de Pós-Graduação, com o direcionamento de orientação e grupo de pesquisa – o Espaço Livre de Pesquisa/Ação – já com experiência de trabalho no bairro, nosso trabalho em Pirajá se tornou complementar. Todas essas questões envolvendo Pirajá nos fizeram compreender a importância do bairro enquanto unidade de planejamento urbano e a negligência histórica do Estado nesse sentido em Salvador. O planejamento urbano surge no contexto do pensar a produção capitalista do espaço urbano, que nos possibilita ressaltar agentes concretos e ações/intenções específicas no ‘ato de produzir’. No caso do planejamento destacamos o Estado e suas ações de conteúdo ideológico: admite-se legalmente

¹ Embora problema fundiário seja comum na periferia social de Salvador, o caso de Pirajá possui algumas especificidades, que constarão no decorrer do trabalho.

² Não está entre nossos objetivos transcorrer acerca da história da empresa. Algumas informações constam no apêndice do nosso trabalho anterior – Rebouças (2008) – em uma entrevista concedida pelo gerente da mesma, que será analisada em outros aspectos no quarto capítulo deste trabalho. Sobre o surgimento da empresa, ainda como fábrica têxtil, podem ser encontrados relatos em publicações acerca do início da atividade fabril em Salvador, notadamente no Subúrbio Ferroviário. Mais tarde as Companhias União Fabril da Bahia e a Progresso Industrial da Bahia formaram a Companhia Progresso e União Fabril da Bahia, de propriedade da família Martins Catharino. A atividade fabril não durou muito após a união das empresas, tendo se transformado em agente imobiliária, seguindo a lógica de crescimento econômico da época, após o declínio dos lucros nas fábricas.

³ Esta década é a referência temporal para a ênfase da nossa pesquisa, uma vez que foi a partir dela que o crescimento demográfico do bairro foi mais representativo.

a necessidade do planejamento urbano participativo, entretanto, o ‘põe em prática’ de maneira que não efetiva sua essência.

As descobertas em Pirajá tornaram nossa análise teórica mais robusta, logo, os caminhos a serem trilhados para novas descobertas também se transformaram⁴. Fica claro até então que nossa pesquisa baseia-se em um tripé indissociável: condições de habitabilidade/questão fundiária/bairro de Pirajá. Desta maneira, definimos como primeiro passo no caminho metodológico a seguinte estratégia: iniciariamos nossos contatos no bairro a partir da mesma liderança que nos possibilitou a aproximação em 2008, para então expandir para as muitas outras existentes. Como proposta de aproximação seriam realizadas oficinas na Associação de Moradores com o objetivo principal de delimitar o bairro. As oficinas aconteceriam posteriormente em todas as Associações e grupos organizados. A contrapartida da oficina para os moradores seria a ideia de planejamento participativo, e com isso a importância de conhecer o bairro. Além da delimitação, nossos interesses voltar-se-iam para as informações acerca dos problemas que o bairro enfrentara, com atenção às questões ligadas à habitabilidade e, principalmente, à situação fundiária.

Nas oficinas também seriam identificados moradores com o perfil necessário para as entrevistas, aqueles que residem em Pirajá há mais de 15 anos ou que, mesmo tendo menos tempo, têm vivência de militância no bairro. Além disso, a partir das oficinas, poderíamos ter contatos que nos permitissem caminhar em uma maior parte das ruas do bairro, atividade que não é possível realizar sem acompanhamento de moradores devido à ausência de segurança vinculada – segundo moradores – ao tráfico de drogas.

A primeira atividade prática da oficina seria a confecção de mapas mentais. Em trabalho com o ensino em Geografia numa escola pública do bairro – 7 turmas de 1º Ano do Ensino Médio do Colégio Estadual Santos Dumont em 2009 [alunos com idades entre 14 e 18 anos] – tivemos oportunidade de realizar atividade semelhante: após diálogo acerca do bairro e sua importância para o planejamento urbano da cidade, os alunos confeccionaram mapas mentais individualmente e reuniram-se em grupo para a escolha e tratamento de qualquer tema da Geografia sobre o bairro, deixando claros os objetivos e justificativas da escolha⁵. No início das apresentações⁶ os alunos deveriam apresentar o bairro com um dos mapas

⁴ O leitor nos dará licença para – neste capítulo introdutório – utilizar também o verbo no pretérito imperfeito para indicar os caminhos metodológicos inicialmente pensados para este trabalho. Justificamos o uso com a importância das transformações feitas por nós durante a pesquisa, que apenas poderão ser esclarecidas no decorrer do escrito.

⁵ Os alunos foram orientados a dialogar com familiares para ajudar nas opiniões para escolha do tema.

⁶ A atividade teve duração de 3 ou 4 semanas, variando com o desenvolvimento das turmas, com 1h:40min de aula por semana.

confeccionados⁷ e justificar a escolha do mapa entre os outros da equipe. Nossos objetivos com a atividade foram os seguintes: 1) despertar o interesse dos alunos para o estudo do bairro, assim como inseri-lo no contexto de Salvador; 2) aguçar nos alunos o olhar para os problemas sofridos pelo bairro, como também suas potencialidades; 3) Identificar os principais problemas do bairro como itens importantes para esta pesquisa.

No processo de finalização das oficinas nas Associações os moradores estariam divididos em grupos e apresentariam suas delimitações, que também representariam a divisão interna do bairro – Rua Velha de Pirajá, Rua Nova de Pirajá e Conjunto Pirajá I. Após a realização das oficinas [ou de um número razoável das mesmas] partiríamos para as entrevistas semi-estruturadas. Nestas as condições de habitabilidade seriam o objetivo principal, nas quais entrariam questões [estruturais e pessoais] relacionadas ao bairro, à rua e à residência. Questões acerca da situação fundiária também seriam instigadas com os moradores mais antigos, na busca de informações atuais e da época em que a União Fabril mantinha um escritório no local. O número de entrevistas realizadas seguiria o critério da saturação, assim como o fizemos em Rebouças (2008), cujos objetivos foram alcançados com um número pequeno de entrevistados. Por fim, na busca de dimensionar a situação fundiária do bairro, seriam aplicadas enquetes, um pequeno e rápido questionário com informações diretamente relacionadas às situações de regularidade da casa e do terreno e ao pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

Esse conjunto de atividades nortearia nossa pesquisa no bairro, tendo constado como técnicas no projeto final de qualificação. No decorrer dos capítulos serão transcorridas nossas trilhas reais. As transformações metodológicas necessárias ao encaminhamento das atividades demonstram a importância do trabalho de campo na geografia e só foram possíveis devido à nossa forma de abordagem no espaço, admitindo as contradições que lhes são inerentes.

Diante da complexidade que se apresenta na análise do espaço geográfico nossa tentativa foi de não limitar a abordagem metodológica desta pesquisa. Desta maneira, a ‘escolha’ da forma de abordagem foi feita a partir da relação: necessidades apresentadas pelos fenômenos investigados / intencionalidades do investigador, o que permitiu à mesma uma aproximação maior com a realidade espacial do seu universo de análise. Toda expressão de formalização do pensamento é justificada com as palavras de Pinto (1985), tratando da expressão formal da ideia dialética. O autor, admitindo os avanços qualitativos do pensar a lógica dialética em relação à formal, afirma que “o pensamento dialético, por uma

⁷ Todos os mapas mentais foram analisados, nos debruçaremos sobre este assunto no terceiro capítulo.

necessidade da razão do seu uso prático, que só a própria dialética explica, está compelido a exprimir-se em linguagem formal”, em seguida o autor completa, “tudo o que o homem cria é formal; dialético é aquilo que pertence ao processo autônomo da realidade” (PINTO, 1985, p. 185). Realidade esta que contém e está contida no sujeito.

Na ótica de Spósito (2004),

podemos interpretar, dialeticamente, o que produziu autores neopositivistas [com sua lógica formal] ou fenomenólogos [ênfase no fenômeno, não causalidade] e vice-versa. Podemos interpretar o que os sujeitos ligados ao materialismo histórico produziram pelo método hipotético-dedutivo [pensamento formal da lógica neopositivista] ou pela fenomenologia e vice-versa (SPÓSITO, 2004, p. 51).

Nota-se, desta maneira, uma determinada interpenetração de elementos entre os métodos, fazendo com que assumir a não eliminação completa dos mesmos pode se constituir em avanço à compreensão da realidade. Ficou notório diante do anteriormente exposto que a essência da abordagem desta pesquisa é dialética, o pensamento formal e a fenomenologia pura [a-histórica, busca da individualização dos fenômenos] não levariam ao alcance dos objetivos esperados com a realização da mesma. Propondo – por assim dizer – uma abordagem dialética dos métodos, sem que se perca o objetivo de apreensão da realidade inserida na totalidade espacial em constante movimento, Serpa (2006) conclui que

[...] dialética e fenomenologia não se excluem no trabalho de campo em Geografia. Enquanto métodos podem funcionar como estratégias complementares, buscando-se sempre a construção da síntese sujeito/objeto, própria ao ato de conhecer, ora utilizando-se da história enquanto categoria de análise, ora buscando-se intencionalmente abstrair a historicidade dos fenômenos, visando à explicitação de sua “essência”. Por outro lado, se o espaço é a totalidade verdadeira para a Geografia, a história se impõe como recurso metodológico, já que é através do significado particular de cada segmento do tempo, que apreendemos o valor de cada coisa num dado momento (Compare: SANTOS, 1994). Mas, devemos também estar atentos para os riscos do historicismo e do determinismo histórico [...] (SERPA, 2006, p. 20-21).

Nossa preocupação com a noção de habitabilidade foi responsável por este salto qualitativo metodológico, resultado das análises posteriores das entrevistas realizadas em 2008, cujos mundos eram diversos e inatingíveis, e extrapolavam qualquer tentativa de interpretação objetiva. A dureza que nos orientava com o materialismo histórico e dialético foi freada pela riqueza de informações que nos forneciam os moradores em entrevistas semi estruturadas que orientaram nossos questionamentos acerca das condições de habitabilidade. Eles nos ressaltaram as particularidades que iam além de nossas interpretações de Pirajá no

contexto do processo de segregação de Salvador, capital periférica do capitalismo mundial: o lugar do mundo vivido chamou atenção na análise. Mundo esse que

[...] não é absolutamente óbvio, e os seus significados não se apresentam por si mesmos, mas têm de ser descobertos [...] é visto e experienciado [...] como um sistema de relações entre o homem e suas vizinhanças, como focos de seu interesse [...]. É o mundo-vivido geográfico que tem inspirado gerações de pintores de paisagens; os arquitetos, construtores de cidade e engenheiros têm procurado modificá-lo (RELPH, 1979, p. 4-7).

Deste modo, tem-se como objetivo geral desta pesquisa ampliar os conhecimentos acerca da espacialização do processo de produção do espaço urbano periférico de Salvador, com a compreensão das ações e relações sociais existentes entre os principais agentes envolvidos na produção desse espaço e especificamente de Pirajá, compreendendo de que maneira tais relações [temporais e espaciais] contribuem para as condições de habitabilidade do bairro. São objetivos específicos desta pesquisa:

- Delimitar o espaço a ser identificado como bairro de Pirajá;
- Compreender, ao longo do tempo, os papéis dos diversos agentes espaciais responsáveis pela dinâmica urbana em Pirajá e suas consequências para a atual configuração daquele espaço;
- Identificar os problemas sociais sofridos pelos habitantes, referentes às questões infraestruturais, serviços diversos e habitacionais;
- Dimensionar e mapear as condições da população de Pirajá em relação à situação fundiária a partir de uma análise quantitativa representativa;
- Identificar os reais interesses e possibilidades da Companhia Progresso e União Fabril da Bahia como proprietária fundiária em Pirajá;
- Mapear o bairro segundo o uso do solo predominante e a partir deste resultado identificar as áreas mais críticas em relação à questão habitacional assim como os vetores de crescimento do bairro;
- Mapear o bairro segundo as condições de habitabilidade;
- Delimitar caminhos e/ou indicar propostas para melhorias nas condições de vivência em Pirajá, a partir dos resultados obtidos;
- A partir dos resultados da pesquisa em Pirajá, indicar a relevância da escala do bairro para o planejamento urbano participativo.

Após estas linhas introdutórias o trabalho traz o desmembramento das discussões teóricas e empíricas. No próximo capítulo trabalharemos a partir de diversas contribuições acerca da produção capitalista do espaço urbano, periferização e segregação, periferia e espaço segregado, parcelamento de periferia, autoconstrução, habitação e habitabilidade, planejamento urbano e todos os desdobramentos teóricos necessários, norteados por um delineamento metodológico de base crítica. Antes, certo, esboçamos a nossa fundamentação teórica para o conceito de espaço, que nos faz transcorrer em sua produção dando atenção à concretude⁸ das relações que lhe dá forma e conteúdo. A produção do espaço urbano periférico é espacializada na categoria do lugar, dando corpo ao bairro de Pirajá, sempre na tentativa de mantê-lo inter-relacionado a fenômenos em outras escalas. Ainda no capítulo dois ressaltamos o processo da autoconstrução para dar destaque ao nosso olhar sobre o mesmo. Interferindo diretamente nas condições de habitabilidade, o referido processo é também um modo de vida, por perfazer a vida dos sujeitos espaciais, extrapolando gerações.

No terceiro capítulo trabalhamos diretamente com moradia e habitabilidade em Salvador e nossos caminhos e resultados em Pirajá; são abordados também direcionamentos práticos de um planejamento urbano participativo, como resultado do esboço metodológico consequência das oficinas. As discussões teóricas e atividades práticas realizadas no âmbito da disciplina Cartografia Temática deste Programa de Pós-Graduação nos possibilitaram, além da confecção de todos os mapas temáticos, diálogos relacionados àquele ramo da Geografia, a compreensão do dimensionamento ideológico existente no ato de elaboração de um mapa e a oportunidade de demonstrar como/porque pode/deve ser feito diferente.

No quarto capítulo tratamos das intervenções urbanísticas que atualmente são engendradas no bairro, intervenções estas que nos fizeram ressaltar a importância do planejamento urbano participativo e trouxeram com relevância para o trabalho um conteúdo das ciências sociais aplicadas. Transcorremos sobre os dois projetos em curso e suas ligações com a habitabilidade e com a questão fundiária, os dois pontos centrais da pesquisa, associados à espacialização no bairro.

Ainda no quarto capítulo são abordadas questões acerca da regularização fundiária como um problema estrutural de Salvador e Pirajá inserido neste contexto, com suas especificidades, além novamente de questões acerca do planejamento urbano, justificando a importância do bairro como unidade de planejamento da cidade para a garantia de um

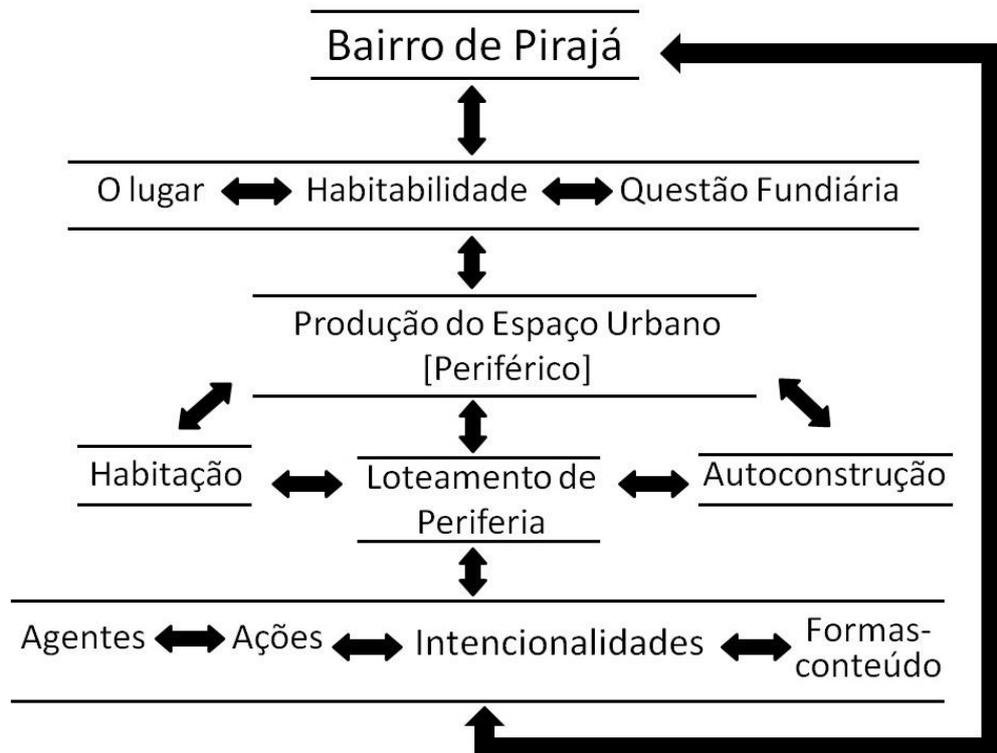
⁸ Esta concretude também foi abalada pela postura nossa metodológica aberta, o espaço vivido dos sujeitos espaciais não é abarcado pela exacerbação da concretude. Assim sendo, admitimos nossos limites e ressaltamos que transcorremos na tentativa de reduzi-los.

planejamento participativo efetivo. Em todo o texto serão trabalhados agentes concretos da produção do espaço urbano, suas ações, intencionalidades e formas-conteúdo resultantes.

Por fim, no capítulo que nada tem de conclusivo, tecemos algumas considerações a partir do resgate da pesquisa e suas contribuições ao estudo do bairro e, como consequência, da cidade de Salvador.

A figura 1.1 é uma primeira tentativa de sintetizar nosso pensamento teórico-metodológico, onde todos os sistemas são abertos, interdependentes e não hierarquizados.

Figura 1.1 – Delineamento teórico-metodológico da pesquisa



Fonte: Elaboração da autora

Nossos esforços nesta pesquisa se concentraram na tentativa de uma maior aproximação com o bairro, tornando possível definir um tripé teórico basilar: 1) a produção capitalista [periférica] do espaço urbano [periférico]; aqui já definimos duas delimitações espaciais, trataremos de um país situado na periferia do capitalismo mundial e, no seu contexto, de um espaço intra-urbano periférico; 2) Pirajá enquanto lugar, um lugar que espacializa o processo único de produção do espaço urbano e o lugar que é vivido pelos seus moradores, que o fazem particular, em Salvador e no mundo; 3) por fim, a habitabilidade, que envolve a compreensão da ‘questão’ habitacional de Salvador, da moradia e do morar em Pirajá. Habitabilidade então se torna um eixo central da pesquisa, uma vez que por ela

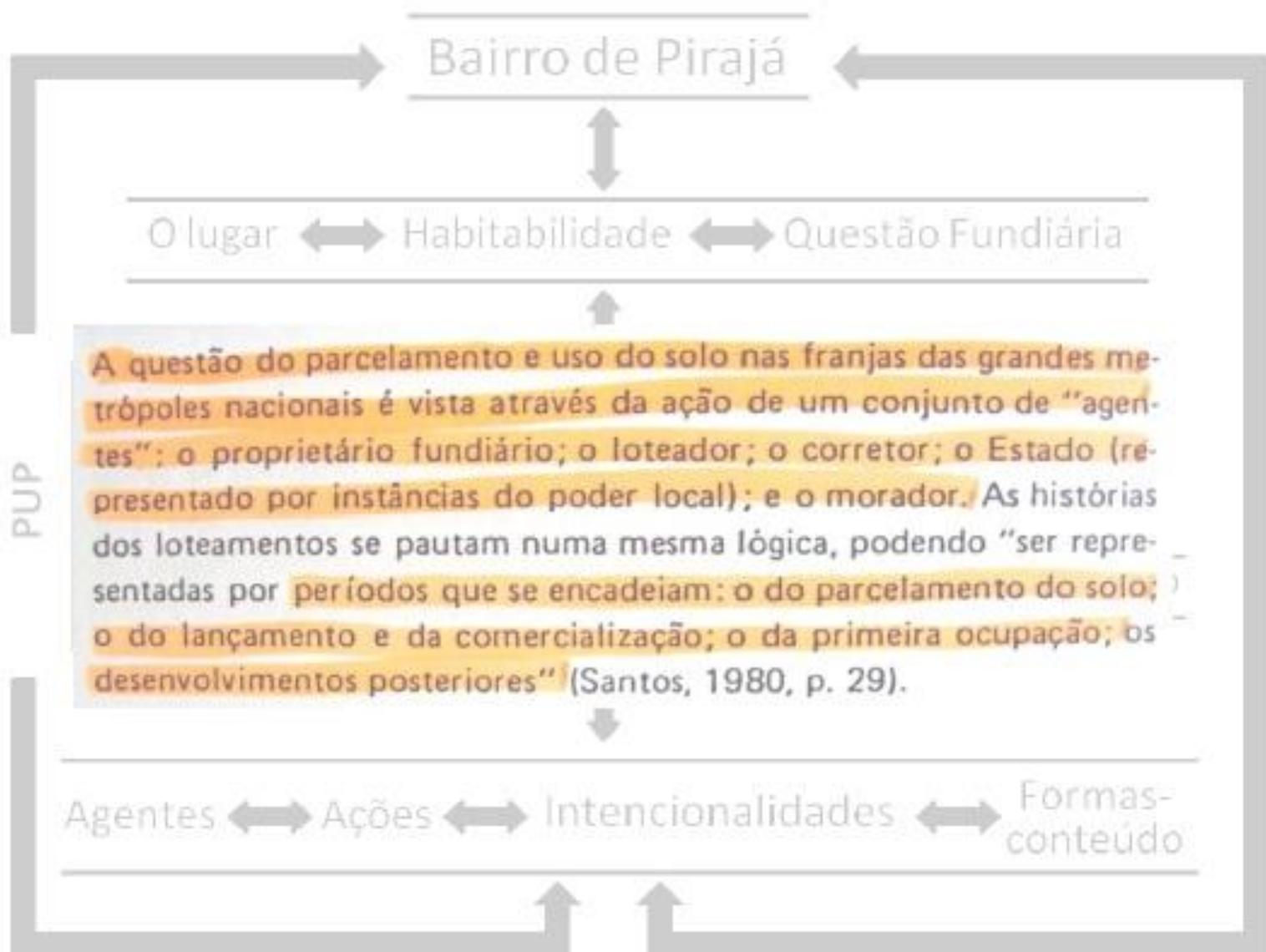
permeiam as questões da regularização fundiária e, também a partir dela, a construção da noção do bairro enquanto lugar é realizada pelos moradores.

Nas próximas linhas trabalharemos com esta estrutura de pensamento e seus necessários desdobramentos, sempre na tentativa de demonstrar como nos aproximamos de Pirajá e como, no bairro, tais elementos despontavam.

No que se refere à técnica autoconstrutiva, esta se caracteriza como sendo a mais elementar possível, tendo em vista suas mais amplas determinações. Salienta-se que o processo de autoconstrução é realizado através de etapas descontínuas, muitas vezes resultando em deterioração das partes anteriormente construídas.

Loteamentos Periféricos

Maricato (1982)



Os Loteamentos de Periferia

Uma última preocupação que percorre os textos consultados gira em torno de interpretações sobre o valor de uso e o valor de troca da moradia autoconstruída. Embora seja a produção de "valor de uso"

nela está contido "valor de troca", resultando em que a casa seja vista como uma "mercadoria", cuja comercialização se fará sob certas condições de transformação

decorre

rência da determinação "capitalista" a que estariam submetidos também os grupos autoconstruídos.

2 A PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO URBANO PERIFÉRICO COMO SUPORTE À COMPREENSÃO DO LUGAR

Este capítulo se desenvolverá a partir dos aportes teóricos que nos foram necessários à compreensão dos caminhos trilhados com a pesquisa em Pirajá. Além disso, tentaremos demonstrar de que maneira o lugar em questão nos possibilitou retornar à teoria, num rico movimento dialético de pensamento. Iniciaremos com os relatos das primeiras ocupações do bairro, que estão ligadas à História do Brasil.

Vasconcelos (2002) menciona a vasta extensão da freguesia de São Bartolomeu de Pirajá, informando que a mesma abrangia desde o Subúrbio Ferroviário até o litoral atlântico, sua população registrava 897 habitantes em 1759. Durante o movimento de independência do Brasil na província da Bahia, Pirajá foi palco de batalhas, importante marco histórico da localidade. Em 1914 foi erguido em sua praça principal, ao lado da Igreja [construção datada de 1650], o Pantheon aos heróis da independência, para onde a tocha simbólica é encaminhada na festividade anual do 2 de Julho. [...]

O final do século XIX foi marcado pela atuação intensa dos industriais como modeladores do espaço da cidade do Salvador. Neste contexto, Vasconcelos (2002) menciona o surgimento das maiores proprietárias fundiárias da localidade de Pirajá, as Companhias União Fabril da Bahia (1890) e Progresso Industrial da Bahia (1891), indústrias têxteis, atualmente Companhia Progresso e União Fabril da Bahia, após fusão em 1932 [...].

No início do século XX novas alterações foram feitas ao setor viário, o que favoreceu a ocupação da localidade (REBOUÇAS, 2008, p. 51).

A facilidade de acesso a partir da relativa expansão viária fez com que Pirajá se tornasse alvo das incipientes políticas públicas para habitação popular em Salvador, sob responsabilidade do Governo do Estado [através da URBIS] e movido pelo acelerado crescimento populacional da cidade e conseqüente ampliação da demanda por habitação. “O Conjunto Pirajá I foi implantado entre 1979 e 1981, com 1.061 casas, do lado esquerdo da BR-324 [...] [no ano de 1987] ocorreram também as invasões ‘Pirajá’, com 131 famílias, e a ‘Matadouro’, com 150 famílias, nas terras da família Catharino, em Pirajá (A Tarde, 30/9/87)” (VASCONCELOS, 2002, p. 372).

A ação da União Fabril para parcelar a área data dos anos de 1970, mas, não foi encontrado um ano preciso [tanto na entrevista com o gerente da empresa, quanto nos diálogos com moradores]. Segundo o Senhor Raymundo, morador do bairro desde 1963, a empresa parcelou após as primeiras ocupações informais, desta maneira, tais invasões ocorreram em anos anteriores das registradas pelo jornal de referência encontrado em Vasconcelos, possivelmente tiveram números menos representativos. As primeiras ações de ocupação em Pirajá foram, portanto, de responsabilidade dos sujeitos espaciais moradores do

bairro. A mudança de ramo da União Fabril no ano de 1932 foi reflexo das transformações socioeconômicas pelas quais passava a cidade de Salvador, em especial o declínio do ramo fabril. A atividade fabril conviveu alguns anos com a de administração dos terrenos, até a última se sobrepôr à primeira, extinguindo-a. A ação da empresa de parcelar também seguiu os novos rumos socioeconômicos da cidade: valorização da propriedade privada e apropriação da renda da terra urbana. Pirajá passa de rural a urbano, com fortes aspectos do primeiro⁹. A aquisição das terras pela empresa, segundo o gerente entrevistado que trabalha na mesma há mais de 40 anos, se deu através de compras e arrematações em leilões (REBOUÇAS, 2008). Pode-se perceber a lógica com a qual as relações são engendradas na produção do espaço geográfico, e é neste sentido que iniciaremos com a tentativa de sua compreensão.

2.1 QUE ESPAÇO? QUE LÓGICA?

A teoria de Marx do crescimento sob o capitalismo situa a acumulação do capital no centro das coisas. A acumulação é o motor cuja potência aumenta no modo de produção capitalista. O sistema capitalista é, portanto, muito dinâmico e inevitavelmente expansível; esse sistema cria uma força permanentemente revolucionária, que, incessante e constantemente, reforma o mundo em que vivemos (HARVEY, 2006, p. 75).

Antes de qualquer coisa deixaremos claro que, embora concordemos com a citação acima, entender a acumulação capitalista como centro das coisas não significará para nossas interpretações colocá-la no ápice de uma hierarquia. Ela é força motriz, estará todo o tempo intrínseca às ações, aos processos e formas-conteúdo resultantes das relações socioespaciais engendradas pelos agentes espaciais hegemônicos e não hegemônicos a ser tratadas neste trabalho. Às vezes próxima, outras mais distante, mas sempre presente. Esta é uma potencialidade existente no espaço urbano periférico. “Abreu (1986) enfatiza a periferia como lugar privilegiado para o estudo da lógica e contradições da urbanização nos países subdesenvolvidos [o que] confere a este espaço importância ímpar na compreensão da atual estrutura social, uma vez entendida a sua função dentro do sistema capitalista” (REBOUÇAS, 2008, p. 24).

O estudo da produção do espaço urbano sugere, inicialmente, a compreensão do objeto de estudo da Geografia – o espaço geográfico – enquanto conceito. O espaço, de acordo com

⁹ Embora a necessidade de direcionamentos teóricos e empíricos não tenha nos possibilitado trilhar por esses caminhos, ainda é marcante a presença de características de ruralidade no bairro, resultado de uma população migrante do interior da Bahia. Todos os moradores entrevistados em 2008 e a maioria absoluta dos que mantivemos contato para a atual pesquisa não nasceram em Salvador.

Santos (2006)¹⁰, “é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2006, p. 63). No olhar geográfico para com os objetos encontrados no espaço, o autor salienta a importância de “buscar categorias analíticas que permitam rever o todo como realidade e como processo, como uma situação e como movimento” (SANTOS, 2006, p. 77).

Assim, buscamos uma maneira de tornar o conceito menos abstrato, para que o mesmo seja de fato relevante à compreensão do nosso objeto de estudo. Para tanto, encontramos no mesmo autor uma outra definição de espaço, entendido “como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções” (SANTOS, 2008, p. 153)¹¹. Deste conceito entendemos enquanto palavras-chave relações sociais, processo (tempo), forma, função e estrutura.

Forma, função, estrutura e processo, assim, podem ser consideradas categorias analíticas para a compreensão da realidade, mas apenas no contexto do espaço como um conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ações. Entendemos essa proposta como uma maneira de concretizar o abstrato. Forma, função, estrutura e processo são um conjunto de sistemas indissociáveis, solidários e também contraditórios, que formam a totalidade espacial. Esta apenas pode ser compreendida com a noção de tempo, por se tratar de uma situação em mudança. “As partes que formam a Totalidade não bastam para explicá-la [embora sua cisão seja necessária para entendê-la] [...] A totalidade é a realidade em sua integridade” (SANTOS, 2006, p. 74). A inseparabilidade das noções de totalidade e estrutura afasta desta qualquer ideia de rigidez. Para uma apreensão real da totalidade, no momento da análise das partes não se deve desconsiderar o todo e seu momento histórico, logo, o tempo, o processo.

O processo histórico é um processo de complexificação. Desse modo, a totalidade se vai fazendo mais densa, mais complexa. Mas o universo não é desordenado. [...] A ordem buscada não é aquela com a qual organizo as coisas no meu espírito, mas a ordem que as coisas, elas próprias, têm. A isso se chama de totalidade concreta. [...] A atualidade deve ser vista como realização do interesse objetivo do todo, através de fins particulares. A totalidade é, ao mesmo tempo, o real-abstrato e o real-concreto. Só se torna existência, só se realiza completamente, através das formas sociais, incluindo as geográficas. [...] A totalidade (que é uma) se realiza por impactos seletivos, nos quais algumas de suas possibilidades se tornam

¹⁰ A primeira edição deste livro data de 1996.

¹¹ A primeira edição deste livro data de 1978.

realidade. Pessoas, coletividades, classes, empresas, instituições se caracterizam, assim, por tais efeitos de especialização. O mesmo se dá com os lugares, definidos em virtude dos impactos que acolhem. [...] O movimento da totalidade para existir objetivamente é um movimento dirigido à sua espacialização, que é também particularização (SANTOS, 2006, p. 75-81).

Precisamos deixar mais clara qual a noção de forma, função, estrutura e processo [como eles são indissociáveis], e onde se insere, nesta interpretação, a noção de totalidade [que é social e espacial]. Antes é importante enfatizar um fator espacial essencial: o homem, o agente, aquele que faz de um espaço ser geográfico. A forma, por si, não pode ser apreendida. As ações dos homens, que são carregadas de intencionalidades [e seguem uma ordem, uma lógica], criam formas espaciais, mas não são formas puras: são formas-conteúdo, são formas com suas funcionalidades definidas. A estrutura, vista como o conjunto de formas-conteúdo e como sinônimo de totalidade [logo a análise das formas-conteúdo, separadamente, não explicam a estrutura, mas não é possível entendê-la sem que se separe-as], contém e está contida em processos históricos não-lineares. São as formas-conteúdo analisadas separadamente, sem perder de vista o todo a qual pertencem, que particularizam os lugares.

As ações não se localizam de forma cega. Os homens também não. O mesmo se dá com as instituições e infra-estruturas. É esse o próprio princípio da diferenciação entre lugares, produzindo combinações específicas em que as variáveis do todo se encontram de forma particular. [...] O desenvolvimento desigual e combinado é, pois, uma ordem, cuja inteligência é apenas possível mediante o processo de totalização, isto é, o processo de transformação de uma totalidade em outra totalidade. [...] Tomada forma-conteúdo pela presença da ação, a forma torna-se capaz de influenciar, de volta, o desenvolvimento da totalidade, participando, assim, de pleno direito, da dialética social. [...] o espaço não é apenas um receptáculo da história, mas condição de sua realização qualificada (SANTOS, 2006, p. 75-81).

Neste sentido, Estrada (1986) afirma, no contexto da produção do urbano, que este não aparece como um espaço inocente, “todos os componentes das relações espaciais urbanas são transformados em instrumentos da reprodução do capital” (ESTRADA, 1986, p. 91), sejam aquelas engendradas pelos agentes capitalistas ou não, a exemplo da autoconstrução realizada pela população de baixa renda: trata-se de um processo não-capitalista cuja lógica é a da reprodução das condições sociais. Nas palavras de Lefebvre, “há no espaço social (urbano), em redor de cada ponto e de cada centro [...] uma ordem próxima, a da vizinhança: por outro lado, a uma escala mais vasta reina uma ordem longínqua, a da sociedade inteira (das relações de produção e do Estado)” (LEFEBVRE, 1973, *apud* ESTRADA, 1986, p. 91).

Ainda segundo Lefebvre (2008), “cada objeto [...] deve ser percebido na sua totalidade, no seio do espaço [o todo], girando-se em torno dele, apreendendo-se todos os seus aspectos” (LEFEBVRE, 2008, p. 140). Neste sentido, o espaço se (re)produz em um processo contínuo de relações. Para Santos não se deve

considerar uma dialética que hierarquize estrutura (essência, totalidade nua) processo, função e forma segundo um movimento linear, ou de uma maneira unívoca pois, de um lado, a estrutura necessita da forma para tornar-se existência e, de outro lado, a forma-conteúdo tem um papel ativo no movimento do todo social (SANTOS, 2006, p. 125-126).

Eliminamos com esta ideia qualquer hipótese de análise dicotômica de atividade/passividade no estudo do espaço geográfico. Eis a ideia de espaço geográfico que atende às especificidades apresentadas pelo universo de análise da presente pesquisa, com o intuito de compreendê-lo, assim, partiremos do que foi exposto acima. Vale ressaltar, ainda, que trataremos de um espaço geográfico em especial: o urbano. Concordamos com Corrêa (2004) quando afirma o urbano como um espaço simultaneamente fragmentado e articulado, condicionante e reflexo social e constituído por um complexo conjunto de diferentes usos da terra. E, por ser geográfico, ele é tudo o que foi falado anteriormente. O autor destaca processos delineadores das formas-conteúdo desse espaço, assim como exemplifica os agentes sociais e suas ações concretas que o produzem. As ações desencadeiam e são desencadeadas por processos que movimentam o todo, tais como os de urbanização, periferação e segregação, que, espacializados, diferenciam os lugares do mundo a partir das formas-conteúdo.

Após estas linhas de tentativa de esclarecimento do que entendemos por espaço geográfico, assim como os desdobramentos necessários a sua interpretação, partiremos para inserir o estudo de Pirajá nesta compreensão. A ordem a qual se referiu Santos, a do desenvolvimento desigual e combinado, a da acumulação do capital, é a produção capitalista do espaço. A lógica da produção capitalista – através dos homens e suas ações [não cegas] – produz espaços diferenciados na cidade, a partir de processos que ocorrem simultaneamente. Centralização e valorização das áreas centrais, segregação e formação de áreas social e/ou espacialmente segregadas são processos e estruturas antagônicas que delineiam a mesma lógica. Fazem parte deles os mesmos agentes espaciais, cujas ações variam com as particularidades dos lugares. Pirajá, neste contexto, teve sua ocupação residencial representativa concomitante ao processo de valorização de outras áreas de Salvador. Proprietários fundiários, Estado e sujeitos espaciais são responsáveis pelas ações.

Por um lado, o proprietário fundiário de terras periféricas [não urbanas] tem o interesse de loteá-las/parcelá-las como terras urbanas, para delas extrair a renda da terra urbana, superior à rural. O Estado, por outro lado, permite uma ação ilegal da empresa proprietária – a constituição de um parcelamento fora dos padrões urbanísticos legais – constrói conjunto habitacional em uma área sem qualquer infraestrutura urbana e, com o passar dos anos, ratifica a sua ação permissiva com a pavimentação de algumas ruas, construção de unidades de saúde e de educação, provimento dos serviços de água e energia. Vale ressaltar que todos estes serviços chegaram tarde, ineficientes, e mal distribuídos, ou seja, são formas-conteúdo que caracterizam o lugar.

Aqui entraríamos em uma contradição. Estas são as ações do Estado e dos proprietários fundiários que caracterizam toda a periferia [vamos falar só] de Salvador. Mas o que particularizaria Pirajá, neste contexto? A particularidade que caracteriza Pirajá é exatamente a ação dos sujeitos espaciais, moradores do bairro, os responsáveis pelo espaço vivido. Neste sentido, Relph nos explica.

Os espaços-vividos da experiência geográfica são os *desta* rua da cidade, *deste* vale, *desta* paisagem. Todo espaço geográfico é idiossincrático para nós por causa da singularidade de suas formas, superfícies e cores, e devido às características das nossas associações com ele. [...] Mas todo espaço geográfico também tem propriedades comuns com outros espaços, porque há uma referência humana comum, porque nossas intenções e experiências possuem consistência e porque há similaridades na aparência e no contexto. Em resumo, os espaços geográficos que experienciamos são únicos e não-únicos, persistentes porém mutáveis, parte de nós porém a parte de nós [...] (RELPH, 1979, p. 12).

Embora a essência da dialética seja a contradição, não queremos cair nela, pois já esclarecemos que a expressão do pensamento dialético deve ser formal. O que seria mais contraditório e complementar que o uso de um método para explicar outro? Talvez nosso pensamento, mas voltemos a Pirajá.

Autoconstrução é o principal processo de responsabilidade dos sujeitos espaciais na configuração do bairro. A casa e a rua autoconstruídas são características marcantes de Pirajá – caso estivéssemos pensando em escala de elementos materiais, a autoconstrução seria o principal determinante das condições de habitabilidade. “A minha rua é muito estranha, é casa pra dentro e outras pra fora da rua, muito estreita [...]. Sim eu gosto muito da minha casa” (Depoimento de moradora em 2010). A mesma moradora considera bom no bairro “a convivência com a comunidade” e descreve sua relação com o mesmo como “de companheirismo”. Outro elemento importante e distintivo do bairro é o ativismo de bairro, cujas ações foram responsáveis por inúmeras melhorias.

Difícil compreender a autoconstrução como uma ordem próxima da acumulação capitalista. Sobre as características da autoconstrução falaremos mais tarde, mas o que nos importa aqui é que ela – em sua aparência – não nos parece uma forma capitalista de produção do espaço. Mas é. Ela é uma ordem distante. Os sujeitos espaciais – ou grupos sociais excluídos para Corrêa – precisam solucionar seu problema de morar na cidade. A autoconstrução não se utiliza de empresas construtoras ou incorporadores imobiliários, mas movimenta a construção civil com a compra de materiais [quando as melhorias são alcançadas] e, principalmente, é repouso para a massa de mão-de-obra da produção capitalista. Além disso, também no processo autoconstrutivo a terra é vista como mercadoria, cujo valor de uso se sobrepõe ao de troca, mas não o substitui¹². Compreendemos assim a função da periferia dentro do sistema capitalista a qual nos remete Abreu (1986): reprodução das relações sociais de produção. Pirajá, com todas as suas particularidades, insere-se neste contexto. Como complemento à discussão sobre a moradia vale aquela acerca do trabalho na periferia¹³.

Outro processo que caracteriza a periferia urbana é o de segregação residencial¹⁴. Em trabalhos anteriores definimos como característica principal do processo de segregação “a forma com a qual as áreas sociais são formadas, para a qual é essencial a existência de uma força amparada legalmente”. Assim, “a possibilidade legal de separar [...] ocorre distintamente nos vários contextos espaço-temporais da produção do espaço [...] [tais possibilidades também] se transformam com [...] as ‘necessidades’ [...]” (REBOUÇAS, 2010a, p. 5-7). No processo de segregação são claros os agentes e suas ações. O Estado aparece como principal agente, uma vez que é o responsável por ‘legalizar’ a segregação (REBOUÇAS, 2010a). As áreas apenas são valorizadas por permissão do Estado [cujos lugares são ocupados pelas classes de maiores rendimentos, em processo de autosegregação], que define os valores dos impostos e direciona serviços e infraestrutura. Da mesma maneira, a desvalorização de outras áreas também ocorre em consonância com ações do Estado, que direciona serviços e infraestrutura distintos. O Estado também permite a ação de outros agentes – hegemônicos e não hegemônicos – tais como a especulação imobiliária e a autoconstrução. Desta maneira, os sujeitos espaciais – ricos e pobres – têm a ilusão de que escolhem o lugar para morar na cidade, seja comprando apartamentos ou casas luxuosas,

¹² Aqui é importante ressaltar os sujeitos espaciais como agentes capitalistas, tirando qualquer possibilidade de interpretá-los como inferiores no processo de produção do espaço (não hierarquização). Sua possibilidade de agir é, entretanto, proporcional à sua capacidade de movimentação de capital.

¹³ Indicamos Rebouças (2010b), sobre a economia da periferia urbana.

¹⁴ Referimo-nos à periferia e à segregação social, independente da proximidade com o centro da cidade. Pirajá, além de periferia social é socioespacial, pois está distante dos centros dinâmicos.

adquirindo lotes ou ocupando informalmente, mas estes lugares já lhes são previamente definidos, a partir da ordem capitalista de acumulação. Um exemplo importante: o Estado pode atuar como agente imobiliário e construir conjuntos habitacionais na periferia urbana.

Caso nossos argumentos não estivessem corretos, admitiríamos a seguinte situação: um cidadão de maior rendimento, residente na Pituba [bairro nobre de Salvador], pode adquirir um apartamento e passar a residir em um conjunto habitacional de rendimentos baixos na periferia da cidade. Teríamos uma situação peculiar, mas este indivíduo não faz esta escolha, uma vez que a disponibilidade e a qualidade de serviços e infraestrutura estão situadas em um lugar do qual ele pode fazer parte, por poder pagar. Pagar pelo direito à cidade. Seria um processo de alienação racional, ou racionalidade alienada: a periferia pobre simplesmente não existe para a classe de alta renda, quando o assunto é escolha do espaço de moradia, assim como os lugares valorizados não existem para as classes de rendimentos baixos no mesmo contexto. Foi nas bases fenomenológicas da Geografia de Relph que encontramos explicação para a aparente alienação que defendemos existir nos sujeitos espaciais no processo de segregação residencial, no contexto da escolha dos lugares, reflexão esta de base totalmente dialética.

A necessidade de segurança nos lugares não é questão de escolha; a necessidade de lugar em geral e por lugares particulares é largamente pré-determinada. É imensamente difícil decidir de antemão em que tipo de ambiente você deseja viver, avaliar a qualidade dos lugares e selecionar o melhor, de acordo com um critério definido racionalmente. Você justamente conhece onde se sente em casa, ou vem a sabê-lo por um encontro direto [...] (RELPH, 1979, p. 17).

As ações dos agentes sociais aqui claramente definidos não são – como nos lembra Santos – cegamente localizadas no espaço. E este, como nos reportou Estrada, não é inocente. E aqui também falamos dos agentes não hegemônicos. Na ação de ocupar está intrínseca uma força social, veremos em Pirajá alguns de seus desdobramentos. A lógica de solucionar o problema da moradia é uma necessidade próxima, subordinada a uma ordem distante.

2.2 A ESPACIALIZAÇÃO: O LUGAR

O estudo de Pirajá nos remete à dialética do movimento desigual e combinado do todo em sua espacialização nos diferentes lugares. De acordo com Santos (2006), “é o lugar que oferece ao movimento do mundo a possibilidade de sua realização mais eficaz. Para se tornar *espaço*, o Mundo depende das virtualidades do Lugar” (SANTOS, 2006, p. 338, grifo do

autor). Vale ressaltar que “o lugar não é um fragmento, é a própria totalidade em movimento que, através do evento, se afirma e se nega, modelando um subespaço do espaço global” (SILVEIRA, 1993, p. 204-205) e “se [re]produz na articulação contraditória entre o mundial que se anuncia e a especificidade histórica do particular” (CARLOS, 1993, p. 303); o lugar “também apresenta suas contingências, engendradas internamente, em virtude do cotidiano e dos laços de solidariedade que são estabelecidos entre os agentes” (FONSECA, 2001, p. 102), ele é também espaço de conflitos e de resistências. O lugar espacializa o todo e o particulariza a partir das relações sociais nele estabelecidas, que são condicionadas e condicionantes da criação de formas-conteúdo particularizadas.

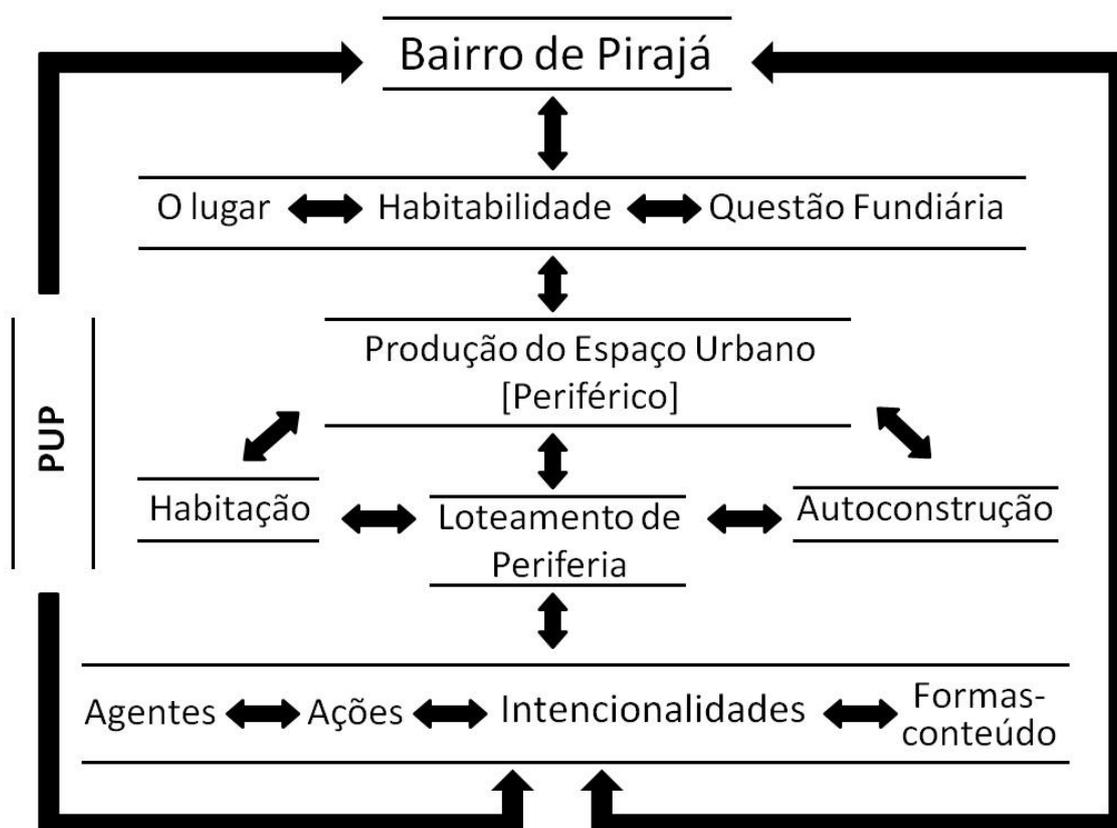
O lugar é a porção do espaço apropriável para a vida — apropriada através do corpo — dos sentidos — dos passos de seus moradores, é o bairro é a praça, é a rua, e nesse sentido poderíamos afirmar que não seria jamais a metrópole ou mesmo a cidade *latu sensu* a menos que seja a pequena vila ou cidade — vivida/ conhecida/reconhecida em todos os cantos. Motorista de ônibus, bilheteiros, são conhecidos-reconhecidos como parte da comunidade, cumprimentados como tal, não simples prestadores de serviço. As casas comerciais são mais do que pontos de troca de mercadorias, são também pontos de encontro. É evidente que é possível encontrar isso na metrópole, no nível do bairro, que é o plano do vivido, mas definitivamente, não é o que caracteriza a metrópole (CARLOS, 2007, p. 17).

Desta maneira, os processos, as formas-conteúdo, as estruturas, a totalidade... são percebidos no lugar, mas o espaço só é lugar quando há o plano da vivência cotidiana. É importante ressaltar que entendemos Pirajá não como um todo homogeneizado, admite-se sua heterogeneidade e a presença de lugares. Os lugares do bairro são totalidades na totalidade, mas são totalidades vividas, alvo de lutas de/por muitos moradores. As lideranças do bairro, os membros da Pastoral da Criança, líderes de grupos esportivos, etc., que são muitos em Pirajá, mantêm aceso o sentimento de unidade na heterogeneidade. Com isso ficará justificada a utilização, ao longo deste trabalho, dos lugares de Pirajá e do lugar Pirajá.

“O lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela *tríade habitante - identidade – lugar*” (CARLOS, 2007, p. 17, grifo da autora). Iniciaremos explicando – tendo por base nossa empiria em Pirajá – como nos ficou clara essa tríade nas palavras de Martin Mayerhoff (1972), encontradas em Relph, “o homem encontrou a si próprio achando seu lugar e ele acha seu lugar encontrando outros que precisam e que correspondem aos seus anseios”. O autor continua, agora parafraseando Dardel (1952), afirmando que “precisamos de uma base para estabelecer nossa Existência e realizar nossas possibilidades, um aqui a partir do qual descobrir o mundo, um acolá para o qual ir” (RELPH, 1979, p. 16). É desta maneira que se dá a construção da identidade no lugar.

Foi a partir desta concepção do lugar e dos lugares da cidade associada aos resultados obtidos com os intensos trabalhos de campo em Pirajá que nos saltou aos olhos a importância de se ressaltar aqui a ideia de planejamento urbano participativo. Os bairros da cidade são possuidores de “uma identidade mais ou menos inconfundível para todo um coletivo; o bairro possui uma identidade intersubjetiva aceita pelos seus moradores e pelos moradores de outros bairros ainda que com variações” (SOUZA, 1989, p.149). Neste sentido, a escala do bairro é a mais indicada como unidade de planejamento para a garantia de um planejamento participativo efetivo, única escala possível para a participação dos sujeitos espaciais moradores. Inserimos então o planejamento urbano participativo (PUP) na organização teórica do nosso pensamento (Figura 2.1).

Figura 2.1 – Delineamento teórico-metodológico da pesquisa



Fonte: Elaboração da autora

Entendemos que estas breves palavras esclareceram nosso entendimento de lugar e de sua importância para o estudo da cidade. Uma vez compreendido o espaço geográfico e seus componentes e definido o lugar enquanto categoria de análise, partiremos para contribuições teóricas acerca dos agentes na produção do espaço urbano, com o intuito de nortear a análise

de Pirajá. Serão trazidas também contribuições acerca de parcelamento¹⁵ de periferia e autoconstrução, no contexto da “produção capitalista da casa e da cidade” segregada.

2.3 AGENTES E AÇÕES NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Com o intuito de nortear as ideias que serão expostas, é válido ressaltar duas coisas: 1) esta abordagem será realizada a partir da lógica da produção do espaço na qual “impõe-se distinguir entre atores que decidem e os outros” e ainda que “o ator é apenas o veículo da ação, e não o seu verdadeiro motor” (SANTOS, 2006, p. 80). 2). Trataremos de agentes da produção do espaço¹⁶, não de atores, pois não há inocência nem desempenho de papéis. Veremos como “a produção espacial realiza-se no plano do cotidiano e aparece nas formas de apropriação, utilização e ocupação de um determinado lugar” (CARLOS, 2007, p. 20) e quem são seus responsáveis diretos.

Como já mencionado, as formas-conteúdo são simultânea e contraditoriamente reflexo e condicionante de processos espaciais. Daremos atenção, nesta seção, aos agentes espaciais que atuam na produção do urbano, a partir da contribuição de alguns teóricos, enfatizando aqueles cujas ações e relações são mais representativamente espacializadas em Pirajá, a saber, o Estado, os sujeitos espaciais moradores do bairro e os proprietários fundiários. Enquanto uso do solo destacaremos o residencial, trabalharemos com o processo de segregação como o mais relevante no contexto da produção do espaço urbano subdesenvolvido. Optamos por discutir as ideias de cada autor no lugar de separar por agente, com o intuito de interrelacionar ao máximo suas ações no espaço, suas intenções no contexto do capital.

Bahiana (1978) enfatiza os agentes e suas estratégias nos conflitos pelo uso do solo a partir das contribuições de alguns autores. O autor sintetiza como principais agentes os

¹⁵ Encontramos o loteamento na literatura com mais facilidade. Ainda que esteja no discurso dos moradores, o termo loteamento não poderá ser utilizado para a divisão dos terrenos em Pirajá, uma vez que se trata de uma ação não registrada na Prefeitura Municipal de Salvador e se encontra fora dos padrões urbanísticos legais. A essência, entretanto, é a mesma, uma vez que a legalidade não é – para nós – o mais importante, sim as consequências posteriores do parcelamento das terras para a vida dos moradores (a relação com a habitabilidade).

¹⁶ Atores, para esta pesquisa, desempenham papéis previamente estabelecidos, agem com intencionalidades de outros [dos agentes do espaço]. No estudo de Pirajá, são as empresas que executam as obras ou elaboram projetos que estão vinculadas à CONDER, ou aquelas que o fazem vinculadas à EMBASA, por exemplo. As ações das mencionadas empresas não possuem apenas relação de interdependência com o Estado – como qualquer ação no espaço geográfico – elas são definidas pelo Estado. Para uma introdução à leitura acerca dessa diferenciação [não com o conteúdo aqui disposto], recomendamos Vasconcelos (2011) – uma importante contribuição sobre a utilização dos agentes sociais no estudo da Geografia – para o qual é mais profícua a utilização do termo agente, sendo que ator “remete a papéis de representação, tanto na vida corrente como nas artes (teatro, cinema)” (VASCONCELOS, 2011, p. 76).

moradores (proprietário ou inquilino), os proprietários de solo e industriais, as indústrias imobiliária e da construção civil e o Estado. Bahiana conclui expondo a clareza da diversidade de interesses e dos conflitos que regem as relações entre os agentes, entretanto, afirma, parafraseando Harvey, a dificuldade em “estruturar um corpo de teoria em torno dessas idéias, [...] de se juntar, num quadro de referência coerente, as ações contraditórias de todos estes atores” (BAHIANA, 1978, p. 62).

Neste contexto, seguimos com a ideia de que a compreensão dessas relações apenas pode ser delineada quando inserimos na análise a lógica sob a qual as mesmas se processam, a saber, a lógica desigual, contraditória e combinada do sistema capitalista. Apenas desta maneira será possível interpretar as ações de uma proprietária de solo periférico que possui em seu discurso a responsabilidade de auxiliar na solução do problema da moradia para as classes de rendimentos baixos [ver em Chinelli (1981) e Rebouças (2008)], assim como os fatores que determinam suas ações nesses espaços, admitindo que as mesmas estão articuladas com as ações possíveis dos moradores futuros, assim como as ações e não-ações do Estado. Ainda segundo o autor em destaque, abordaremos a contribuição de Capel (1972).

Segundo Capel, “o espaço, numa sociedade de mercado, não pertence e não está sujeito ao controle de seus habitantes, mas antes a organizações e grupos que negociam com o solo urbano e que têm efetivamente o controle real sobre o mesmo” (*apud* BAHIANA, 1978, p. 57). Concordamos com o autor na medida em que, como já mencionado, há uma distinção entre os que decidem e os outros dentro da lógica sob a qual o espaço é produzido, entretanto, o fato de não estar sujeito ao controle dos habitantes, decerto, não minimiza o papel desse grupo na produção do espaço. Sendo este espaço a periferia, a ação torna-se ainda mais visível, quando para o uso residencial tem-se a autoconstrução em loteamentos ou ainda em terrenos ocupados informalmente [ver em Lima (1981), Chinelli (1981), Valladares (1983), entre outros autores e obras], que, contraditoriamente, são formas não capitalistas de produção de moradia seguindo a lógica contraditória e combinada deste sistema no processo de (re)produção do espaço.

Temos como exemplo a própria configuração do espaço de Pirajá. As residências originadas através da autoconstrução são, no contexto da lógica aqui proposta, formas-conteúdo resultantes e condicionantes dos processos de periferização e segregação socioespacial que (re)produzem o espaço de Salvador. A autoconstrução não movimentava grandes capitais e mercados imobiliários, mas é exatamente a partir da presença destes na cidade que o processo é desencadeado. É válido ressaltar que a autoconstrução movimentava capital e origina um mercado imobiliário próprio das periferias urbanas, eis alguns exemplos:

o aparecimento de várias casas de materiais de construção no bairro de Pirajá – e em outros bairros periféricos da cidade – por vezes próximas das últimas ocupações; a divisão dos terrenos arrendados para negociação da posse; a delimitação e a ocupação informal de vários terrenos em uma grande área ocupada em movimento para a posterior venda. Os dois últimos casos podem ser observados em Pirajá.

Os agentes entendidos como principais modeladores, ainda segundo Capel – encontrado no trabalho de Bahiana –, são as grandes empresas industriais e de serviços, os agentes imobiliários e empresas construtoras, o Estado e os proprietários do solo (pequenos e grandes). Como consequência da ação destes, o autor em destaque menciona os bairros de autoconstrução, originados do parcelamento ilegal do solo da periferia da cidade, ao passo que as áreas valorizadas do interior da cidade são loteadas legalmente. Percebe-se a não relevância dos sujeitos espaciais para o autor, cujas ações são determinantes para a ação de lotear dos proprietários de terra urbana ou suburbana desvalorizada. É visando ao processo posterior de autoconstrução e a concordância do Estado que os proprietários fundiários agem.

O Estado, de acordo com Capel, “desempenha um duplo papel de agente e árbitro [...] agente, na medida em que deve atender às necessidades não satisfeitas pela iniciativa privada, e árbitro nos conflitos e contradições surgidos entre os diversos agentes” (*apud* BAHIANA, 1978, p. 57). É importante atentar para dois elementos importantes da ideia de Capel: 1) é incoerente entender o Estado como agente apenas na situação por ele trazida. Em primeiro lugar, prover as necessidades [da população] é de obrigação do Estado, não da iniciativa privada, por outro lado, estaríamos fortalecendo o Estado mínimo. O Estado é agente em potencial e em inúmeras situações, inclusive aparecendo como proprietário fundiário e promotor imobiliário. O Estado direciona serviços urbanos e infraestrutura em qualidade e quantidade distintas nos diversos lugares da cidade, o Estado constrói conjuntos habitacionais para as classes de rendimentos baixos em lugares distantes dos centros dinâmicos, o Estado implementa leis de uso e ocupação do solo. 2) a arbitragem da qual se refere Capel é geralmente corrompida pelos interesses do capital. Em trabalhos anteriores (Rebouças, 2008), afirmamos o Estado como o principal agente segregador no contexto das cidades capitalistas subdesenvolvidas. As históricas políticas habitacionais incipientes, aliadas à omissão e não-ação daquele agente sobre os espaços periféricos (FERNANDES, 2003), assim como a legitimação da valorização de alguns espaços da cidade pelos proprietários capitalistas, faz do Estado um agente capitalista em potencial.

Harvey (1980) propõe uma teoria do uso do solo urbano baseada nas relações dos agentes que atuam sobre este espaço, as quais, segundo o autor, determinam valores de uso e

valores de troca do solo. Esta teoria está calcada na apropriação da renda do solo a partir dos valores de uso socialmente determinados pelos valores de troca. Neste sentido, segundo o autor, “a renda pode prescrever o uso [...] criando novas condições, às quais os indivíduos devem adaptar-se se desejam sobreviver em sociedade” (HARVEY, 1980, p. 162). O debate acerca das criações de valores de uso e de troca não nos é essencial, a contribuição da obra de Harvey para o propósito deste texto encontra-se na discussão das relações estabelecidas entre os agentes para aquele fim, na qual o autor menciona, por exemplo, e aqui destacaremos, as ações do Estado.

As instituições governamentais, segundo o autor, surgem “[...] apoiadas na carência de valores de uso disponíveis para os consumidores de moradia, frequentemente, interferem no mercado de moradia” (HARVEY, 1980, p. 142). Assim, o Estado pode atuar diretamente com a construção de moradias e indiretamente a partir de auxílios financeiros para os agentes capitalistas envolvidos na construção, garantindo a produção do valor de troca para os mesmos. Além de também operar na instituição de leis de uso do solo, o Estado, segundo Harvey, “aloca muitos serviços, facilidades e vias de acesso [...] [contribuindo] para o valor de uso da moradia modificando o meio circundante” (HARVEY, 1980, p. 142). Faz-se necessário lembrar para onde são direcionados – quantitativa e qualitativamente – tais serviços e equipamentos, além da distribuição espacial do rigor legislativo, que impossibilita o acesso de determinadas parcelas da sociedade devido à incapacidade de pagar pelo uso do solo, por esses meios valorizado, concomitantemente auxiliando na acumulação de capital dos proprietários fundiários e de empresas construtoras e incorporadores, além de extrair seus altos impostos.

Sobre a produção de valores de uso e de troca no espaço, no contexto de sua produção, temos a contribuição de Lefebvre (2008), tratando dos proprietários fundiários [e afirmando terem sido inicialmente considerados no capitalismo como classe vencida, vestígios do feudalismo: exemplo de como o sistema reinventa sua forma de acumulação]. A mudança de lógica se deve, de acordo com o autor, à maneira e aos motivos que levaram o capitalismo a interessar-se e apossar-se do solo. Em meio às contradições e aos conflitos no espaço, este recebe um valor de troca, o lugar torna-se cambiável, “o que faz dele uma mercadoria análoga a uma quantidade de açúcar ou de aço, exige que ele seja comparável a outros lugares, e mesmo a todos os lugares do mesmo gênero. [...] O comprador de espaço continua a comprar valor de uso” (LEFEBVRE, 2008, p. 126-128). A ascensão do valor de troca do lugar é buscada para a satisfação de um valor de uso, o que faz o autor discordar da teoria de que o primeiro absorveria o segundo, até o seu desaparecimento.

Valor de troca e valor de uso se reencontram numa relação dialética, que não coincide mais com a relação de oposição bipolar [...] se complexifica [...] o valor de uso acaba por ser representado em termos hierarquizados: vantagens, capacidade de poder e de relação com o poder, meios e lugares mais ou menos prestigiosos (LEFEBVRE, 2008, p. 140-141).

No contexto da produção dos espaços urbanos periféricos, os valores de uso e de troca ficam condicionados às ações realizadas nos lugares mais valorizados. Na medida em que os agentes capitalistas criam condições de impossibilidade de acesso a determinados lugares da cidade às classes de rendimentos baixos, estas ocupam outros lugares, geralmente distantes das áreas cujos usos foram valorizados e conseqüentemente ampliados seus valores de troca, ou mesmo próximos aos mesmos, mas, com acessos limitados aos serviços urbanos disponíveis e em habitações com aspectos peculiares. Nos espaços periféricos – como sabemos – os valores de uso se sobrepõem aos valores de troca, a questão que se ressalta aqui é: quais são tais valores de uso? Inadequação por vezes é a palavra mais adequada, algumas habitações possuem valores de uso forçados pela necessidade e com a esperança de melhorias através da autoconstrução.

O valor de uso de uma habitação com um ou dois cômodos localizada em uma encosta e erguida com materiais diversos sem qualquer segurança é quase inexistente ou insignificante para a sociedade em geral. A ambição por sair do barraco ou por transformá-lo em uma residência, mesmo simples [decerto simples], tornando-o habitável, é a busca de sobrepor o uso obrigatório pelo valor de uso como moradia, mesmo que ainda inadequada. Isso nos foi possível perceber em entrevista com uma moradora da última ocupação informal em Pirajá, que residia em um barraco com chão de terra, erguido com estacas de madeira e envolvido com lona preta em uma encosta íngreme. As condições subumanas de moradia não possibilitavam a construção de um sentimento de pertencimento: não havia qualquer segurança nem proteção contra vento e chuva, a qualquer momento o barraco poderia desmoronar. Caso aquela senhora não tenha conseguido fazer transformações estruturais para melhoria do barraco, ela não sentirá a construção de um valor de uso, uma vez que, para ela, “tá aqui é a mesma coisa de tá na rua”. Deixaremos claro mais uma vez que não é intenção desta pesquisa romantizar ou inocentar as ações dos sujeitos espaciais, estes são capitalistas e agem segundo suas possibilidades no contexto do sistema, suas ações também são carregadas de intencionalidades.

Pensar que um desses moradores de Periferia é um pobre explorado, incapaz de entender a própria situação da sociedade nacional e urbana em que vive, só prova a ingenuidade pretensiosa do pensador. [...] A prática demonstra o contrário. Há uma

grande complexidade ideológica e cultural nas populações pobres que participam da vida dos aglomerados urbanos capitalistas modernos no Brasil. Ninguém, por exemplo, ignora que, ao produzir a sua própria casa, também está obtendo um patrimônio. [...] O sistema capitalista afinal é abrangente e dominante e se reproduz em todas as instâncias (SANTOS, 1981, p. 37).

Outra importante contribuição acerca do espaço urbano nos trouxe Corrêa (2004). O autor também discute os agentes da produção do espaço. Segundo o autor, “a ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção e dos conflitos que delas emergem” (CORRÊA, 2004, p. 11).

Segundo o autor em destaque, as ações dos proprietários fundiários para aquisição de maior renda da terra de acordo com o espaço relativo de sua propriedade são estratégicas, havendo, de maneira geral, duas situações distintas. Em uma delas a propriedade localiza-se nas proximidades de ambientes valorizados, possuindo amenidades. Neste caso, basta aos proprietários pressionar o poder público no investimento infraestrutural, estando o mesmo interessado, uma vez que aumentará os impostos arrecadados. Tais espaços direcionam-se à população de alto poder aquisitivo. A segunda situação, o caso de nosso estudo, é descrita por Corrêa.

Em uma cidade onde existe uma segregação sócio-espacial, com um setor periférico, não apenas distante do centro mas sem amenidades, não atraindo, portanto, grupos sociais de elevado *status*, não resta aos proprietários fundiários senão o loteamento de suas terras como meio de extrair a renda da terra. E se trata de loteamentos populares, com o mínimo de infra-estrutura. Tendo em vista o baixo poder aquisitivo da população que para aí se desloca, não há interesse desses proprietários em se transformarem em promotores imobiliários. Apenas realizarão o loteamento: as habitações serão construídas pelo sistema de autoconstrução ou pelo Estado, que aí implanta enormes e monótonos conjuntos habitacionais (CORRÊA, 2004, p. 19, grifo do autor).

A ação dos chamados grupos sociais excluídos é, ainda segundo Corrêa (2004), exemplo de resistência e forma de sobrevivência, no contexto da produção do espaço. O autor considera que ao adquirir lotes na periferia os agentes em destaque não realizam com plenitude sua função como modeladores do espaço, apenas quando a autoconstrução ocorre em terrenos públicos ou privados ocupados informalmente. A partir do exemplo de Pirajá, justificaremos a nossa discordância com o autor. As ações dos modeladores do espaço, como já mencionado, sempre se dão de forma articulada e segundo uma lógica. Embora a autoconstrução em loteamentos/parcelamentos periféricos possua uma relação de dependência com a ação dos proprietários fundiários acima descrita, o desdobramento daquela ação é

completamente alheia a estes agentes. Em trabalhos anteriores, Rebouças (2008), expomos a situação fundiária de Pirajá, que teve seus terrenos arrendados aos moradores, e estes, por sua vez, não cumpriram o acordo de locação. Além disso, são comuns terrenos subparcelados, onde mais de uma residência é autoconstruída, sem falar nas vielas abertas como complemento das poucas vias abertas pela empresa, atendendo às necessidades da comunidade. Não se pode, dessa maneira, generalizar a diversidade de fenômenos, assim como minimizar o papel desses agentes [que aqui chamamos de sujeitos espaciais], compostos pela população de pouco ou nenhum rendimento. Vale salientar ainda que toda ação de produção do espaço se dá numa relação de dependência de outras ações, sejam ou não de agentes capitalistas hegemônicos, e aqui lembramos da indissociabilidade dos sistemas que compõem o espaço.

É de suma importância abrir um parêntesis para a mais nova publicação do autor em destaque acerca dos agentes da produção do espaço urbano. Numa importante e recente publicação com este tema organizada por Ana Fani A. Carlos, Marcelo L. de Souza e Maria da Encarnação B. Spósito em 2011, Corrêa mantém a nomenclatura e os agentes destacados como os principais e avança com interpretações importantíssimas, considerando que a leitura de processos e agentes espaciais deve ser inseparável, sendo os últimos os responsáveis por concretizar os primeiros; além disso, o autor reconsidera a ação dos – por ele denominados – grupos sociais excluídos.

Ressalta-se aqui a produção de um “espaço vernacular”, efetivada por aqueles que invadem e ocupam terras públicas e privadas, produzindo favelas, ou por aqueles que, no sistema de mutirão, dão conteúdo aos loteamentos populares das periferias urbanas. No processo de produção do “espaço vernacular”, entram em cena novos agentes sociais, como aqueles ligados à criminalidade e ao setor informal de produção de imóveis.

A terra urbana e a habitação são objetos de interesse generalizado, envolvendo agentes espaciais com ou sem capital, formal ou informalmente organizados. Estabelece-se uma tensão, ora mais, ora menos intensa, porém permanente, em torno da terra urbana e da habitação. Se isso não constitui a contradição básica, transforma-se, contudo, em problema para uma enorme parcela da população (CORRÊA, 2011, p. 47, grifo do autor).

As ações do Estado são ressaltadas por Corrêa (2004) como multifinalitárias, entretanto, possuem como finalidade a criação de “condições de realização e reprodução da sociedade capitalista, isto é, condições que viabilizem o processo de acumulação e a reprodução das classes sociais [...]” (CORRÊA, 2004, p. 26). Assim, seja como industrial, proprietário fundiário, promotor imobiliário, agente de regulação do uso do solo ou promotor de melhorias urbanas, o agente em destaque age de forma a privilegiar os interesses das classes sociais dominantes. E nesse sentido complementamos com o mesmo autor. “Nessas

relações entram em jogo mecanismos de negociação, cooptação e clientelismo, aos quais a corrupção não é estranha” (CORRÊA, 2011, p. 46).

Destacamos, para ratificar o que foi anteriormente escrito acerca do Estado como principal agente segregador, suas ações enquanto promotor de melhorias urbanas – que são, como já mencionado, quantitativa e qualitativamente mal distribuídas no espaço –, proprietário fundiário – e exemplificamos com a própria Salvador, por ocasião da Reforma Urbana em 1968, quando grande parte das terras públicas foram vendidas –, e, por fim, como promotor imobiliário – quando direciona as habitações para a população de baixos rendimentos para lugares longínquos, com déficit nos sistemas de equipamentos e serviços urbanos. Em relação às políticas públicas para habitação, historicamente o Estado exclui grande parcela da população, aquela que não se encontra nos setores formais da economia, e aquela de menores rendimentos.

Destacamos, ainda tratando do Estado como agente capitalista hegemônico em potencial, a sua omissão em relação ao acelerado crescimento das periferias urbanas (FERNANDES, 2003), com habitações precárias, saneamento ineficiente e outros serviços infraestruturais disponíveis ou não. O resultado desse panorama de relações, aqui um dos principais interesses e linha norteadora do estudo das ações e relações na produção do espaço urbano – reafirmando o Estado como principal agente de segregação –, é a autoconstrução, já exposta por diversos autores como meio de solucionar os problemas de moradia das classes de rendimentos baixos. “Essa solução ocorre, enfim, em uma situação que demarca um quadro de ‘dilapidação’ e ‘espoliação urbana’ da força de trabalho; diante de um Estado que não garante os meios de consumo coletivo nem uma política habitacional adequada à classe trabalhadora” (VALLADARES, 1983, p. 54). Antes de tratarmos com mais atenção da autoconstrução e do loteamento de periferia, ressaltaremos nossas discordâncias com Singer (1982), tratando do uso do solo urbano na economia capitalista:

Em última análise, a cidade capitalista não tem lugar para os pobres. A propriedade privada do solo urbano faz com que a posse de uma renda monetária seja requisito indispensável à ocupação do espaço urbano. Mas o funcionamento normal da economia capitalista não assegura um mínimo de renda a todos. Antes, pelo contrário, este funcionamento tende a manter uma parte da força de trabalho em reserva, o que significa que uma parte correspondente da população não tem meios para pagar pelo direito de ocupar um pedaço do solo urbano (SINGER, 1982, p. 33).

Ao contrário, entendemos que, além de produzir a pobreza e criar meios de reprodução, a cidade capitalista aloca os pobres. Contraditoriamente, a presença da pobreza é condição necessária para a acumulação da riqueza. Mas nossas discordâncias com o autor não

acabam por aí, situam-se também no desprezo pelas intencionalidades das ações do Estado, situado nas últimas linhas do texto.

Quem estuda um mapa da distribuição dos serviços urbanos de responsabilidade do Estado no território da cidade verifica facilmente que eles estão apenas à disposição dos moradores de rendimentos elevados ou médios. Quanto menor a renda da população, tanto mais escassos são os referidos serviços. Isto poderia despertar a suspeita de que o Estado agrava sistematicamente os desníveis econômicos e sociais, ao dotar somente as parcelas da população que mais são privilegiadas de serviços urbanos, dos quais as parcelas mais pobres possivelmente carecem mais. Mas a suspeita é infundada. Quem promove esta distribuição perversa dos serviços urbanos não é o Estado, mas o mercado imobiliário.

Sendo o montante de serviços urbanos escasso em relação às necessidades da população, o mercado os leiloa mediante valorização diferencial do uso do solo, de modo que mesmo serviços fornecidos gratuitamente pelo Estado aos moradores – como ruas asfaltadas, galerias pluviais, iluminação pública, coleta de lixo, etc. – acabam sendo usufruídos apenas por aqueles que podem pagar o seu “preço” incluído na renda do solo que dá acesso a eles (SINGER, 1982, p. 35-36).

Aceitar esta análise significaria levar ao chão todo o nosso esforço de compreensão das relações entre os agentes, feito até aqui. Em primeiro lugar seria ingenuidade entender que os serviços públicos são fornecidos gratuitamente pelo Estado. Impostos são pagos para todos os serviços urbanos, indiscutivelmente. Poderíamos falar em inadimplências ou em diferenciação de valores por área na cidade, mas há a cobrança, inclusive em áreas onde não há o serviço, como ocorre em muitos bairros periféricos de Salvador, em relação ao serviço de esgotamento sanitário e drenagem. Colocar a culpa no mercado imobiliário é uma boa maneira de encobrir as ações intencionais de um Estado social mínimo. As ações do Estado – agente capitalista hegemônico em potencial e repetimos: principal agente de segregação – são complementarmente entrelaçadas àquelas dos agentes imobiliários, sem inocência.

Decerto, as palavras de Paul Singer causaram em nós certo desconforto. Da mesma publicação – A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial –, que reúne importantes textos acerca do espaço urbano periférico [inclusive Autoconstrução: a arquitetura possível, de Ermínia Maricato], encontramos em Bolaffi algumas palavras que nos animam. Sobre os problemas e os falsos problemas do urbanismo e da habitação periférica, o autor afirma que o erro está na formulação dos problemas e, conseqüentemente, na maneira com a qual são encarados.

[...] como tantos outros problemas da população do país, têm sido formulados falsamente; formulados não a partir das características intrínsecas ao problema, mas a partir das necessidades da estratégia do poder e das ideologias que foram elaboradas durante os últimos quinze ou vinte anos. [...] [Seriam as políticas de Estado? Ou a ausência delas, como muitos afirmam? Nos últimos dois Governos o Brasil tem iniciado um processo de transformação dessas políticas] Os planos se sucedem e os problemas se agravam. [...] O que procuramos [com o texto] é mostrar que o sistema somente poderá resolver alguns de seus verdadeiros e reais problemas

se for capaz de armar-se com a vontade e com a coragem política para solucionar algumas de suas contradições básicas (BOLAFFI, 1982, p. 40-41).

Segundo Brandão (1981), que também nos conforta após ler as palavras de Singer, se tratando da produção do espaço urbano como valor de troca,

o Estado assume uma importância crítica. Primeiro ao intervir na disposição das imobilizações de capital, com implicação sobre a localização das inversões privadas, e, por isso, determinando direta e indiretamente a valorização do “capital” imobiliário, responsável em última análise pelas definições do uso do solo [...]. Até há pouco, essas condições não estavam plenamente estabelecidas, nem a nível do mercado financeiro, de âmbito nacional, nem a nível dos mercados locais do solo. O processo desenvolveu-se aos poucos, sempre com a participação do Estado e com repercussões ideológicas distintas (BRANDÃO, 1981, p. 127).

Outros agentes importantes na produção do espaço urbano são os ativistas sociais, que animam os movimentos sociais promovendo ocupações coletivas organizadas. Em Salvador o Movimento dos Sem Teto da Bahia MSTB, antigo MSTB [de Salvador], possui importância ímpar, embora a pesquisadora desconheça a ação do mesmo no bairro de Pirajá. Desta maneira, ressaltamos os movimentos de ocupação liderados por ativistas/grupos não organizados formalmente, mas que possuem regras e arranjos peculiares, como pode ser observado em entrevista concedida por moradora em nosso trabalho anterior, Rebouças (2008). Existem ‘sub regras’ que determinam essas relações, regras pouco politizadas, tais como o ‘quem chega primeiro’ ou o ‘guarda lugar para um, que irá garantir outro em condições menos favoráveis’, diferente do que o corre com movimento politicamente organizado, como o MSTB, ao menos segundo estudos, ver, por exemplo, Alves (2010). O que queremos chamar atenção, entretanto, é o poder desses movimentos no espaço, que, como afirma Souza (2011) relacionando ao planejamento [e a grupos politicamente organizados], extrapola os limites da reação.

Daí, contudo, a assumir, implicitamente (e irrefletidamente) que os movimentos sociais apenas *reagem* (denunciam e protestam), isto é, que não têm a capacidade de *agir proativamente* (concebendo projetos alternativos/contraprojetos, contraplanos), vai uma grande distância. Imaginar que os movimentos sociais são meramente reativos ou que não planejam significa não levar em conta ou não interpretar corretamente o fato de que eles desenvolvem estratégias muitas vezes diretamente à reorganização do espaço da cidade, às vezes até mesmo conseguindo implementar várias coisas, *apesar do* Estado e *contra o* Estado (SOUZA, 2011, p. 150, grifo do autor).

Vamos à autoconstrução.

2.4 AUTOCONSTRUÇÃO: MAIS QUE A ARQUITETURA POSSÍVEL, UM MODO DE VIDA

Não se trata de seqüências diferentes de um desenvolvimento único, mas de formas de expansão de uma estrutura histórica dada, o sistema capitalista avançado, no qual as formações sociais diferentes preenchem funções diversas e apresentam traços característicos correspondentes a estas funções e à sua forma de articulação. [...] se todas as sociedades são interdependentes, suas relações são assimétricas (CASTELLS, 2000, p.82).

Antes de mais nada é importante ressaltar o macroprocesso e suas características, aquele que desencadeia a segregação, a periferização, a autoconstrução... a saber, a urbanização. Caracterizar a urbanização de Salvador é, ao mesmo tempo, caracterizar a urbanização brasileira. A inserção deste processo no Brasil, não diferente do mundo, está ligada ao processo de industrialização. Neste contexto, dois aspectos são importantes de ser considerados para o Brasil: industrialização tardia, acelerada e periférica, acompanhada de uma urbanização nos mesmos moldes. “A fuga para as cidades é [...] muito mais como uma decomposição da sociedade rural do que como expressão do dinamismo da sociedade urbana” (CASTELLS, 2000, p. 85).

Mesmo se o tema se presta a digressões moralizantes, deve-se observar o duplo fato: 1. por um lado, a não-integração nas atividades produtivas e, conseqüentemente, um nível de vida extremamente baixo da massa de migrantes, bem como das gerações de urbanização recente; 2. por outro lado, dada a ausência de uma cobertura social das necessidades individuais, o aumento do número das zonas urbanas deterioradas, as carências de equipamento, seja nos bairros insalubres da antiga cidade, seja nas favelas periféricas construídas pelos recém-chegados (CASTELLS, 2000, p. 98).

O “exército de reserva de uma indústria inexistente está na base do desenvolvimento urbano” (CASTELLS, 2000, p. 81) dos países com desenvolvimento tardio. Castells compara os níveis de urbanização com os de industrialização entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos e conclui que “no nível de urbanização atual dos países subdesenvolvidos, aqueles desenvolvidos já haviam alcançado um nível de industrialização mais elevado” (REBOUÇAS, 2008, p. 29). Maricato (1995) denomina a urbanização brasileira de desenvolvimento moderno do atraso. Aliadas às questões históricas estão as políticas internas e posições do Estado, que parecem perpetuar e agravar os problemas urbanos.

Entender a autoconstrução como um modo de vida foi resultado de reflexões sobre nossos trabalhos intensos em Pirajá, nos quais foi possível perceber o quanto a construção da casa participava de todas as esferas da vida cotidiana, associadas às leituras sobre o tema. Intencionalmente, durante as entrevistas, diálogos e oficinas, não foram direcionadas perguntas aos moradores acerca do processo de construção da casa em si, seus elementos surgiram no contexto dos questionamentos acerca da relação com a casa, e nos fez abrir um parêntese para o tema.

Como vimos, em Pirajá, a autoconstrução está ligada a dois processos anteriores: à ocupação informal em área de propriedade privada [vale ressaltar que coletiva e individual] e/ou ao parcelamento da área [raramente com a aquisição e normalmente com o arrendamento do terreno]. Desta maneira, nossos esforços se concentraram na busca de informações de como se deu o processo de parcelamento da área, através de conversas com antigos moradores do bairro, além das informações concedidas em entrevista com o gerente da empresa.

Sobre as ocupações coletivas existe certa ‘empresa de invadir’, na qual algumas figuras do bairro e/ou adjacências são donas, direcionando as ações e cercando um grande número de pequenos terrenos para vender posteriormente “por qualquer cem ou duzentos reais”, como nos informou um morador. Em uma das visitas à última ocupação de Pirajá em 2008 – que estava em processo de demarcação de terreno, com muitos barracos e cercas em terrenos vazios e atualmente em processo de consolidação –, quando nos retiramos do barraco de uma ocupante [a pesquisadora e uma moradora local, que acompanhava as caminhadas no campo], havia cerca de 10 homens observando e demonstrando agitação. Descemos e explicamos a atividade a dois deles. Não existem em Pirajá ocupações coletivas organizadas pelo Movimento dos Sem Teto da Bahia (MSTB).

Sobre o loteamento de periferia encontramos em Chinelli (1981) contribuições valiosas, e é sobre estas que trabalharemos algumas de nossas reflexões acerca de Pirajá. A constituição do parcelamento – seus aparatos (i)legais, ano específico de abertura, etc. – não foi nosso foco de estudo, até porque as informações são imprecisas. A análise da ação de parcelar nos interessa devido a sua ligação direta com as condições de habitabilidade em Pirajá. Chinelli nos traz importantes análises do processo, que se inicia com a implantação de um mínimo de acessibilidade. No caso de Pirajá já existia o acesso pela Estrada das Boiadas, em terras da empresa doadas para o Estado [segundo entrevistado] ficando a cargo da empresa a abertura das vias internas do parcelamento e a divisão em si dos terrenos. A infraestrutura era pouca ou nenhuma, serviços como água e energia chegaram depois. A fala de um loteador entrevistado por Chinelli evidencia a consciência das repercussões e intencionalidades de suas ações.

Não adianta exigir obras de infra-estrutura que o povo não pode pagar. Tem que exigir aquelas mínimas que o povo possa pagar. Não sei como que um operário pode pagar coisas assim (...) depois de vendido criou um problema que é insolúvel (...) depois de vendido e construído, (...) o loteamento, já se criou um problema social (CHINELLI, 1981, p. 54).

Um elemento importante do estudo de Chinelli é a maneira como se percebem os atores [termo utilizado pela autora] envolvidos no processo. Os loteadores entendem-se como

promotores de justiça social, “uma vez que permitem às camadas menos favorecidas da sociedade a oportunidade de se tornarem proprietárias de um pedaço de terra, onde poderão construir suas casas de acordo com suas ‘necessidades e possibilidades’ [...]”, afirmam ainda que “seus esforços em prol da justiça social não são reconhecidos” (CHINELLI, 1981, p. 61) pela sociedade. O loteador se coloca como solucionador de um problema que é do Estado, mas que o mesmo se mostra ineficiente para resolver. Na época – período também coincidente com a abertura do parcelamento em Pirajá – os órgãos responsáveis pela habitação eram as Companhias de Habitação (COHAB’s) e os Institutos de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOP’s) [para os que possuíam rendimentos de 3 a 5 e de até 12 salários mínimos, respectivamente]. Como resultados, “menos de 20% das unidades de habitação construídas no período de atuação do BNH / SFH (1964-1986) foram destinadas à população menos favorecida” (REBOUÇAS, 2008, p. 35).

As cidades brasileiras atuais se conformam a partir desta configuração de opostos: o que é oficial e, portanto, tem a ver com o BNH e o que é autônomo em relação aos propósitos e à máquina controladora do Banco. Entender tal dialética significa encontrar explicações para as diversas formas de assentamentos urbanos no que elas têm de estrutural. Significa, também, entender que a ocupação do espaço não se faz por acaso, e que o BNH e sua negação estão inscritos em um quadro mais amplo que lhes dá sentido e a própria razão de ser (SANTOS, 1981, p. 21)

Fazem sentido para a lógica da produção capitalista do espaço tanto a eficiência quanto a ineficiência das ações do BNH. A ideia do loteador como “dotado das melhores intenções” (CHINELLI, 1981, p. 62) também foi percebida em entrevista com o gerente da União Fabril, empresa responsável pelo parcelamento em Pirajá. Aqui a empresa mostra-se aberta para negociações com os moradores que não mais pagam o arrendamento anual do terreno e fala de doações de terras para benfeitorias em prol da comunidade e da sociedade como um todo, como a construção das estradas:

Pra qualquer negociação, tanto sim que nós, é... a empresa aqui fez um plano de negociações dando condições a todos os locatários, com toda a flexibilidade, de chegar aqui e ele poder dizer assim, eu estou adquirindo o imóvel, estou pisando no chão que é meu. Dando toda a condição de ele outorgar a escritura dele e registrar no cartório competente. Independente de qualquer coisa, a Companhia já, no seu desenvolvimento, fez doações à Prefeitura, Governo do Estado, escolas, cemitérios, entendeu? Centros de saúde, o próprio Centro de Saúde de Pirajá, Centro de Saúde de Plataforma, entendeu? Independente das desapropriações amigáveis feitas pela própria Prefeitura e Governo do Estado em áreas dela que... pra fazer algumas, se não fez, isso não... a empresa não tem culpa, mas que foi, pelos decretos que foram realizados, eles foram... muitos, é... com a batida do martelo foram confinados, mas, que não houveram as... as... vamos dizer assim, o... os objetos que eles quiseram fazer, a gente aí não tem, mas que ela procurou ajudar Governo Estadual e a Prefeitura de uma forma com as terras dela, independente das estradas que foram abertas, Suburbana, Estrada do Cabrito, e outras desapropriações para

melhoramentos urbanísticos de lazer e etc. como teve em Pirajá em pouco tempo (REBOUÇAS, 2008, p. 98-99).

Os locadores entrevistados em Chinelli reclamam das exigências da Prefeitura para a abertura dos lotes, afirmando o Estado como o maior empecilho no provimento de bem-estar aos de baixa renda. No caso da União Fabril não houve queixas do entrevistado em relação às condições exigidas pelo Estado, o que é justificado pela ilegalidade do parcelamento e pela omissão do poder público em relação a sua existência. Pelos aspectos que atualmente nos apresentam os terrenos e pelas condições infraestruturais relatadas pelos moradores antigos essa “harmonia” não trouxe melhorias para os mais necessitados. O que realmente importa é que uma boa quantidade de sujeitos espaciais adquiriu o terreno e passou a erguer suas residências de acordo com suas possibilidades, como um projeto de vida. Veremos mais informações acerca de como se desdobrou a irregularidade da situação fundiária do bairro em capítulos posteriores.

Erguer a casa como um projeto de vida é ter a autoconstrução como um modo de vida. Aqui denominaremos de autoconstrução

[...] o processo de construção da casa (própria ou não) [segundo a autora para inserir aqueles que não são donos dos terrenos] seja apenas pelos seus moradores, seja pelos moradores auxiliados por parentes, amigos e vizinhos, seja ainda moradores auxiliados por algum profissional (pedreiro, encanador, electricista) remunerado (MARICATO, 1982, p. 74).

Entretanto, vale ressaltar que esse trabalho não tem como único objetivo a construção da residência em si, como nos lembra a mesma autora:

A autoconstrução não se limita à construção da casa. Em nossas pesquisas empíricas verificamos que ela abrange a construção de Igrejas, escolas primárias, creches, sedes de sociedades de amigos de bairros, centros comunitários. É frequente observar aos sábados e domingos, em bairros que não contam com calçamentos, moradores se organizarem para melhorar as ruas, caminhos de acesso, pontes, limpeza de córregos, etc. A autoconstrução se estende portanto para a produção do espaço urbano e não se restringe aos meios de consumo individual. Nos domingos e feriados, nas horas de descanso, os trabalhadores constroem artesanalmente uma parte da cidade. [...] fundamental para a manutenção da oferta larga e barata de mão-de-obra, [e] se faz às custas do seu próprio esforço [...] (MARICATO, 1982, p. 79).

A literatura acerca da autoconstrução é relativamente vasta, geralmente trazendo assustadores números referentes à participação da mesma na construção das cidades. Os resultados para a paisagem urbana e as condições de habitação são também corriqueiros e não muito distintos. “O congestionamento habitacional [...] a coabitação familiar [...] a insalubridade [...] doenças pulmonares [...] más condições de saneamento [...]” (MARICATO, 1982, p. 91) são apenas alguns exemplos. Mais uma vez recordamos a fala de uma moradora em oficina realizada em Pirajá, sobre a estranheza que apresenta sua rua pelo aspecto urbano.

Se referindo ao bairro como um todo, outra moradora em outra oficina nos falou de uma “falta de organização [...] parece que tem uma [casa] em cima da outra, não tem um espaço [...]”.

Mesmo que tenha havido transformações nas políticas públicas e que a inserção de pessoas com rendimentos mais baixos tenha passado por evoluções significativas nos dois últimos governos no Brasil¹⁷, a realidade urbana é muito mais dura: no processo de autoconstrução está inserido o de consolidação, que significa uma solidificação/estabilização da população a partir das melhorias gradativas que são conseguidas em suas residências. Associado a isto está a construção de uma relação do morador com o lugar, nela inseridas as condições de habitabilidade. Outro fator relevante está no modelo de construção dos conjuntos habitacionais atuais, com residências que não coincidem nem chegam perto das características familiares e da vivência desses moradores. Desta maneira, projetos de intervenção urbana¹⁸ – desde que totalmente participativos – são muito mais bem-vindos e necessários que a construção de moradias em grande parte da cidade, como em grande parte de Pirajá¹⁹. Decerto que, associadas aos projetos urbanísticos participativos, tem de haver políticas para melhorias dos rendimentos da população, mas continuar neste assunto desviaria nosso foco.

O tratamento comum da literatura é considerar a autoconstrução um meio através do qual a população de baixos rendimentos conta para solucionar seu problema de moradia, devido aos históricos ineficientes programas governamentais para o setor. E é verdade, mas, neste contexto, não é a única verdade. A aproximação com os sujeitos espaciais responsáveis pela autoconstrução nos encaminha a um mundo no qual a construção da casa [do caminho,

¹⁷ Não podemos deixar passar despercebida a nova Política Nacional de Habitação inaugurada pelo Governo Federal a partir do ano de 2002, sob a gestão do Presidente Luís Inácio Lula da Silva. Ainda que estejamos caminhando em passos lentos e que a realidade da pobreza urbana seja historicamente construída – logo impossível de se transformar em oito anos – passos importantes foram dados pelo referido governo no sentido de melhor incluir os historicamente mais excluídos: os de menores rendimentos. A nova Política Nacional de Habitação inclui a criação do Ministério das Cidades, do Conselho Nacional de Habitação, projetos como o Moradia e o Minha Casa, Minha Vida; o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social [Lei Nº 11.124/05], que cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e o Conselho Nacional de Habitação de Interesse Social. Segundo o professor Nabil Bonduki, em 2002 apenas 32% dos financiamentos eram direcionados à população de até 3 salários mínimos, em 2007 esta porcentagem aumenta para 65 (BONDUKI, 2011).

¹⁸ Sobre os dois projetos de intervenção atualmente desenvolvidos na área urbana de Pirajá falaremos no próximo capítulo.

¹⁹ Falamos isso mais que admitindo a importância que a autoconstrução desempenha para a vida desses moradores, fazendo da relação com a moradia um modo de vida. Todas as vezes em que foram questionadas soluções para os problemas do bairro em diálogos e oficinas, os projetos foram as principais saídas, claro que nem sempre mencionados como projetos [obras, consertos, construções, melhorias]. Outra evidência dessa constatação foi a manifestação contrária à saída das casas em uma discussão com a CONDER que veremos no próximo capítulo. A fala de uma moradora no Seminário de Abertura foi bastante representativa: ainda que tenha indicado vários problemas estruturais em sua moradia, tais como ausência de laje, reboco, piso, etc., a senhora enumera os motivos pelos quais não quer sair da sua residência: tamanho, lugar de criar animais e plantar, possibilidade de ampliações para filhos, anos de moradia, etc.

da escadaria...] está completamente inserida na maneira com a qual essas pessoas seguem suas vidas. Encontramos em Lima (1981) o melhor tratamento acerca do tema, numa aproximação com autoconstrutores na periferia do Rio de Janeiro:

[...] estabelecendo relações entre a construção da casa e outros aspectos da vida cotidiana dos autoconstrutores, coloca-se a autoconstrução como um processo que marca um modo de vida; e procura-se discutir essa alternativa habitacional proletária levantando questões relativas a suas implicações, não só ao nível das condições reais de existência dos trabalhadores nela empenhados, como também no nível das representações que se fazem dessas condições (LIMA, 1981, p. 72).

Lima traz ricos depoimentos dos autoconstrutores acerca do processo de construção de suas residências, nos mostrando o tamanho do envolvimento dos mesmos com a construção, que pode durar uma vida. A extensão da jornada de trabalho é um fator relevante no processo e uma forma importante de conseguir dinheiro para a compra de materiais, a autora fala de uma dupla maneira: “as horas extras feitas no próprio emprego e a realização de biscates” (LIMA, 1981, p. 80). Identificamos, porém, uma extensão tripla. Além das duas destacadas temos a do próprio processo de construção da residência: o autoconstrutor estende sua jornada de trabalho para ampliá-la ainda mais. Isso na atualidade é muito mais gritante quando consideramos que muitos deles estão na informalidade, meio de ‘autossolucionar’ o problema da falta de emprego na economia formal. “E assim segue, auto-emprego e autoconstrução de moradias caracterizam a vida dessas pessoas [...]” (REBOUÇAS, 2011a, s/ p.), por vezes fazendo com que, para elas, a figura do Estado se torne distante quando se trata de minimizar seus problemas, seus próprios esforços são por eles os únicos responsáveis, como ficou claro em vários momentos das conversas com os trabalhadores informais no bairro de São Caetano, vistos por nós em trabalhos anteriores, Rebouças e Moura (2010b) e Rebouças (2011a). Isso concretiza o papel da autoconstrução e do Estado no sistema capitalista.

Mesmo com precárias condições de habitabilidade e de difícil comercialização, o fato é que, ao se apropriar integralmente do bem que produziu, o autoconstrutor se insere no estrato dos proprietários urbanos e este fato tem implicações políticas e ideológicas. Essas implicações carecem de pesquisa que as explorem em toda a sua complexidade, mas pode-se sem risco de erro afirmar que a autoconstrução é uma solução bastante conveniente ao sistema em vigor. Ampliando o contingente de proprietários particulares de habitações, ela realimenta a crença de que o direito legal à propriedade privada é um direito incontestável e reforça o seu valor como aspiração incondicional, contribuindo assim para reforçar o sistema da propriedade privada (LIMA, 1981, p. 72).

Interessa-nos mais, decerto, as consequências dessa concretização do sistema capitalista para a vida das pessoas, e em algumas de suas falas é possível identificá-las. A seguir estão as falas dos próprios em relação à satisfação com suas casas, percebemos que, mesmo entendendo que suas casas atendem suas necessidades, há por parte dos moradores o

desejo de alguma mudança/ajuste/ampliação: [atende] “atende sim, eu gosto muito da minha casa” e [mudaria] “mudaria sim, porque minha casa é pequena e eu queria aumentar um pouco”; “[atende] “sim” e [mudaria] “eu mudaria a área de serviço”; [atende] “sim, porque nas estações do ano seja ela fria ou quente estou sempre protegida na minha casa” e [mudaria] “não, porque estou muito satisfeita na casa que tenho”; [atende] “claro! minha casa é simples né... é... como é que diga... a minha casa, quer dizer que... hoje tem três casa (sic), mas duas que é dos, dos menino (sic), não é minha (sic)... e, eu tenho uma casa, que lá em casa tem... dois quartos, sala, cozinha e banheiro, entendeu?” e [mudaria] “de querer eu queria, mas eu não posso, aí tem que ficar no que está mesmo [...]”.

[atende] Se ela atende? É... atende porque a gente não tem outro jeito mesmo, se tivesse outro jeito já tinha saído daqui também é muito pequeno minha fia (sic), porque eu tenho dois netinho (sic)... que ficou órfão, minha filha faleceu, faz dois anos agora, recente... Aí, é essa aqui, essa menininha aqui que é minha netinha e esse é o menino, ela tem sete anos e ele fez oito, aí eles dormem nesse quarto, ele e a tia, e eles dois. A tia dorme embaixo mais Taís, naquela cama que puxa embaixo e Pedro Henrique dorme em cima, na cama de cima, não tem uma cama assim embaixo? Ela dorme mais a tia e Pedro Henrique dorme em cima. Mas, vai dando pra quebrar o galho, quando a gente não tem condições a gente tem que passar como pode né minha fia (sic), como pode... comprado, tem que pagar como pode (REBOUÇAS, 2008, p. 94).

Ao mesmo tempo em que as casas atendem às necessidades, geralmente os moradores mudariam alguma coisa nela. A casa é uma conquista, por isso as respostas de atender às necessidades são geralmente positivas, por outro lado, as condições – via de regra – não permitiram construí-la segundo suas reais necessidades, aliás, a construção ainda não se adequou às necessidades, uma vez que é um aparente eterno projeto. Não se trata, porém, de qualquer conquista, é uma conquista de vida. Uma conquista na qual estão envolvidos os vizinhos que auxiliaram na ‘batida da laje’, e em várias outras situações. Uma conquista que fez sacrificar a vida, que envolve o trabalho, lazer, vestimenta e até alimentação. “Faz compra no dia que tem dinheiro porque se for comprar sempre que necessita vai comprar todo dia e não sobra pro material” (LIMA, 1981, p. 84).

Os lugares de moradia das pessoas entrevistadas seriam classificados por qualquer índice formal de verificação de habitabilidade como em más condições [quantidade e tamanho dos cômodos, acabamento, ventilação, infraestrutura da rua, etc.]. É neste sentido que a autoconstrução interfere diretamente nas condições de habitabilidade, mas esta não apenas considerada como uma série de índices e parâmetros previamente estabelecidos. Habitabilidade como relação construída entre o morador e seu lugar, cujos parâmetros são tão complexos quanto subjetivos e definidos por eles, decerto após diálogo com esta

pesquisadora. Aquelas definidas por parâmetros pré-estabelecidos são as condições de habitação ou de moradia.

A análise das condições de habitabilidade é feita por esta pesquisa não apenas a partir da relação do morador com sua residência, amplia-se para a rua e o bairro, o que será demonstrado no próximo capítulo. Como entender um contentamento generalizado com a casa, a rua e o bairro ao mesmo tempo em que admitindo os vários problemas de moradia em todas essas escalas senão a partir de uma análise quase que puramente subjetiva? A habitabilidade apenas pode ser compreendida no espaço de vivência e definida por quem vive. Deixaremos clara a maneira como o termo será tratado a partir deste ponto do presente trabalho: os moradores nas oficinas definiram as condições de habitabilidade do bairro, segundo critérios estabelecidos em diálogo, logo estas serão tratadas como tais. Para os diversos autores e inclusive a deste trabalho [quando a referência for de critérios próprios] será tratada como condições de habitação ou moradia [quando tais autores se referirem a habitabilidade haverá uma nota: o que aqui entendemos por condições de moradia].

III. 1. De que forma você acha que isso seria possível?

Se o Governo o Prefeito e os deputados se responsabilizassem se responsabilizassem por isso

IV. Como você descreveria sua relação com o seu bairro?

A minha relação é de ~~comp~~ companheiro eu faço a minha parte para a fudam

I. O que você considera bom em Pirajá?

a convivência com a comunidade

II. O que você acredita que poderia melhorar?

a saúde o transporte o lixo e que ~~os~~ tivesse droga

II. Sua casa atende as suas necessidades?

Sim. Por que nas estações de ano pela falta de água eu quero estar sempre privilegiado na minha casa.

III. Mudaria alguma coisa na sua casa? Por quê?

Não. Por que estou muito satisfeito na casa que tenho.

I. De que forma você acha que isso seria possível?

e existisse algum balneário público e banheira em nosso bairro.

Como você descreveria sua relação com o seu bairro?

tranquilidade respeito e amor.

II. Sua casa atende as suas necessidades?

atende, mas eu gasto muito da minha casa.

III. Mudaria alguma coisa na sua casa? Por quê?

mudaria minha ~~porque~~ porque minha casa é pequena e eu queria aumentar um pouco.

V. O que você precisa procurar em outros bairros de Salvador, que não encontra em Pirajá?

falta médico no posto de saúde, falta de polícia

II. Sua casa atende as suas necessidades?

Sim eu gasto muito da minha casa e tem ventilador e no lugar eu como 5 refeições

III. Mudaria alguma coisa na sua casa? Por quê?

Sim eu mudaria a entrada, porque é a última casa do bairro e todo lixo e água dois litros quando há eu não posso levar para a minha porta



3 O CONSTRUIR E O HABITAR EM PIRAJÁ: INTERFACES ENTRE REALIDADE E POSSIBILIDADES METODOLÓGICAS DE INTERVENÇÃO

Não é possível tratar da habitação e do solo urbano atuais sem referência à Lei de Terras de 1850, quando foi instituído que a única forma de adquirir o direito à terra seria através da compra da mesma, como nos destaca Gordilho-Souza (2008)²⁰ em rico estudo acerca da habitação em Salvador, também citando Rolnik (1997). A consolidação da transformação da terra e da habitação em mercadorias é a explicação para todo o jogo de interesses nas relações entre os agentes espaciais. A propriedade no lugar da posse e, com isso, a necessidade de capital para garantir o direito de uso.

A promulgação da Lei de Terras marca um corte fundamental na forma de apropriação da terra no Brasil, com grandes consequências para o desenvolvimento das cidades. A partir de sua promulgação, a única forma legal de posse da terra passou a ser a compra devidamente registrada. Foram duas as implicações imediatas dessa mudança: a absolutização da propriedade, ou seja, o reconhecimento do direito de acesso se desvincula da condição da efetiva ocupação, e sua monetarização, o que significa que a terra passou a adquirir plenamente o estatuto de mercadoria. (ROLNIK, 1997, p. 23).

Segundo Gordilho-Souza (2008), as repercussões legais da referida lei não foram instantâneas. “Os primeiros sinais se evidenciam mais claramente somente a partir do final do século passado, quando se incrementa a adoção de normas urbanísticas para o controle, uso e ocupação do solo nas grandes cidades” (GORDILHO-SOUZA, 2008, p. 267). Para Salvador tem-se como marco o Código de Posturas de 1926, “quando se inaugura uma nova sistemática de controle e construção da cidade” (GORDILHO-SOUZA, 2008, p. 193).

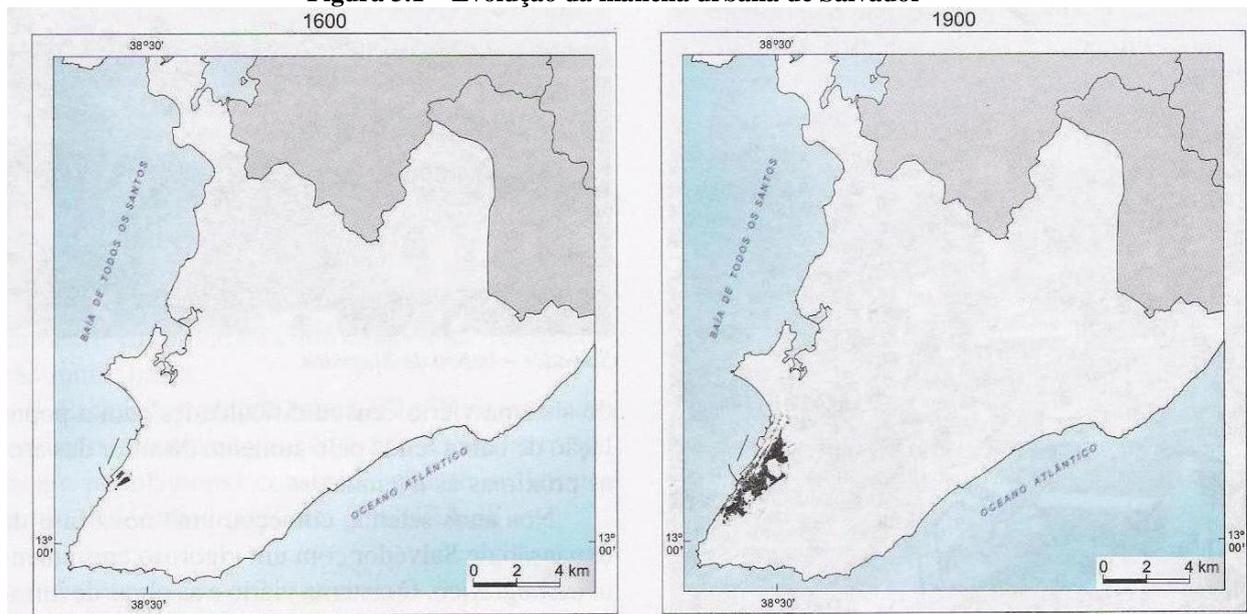
O processo de urbanização e crescimento horizontal das cidades já era um fato no mundo capitalista desenvolvido, esses aparatos legais preparavam Salvador para a ‘chegada’ desse processo, que se deu – em relação aos países desenvolvidos – de forma muito mais acelerada, porque tardia. O crescimento demográfico de Salvador é ilustrado no quadro 3.1 e demonstrado nas figuras 3.1 e 3.2. Adiante Gordilho-Souza (2008) explicita quais as formas-conteúdo resultantes desse processo em Salvador e que formaram, nos mesmos moldes, as bases para sua reprodução.

²⁰ Primeira edição em 2000.

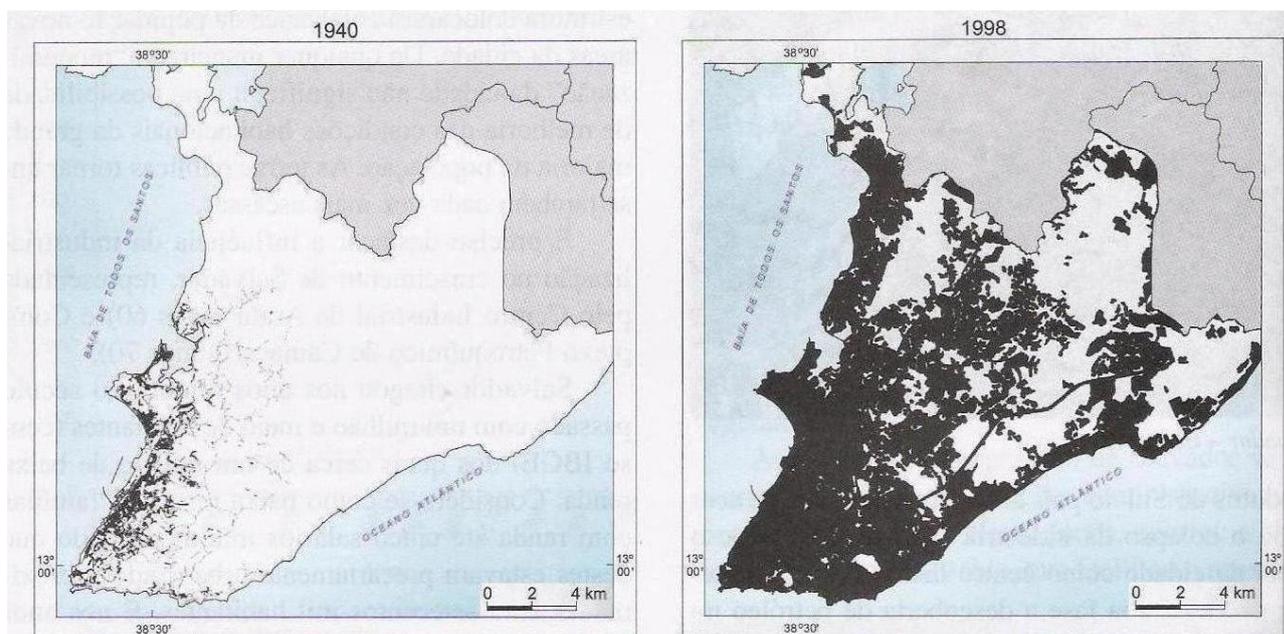
Quadro 3.1 Evolução da população de Salvador

| ANO/PERÍODO | POPULAÇÃO |
|----------------------|-----------|
| 1549 | 1000 |
| Fim do séc. XVI | 8.000 |
| Meados do séc. XVII | 10.000 |
| Meados do séc. XVIII | 37.343 |
| Início do séc. XIX | 45.600 |
| 1872 | 129.109 |
| 1890 | 174.412 |
| 1900 | 205.813 |
| 1920 | 283.422 |
| 1940 | 290.443 |
| 1950 | 417.235 |
| 1960 | 655.735 |
| 1970 | 1.007.195 |
| 1980 | 1.502.013 |
| 1991 | 2.007.256 |
| 2000 | 2.443.107 |
| 2010 | 2.676.606 |

Fontes: Brandão, 1978, p. 158, para os dados até 1970. IBGE (Censos 1980, 1991 e 2000). IBGE (Primeiros dados do Censo 2010).

Figura 3.1 – Evolução da mancha urbana de Salvador

Fonte: extraído de Silva org., 2004, p. 166.

Figura 3.2 – Evolução da mancha urbana de Salvador

Fonte: extraído de Silva org., 2004, p. 166.

O movimento de privatização da habitação, de início, ocorre através da proliferação de loteamentos, que terão um papel fundamental na estruturação do espaço urbano, logo seguidos pelas grandes invasões, que iniciam o processo de desbloqueio do sistema arcaico de posse do solo, calcado na enfiteuse²¹, para definitivamente consolidarem-se com a Reforma Urbana de 1968 que promoveu a alienação de grandes quantidades de terras públicas. Esse constituiu o “ato final” que sela o processo de privatização do estoque fundiário do município, fortalecendo o controle do capital imobiliário sobre o uso e valorização do solo. Amplia-se, a partir de então, a diversificação de parcelamentos do solo como mercadoria, seguida da implantação de grandes conjuntos habitacionais por iniciativa pública.

As formas como os diferentes segmentos de renda de apropriarão de porções do solo urbano, ofertado pelo capital imobiliário ou pelo próprio Estado, ou ainda de forma conquistada e conflituosa – de acordo com a capacidade ou incapacidade de consumo – definirão a diversidade de ocupação habitacional encontrada na atualidade (GORDILHO-SOUZA, 2008, p. 194).

A Lei da Reforma Urbana foi promulgada às vésperas do município completar 1 milhão de habitantes e quando sua mancha urbana cresce mais aceleradamente em direção à periferia.

²¹ A enfiteuse “consiste no direito real na coisa alheia que retira da propriedade todos os poderes que lhe são inerentes, deixando ao proprietário apenas alguns sinais exteriores da sobrevivência do seu direito e a expectativa de requisição das faculdades que, do seu direito, foram destacadas. Ainda segundo o autor a enfiteuse distingue-se do arrendamento pela sua perpetuidade, modicidade do foro, ônus de cultivar a terra e o direito de dispor e constituir sobre o bem outros direitos reais.

Sob o regime enfiteutico, fragmentava-se o direito de propriedade, mantendo-se com o Poder Público a titularidade do domínio direto sobre o bem e transferindo-se ao particular o domínio útil para ser explorado, mediante o pagamento de uma renda anual. Os contratos de enfiteuse objetivavam a efetiva utilização do bem aforado, sendo resguardado ao Poder Público o direito de pôr termo a avença em caso de não-utilização pelo enfiteuta, o que em tese permitia ao Poder Público o maior controle da destinação do solo urbano” (LIMA, 2005, p. 87).

A pobreza urbana é formada em três grandes áreas da periferia da cidade: o Miolo, região situada entre a Avenida Paralela e a Rodovia BR-324; o Subúrbio Ferroviário, situado entre a Avenida Suburbana, a Ferrovia e as águas da Baía de Todos os Santos e o Subúrbio Rodoviário, que limita-se com o último e situa-se na parte alta da cidade, seguindo até a BR-324. Mas Salvador não conseguiu afastar a pobreza, existem vários bolsões próximos às áreas valorizadas, Orla Atlântica, área central e, no entorno da Avenida Paralela [atual vetor de crescimento urbano ocupado pela população de estratos de rendimentos elevados], mantém-se resistente o Bairro da Paz, única grande área de habitação popular caracterizada pela autoconstrução da região²². Neste trabalho nossos esforços se concentrarão no bairro de Pirajá, que se situa na Região do Subúrbio Rodoviário.

A “falta de organização [...] parece que tem uma [casa] em cima da outra, não tem um espaço [...]” do relato da moradora em oficina é traduzida por Espinheira (2003): “A imagem urbana é a do improvisado, a do aproveitamento máximo do lote [...] com os blocos sem reboco [...] como se cada casa se superpusesse à outra, haja vista a declividade dos sítios ocupados [...]” (ESPINHEIRA, 2003, p. 192).

Estas foram – para os espaços habitados pelas classes de menores rendimentos – as consequências do modelo de crescimento urbano adotado pela cidade de Salvador, o qual possui agentes concretos bem definidos, com ações e intencionalidades que se complementam no tempo e no espaço. Em seu texto “O último dia da criação”, Maria de Azevedo Brandão referencia alguns destes agentes:

[...] como o “valor” do solo urbano como mercadoria é condicionado pela acessibilidade deste à rede de equipamentos e serviços, cada inversão em capital fixo contribui para reorganizar os possíveis usos que dele se façam expulsando ou suprimindo a ocupação residencial com menor densidade de valor. Assim, somam-se por dois lados as condições geradoras de uma produção que, além de “subnormal”, é deslocada, ao nível ideológico, para o terreno da ilegitimidade.

Nesse processo, o Estado assume uma importância crítica. Primeiro ao intervir na disposição das imobilizações de capital, com implicação sobre a localização das inversões privadas, e, por isso, determinando direta e indiretamente a valorização do “capital” imobiliário, responsável em última análise pelas definições do uso do solo. Em segundo lugar, por demarcar os limites da “normalidade” quanto ao uso do solo urbano.

Se a questão urbana persiste e manifesta-se como uma crescente vitalidade nas cidades brasileiras é porque, entre outras razões, tem sido nestes últimos anos que se vem ultimando o processo de formação de um mercado imobiliário pleno. E, nesse sentido, a crise tem muito menos de “fim de mundo” do que de “começo”.

Até há pouco, essas condições não estavam plenamente estabelecidas, nem a nível do mercado financeiro, de âmbito nacional, nem a nível dos mercados locais do solo.

²² Existe habitação popular na área referida, como os bairros de Mussurunga, situados às margens da Avenida Paralela, mas que não têm aspecto de autoconstrução, a exceção de algumas áreas ocupadas informalmente nas vizinhanças dos conjuntos e lotes.

O processo desenvolveu-se aos poucos, sempre com a participação do Estado e com repercussões ideológicas distintas.

No caso de Salvador, embora a luta pelo solo se inicie já desde a década de 1930, somente no fim dos anos 1940 é que ela assume um caráter político. Ainda assim, a natureza dos interesses em jogo só viria a se esclarecer mais tarde, com a intervenção explícita do Estado, pela segunda metade da década de 1960²³ (BRANDÃO, 1981, p. 127).

Trabalharemos mais atentamente no próximo capítulo – referente à questão fundiária de Salvador e de Pirajá – com a obra em destaque, mas, para este, as palavras anteriores tornam-se essenciais. Em geral, costuma-se justificar a periodização dos trabalhos urbanos em Salvador com seu crescimento populacional expressivo pós os anos de 1950 e as atividades industriais das quais esse crescimento foi consequência. Interessa-nos, neste trabalho, enfatizar os papéis dos agentes na produção do espaço no período em que o crescimento espacial de Salvador foi mais relevante, tratando principalmente do crescimento horizontal da cidade. Aqui nos deteremos nas implicações dessas ações ao longo do tempo para o aspecto urbano periférico, sua produção pelos sujeitos espaciais [a relação intrínseca à produção dos espaços valorizados da cidade] e as condições de habitação e de habitabilidade decorrentes dessa relação histórica de construção do espaço de moradia e luta para morar na cidade.

Nossa delimitação temporal parece estar de acordo com as palavras de Brandão, segundo nossas intenções. Se a formação do mercado imobiliário consolidado tem sido desenvolvida nos últimos anos [o livro foi publicado em 1981 e o texto apresentado primeiramente em um Simpósio realizado no ano de 1978], pós os anos de 1970 é o período mais adequado para intensificarmos nossas análises, não perdendo de vista as ações e os processos anteriores que lhes deram origem. O que nos interessa, desta maneira, são as ações anteriores, concomitantes e posteriores ao aumento da demanda por moradia na cidade. Nesse sentido, Brandão distingue três momentos de um processo, movimento este que tem por objetivo consolidar o mercado capitalista do solo em Salvador:

Primeiro, uma fase inicial de adensamento das necessidades de novos espaços para a habitação, frente a uma aparente imobilidade da parte dos proprietários e do poder público; em seguida, uma fase de intensa redefinição do padrão de uso do solo, através do que se explicitariam os conflitos entre proprietários e não-proprietários e as virtualidades da intervenção do Estado; finalmente, a fase atual, em que se firmam, sob o árbitro do último, as condições de uma organização apta aos mecanismos do mercado imobiliário. [...] as invasões passariam a interessar também a grupos de rendas mais altas que a dos próprios “invasores”, pelo significado que viriam a assumir no processo de expansão do tecido urbano, na rachadura da velha estrutura de controle do solo, abrindo espaços residenciais e favorecendo, em última análise, o desenvolvimento de mercados para os serviços de transporte, energia

²³ Lei da Reforma Urbana de 1968.

elétrica e distribuição de mercadorias e a própria especulação (BRANDÃO, 1981, p. 133-134).

Leia-se também, onde aparece invasão, loteamentos e parcelamentos informais, uma vez que os muitos que fizeram parte do crescimento horizontal da cidade contribuíram para tais efeitos, como já mencionado. A partir da década de 1950, também cresceu em Salvador a demanda por moradias para uma classe de renda mais alta, responsável pela erradicação de várias invasões em áreas valorizadas. Assim, a periferia pobre cresce concomitantemente às áreas mais valorizadas, o fator de mudança está no maior aceleração do primeiro processo. Deve-se ressaltar também que a ação de lotear está diretamente ligada à de invadir [aqui utilizamos ocupar informalmente], assim como o está à da construção de conjuntos habitacionais em áreas longínquas. Isso se deve ao mínimo de infraestrutura que é direcionada aos loteamentos, parcelamentos [em sua maioria irregular] e aos conjuntos habitacionais, geralmente precárias vias de acesso, serviços de água e energia e um transporte público que faça ligação com a área central [para loteamentos e parcelamentos, às vezes]; tais serviços atraem os “invasores”, que constroem suas casas e abrem vielas de acesso às ruas principais ou que cheguem próximo a elas.

Via de regra foi desta maneira que se deu a autoconstrução da periferia de Salvador, pode-se observar que próximo a loteamentos ou conjuntos habitacionais existem ocupações informais, que, ao longo do tempo, crescem e tornam-se maiores e mais representativas que os primeiros. Foi desta maneira que o Estado permitiu, a população construiu e o mercado imobiliário colaborou ativamente para o amadurecimento do problema social que se configura na periferia de Salvador. São diversos os interesses que permeiam a transformação da terra rural em solo urbano, que resulta diretamente em uma maior renda da terra.

Foi também desta maneira que foram se consolidando os bairros da cidade pobre, com íntimas relações de solidariedade, pode-se inferir uma solidariedade imposta pela necessidade, mas uma solidariedade entre os sujeitos espaciais, que, através de mutirões, erguiam paredes, batiam lajes, abriam vielas, construíam escadas... Auxílios importantes para uma construção que permeia todo o cotidiano e pode ter duração de uma ou mais gerações de famílias: processo que define as condições de habitabilidade da periferia pobre, uma vez que se relaciona com o sujeito e seu espaço construído.

Mattedi (2009), em publicação recente sobre a autoconstrução em Salvador, expõe os resultados da pesquisa Manifestações da Autoconstrução em Salvador, realizada em 20 assentamentos de baixa renda da cidade, entre eles duas localidades do bairro de Pirajá, apontadas pelos moradores como de péssimas condições de habitabilidade, cujas moradias

deveriam ser removidas, a Sapolândia e o Pantanal. O trabalho geralmente não indica os resultados por lugar pesquisado:

As características do autoconstrutor e de sua família não diferem daquelas próprias dos moradores de bairros periféricos e favelas de Salvador [...]. Trata-se de uma população com baixo nível de escolaridade, poucos rendimentos, pouca qualificação profissional, com carências básicas nos setores da saúde e da educação. Em geral, trabalham por conta própria como forma de superar o desemprego vigente [...] (MATTEDI, 2009, p. 810).

O trabalho por conta própria caracteriza-se pela informalidade, que na periferia pobre é marcada pela precariedade do trabalho. Mas é importante ressaltar que esta não é encontrada apenas na informalidade, a baixa qualificação e o baixo nível de escolaridade fazem com que os empregos formais que por ventura sejam possíveis a esses indivíduos apresentem alto grau de precariedade e salários baixos. 50% dos entrevistados por Mattedi não estavam trabalhando na ocasião da pesquisa. Dos que trabalhavam, 64% o faziam na própria residência, “na condição de autônomos e em condições precárias” (MATTEDI, 2009, p. 811). Ainda que não deixe definida conceitualmente sua noção de habitabilidade, a autora em destaque apresenta variáveis para a análise de tais condições e adota o que denomina palavras-chave para inquirir os moradores, tais como casa boa, confortável e bonita; nota-se o caráter inteiramente subjetivo das respostas.

Muitas associações podem ser feitas do trabalho de Mattedi com os nossos resultados de pesquisa em Pirajá. O tamanho da casa para abrigar todos os moradores, os problemas técnicos da construção, como infiltrações e rachaduras, o lugar da construção, que pode facilitar escorregamentos ou alagamentos, acabamento, “que pode nunca acontecer, devido à falta de condições financeiras”. O cimento como revestimento do piso é o mais encontrado, podendo ser possível encontrar a terra batida em muitas residências, o que está presente nas falas dos moradores como uma das coisas que ‘faltam fazer’. Outro elemento que é passível de comparação, embora não tenha sido questionado por nossa pesquisa, é a aquisição dos materiais de construção no próprio bairro, o que justificaria a presença de uma boa quantidade de casas de material de construção no bairro, cerca de cinco empreendimentos de portes médio a pequeno.

Um número nos chamou atenção no trabalho de Mattedi: segundo a autora, 13,5% dos entrevistados consideraram as construções de suas residências concluídas. Apenas encontramos esses exemplos na rua principal do bairro de Pirajá, local que apresenta –

segundo os moradores – as melhores condições de habitabilidade, além dos conjuntos habitacionais, que encontram-se em outro contexto.

Nas próximas linhas serão explicitadas as atividades realizadas no bairro de Pirajá, assim como seus resultados, incluindo cartográficos. Com o receio de fugir dos focos da presente pesquisa, o trabalho empírico não enfatizou dados da autoconstrução das moradias no bairro, seus elementos foram naturalmente suscitados pelos moradores ao falar das relações com suas moradias quando foram trabalhadas as condições de habitabilidade. Pode-se notar, desta maneira, uma relação contraditoriamente complementar entre habitabilidade e autoconstrução, uma vez que as condições ruins da habitação erguida são minimizadas pela íntima relação que o morador possui com a mesma. Isso é válido também para sua relação com o bairro, que completa a noção de habitabilidade aqui trabalhada: lutar por melhorias, construir escadas, abrir caminhos, reformar campos de futebol, etc., são exemplos de relações que os moradores possuem com o bairro e que influenciam diretamente em suas percepções de condições de habitabilidade, indo além das condições infraestruturais e de serviços que podem ser diagnosticadas pelo pesquisador em um olhar não muito atento.

3.1 ‘CARTOGRAFANDO’ EXPERIÊNCIAS COM MORADORES DE PIRAJÁ

Cartografar as experiências (reuniões, oficinas, diálogos) com moradores de Pirajá surgiu como emergência a partir das oficinas realizadas com o intuito de verificar as condições de habitabilidade do bairro. Destacaremos de antemão as transformações feitas em relação à proposta metodológica inicial. Como exposto no capítulo teórico deste trabalho, as condições de habitabilidade seriam tratadas com ênfase nas entrevistas, assim como fizemos em outra pesquisa de 2008, nas quais seriam inquiridas as relações dos moradores com suas residências, ruas e com o bairro. As informações daqueles que demonstrassem um conhecimento do bairro como um todo seriam válidas para a caracterização da habitabilidade do lugar. As oficinas teriam sido iniciadas antes das entrevistas e trariam subsídios à realização destas, tais como alguns dos problemas enfrentados pelos moradores, porém, teriam como objetivo principal a delimitação do bairro.

Com este pensamento seguimos para a segunda aproximação com a mesma liderança que nos recebeu em 2008. Embora tenhamos sido novamente bem-recebidos, a sede da Associação entraria em reforma por algum tempo. Desta maneira entramos em contato com

outra liderança do bairro²⁴, o Senhor Raymundo, e este tem um papel especial: lidera o Grupo Pirajá Rumo ao 3º Milênio, que tem como objetivo reunir todas as lideranças do bairro e demais moradores interessados²⁵, e atualmente coordena a iniciante Cooperativa de Consumo de Pirajá²⁶. Com o Senhor Raymundo conhecemos muitas figuras representativas do bairro, e aqui destacaremos a Senhora Berenice, pela força e entusiasmo que lhes são característicos.

Os moradores recebiam auxílio de uma Incubadora de Cooperativas da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), por isso o horário, que estava de acordo ao horário de trabalho da representante da UNEB. Vamos à justificativa de acompanhar as atividades de uma cooperativa de consumo: por ser uma cooperativa e ter como objetivo auxiliar no desenvolvimento social do bairro, os cooperados tinham como objetivo iniciar a divulgação com moradores mais necessitados, uma vez que a cooperativa vendia produtos da cesta básica a preços mais acessíveis. Para verificar a viabilidade da cooperativa, o grupo foi orientado a realizar um trabalho de campo nesses lugares mais necessitados. Com isso, foram definidos critérios de identificação.

Como as condições de habitação são os principais elementos distinguidores do nível de renda, nosso trabalho e o do grupo se tornaram complementares: os membros eram pessoas de todo o bairro e/ou que faziam trabalho social em todo o bairro, com isso tinham a total possibilidade de inferir as condições de habitabilidade; demos todo o apoio técnico com a utilização de mapas e auxílio na definição dos critérios que eles levantaram após uma conversa acerca do que entendemos por condições de habitabilidade. Em todo o tempo a tentativa foi de fazer com que alinhássemos nossos interesses aos interesses do grupo de moradores, assim como fazer com que nossos resultados fossem de utilidade prática para suas lutas em prol de melhorias para o bairro.

²⁴ Para esta aproximação contamos com o auxílio da colega de Mestrado Flávia Damares, moradora do bairro, a quem agradecemos muito pela colaboração na realização desta pesquisa.

²⁵ Além de lideranças de Associações [que são 16 ao todo] Pirajá conta com um número representativo de grupos ligados à área ambiental, esportiva e religiosa, com ações sociais no bairro. Segundo o Senhor Raymundo e outras lideranças, o problema de muitas Associações é a ligação direta com a política partidária. Este foi outro fator que nos fez concentrar as atividades com o grupo mencionado.

²⁶ Ao iniciarmos o contato com o Senhor Raymundo ele nos apresentou o desenvolvimento do trabalho com a Cooperativa e se mostrou disponível para qualquer auxílio em nossa pesquisa, inclusive os espaços das reuniões para a realização das oficinas. Com as reuniões semanais da Cooperativa, entretanto, o número de pessoas nas reuniões do Grupo estava reduzindo. Havia duas reuniões semanais da Cooperativa às terças: a primeira se iniciava às 16h e a segunda às 20h; e a reunião do Grupo era na segunda-feira às 19h. Nossas dificuldades pessoais em frequentar as reuniões iniciadas à noite nos fizeram acompanhar, desde agosto de 2010, as reuniões semanais da Cooperativa.

Além disso, o trabalho de campo facilitaria²⁷ nosso acesso a determinados lugares do bairro onde não é possível percorrer sozinha as ruas devido à violência, consequência do tráfico de drogas²⁸.

Nossos esforços concentraram-se em instrumentalizar os moradores, iniciando com a interpretação de uma representação espacial. O primeiro impulso de cartografar as experiências com os moradores de Pirajá se deu a partir da observação das reações de estranheza que a maioria teve com a aproximação de uma representação espacial de seu bairro, desde as pesquisas em 2008. O segundo impulso nos foi dado pela escassez de mapeamento na escala do bairro – em Salvador – associada à manipulação/retenção de informações constantes nos discursos que acompanham os mapas disponíveis, destacando os do Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal e os trabalhos a ele associados. Embora o Estatuto da Cidade já exija a construção participativa desse documento, um olhar não muito aprofundado já denuncia o não cumprimento desta diretriz²⁹. Uma vez que o planejamento participativo está longe de ser efetivado, não é possível escutar as vozes dos agentes locais nos mapas [do e no] PDDU de Salvador. Centralizaremos um pouco mais nossas atenções no planejamento mais tarde.

²⁷ Infelizmente o tempo da realização da pesquisa de campo não foi suficiente para acompanharmos a Cooperativa nas ruas.

²⁸ Embora a violência do bairro não esteja entre os nossos maiores interesses de abordagem, é válido justificarmos aqui o uso do termo. Desde a pesquisa em 2008 esta pesquisadora foi alertada pelos moradores quanto falava de sua pretensão em conhecer determinados lugares do bairro através de conselhos do tipo: não vá sozinha! Buscamos compreender o problema, que é típico de espaços que são comandados pelo tráfico: embora não seja frequente assaltos aos moradores do bairro, isso pode acontecer com pessoas estranhas – assim como busca de justificativa da presença no local. Homicídios também são frequentes, segundo os moradores, como prestação de contas em relação às dívidas com as drogas. Durante as atividades realizadas com os cooperados houve resistência da maioria das lideranças em visitar alguns lugares, apenas o Senhor Raymundo afirmava ser conhecido por Pirajá inteiro e não temer caminhar por todas as ruas. Ainda assim, ficou acordado que o grupo faria todos os trabalhos junto, além disso, seriam confeccionadas camisas com o nome da Cooperativa e avisada a presença do grupo com antecedência a algum representante. Buscamos registros dessa violência relatada pelos moradores em reportagens do Jornal A Tarde na Biblioteca Pública Municipal Mário Leal Ferreira, quando pudemos ratificar o anteriormente descrito nas seguintes reportagens: “Pirajá é esquecido na Independência” (A Tarde, 8 de setembro de 1997, Caderno 1, p. 5); “Moradores do Pirajá I querem mais atenção para o conjunto” (A Tarde, 20 de junho de 1998, Caderno 1, p. 2); “História não melhora a situação de Pirajá” (A Tarde, 24 de abril de 1999, Caderno Local, p. 6); “Moradores de Pirajá querem mais segurança” (A Tarde, 21 de outubro de 2000, Caderno Local, p. 4); “Eleições” Moradores ouvidos por A Tarde apresentaram as seguintes prioridades para o bairro (A Tarde, 20 de setembro de 2008, Caderno Eleições, p. 8). O Pantanal e a Baixa da Fonte foram lugares citados pela reportagem do dia 21 de outubro de 2000 e algumas das preferências da Cooperativa, por possuírem habitações em precárias condições, segundo os cooperados nesses lugares residem as pessoas com os menores rendimentos do bairro. Ambos foram indicados pelas lideranças como lugares com necessidade de remoção da população [veremos mais adiante].

²⁹ Pode-se constatar em nove municípios da Bahia a não efetividade da construção participativa dos PDDU's através do Projeto da Rede Nacional de Avaliação e Capacitação para Implementação dos Planos Diretores Participativos, a exemplo de Baltrusis e Rebouças (2009).

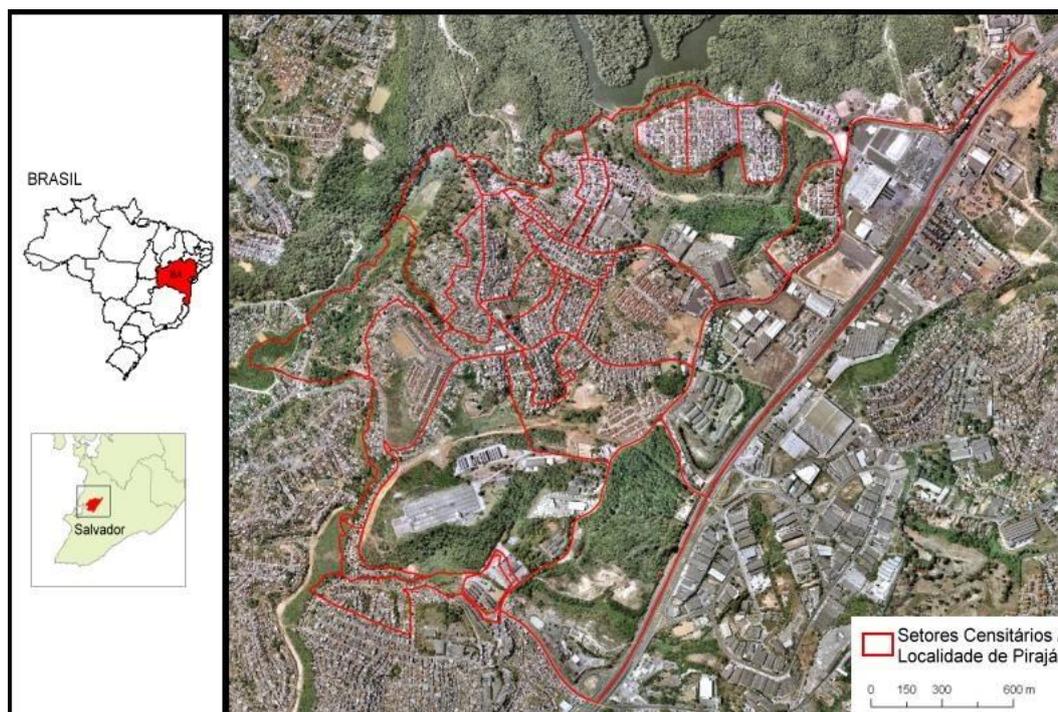
A realização da atividade de cartografar experiências com moradores de Pirajá é justificada por quatro questões essenciais. A primeira, como já dito, pela escassez de mapeamento na escala aqui proposta para a cidade de Salvador, o que, em tese, dificulta o planejamento mais efetivo da cidade na escala do bairro. A segunda razão refere-se ao caráter subjetivo e ao conseqüente cunho social que a atividade demonstrou, o que também é incomum nas representações cartográficas existentes de Salvador. A terceira está nas necessidades de intervenção que o bairro apresenta; a quarta, decerto a mais expressiva, por trazer os conhecimentos dos sujeitos agentes do/no seu lugar.

Desta maneira, entendemos que seria importante concentrar nossas atenções naquele grupo de moradores. Inserimos, assim, a informação buscada na oficina anteriormente pensada – a delimitação do bairro –, logo percebemos que este não era um trabalho difícil, devido ao próprio sítio do bairro. Este trabalho já tinha sido realizado com alunos do 1º Ano do Colégio Estadual Santos Dumont, cujos resultados também serviram de base para o mapeamento, uma vez que foram discutidos problemas sociais enfrentados pelos moradores do bairro. Na figura 3.3, que se refere a nossa primeira delimitação do bairro utilizada em 2008, é possível perceber que todo o leste de Pirajá limita-se com a Rodovia BR-324; ao norte e oeste do bairro encontra-se a APA do Cobre e o Parque São Bartolomeu; no sudeste seu limite com o bairro do Cabrito é materializado pela Avenida Oscar Seixas³⁰ e, ao sul, existe uma grande área industrial e de empresas.

Nos mapas mentais (Apêndice C) aparecem bem definidas as três grandes áreas do bairro, as Ruas Velha e Nova e o Conjunto Pirajá I. Por isso, nas atividades de delimitação, nas oficinas, foi solicitado que os moradores delimitassem essas áreas, os mapas trouxeram limites e pontos representativos muito comuns: a Igrejinha e o campo de futebol da Irecê [nomenclatura de uma região do bairro, devido à antiga fábrica] foram os mais citados. Vários mapas e representações em diversas escalas foram utilizados nas atividades semanais, com ênfase para as imagens de satélite, que são as representações mais atualizadas. A variedade é justificada pela necessidade de apresentar aos moradores diversas formas de representar um só espaço. Todos tinham consciência dos meus objetivos e apoiavam com o máximo de informações. Nos muitos diálogos várias de nossas dúvidas foram tiradas pelos moradores, assim como nos foram colocadas outras tantas.

³⁰ No local os moradores reconhecem facilmente que o lado direito da via pertence a Pirajá e o lado esquerdo ao bairro do Cabrito, após ter descido a ladeira da Oscar Seixas. Antes de descer, ainda é Pirajá.

Figura 3.3 – Situação de Pirajá em Salvador definida pelo agregado de setores censitários



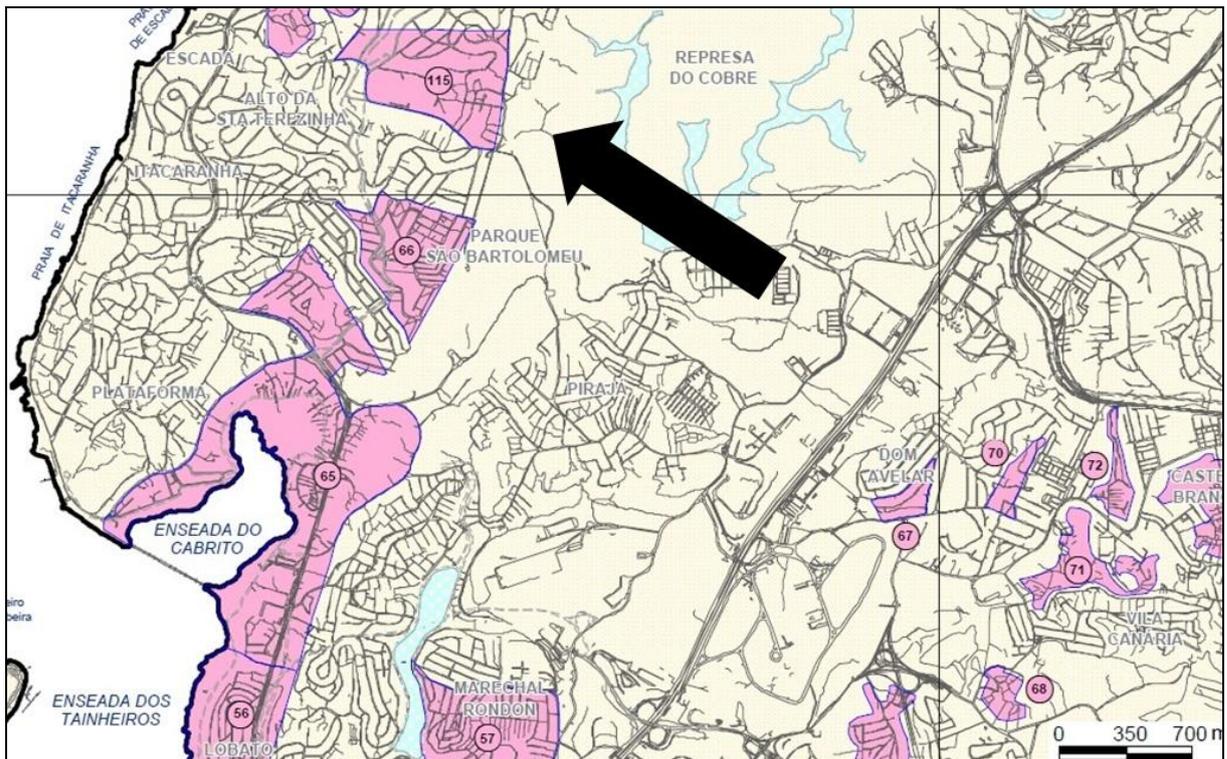
Fonte da base: PMS (2006). Base do Censo IBGE (2000). Elaboração: CONDER (2008).

É válido ressaltar a importância da técnica do diálogo para esta pesquisa e para as ciências sociais em geral. Decerto muitas das informações conseguidas não apareceriam com os moradores e um aparelho gravador. A união das entrevistas com as oficinas foi muito proveitosa. Em nosso último encontro – em dezembro de 2010 – todas as atenções foram voltadas para o nosso trabalho, e os moradores – que variavam suas presenças em cada encontro – responderam a questões diretas acerca da casa, da rua e do bairro através de anotações. Todas as transcrições feitas aqui são de falas anotadas na íntegra ou das anotações feitas pelos próprios moradores, para todas as outras informações são feitas referências às falas deles em oficina. Com o intuito de variar de público fomos em busca de outros grupos, concomitante às atividades com o 3º Milênio. E mais uma vez agradecemos a gentileza da colega Flávia Damares, não apenas por ter cedido sua turma de alunos do turno noturno [adultos, de todas as faixas etárias] do Colégio Estadual Teodoro Sampaio, como também por ter conseguido concessões de outros professores da escola. Este apanhado de informações, desta maneira, não poderia apenas ser relatado, precisava ser cartografado, para contribuir com uma cartografia social dos bairros de Salvador³¹.

³¹ Outra riqueza para o trabalho de cartografar experiências com os moradores de Pirajá nos proporcionaram as aulas de Cartografia Temática, neste Programa de Pós-Graduação, durante o 1º semestre do ano de 2010. A partir das reflexões possibilitadas pelos textos e aulas da disciplina referida trouxemos algumas considerações teóricas acerca da construção de um mapa. Foi também no âmbito da disciplina que surgiu a possibilidade de referência ao planejamento participativo e à importância da atividade para tal.

A busca por todos os mapeamentos do Plano Diretor de Salvador nos fez descobrir uma informação importante, encontrada no mapa (Figura 3.4) das Zonas Especiais de Interesse Social de Salvador. “Trata-se de um instrumento essencial para facilitar a regularização e a urbanização de assentamentos precários, quilombolas e terreiros, assim como para baratear o custo de terra destinada à produção habitacional” (SALVADOR, 2008a, p. 79).

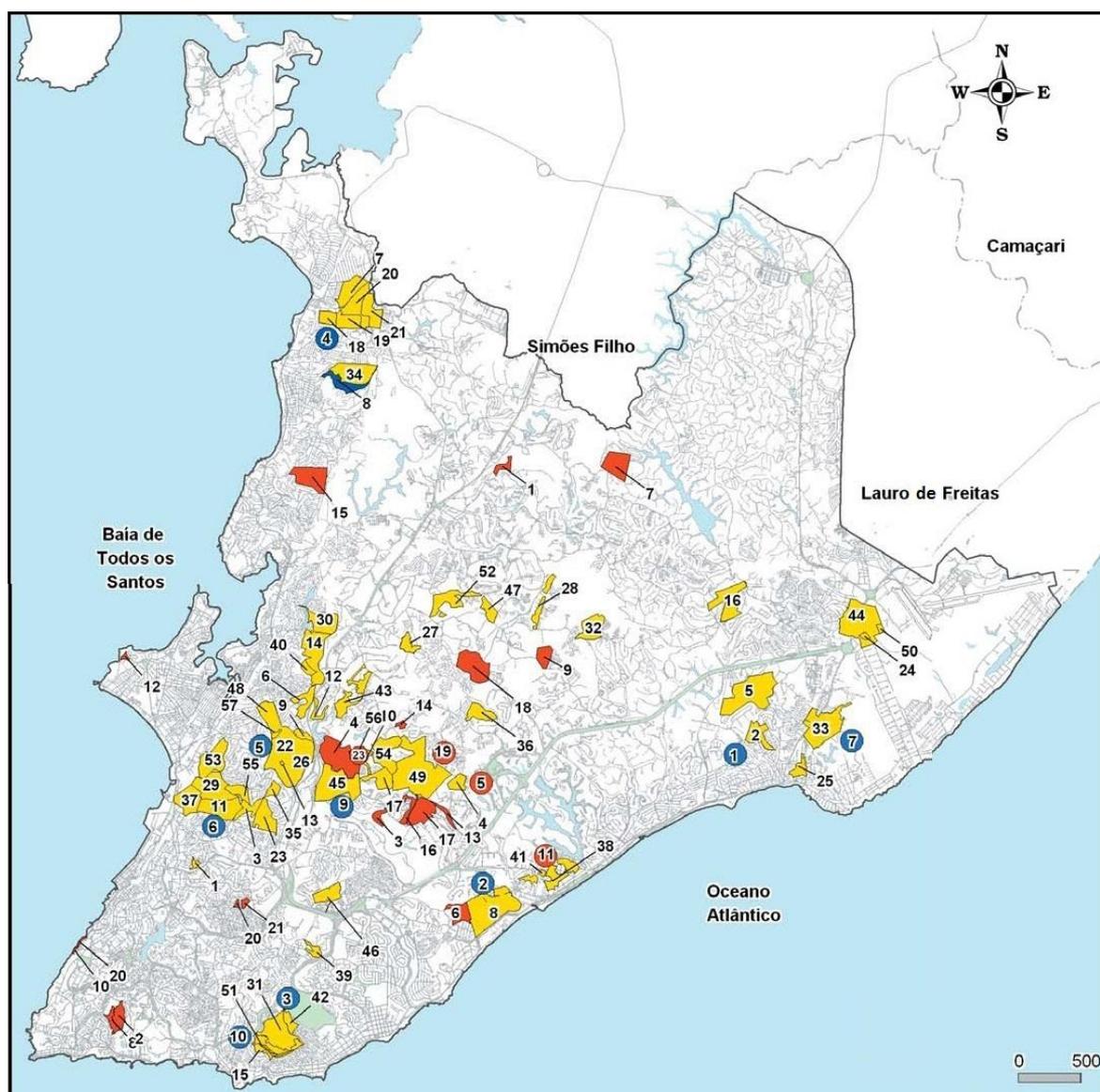
Figura 3.4 – Fração do mapa das ZEIS de Salvador / 115: Pirajá



Fonte: extraído de Salvador 2008b, mapa 03.

Pode-se notar que a área de Pirajá não está contemplada, entretanto, na legenda do mapa, a Zona 115 possui o nome de Pirajá. Como o Plano Municipal de Habitação de Salvador (SALVADOR, 2008a) – baseado nos resultados do PDDU – tem um horizonte temporal de 2008 a 2025, o bairro de Pirajá estará fora das políticas públicas habitacionais do município (Figura 3.5). O que levou a esta denominação errônea não está explicado, mas fica clara a maneira com a qual foi realizada a atividade de mapeamento e delimitação das áreas necessitadas de ações em curto prazo: sem participação popular efetiva.

Figura 3.5 – Áreas de atuação do programa de regularização fundiária em Salvador (2001 – 2008)



Fonte: Plano Municipal de Habitação de Salvador 2008-2025 (SALVADOR, 2008a).

Em vermelho estão as novas áreas, com ações a partir de 2005 / Amarelo: áreas tituladas (2001-2004) / Azul: complementação de áreas, a partir de 2005

Número 15: Pirajá, equivalente à ZEIS 115

O mapeamento das ZEIS de Salvador nos remete a duas interpretações da ação do Estado: omissão, por não ter sido por falta de conhecimento que o erro se deu, logo se omitiu os problemas do bairro de Pirajá, principalmente o fundiário; ação estratégica, por constar o nome do bairro na legenda do mapa. Esta é uma excelente justificativa empírica para a realização da atividade de cartografar experiências com os moradores de Pirajá, dando voz aos agentes locais e numa tentativa de instrumentalização dos mesmos. A apresentação do mapa das ZEIS causou revolta entre os moradores em oficina, uma vez que, ao solicitarem

melhorias urbanas para a Prefeitura Municipal de Salvador, ouviram de um representante do órgão que o bairro não possuía projetos, por isso não conseguiria nenhum investimento.

A aproximação com os moradores de Pirajá nos forneceu ferramentas e argumentos para refletir e discordar de Crampton e Krygier (2008), quando afirmam, logo no início de seu escrito, que “a cartografia tem escapado ao controle das poderosas elites que exerceram a dominação sobre ela por várias centenas de anos [...] A capacidade de produzir mapas, até mesmo um mapa 3D interativo, está hoje disponível para qualquer um que tenha um computador pessoal e uma conexão de internet” (CRAMPTON E KRYGIER, 2008, p. 85). Os autores admitem a existência da fronteira digital, a disparidade com a qual o acesso à tecnologia é possível entre as diversas classes sociais. Porém, podemos afirmar que ainda para os que têm acesso à tecnologia³² – com computadores e acesso à internet – o seu uso não é otimizado. A estranheza/curiosidade geral que foram demonstradas diante de imagens de satélite e fotografias aéreas nos pareceu prova concreta do fato, uma vez que a Associação possui computador com acesso à internet e membros de todas as idades (jovens, adultos e idosos).

Reconhecemos, indubitavelmente, a disseminação da cartografia, ou poderíamos chamar de acesso a espacializações. Todavia, reconhecemos ainda mais as novas formas de dominação exercidas pelas elites, que cada vez mais lançam mão de sutilezas. A própria cartografia social pode ser muito mais facilmente utilizada pelos detentores do capital do que pelos sujeitos cujos conhecimentos foram espacializados. Vale lembrar que estamos tratando de um bairro da capital baiana, caso se tratasse de cidades pequenas ou da zona rural não seria possível sequer verificar o grau de relação dos moradores com a tecnologia, uma vez que nesses lugares as imagens de satélite ainda não são nítidas/detalhadas na escala local. Talvez se trate de uma inadequação empiria/teoria, por estarmos trabalhando aqui com um lugar no contexto da produção capitalista do espaço urbano periférico, na periferia do capitalismo mundial – diferente dos autores destacados –, entretanto entendemos que as discussões são válidas.

3.1.1 ‘Cartografando’ riquezas: elementos introdutórios

³² Talvez seja válido lembrar-se da disseminação de *lan houses* nos bairros periféricos, uma maneira tangencial de minimizar o problema do não acesso à tecnologia no próprio domicílio. Sobre o tema, ver Amaral e Batista (2009).

A principal contrapartida que tentamos levar aos moradores de Pirajá, como dito, foi a noção de planejamento participativo e as maneiras com as quais eles podem se utilizar de seus próprios conhecimentos para se inserir enquanto agentes locais no planejamento urbano de sua cidade. A instrumentalização desses agentes é de suma importância para concretizar uma participação efetiva no planejamento do município. Não nos basta cartografar e publicar os conhecimentos dos agentes locais, pois tais informações poderão ser também e mais facilmente utilizadas pelo Estado ou outros agentes hegemônicos como conhecimento estratégico do espaço, nos interessa mostrar os caminhos para a utilização e a importância desses conhecimentos mapeados. Outro fator que consolida a importância da realização da atividade é a presença da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder) e empresas por ela contratadas para interferências urbanísticas no bairro, a ser trabalhada posteriormente.

Além de possuir vários problemas de conteúdo urbano, tais como habitações e urbanização deficitárias e problema fundiário, Pirajá insere-se em uma Área de Proteção Ambiental (APA), cujo uso poderia trazer melhorias para o bairro³³. Devido aos limites da pesquisa, nossa ênfase, entretanto, será dada apenas à área urbana do bairro.

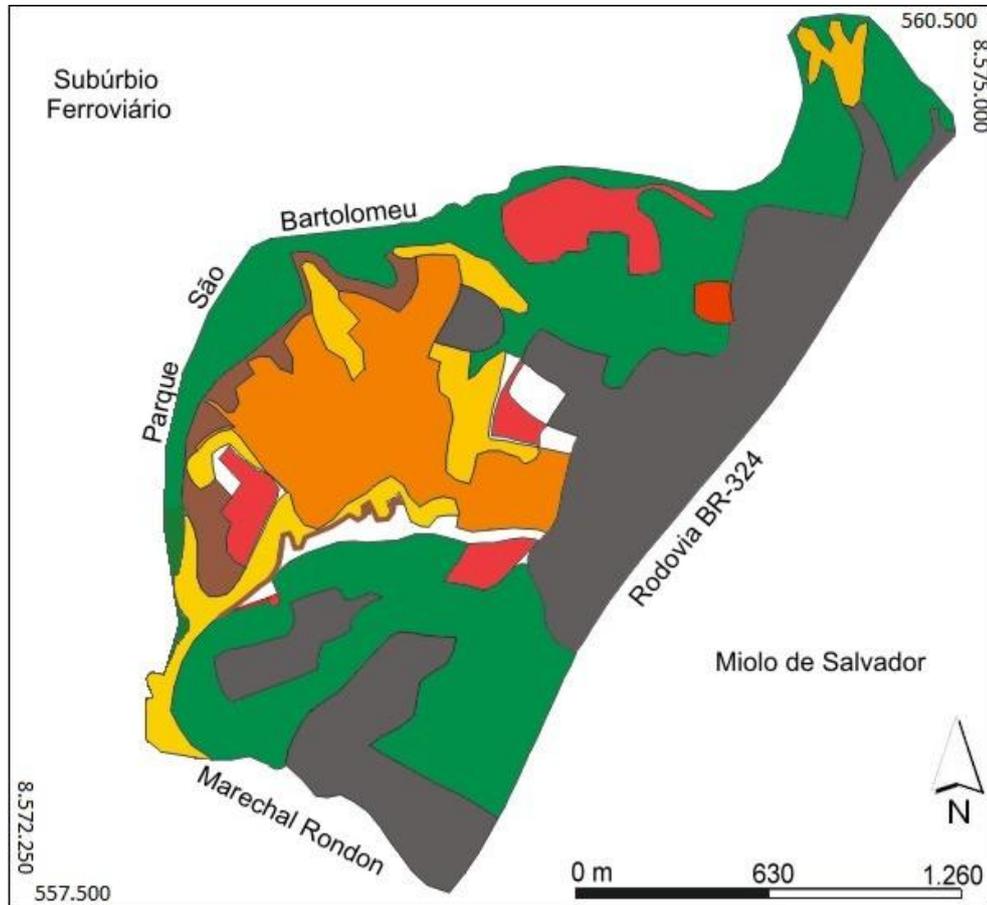
Partiremos agora para o detalhamento das atividades que subsidiaram a confecção dos mapas. Todas as representações estarão acompanhadas de interpretações, comentários, questionamentos... por entendermos que o “mapa que fala por si mesmo, o mapa puro e acabado para ser lido, não existe [...] O mapa enquanto representação espacial é indissociável do discurso do seu produtor” (JOLIVEAU, 2008, p. 49). Além disso, baseados em Lacoste (1988), correlacionaremos sempre mais de um elemento temporo-espacial na interpretação, para alcançar uma análise geográfica do fenômeno mapeado. Como este foi o espaço reservado ao mapeamento, iniciaremos com o mapa resultado direto dos levantamentos de 2008, complementares aos trabalhos posteriores.

O primeiro mapa (Figura 3.6) a ser apresentado foi resultado direto das informações extraídas dos diálogos realizados em 2008 e do que foi possível caminhar no bairro [a sós e acompanhados de uma moradora]; sua elaboração foi feita durante o ano de 2009 [sendo reelaborado em 2010, para inserção de novas áreas], a primeira versão pode ser encontrada em Fernandes e Rebouças (2010), onde recebe o nome de mapa de uso do solo para habitação.

³³ Sobre o uso da área verde e da barragem em anos anteriores e a situação atual ver a entrevista nº 4 em Rebouças (2008, p. 91), na qual a senhora Josefina lamenta o que está acontecendo com o Parque e expõe a necessidade de melhorias, para atrair novamente o turismo. Em 2010, abordando os aspectos positivos e negativos do bairro em oficina, o Parque novamente surge e com os dois aspectos: o segundo pelo abandono que se encontra e o primeiro pelas possibilidades que apresenta, principalmente como atividade turística, para gerar renda para os moradores.

O tema foi colocado sobre a malha viária de Salvador [recorte de Pirajá], baseado inicialmente na delimitação por setor censitário, de onde foi possível identificar a escala cartográfica.

Figura 3.6 – Mapa de predominância da origem do processo de ocupação em Pirajá



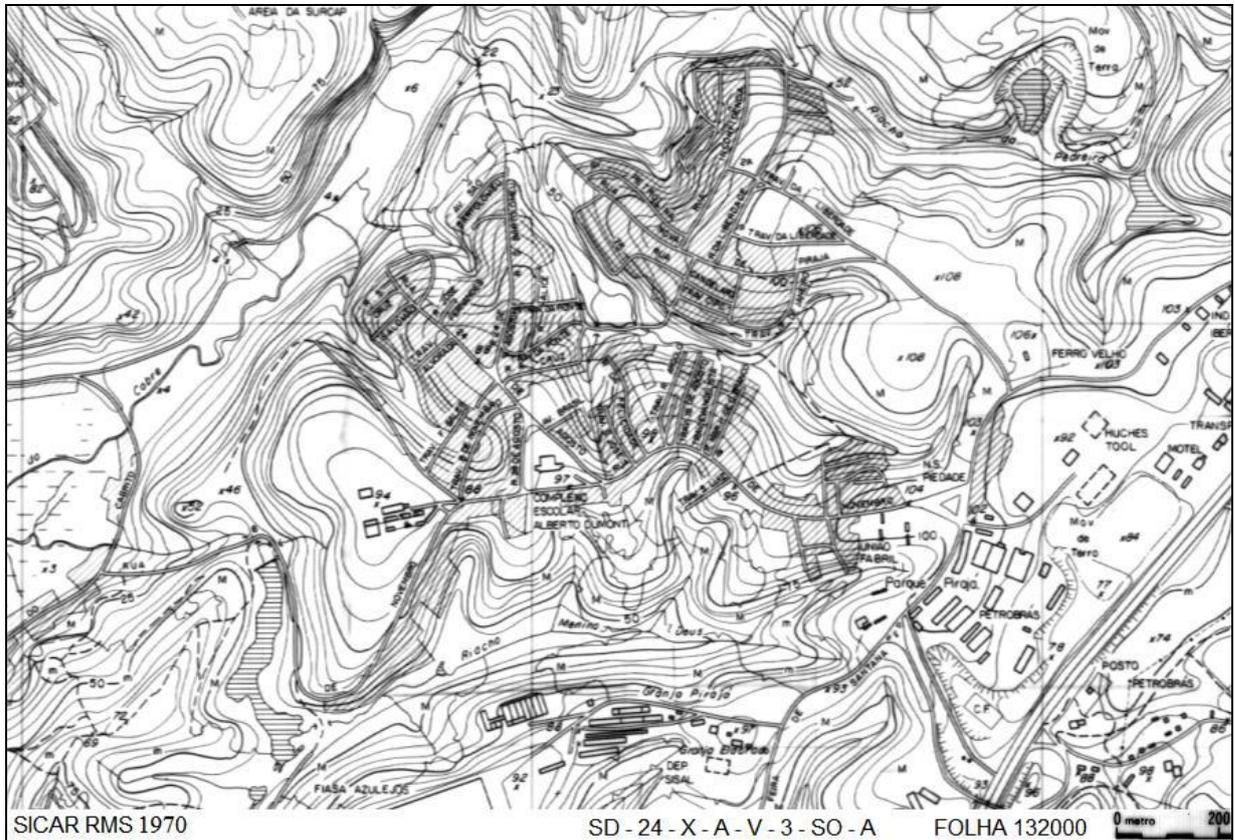
- Bairro consolidado, predominância de parcelamento
- Bairro consolidado, predominância de ocupações informais anteriores ao ano 2000
- Predominância de ocupações informais a partir do ano 2000
- Conjuntos habitacionais
- Área desmatada com pouca ou nenhuma construção
- Área com predominância de uso empresarial e industrial
- Área verde

Fonte: Fernandes e Rebouças, 2010, com adaptações.

O mapa de curvas de nível (Figura 3.7) também foi importante para a construção do mapa de predominância da origem do processo de ocupação, uma vez que em uma só via, dependendo da inclinação, podem ser encontradas mais de uma forma de ocupação. No mapa de predominância da origem do processo de ocupação e sua análise estão correlacionados os processos que desencadearam as ocupações e os agentes espaciais que tiveram mais força no período do início da ocupação e nos dias atuais. A diversidade de processos de ocupação que

nos foi apresentada pelos moradores, principalmente nos diálogos travados com eles, suscitou a sintetização das informações em uma representação espacial.

Figura 3.7 – Curvas e relevo acidentado do bairro de Pirajá



Fonte: SICAR – RMS (1970)

A importância de esboçarmos uma primeira ideia do processo de ocupação estava inicialmente na necessidade de compreender a situação fundiária do bairro. Depois de realizado o esforço de elaboração, percebemos a importância de compreender o bairro a partir do seu processo de ocupação, pois este processo está no discurso de seus moradores de maneira constante, com inferências afirmando que determinadas áreas são de ‘invasão’ ou ‘loteamento’, principalmente as mais antigas.

Por ser um bairro distante das áreas centrais o preço do solo é baixo, o que atrai a presença de várias empresas [notadamente de transporte coletivo] e fábricas, que ocupam grandes terrenos. Outro fator que contribui para as ocupações empresarial e fabril é a proximidade da rodovia BR-324 e do acesso à Avenida Suburbana, que facilita o escoamento e acesso. O pertencimento ou não desta área ao bairro de Pirajá era um questionamento que foi solucionado a partir das oficinas e diálogos em 2010. No geral os moradores não remetem às empresas ao tratar do bairro, o que pode ser explicado pela falta de relação com a maioria [principalmente no referente à geração de empregos, neste sentido apenas algumas foram citadas]. Quando questionados, porém, eles confirmam a presença da área industrial e de

empresas identificando as mesmas como pertencentes ao bairro, inclusive com reclamações de poluição [fábrica de vidros] e falta de relação com o bairro. Além desse uso, ainda é marcante a presença de área verde no bairro, que é vizinho da Área de Proteção Ambiental do Cobre (Parque de Pirajá) e do Parque São Bartolomeu. Sobre a ocupação residencial, a partir dos diálogos com os moradores e análises das fotografias aéreas das décadas de 1950, 1970 e 2000, além de imagens de satélites de 2006 e 2008, dividimos em ocupações recentes [aquelas que ocorreram após os anos 2000] e antigas todas as anteriores a este ano. A atuação da União Fabril se deu após as primeiras invasões, a empresa loteou as áreas menos íngremes do bairro e montou um escritório no local. A figura 3.7 é importante para esta análise, cuja proximidade das curvas denuncia as grandes inclinações que configuram a área, veremos que o relevo é elemento importante da heterogeneidade da ocupação e influencia no preço do terreno.

Ainda que a maior parte do bairro tenha sido erguida através da autoconstrução, as formas evidenciam o tempo da construção, através delas também é possível diferenciar os moradores por nível de rendimento. O que denominamos bairro consolidado foi originado de processos mais remotos: as ocupações informais e o parcelamento da área; estes processos tiveram força principalmente nos anos de 1970 e 1980. Como agentes do espaço percebemos a atuação dos sujeitos espaciais [e será assim constantemente] e da União Fabril, anos em que a empresa mantinha o escritório no local e arrendou muitos terrenos aos moradores a partir de uma espécie de contrato que permitia o uso do solo mediante pagamento anual de aluguel. Nas primeiras ocupações e ações da empresa não havia água encanada, esgotamento sanitário e todas as vias não eram calçadas. Serviços de saúde, educacionais e de transportes também eram inexistentes.

Em entrevista no ano de 2008, o gerente da empresa nos informou de doações de terras para melhorias urbanas e tais serviços, como num ‘ato de bondade’ da empresa, como já demonstramos anteriormente. Na entrevista é citada, inclusive, a doação de terras para abertura de vias, o que faz parte da infraestrutura básica para abertura de parcelamentos e é elemento de valorização dos mesmos. Nota-se inicialmente como ação do Estado a permissão da abertura dos lotes sem uma infraestrutura mínima e, nos anos posteriores, a legitimação da ação da empresa, através da oferta de serviços urbanos e infraestrutura em quantidade e qualidade que não atendem à demanda, permanecendo assim com o crescimento da população.

Segundo Chinelli (1981), todos os agentes envolvidos têm consciência do problema social que será causado após a construção das casas – loteador, locatário/comprador e Estado

–; cada um ‘assumindo seu papel’³⁴ na lógica da produção capitalista do espaço. Os problemas sociais, que com o tempo se agravam, fazem com que a população, mais tarde, una-se para pressionar o Estado. Isso talvez explique a presença das 16 associações de moradores no bairro de Pirajá. Decerto que a ampliação da área urbana do município é um interesse do Estado, devido aos impostos que mais tarde serão cobrados, promessas de melhorias em épocas de eleições, etc.

No espaço as formas-conteúdo provenientes dos processos de parcelamento e ocupações informais antigas caracterizam-se por residências de bloco de cerâmica, cimento e laje batida. Os acabamentos variam com as localizações: na área central [apenas a via principal, Rua 8 de Novembro] as casas possuem melhores acabamentos, com reboco por dentro e por fora, pisos e aparência de finalização, além disso os lotes são maiores. A presença de dois andares é marcante na via principal (Figura 3.8). Nas áreas mais periféricas [já incluindo as transversais da via principal] as residências possuem aspecto de inacabadas – o que denuncia o prolongamento da construção –, as paredes são de bloco e cimento, porém com reboco inacabado [geralmente apenas nas paredes frontais e laterais mais expostas], existem muitas lajes batidas, embora a presença de telhas também seja constante. Os lotes são mais estreitos nessas áreas, além da maioria se situar em áreas mais íngremes. Muitas vias não possuem qualquer tipo de calçamento (Figura 3.9).

Figura 3.8 – Rua 8 de Novembro



Fonte: trabalho de campo, 2010.

Figura 3.9 – Parcelamento Gersina de Brito



Fonte: trabalho de campo, 2008.

As áreas muito íngremes e as ‘baixadas’ [nomenclatura utilizada pelos moradores para os fundos de vales] que formam vales encaixados não foram loteadas, eram como extensões da área verde, permeadas pelos lotes abertos e riachos que desaguavam nos rios do parque. Nestas áreas ocorreram/ocorrem as invasões mais recentes, são os vetores de expansão do bairro, as áreas que sobraram para moradia dos extratos de renda inferiores. São nessas áreas

³⁴ Embora não tratemos de atores do espaço, mas sim de agentes, “assumir papel” está aqui utilizado no sentido de chamar atenção para a alienação que se configura na produção do valor de troca. Ao mesmo tempo, alienados e conscientes, numa relação contraditória.

que estão situados os maiores problemas infraestruturais urbanos e de habitabilidade do bairro. É válido ressaltar que estas características são também presentes nos lotes mais próximos da via principal, o que justifica trabalharmos nas representações sempre com predominância. Além disso, várias vias iniciam-se com divisão de lotes e foram abertas posteriormente com ocupações informais [em grandes inclinações], caracterizando-se atualmente pela maior e menor largura no início e meio/fim, respectivamente [aspecto marcante nas transversais à via principal]. As características estruturais das residências erguidas variam: nas áreas ocupadas há mais ou menos um ano existem barracos de madeira, plástico e palha. Meses ou anos após a ocupação são construídas as paredes com as colunas, na espera da laje. A ausência de acabamento é aspecto marcante, comum no processo de autoconstrução.

Na figura 3.6 os conjuntos habitacionais aparecem em vermelho (ver também Figuras 3.10 e 3.11): o mais antigo, o Conjunto Pirajá I, atualmente possui paisagem diferenciada: existem as ocupações mais antigas das casas-embriões³⁵, entregues no início dos anos de 1980 pela URBIS, e outras residências construídas posteriormente através da compra do terreno, hoje realizada na Conder, que foi encarregada das atribuições da URBIS após sua extinção. Os outros conjuntos habitacionais possuem aspectos mais modernos, dois são verticalizados.

Figura 3.10 – Conjunto Vista da Bahia



Fonte: REBOUÇAS, 2008.

Figura 3.11 – Residencial Vista do Mar



Fonte: REBOUÇAS, 2008.

É predominantemente em relação às áreas do bairro consolidado e as áreas de ocupações informais recentes que a Companhia Progresso e União Fabril da Bahia afirma ter posse. Lembramos aqui do mapeamento enquanto estratégia de poder, entendemos também que “os produtores de mapas [...] [são] eticamente responsáveis pelos efeitos desses mapas” (HARLEY, 1990, *apud* CRAMPTON; CRYGIER, 2008, p. 90). A utilização do mapa de uso do solo poderá ser de interesse de todos os agentes envolvidos no processo. Pela própria

³⁵ As casas foram entregues aos moradores no modelo de casa-embrião, cujas finalizações e acabamentos eram de responsabilidade dos moradores, que geralmente faziam também ampliações.

empresa, o que dispensa explicações; pelo Estado, para ação direta na regularização fundiária e em programas de urbanização [também para a política partidária, com promessas de melhorias] e, por fim, pela população, através das associações para reivindicar junto ao poder público, tanto Estadual quanto Municipal, as ações que lhes competem. Mais uma vez ressaltamos o nosso interesse de instrumentalizar a população, já que, uma vez produzido, o mapa pode ter múltiplos usos, e mais facilmente pelos agentes hegemônicos.

Já que “mapas são representações gráficas que facilitam uma compreensão espacial de coisas, conceitos, condições, processos ou acontecimentos no mundo humano” (HARLEY; WOODWARD, 1987, *apud* CRAMPTON; CRYGIER, 2008, p. 92) e podem ser mais facilmente utilizados pelos agentes hegemônicos, qual o interesse do Estado na atualidade em investir na cartografia social? Seria apenas uma conquista dos cartógrafos críticos em inserir os conhecimentos ditos não científicos na prática do mapeamento ou uma atenção – por parte do Estado e das elites dominantes – para a importância de deter tais conhecimentos?

O mapa, talvez a referência central da geografia, é, e tem sido, fundamentalmente um instrumento de poder. Um mapa é uma abstração da realidade concreta que foi desenhado e motivado por preocupações práticas (políticas e militares); é um modo de representar o espaço que facilita sua dominação e seu controle. Mapear... é servir aos interesses práticos da máquina estatal” (LACOSTE, 1973, *apud* CRAMPTON; CRYGIER, 2008, p. 98).

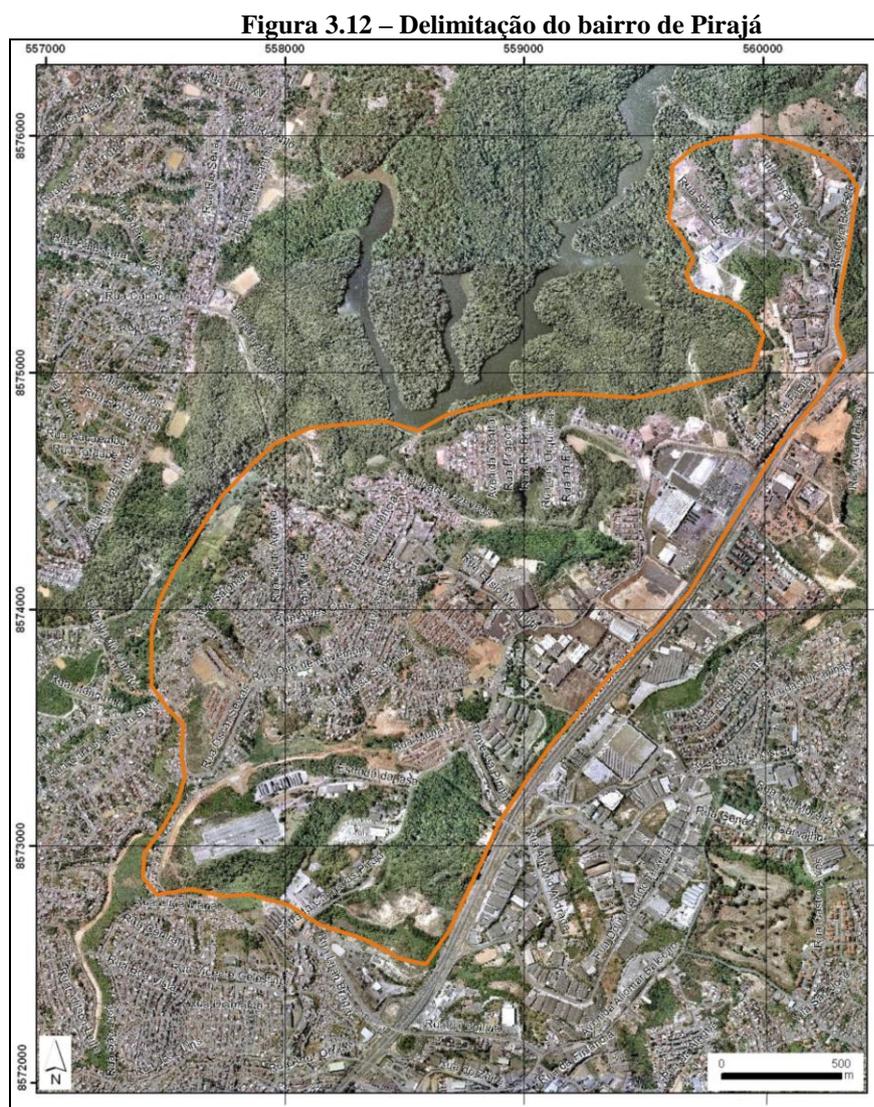
Deixemos tais reflexões.

Nas oficinas e nos diálogos nos quais foram feitas delimitações do bairro, inclusive nos mapas mentais, os moradores referem-se claramente às áreas residenciais e diferenciam o Conjunto Pirajá I, a Rua Velha e a Rua Nova³⁶. Em reuniões com o Grupo Pirajá Rumo ao 3º Milênio, os moradores nos apresentaram uma nova área, o Km 9³⁷, identificada na

³⁶ Segundo o Projeto Caminho das Águas em Salvador (BAHIA, 2009), Pirajá Nova surgiu nos anos de 1980. Entretanto, na fotografia aérea datada de 1976 a área já existia e bastante adensada. Os moradores informam que aquela Rua surgiu logo após a Rua Velha, entendemos que a diferença de anos é irrelevante, pode não chegar a uma década. A base SICAR de curvas de níveis (Figura 3.7), datada de 1970, também demonstra ocupação na área da Rua Nova.

³⁷ O Km 9 é uma área nova para a pesquisa, uma das que foram reconsideradas para o mapa de uso do solo. É válido ressaltar que a construção desses mapas é um trabalho constante. Para ratificar a inserção do Km 9 no bairro – além das falas de alguns moradores – temos a já mencionada reportagem “Eleições” Moradores ouvidos por A Tarde apresentaram as seguintes prioridades para o bairro (A Tarde, 20 de setembro de 2008, Caderno Eleições, p. 8), quando o lugar aparece em dois momentos: primeiro em uma reivindicação do senhor Raymundo em reunião em órgão público no ano de 2005: “[...] as ligações de Campinas de Pirajá à BR-324 pelo quilômetro nove e a da Rua Nova (Elísio Mesquita) à Rua Velha (24 de agosto) [...]”; e mais à frente sobre a educação: “Em algumas comunidades, como Pirajá I e Quilômetro Nove, as crianças andam mais de um quilômetro para chegar à instituição de ensino”. A pesquisadora foi aconselhada pelos moradores a não ir ao local devido à falta de segurança do acesso.

delimitação de bairros proposta pelo Projeto Caminho das Águas em Salvador³⁸ (Anexo B). O Km 9 é composto por um conjunto habitacional, área empresarial e algumas residências. Desta maneira, a figura 3.12 refere-se à primeira delimitação³⁹ do bairro e a 3.13⁴⁰ à segunda delimitação e sua divisão entre as Ruas Velha e Nova, o Conjunto Pirajá I e o Km 9; as três primeiras constituem-se por três partes altas e suas inclinações, as baixadas são os limites entre as três áreas. O Km 9 é uma área aplainada.



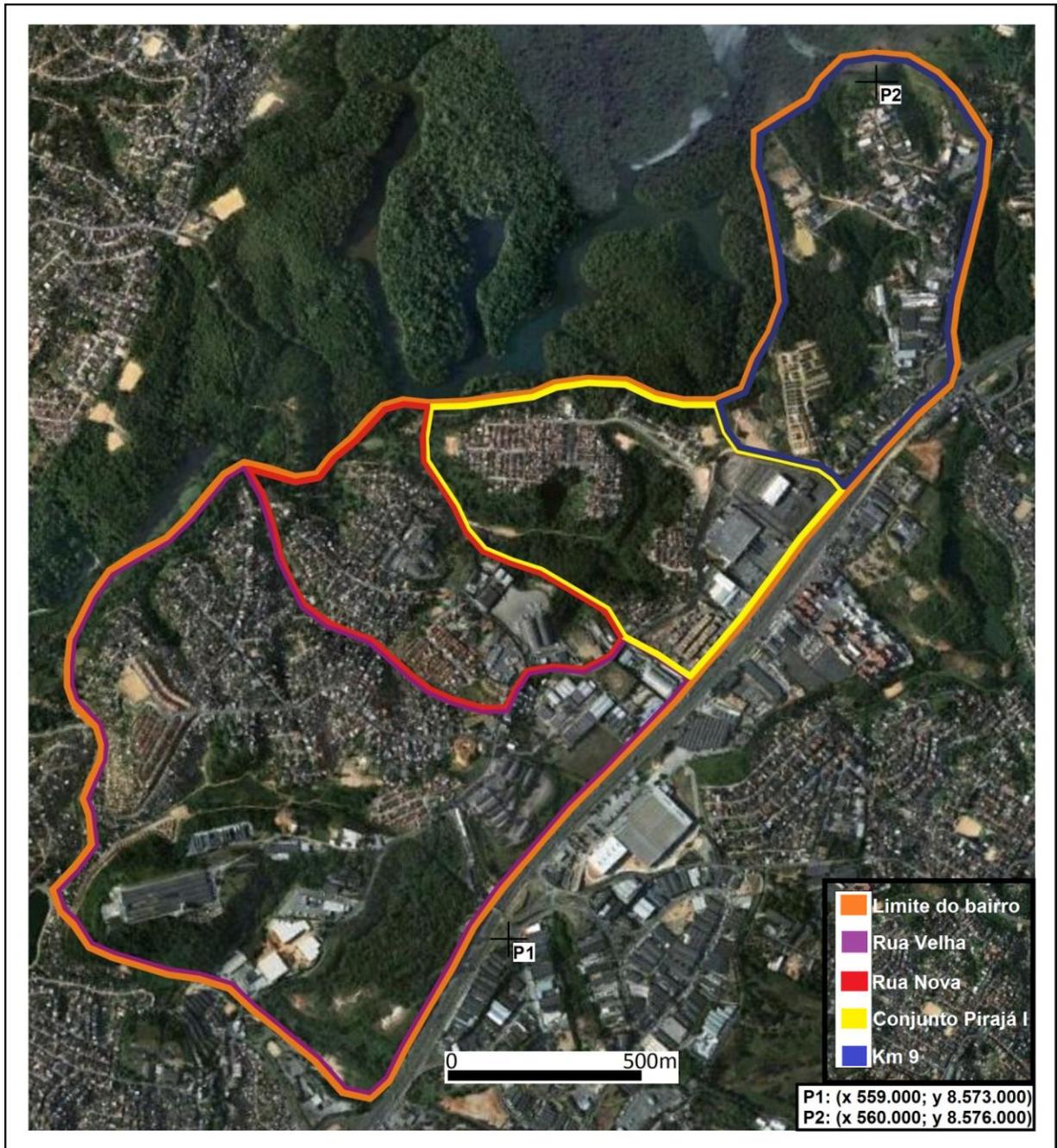
Fonte da base: Base Cartográfica (CONDER, 2002); Mosaico de Ortofotos (SICAD, 2006).

³⁸ Existem poucas diferenças entre os nossos resultados de delimitação e o do referido trabalho. A grande distinção está no fato do Projeto Caminho das Águas ter incluído no bairro toda a área verde da APA do Cobre, sendo que os moradores apenas referenciam as áreas limítrofes do Parque São Bartolomeu e a Represa do Cobre.

³⁹ As delimitações foram espacializadas no mosaico de ortofotos e na imagem de satélite para demonstrar a agilidade com a qual as construções são erguidas. No caso do mapeamento a seguir a atenção é para o contorno do Km 9, que é ampliado com o novo conjunto habitacional, inserindo também área verde no interior do bairro. O relevo aplainado da área facilitará o aparecimento de novas ocupações informais.

⁴⁰ É possível observar que as linhas de contorno do bairro nos dois mapas não coincidem exatamente em alguns momentos, o que é justificado pela elaboração dos mesmos, que se deu a mão livre com o programa Corel Draw X3 Graphic e pelas informações ultrapassadas constantes na base oficial da Conder.

Figura 3.13 – Delimitação do bairro de Pirajá com a divisão interna



Fonte da base Imagem de Satélite Google Earth, 2008. Elaborado a partir de informações do campo, 2010.

Da APA do Cobre foram inseridas as áreas onde foram identificados usos pelos moradores, através da observação das imagens de satélite [nas quais aparecem vielas abertas, plantações], como também as que foram mencionadas pelos mesmos nos diálogos e oficinas, como a barragem e os limites com o Parque São Bartolomeu. Neste ponto está a principal diferença entre a nossa delimitação e aquela realizada pela CONDER/UFBA/Prefeitura Municipal de Salvador: esta considera toda a extensão da APA como pertencente ao bairro, o

que não nos foi demonstrado pelos moradores em campo. Embora exista um grupo de defesa da APA enquanto Unidade de Conservação, tais esforços não podem ser interpretados como vivência e uso do espaço pela coletividade para se configurar como bairro.

Na maioria dos mapas mentais confeccionados [tanto pelos adultos em oficina no ano de 2010 como pelos adolescentes em 2009] as informações se repetiram: geralmente a área industrial foi pouco referenciada; os limites entre as Ruas Nova e Velha e o Conjunto Pirajá I são as baixadas e a BR-324 é o limite ao leste. Os principais pontos de referência são a Igreja São Bartolomeu, o campo da Irecê, as unidades de saúde, mercadinhos, escolas públicas, o Parque São Bartolomeu, a barragem do Cobre, a Embasa, o cemitério e uma empresa de transporte coletivo como limite com o bairro de Campinas de Pirajá [quando o mesmo foi questionado]. Pelos alunos o Km 9 não foi mencionado, entretanto, podemos inferir que não foi considerado pelo mesmo ser como uma extensão do Conjunto Pirajá I.

Foram escolhidos três dos mapas mentais, que constam no apêndice C, páginas 169 a 171. É interessante notar que, ao tratar de entrada do bairro, o Conjunto Alto de Pirajá – pelos moradores denominado condomínio – é o principal referencial. Ao mesmo tempo em que falam dos limites com o bairro de Campinas ser mais distante, na referida empresa de transporte coletivo. Admitir a entrada do bairro como o conjunto habitacional além de ser contraditório com o limite com o bairro vizinho também o é em relação aos moradores afirmarem a presença da área industrial e de empresas, que situa-se principalmente entre a área residencial e o bairro de Campinas de Pirajá.

Ao mesmo tempo em que percebemos isso nos lembramos da vivência dos moradores, o que é retratado por eles nos mapas mentais. Desta maneira, o Pirajá residencial faz parte do cotidiano desses moradores, logo aparecerá com mais facilidade em suas representações do bairro. Associado a isso se tem também, por parte deles, a percepção de que as empresas fazem parte do bairro: seja por reclamação em relação à falta de interação com o bairro, emprego, apoio a eventos, seja com elogios também pela geração de empregos e apoio aos moradores em determinadas atividades. Ouvimos também reclamações em relação à preocupação com o ambiente natural: poluição e desmatamento, nas oficinas “limites e possibilidades do bairro”.

Conhecidas as diferentes áreas do bairro, partiremos para a demonstração de suas condições de habitabilidade.

3.1.2 A Cartografia da moradia e da habitabilidade

Como já mencionado, as oficinas seriam a estratégia de aproximação com os moradores do bairro [além do que conseguimos já em 2008], por proporcionarem maiores informações adquiridas através de diálogos informais. As mesmas facilitariam também descobrir quais moradores poderiam nos dar informações acerca do início da ocupação do bairro, assim como da atuação da União Fabril. O que denominamos condições de campo, entretanto, não nos permitiu realizar as oficinas na maneira com que foram planejadas: a primeira Associação visitada – a mesma que nos recebeu em 2008 – entrou em reforma (Apêndice B, foto 12); as reuniões em outras Associações e Conselhos de Moradores ocorrem à noite [geralmente a partir das 19h] devido ao horário de trabalho dos moradores. A aproximação se deu de outras maneiras, mas também nos possibilitou importantes resultados.

O contato com o Grupo 3º Milênio nos colocou diante de uma proposta de trabalho rica e interessante: acompanhar as reuniões da Cooperativa de Consumo, sediada no mesmo lugar do Grupo, que se reunia uma vez por semana a partir das 16h. Apenas com contatos insistentes poderíamos conseguir construir um mapa das condições de habitabilidade de Pirajá. Como o Grupo é composto por diversas lideranças do bairro, tínhamos representantes moradores da maioria dos lugares e todos realizam trabalhos sociais no bairro.

As informações acerca da infraestrutura, dos serviços urbanos, da inclinação e dos tipos de moradias que caracterizam cada área foram dadas pelos moradores [para as áreas onde não foi possível o acesso, uma vez que as mesmas coincidem com os locais de maiores problemas com segurança]. Estes quatro itens foram os principais definidores das condições de habitação. Para transformá-los em critérios de condições de habitabilidade⁴¹ foi importante ouvir os moradores sobre as relações espaciais dos residentes em cada lugar⁴², ou que, no mínimo, tivessem presença semanal, para sentir tais relações com maior proximidade. As descrições eram consistentes e socialmente preocupantes, nos fazendo entender que conhecíamos pouco do bairro. A riqueza de detalhes disponível no Google Earth foi a melhor maneira de compreendermos de que espaço se tratava. O recurso do mapa na atividade mais uma vez foi essencial para a conquista dos resultados. A escolha da base da imagem de

⁴¹ Como já mencionamos no capítulo anterior: “Habitabilidade como relação construída entre o morador e seu lugar, cujos parâmetros são tão complexos quanto subjetivos e definidos por eles, decerto após diálogo com esta pesquisadora. Aquelas definidas por parâmetros pré-estabelecidos são as condições de habitação ou de moradia. A análise das condições de habitabilidade é feita por esta pesquisa não apenas a partir da relação do morador com sua residência, amplia-se para a rua e o bairro [...]”.

⁴² A maioria das lideranças mora em ocupações. Pudemos constatar quando da busca por recibos da União Fabril, que a maioria não dispunha, o que dificultou a busca dos mesmos pela pesquisadora.

satélite do Google Earth mais uma vez se deu pela datação da mesma: é mais recente que todas as fotografias aéreas disponíveis pelos órgãos públicos [anos 2002 e 2006]. Para Pirajá este fato é relevante devido à intensidade das ocupações mais recentes [após o ano de 2007], que não aparecem nas fotografias aéreas.

As informações acerca das condições de moradia foram cruzadas com os resultados das entrevistas realizadas em 2008, quando conseguimos saturação das informações acerca dos problemas com um número mínimo de entrevistados. Os moradores indicaram, além dos lugares com problemas gerais de urbanização e residências deficitárias [principalmente tamanho, tipo de material utilizado na construção, revestimento e topografia], aqueles que não possuem qualquer condição de moradia, com necessidade urgente de remoção da população [situação de risco e/ou moradias totalmente inadequadas], que também foram mapeados.

Os critérios para definição das condições de habitabilidade foram definidos com diálogos que giravam em torno do que entendíamos por condições de habitabilidade e de que maneira poderia ser dividido o bairro. A pesquisadora expôs sua noção de habitabilidade – conceito que extrapola a materialidade, mas que a contém – e, baseada nas nomenclaturas utilizadas por Gordilho-Souza (2008), compartilhou com os moradores quatro padrões: bom, regular, precário e insuficiente. Os moradores foram convidados a discutir empiricamente o conceito de habitabilidade, o que além de fazermos com que se apropriassem do conceito, tentávamos extrair de suas falas mais elementos para o mesmo. Com os moradores cientes de que apenas eles poderiam definir as condições de habitabilidade do bairro, passamos às discussões de quais critérios seriam definidos para cada padrão e quais seriam os padrões, considerando a realidade do bairro.

Gordilho-Souza nos traz como “critérios para definição de padrão de habitabilidade na ocupação de áreas habitacionais em Salvador” a seguinte descrição:

Bom – Padrão do tipo formal, loteamentos registrados e licenciados na PMS, conforme normas urbanísticas em vigor, com os atributos definidos pela Lei N° 6.766, de 19/12/1979 [que dispõe sobre o parcelamento do solo] e demais normas municipais em vigor para Salvador. Compreende, assim, áreas com infraestrutura adequada, unidades de lotes acima de 125,00 m², existência de equipamentos coletivos de apoio, áreas públicas e verdes suficientes e em bom estado de conservação desses atributos. Para essas áreas, no geral, não há necessidade de intervenção para melhoria de condições de habitabilidade básicas.

Regular – Mesclagem das categorias bom e precário.

Precário – Parcelamentos com dimensionamentos fora das normas gerais em vigor na PMS e deficiência nos demais atributos urbanísticos exigidos pela legislação para Salvador. Predominância de lotes menores que 125,00 m² e igual ou maior que 64,00 m², insuficiência de equipamentos coletivos de apoio, de infraestrutura, de áreas públicas e verdes, além de problemas de conservação dos atributos existentes e condições topográficas desfavoráveis na ocupação em geral. Detectou-se nas áreas

classificadas nessa categoria, além do subdimensionamento no tamanho dos lotes, a necessidade de intervenções para melhorias em mais de um dos referidos atributos.

Insuficiente – Áreas ocupadas que não atendem às condições mínimas de habitabilidade. Predominância de lotes abaixo de 64,00 m² (mínimo exigido para parcelamentos de interesse social pelas normas urbanísticas em vigor em Salvador), situações em área de risco e/ou de ocupação em áreas de patrimônio histórico-ambiental, insuficiência de atributos de conforto e de infraestrutura urbana, inexistência de equipamentos coletivos de apoio, de áreas livres e verdes. Em geral, demandam intervenções amplas, seja de remanejamento na ocupação, e/ou readequação do ambiente construído e/ou realocações para outra área (GORDILHO-SOUZA, 2008, p. 232, grifo da autora).

De maneira geral, fazia-se a leitura acompanhada de explicação do que se entendia formal e urbanisticamente para cada um dos quatro padrões acima e seguia-se com a pergunta: e para vocês, o que seria uma boa condição de habitabilidade? Normalmente associavam-se à forma questões subjetivas, como relações de vizinhança e a história do lugar. Empiricamente, fizeram parte das respostas também as melhorias do bairro, cuja maioria foi conquista direta ou indireta dos moradores. Além disso, nas relações subjetivas estava incluída a autoconstrução, que participa da relação de vivência dos moradores⁴³. Após diálogo do que teriam como aspectos predominantes os espaços definidos por cada padrão [o que contém], simulávamos intervenções físicas [o que precisa e como fazer]; desta maneira foram definidos os critérios das condições de habitabilidade⁴⁴.

Sendo um consenso entre os moradores a necessidade geral do bairro em relação à assistência urbanística e habitacional, definimos os padrões de habitabilidade da seguinte maneira: insuficiente, precário, precário a regular e regular; conforme pode ser observado na figura 3.14. Os critérios materiais – infraestrutura, serviços urbanos, topografia e moradias [tipos de material, acabamento, tempo de construção] – para a distinção das condições de habitabilidade definiram as categorias da seguinte maneira⁴⁵:

1 – Condição insuficiente: esta condição de habitabilidade foi identificada pelos moradores para a maior parte do bairro. São áreas com residências construídas com materiais diversos, como madeira e papelão, mas também de bloco e cimento e sem acabamento. Construções erguidas em áreas muito íngremes ou alagadiças e, por vezes, em meio à mata do Parque São

⁴³ As melhorias urbanísticas de responsabilidade do Estado e as realizadas pelos próprios moradores em suas residências e arredores fazem com que as pessoas se sintam muito melhores no lugar e percam um pouco a dimensão do que é o mínimo ou o básico. Isso nos auxiliou na compreensão do quão complexa é uma noção de habitabilidade que considere informações subjetivas, mas para além disso, nos mostrou a sua importância.

⁴⁴ Sempre deixando claro para os moradores que, embora seja importante a definição de padrões para facilitar a intervenção pública no lugar, a habitabilidade sempre será muito subjetiva e dependerá da construção coletiva de relações espaciais. Por isso a importância dos ativismos, para que o bairro possa ser sentido de forma cada vez mais integrada; por isso também a complexidade/dificuldade na definição dos padrões.

⁴⁵ A regularidade dos imóveis não foi considerada um critério importante pelos moradores, uma vez que quase todo o bairro possui problemas fundiários. A associação dos critérios materiais mencionados às possíveis relações com o bairro que eles proporcionam aos seus moradores foi elementar para falarmos em habitabilidade: sujeitos/moradias/lugar.

Bartolomeu. Quase inexitem vias com algum calçamento [em alguns lugares não existem vias, sim ‘becos’ – segundo os moradores – que seriam vielas, ou escadas abertas pelos próprios residentes], não há coleta de lixo ou saneamento. A maioria das residências situa-se muito distante dos serviços que o bairro oferece [basicamente concentrados na via principal]. Sendo assim, a infraestrutura e os serviços são quase totalmente inexistentes. Inseridas no padrão insuficiente existem também moradias com necessidade urgente de remoção. São áreas de ocupação informal, predominantemente não parceladas pela União Fabril (Figuras 3.14 e 3.15).

Figuras 3.14 e 3.15 – Exemplos da condição insuficiente de habitabilidade



Fonte: acervo de campo, 2008.

2 – Condição precária: as áreas com a condição precária de habitabilidade possuem residências com aspectos de transição entre a insuficiente e a regular, tendo sido construídas predominantemente através da autoconstrução, diferente da condição de habitabilidade a seguir. O acabamento dessas casas é geralmente mais concluído, devido ao tempo da construção. São predominantemente ocupações informais, com algumas áreas de parcelamento da União Fabril. As áreas são geralmente íngremes, embora menos que aquelas de condição insuficiente. A ocupação é mais densa, havendo pouco ou nenhum espaço entre uma residência e outra. As vias são estreitas e geralmente possuem algum tipo de calçamento, embora precário. A infraestrutura e os serviços são deficitários (Figuras 3.16 e 3.17).

Figuras 3.16 e 3.17 – Exemplos da condição precária de habitabilidade

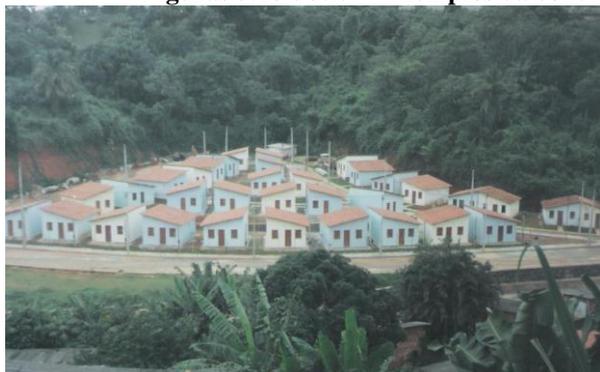


Fonte: acervo de campo, 2008.

Fonte: acervo de campo, 2010.

3 – Condição precária a regular: são lugares onde prevalece a maioria das características da condição precária, no entanto com algumas melhorias, tais como de serviços urbanos, topografia e das próprias residências. A condição precária a regular surgiu com a dúvida de qual condição de habitabilidade caracterizaria as áreas hachuradas em azul no mapa, que se referem ao Conjunto Pirajá I, as residências construídas em 2007/2008 para remoção da população de áreas de risco e parte do Km 9 (Figuras 3.18 e 3.19).

Figuras 3.18 e 3.19 – Exemplos da condição de habitabilidade precária a regular



Fonte: acervo de campo, 2008.



Fonte: acervo de campo, 2010.

4 – Condição regular: como foi consenso entre os moradores que nenhuma área do bairro poderia ser considerada com uma condição boa ou excelente [no geral, todas necessitam de mais de uma intervenção pública básica], a condição regular foi indicada para as áreas do bairro melhores e mais providas de serviços e equipamentos urbanos, além de possuírem residências em fase de construção aparentemente concluída e com materiais adequados. As áreas com condição de habitabilidade regular encontram-se situadas nas mais adequadas condições topográficas. Todas as vias são asfaltadas. Possuem estas características a Rua 8 de Novembro [via principal do bairro], os conjuntos habitacionais construídos após o ano 2000 [todos, exceto o Conjunto Pirajá I] e uma estreita faixa de moradias situada no Largo da Igreja e do Pantheon (Figuras 3.20 e 3.21).

Figuras 3.20 e 3.21 – Exemplos da condição regular de habitabilidade



Fonte: acervo de campo, 2008.



Fonte: acervo de campo, 2010.

É válido ressaltar que, ainda que o bairro não possua a condição boa de habitabilidade, ouvimos em várias falas, inclusive durante as oficinas, que “a morada é boa” ou mesmo discursos de satisfação com a casa e com o bairro. Isso demonstra a complexidade que está intrínseca à noção de habitabilidade, a mesma faz com que, mesmo identificando problemas estruturais na casa e seu entorno, os moradores sintam-se bem em seus lugares de moradia. Aqui lembramos os escritos que afirmavam que as casas satisfaziam as necessidades ao mesmo tempo em que enumeravam várias mudanças que, caso possível, seriam feitas para melhorá-las estruturalmente. E voltamos mais uma vez à reflexão acerca da participação da autoconstrução na vida desses agentes. Houve discussões ligadas às dificuldades de manter boas relações com o lugar [o bairro] sem as condições básicas de moradia, ainda que as relações com os vizinhos auxiliassem positivamente: são as condições de moradia interferindo diretamente nas condições de habitabilidade.

Em análise de Salvador, Gordilho-Souza (2008) nos traz um diagnóstico das condições de habitabilidade do bairro de Pirajá. O trabalho da autora, caracterizado pelo diagnóstico generalizado – ou visão de sobrevôo, como discutiremos mais adiante – não deixa dúvidas de que o bairro de Pirajá é um lugar que merece atenção no contexto do planejamento urbano. A figura 3.22, extrato do mapa das condições de habitabilidade de Salvador do referido trabalho, demonstra que o bairro é caracterizado majoritariamente pelas condições precárias de habitabilidade. Aqui daremos um exemplo prático da importância de uma visão mais aproximada dos lugares, trazendo as ampliações das informações acerca de Pirajá que conseguimos com a realização do presente trabalho de pesquisa (Figura 3.23). Nossa intenção com a análise comparativa está em demonstrar empiricamente a importância de ressaltar a escala do bairro no planejamento urbano, tornando-o mais participativo. Ficará evidente a importância de avançar nos estudos generalizados após sua realização, evidenciando assim o lugar, a escala que espacializa os processos [engendrados por agentes espaciais concretos], tornando-os visíveis através das formas-conteúdo.

É neste sentido que valorizamos e justificamos a importância da escala do bairro como principal no processo de planejamento urbano da cidade. Acreditamos ainda que seja a única possível para a efetivação de um planejamento urbano participativo. No contexto do planejamento urbano, assim, concluímos que a multiplicidade escalar se torna complementarmente necessária, sendo importante que se tenha uma maior aproximação principalmente nos bairros em que os diagnósticos generalizados indicam que não possuem boas condições de moradia.

Figura 3.22 – Fração do mapa de ocupação urbana e condições de habitabilidade em Salvador [destaque para Pirajá]



Fonte: Gordilho-Souza, 2008 (fotografia).

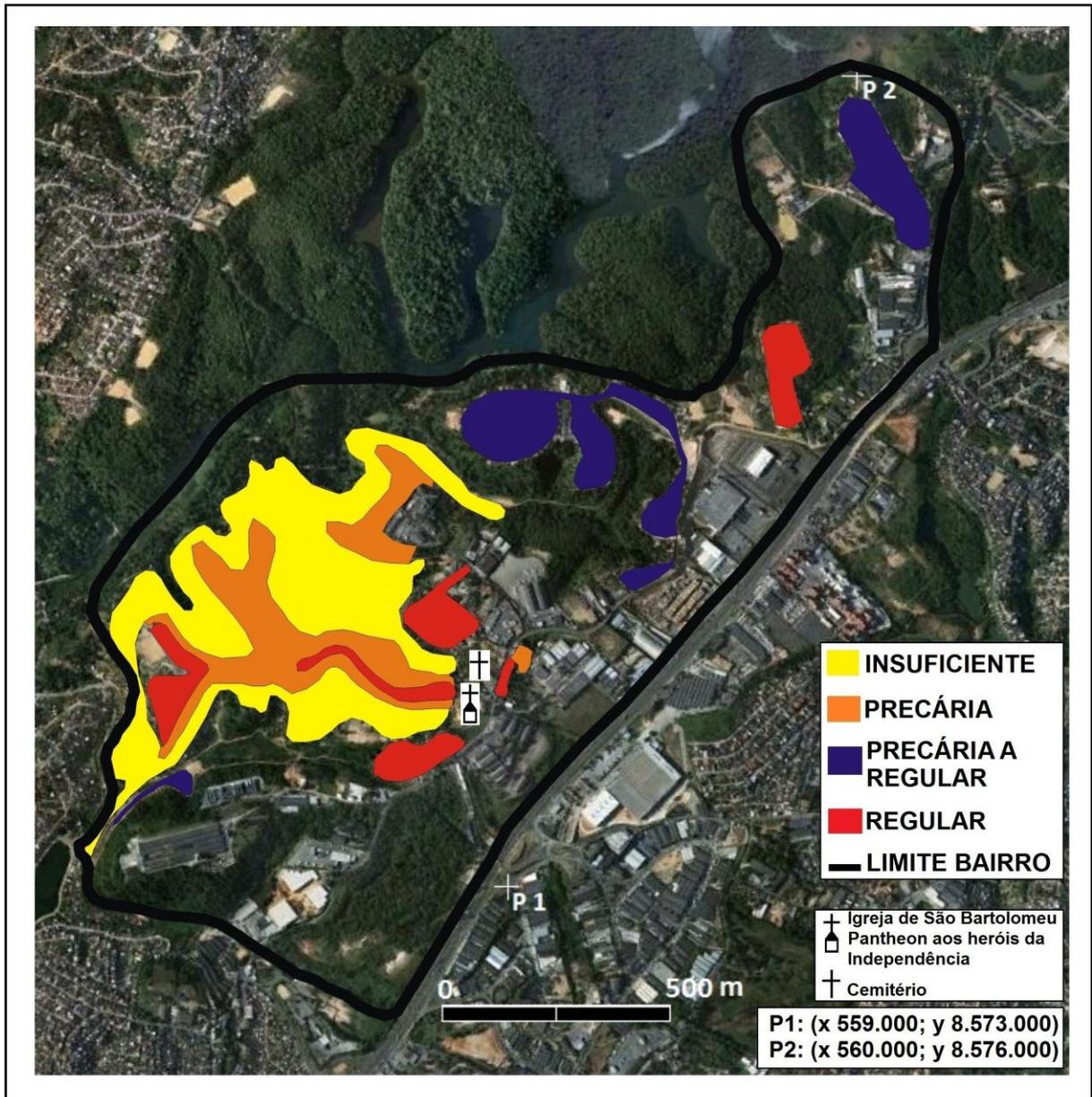
Percebemos pela figura 3.22 que, majoritariamente, o bairro de Pirajá insere-se no padrão de habitabilidade precário. Como padrão insuficiente tem-se uma estreita faixa nos limites com o Parque São Bartolomeu e uma mancha situada no sul da mancha azul. Temos como padrão bom de habitabilidade o Conjunto Pirajá I⁴⁶ e, em laranja, área de ocupação antiga [embora as áreas de ocupação antiga não tenham sido estudadas pelo trabalho em destaque, nelas foi encontrado geralmente um bom padrão de habitabilidade]. A análise comparativa dos resultados será pautada em quatro questões, que serão desenvolvidas a seguir, continuamente ressaltando a relevância da adoção do bairro como principal unidade de planejamento para um PUP.

O primeiro item refere-se à homogeneização dos resultados encontrados em Gordilho-Souza, esperada quando são grandes os recortes espaciais e se tem como objetivo um panorama generalizado. Trazendo para os estudos em Pirajá percebemos que as condições precárias de habitabilidade encontradas na figura 3.23 em nossos resultados variam entre insuficientes, precárias e regulares. A importância desse nível de detalhe encontra-se principalmente no tipo de ação pública necessária em cada lugar do bairro: que pode variar entre remoção da população em áreas de risco e diversas melhorias urbanísticas. A complexidade dos resultados é diretamente proporcional às necessidades que cada lugar

⁴⁶ No mapa de habitabilidade encontrado em Salvador (2008a) – trabalho posterior ao mapa aqui destacado [cuja primeira edição data do ano 2000], mas baseado nele – já constam dois outros conjuntos habitacionais, também considerados com boas condições de habitabilidade.

apresenta, assim, após detectar problemas na condição de habitabilidade através de uma visão de sobrevôo o próximo passo para o planejamento urbano deverá ser a busca de um diagnóstico detalhado, para então inferir as ações urbanísticas necessárias. Tal diagnóstico, entretanto, caso não venha com a participação popular ativa [no sentido de construção, não de prestação de contas através de apresentações de projetos], não poderá ser denominado como produto de um planejamento urbano participativo.

Figura 3.23 – Condições de habitabilidade em Pirajá



Fonte da base: Imagem de Satélite Google Earth, 2008. Elaborado a partir de informações do campo, 2008-2010.

Comparando com o mapa de predominância da origem do processo de ocupação em Pirajá (Figura 3.6), as áreas de padrão de habitabilidade precário da figura 3.22 coincidem

com o parcelamento e as ocupações informais antigas e recentes. Pela própria característica da autoconstrução – processo originário da maioria das formas-conteúdo existentes em Pirajá – as melhorias nas residências chegam com o tempo e de acordo com as possibilidades dos autoconstrutores. Além disso, o nível de rendimento é também perceptível de acordo com a localização dos terrenos, desta maneira, as condições de habitabilidade também variam segundo a inclinação do terreno [os terrenos mais aplainados são mais caros]. Outro fator de variação é a distância do centro [via principal do bairro]. Aqui contraditoriamente discute-se valor de uso e valor de troca em um lugar onde prevalece o primeiro⁴⁷.

O mínimo de infraestrutura, serviços comerciais e educacionais tornam o valor de troca do terreno mais elevado, por isso também falar em uma totalidade dentro de uma totalidade: quando Pirajá é um lugar de Salvador ele pode mais facilmente ser homogeneizado, quando ele é um lugar em Salvador ele torna-se muito mais heterogêneo e mais complexo. Quando falamos em Pirajá enquanto um lugar em Salvador está explícito que o destaque é para o bairro, assim o olhar é a partir de dentro, resultando em um estudo mais heterogêneo e complexo. Assim, em Pirajá existem lugares mais valorizados que outros, fazendo com que suas necessidades de intervenção urbana sejam também variadas.

Outra diferença entre o nosso mapeamento e o da figura 3.22 está no que este último entende enquanto ocupação antiga. A maioria das áreas constantes em Gordilho-Souza (2008) consideradas antigas refere-se ao parcelamento não realizado pela União Fabril⁴⁸. As únicas edificações antigas são a Igreja São Bartolomeu [datada do ano de 1650] e o Pantheon aos heróis da Independência [construído na década de 1920], as residências ali presentes [na via denominada Estrada de Pirajá] possuem as mesmas características daquelas situadas na Rua 8 de Novembro e adjacências. Segundo o Senhor Raymundo, as residências são das mais antigas de Pirajá, mas datam do mesmo período da ocupação da Rua Velha [anos de 1960 e 1970]. A área, entretanto, foi ocupada historicamente, mas as residências atuais já não são mais rugosidades, como podemos observar nas figuras 3.24 e 3.25.

⁴⁷ É importante abrir um parêntese para comentar acerca dos lugares mais valorizados do bairro de Pirajá, assim como a intenção do sujeito espacial na valorização do seu imóvel. Embora estejamos falando de ‘níveis inferiores’ de intenções, participam também do processo de valorização de alguns espaços os sujeitos espaciais moradores da periferia social urbana. Durante a pesquisa foi possível observar placas de venda de terrenos em ocupações recentes, datadas dos anos de 2007/2008, assim como relatos de barracos que estavam sendo ‘guardados’ à espera de melhorias urbanas no local. Percebemos também uma grande residência com padrões construtivos adequados situada à margem da via de acesso em ocupação com condição de habitabilidade insuficiente.

⁴⁸ A fazenda dos donos dessa área seguia ao leste, em direção à BR-324. Segundo Senhor Raymundo, a área foi legalizada pelos antigos. A área também não consta no Inventário de Loteamentos.

Figuras 3.24 e 3.25 – Estrada Velha de Campinas (Entrada principal do bairro)



Fonte: acervo de campo (2011).

O terceiro elemento de diferença refere-se às áreas consideradas pelo trabalho em destaque como boas. Nossa discordância está inicialmente no fato do mapeamento também considerar como boas as áreas valorizadas de Salvador como um todo, por isso também não utilizamos tal referência para o nosso trabalho. Observando a figura 3.22 percebemos que é considerada boa a área do Conjunto Pirajá I [e, em trabalho posterior da PMS, como ressaltado, os outros conjuntos habitacionais].

Ressaltamos também a necessidade de diferenciação entre os conjuntos habitacionais mais recentes e o primeiro [o Conjunto Pirajá I, construído e entregue no modelo casa-embrão, com ruas em geral muito estreitas e algumas ainda sem calçamento] (Figuras 3.2, 3.26 e 3.27), como também as casas construídas pelo Programa Viver Melhor entre os anos 2007 e 2008 (Figuras 3.30 e 3.31), residências pequenas, construídas em uma via aberta longe de uma via de acesso, muitas no modelo parede/meia [que nosso trabalho considera como padrão de habitabilidade precário a regular]. No Conjunto Pirajá I a autoconstrução também é processo relevante na construção das casas, por dois motivos: as casas entregues tinham que ser concluídas e a CONDER ainda vende terrenos no local (Figuras 3.28 e 3.29).

Figura 3.26 – Conjunto Pirajá I, Via Local II



Fonte: trabalho de campo, 2008.

Figura 3.27 – Conjunto Pirajá I, Via Local I



Fonte: trabalho de campo, 2009.

Figuras 3.28 e 3.29 – Terreno aterrado para construção e casa sendo construída no Conjunto Pirajá I



Fonte: trabalho de campo, 2011.

Figura 3.30 – Casas Programa Viver Melhor



Fonte: trabalho de campo, 2008.

Figura 3.31 – Casas Programa Viver Melhor



Fonte: trabalho de campo, 2010.

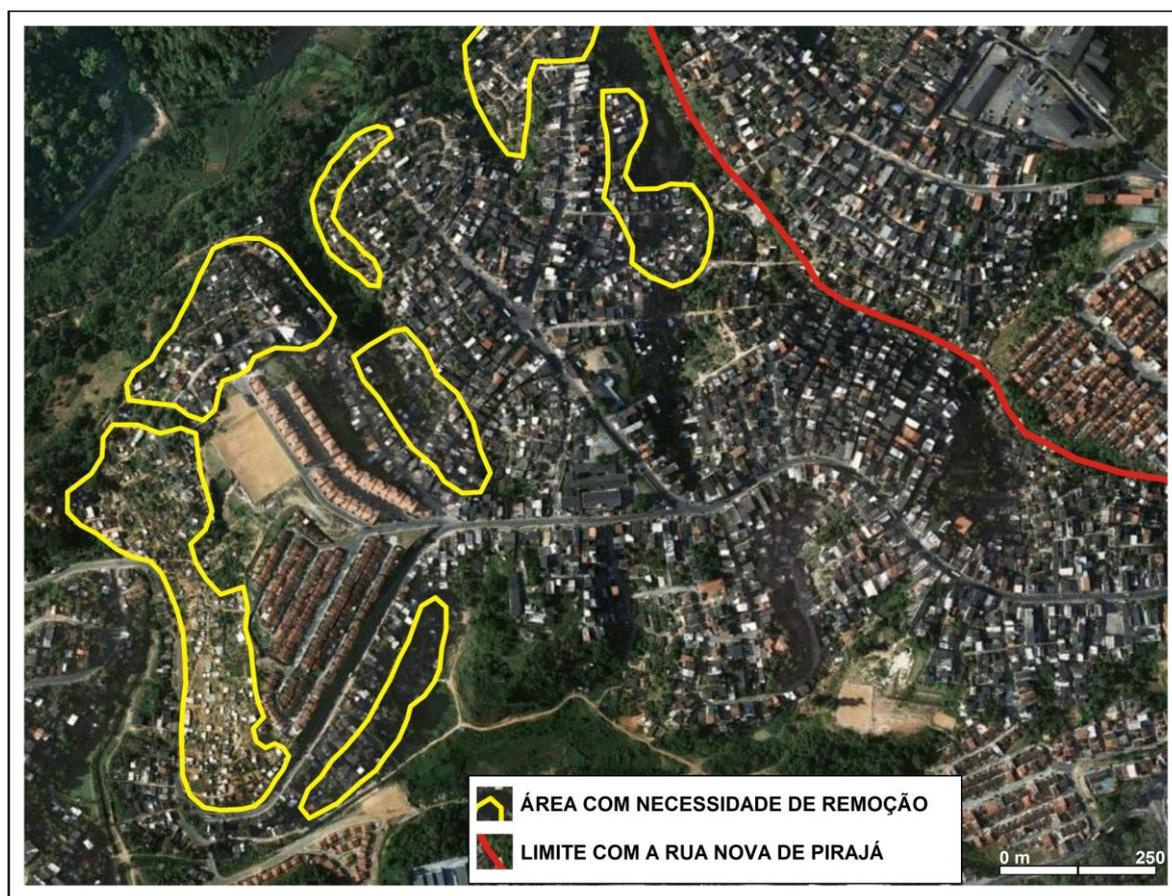
O quarto elemento de diferença entre os trabalhos situa-se no padrão de habitabilidade insuficiente. Nosso trabalho considera nesse padrão a maior parte do bairro, enquanto o mapeamento de Gordilho-Souza (2008) considera apenas uma pequena área nos limites com o Parque São Bartolomeu. Em uma aproximação com o lugar, os próprios critérios ficam mais complexos, fazendo com que haja subdivisão para adequar o melhor possível à realidade espacializada. A partir da análise comparativa entre mapeamentos desenvolvidos em recortes espaciais distintos [mas que demonstraram Pirajá, o primeiro como local e o segundo como local e lugar], esperamos ter demonstrado a importância de se dar continuidade – no contexto do planejamento urbano – aos trabalhos generalizados. Apenas desta maneira pode ser materializado o planejamento urbano efetivamente participativo.

Em nosso mapeamento, nota-se uma prevalência das condições insuficientes de habitabilidade, que, junto às condições precárias, formam mais de 90% do espaço residencial do bairro. Os componentes do grupo definiram prioritárias para a ação da Cooperativa [e também para intervenção pública] as seguintes áreas: Pantanal, Rua Inácio de Azevedo e arredores [limite entre a Rua Nova e o Conjunto Pirajá I]; Rua Sérgio de Oliveira e arredores; Sapolândia e a Baixa da Fonte; Irecê, Rua Gersina de Brito e arredores; Buraquinho e as

Travessas Alvorada. Alguns lugares são conhecidos por denominações populares, outros são definidos pelos nomes das ruas, complementados pelos arredores. Todas estas áreas estão inseridas nos mapeamentos das necessidades de remoção (Figuras 3.32 e 3.33). Notando a insistência dos moradores para essas áreas, colocamos para os presentes a seguinte situação: das áreas identificadas com condição de habitabilidade insuficiente, quais necessitariam de relocação urgente dos moradores [condições subumanas, situação de risco]? Os resultados são representados nas figuras 3.32 e 3.33, nas quais separamos as Ruas Velha e Nova para uma melhor visualização.

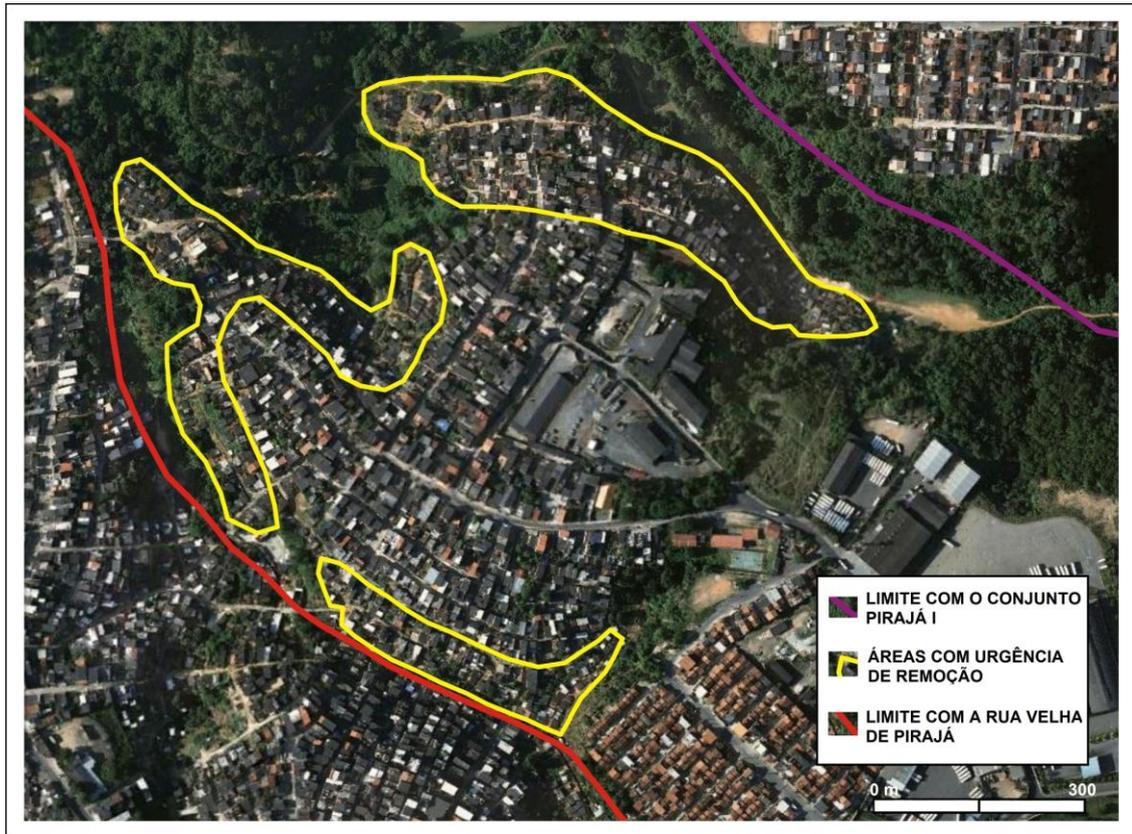
Ressaltamos que qualquer erro aqui representado cartograficamente é de nossa inteira responsabilidade, por não ter talvez especializado corretamente as ricas informações transmitidas pelos moradores em campo.

Figura 3.32 – Áreas com necessidade de remoção da população [Rua Velha]



Fonte da base Imagem de Satélite Google Earth, 2008. Elaborado a partir de informações do campo, 2010.

Figura 3.33 – Áreas com necessidade de remoção da população [Rua Nova]



Fonte da base Imagem de Satélite Google Earth, 2008. Elaborado a partir de informações do campo, 2010.

Após este arcabouço de resultados que foram demonstrados como uma possibilidade metodológica para a efetivação de um planejamento participativo em bairro periférico com problemas de habitabilidade entraremos em questões específicas à situação fundiária do bairro de Pirajá, que também aludem ao planejamento urbano, para então refletirmos acerca de como acontece e como poderia acontecer o planejamento da cidade de Salvador.

Outro ponto central da literatura diz respeito ao estatuto jurídico dos loteamentos, tidos em sua grande maioria como "clandestinos" por não cumprirem principalmente as exigências de infraestrutura e serviços urbanos. Sendo a aprovação dos loteamentos regulada por legislação municipal, aponta-se para uma grande variação no grau de clandestinidade, seja de município para município ou de loteamento a loteamento

Chico Buarque e Paulo Pontes
ANA MARIA DE QUEIROZ MELLO
OFICIAL TITULAR

Não porque é suicídio. Se a gente deixar Creonte jogar calmamente essa mulher na rua, o despejado amanhã pode ser você. Você. Você. Tá certo, Joana tratou mal o locador. Problema pessoal, não interessa a razão e o porquê. Mas ninguém pode viver num lugar pelo qual pagou mais do que devia e estar dependendo da simpatia de um cidadão para conseguir morar tranqüilo. Não. O seu chão é sagrado. Lá você dorme, lá você desperta, pode andar nu, cagar de porta aberta, lá você pode rir, ficar calado, lá você pode tanto querer bem quanto querer mal a qualquer mortal. Você é Papa, Rei, Deus, General, sem ter que depender de "Seu" ninguém. E, já que todo mundo quer falar com Creonte sobre essa prestação que nunca acaba, por que não, então, ir logo lá de uma vez para matar os dois assuntos? Vamos...

Egeu

Chico Buarque e Paulo Pontes

[Gota d'água, 1977, apud MARICATO, E. (org.), 1982, p. XI]

É ponto de consenso que a proliferação dos loteamentos vem provocando irreversíveis conseqüências nas condições gerais de urbanização das metrópoles, verificando-se uma considerável responsabilidade do Estado frente ao problema;

3-1", em nome da COMPANHIA PROGRESSO E UNIÃO FABRIL DA BAHIA, com sede nesta Capital, inscrita no ECG/Mat. Soc. n.º 120, 64/001-73, - vários imóveis, dentre os quais, UMA GRANDE SORTE DE TERRAS nos subdistritos de Pirajá e Plataforma, zonas urbana e suburbana, respectivamente, desta Cidade, com a área total de 9.144.250,00m², ou sejam, 2.099 tarefas e 180

4 POSSE, PROPRIEDADE, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E INTERVENÇÕES PÚBLICAS NO BARIRO DE PIRAJÁ

A questão fundiária urbana e a relação entre posse e propriedade nos remontam à mesma discussão a partir da qual iniciamos o capítulo anterior: as consequências da promulgação da Lei de Terras em 1850. Um elemento em nossa análise justifica a relação: temos como fio condutor as relações capitalistas de produção do espaço, assim, esse marco histórico vem definir as relações sociais no que tange o uso da terra, ganhando maior notoriedade na cidade no século XX, quando o processo de urbanização se intensificou. De forma contraditória e complementar, o capitalismo produz a escassez e a necessidade⁴⁹. Esta, porém, vem em condições diversas na forma de classes sociais, em outras palavras, distintas formas de pagar pela mercadoria, nesse caso o solo urbano. O que nos interessa aqui é a necessidade das classes sociais menos abastadas, porém, muito mais que a necessidade, nos interessa as maneiras com as quais esse estrato da população soluciona o problema do morar na cidade.

Com o atual ‘boom’ imobiliário da cidade de Salvador é difícil falarmos em produção da escassez, então ressaltamos que se trata da escassez de uma moradia acessível às classes sociais menos abastadas. E esse *boom* é resultado direto da forma a partir da qual o mercado do solo urbano foi conduzido no crescimento da cidade, sob as regras dos agentes do mercado imobiliário e legalizadas pelo Estado. Aqui lembramos Maria de Azevedo Brandão quando assinalou no final dos anos de 1970 que a crise “tem muito menos de ‘fim de mundo’ do que de ‘começo’” (BRANDÃO, 1981, p. 127), era o início do amadurecimento dos mercados fundiário e imobiliário soteropolitanos. De maneira genérica, temos: sobreposição da propriedade à posse, especulação imobiliária, formas não legais de acesso ao solo e à moradia. Ao mesmo tempo em que são ‘criadas’ boas localizações e situações na cidade – com disposição de equipamentos e serviços urbanos de qualidade – devem ser ‘criadas’ aquelas não tão boas, e numa quantidade maior [em extensão], para abrigar a massa humana que sustenta a produção capitalista e a reprodução social, os lugares dos pobres na cidade.

À medida que a população de Salvador aumentava, crescia também a pressão pela construção de moradias, necessidade que não era apenas dos estratos menos abastados da população e que reconfigurou o urbano do município principalmente entre as décadas de 1960

⁴⁹ É válido destacar que não entendemos a necessidade de morar como uma produção do sistema capitalista, o que ressaltamos é a sua capacidade de criar as várias necessidades, que se distinguem com os estratos da população. A produção da escassez gera o aumento em número dos menos providos de capital, o que significa aumento da necessidade da moradia apenas enquanto abrigo, que é a sua função básica.

e 1970. A relação entre posse e propriedade de terras, segundo Brandão (1981), foi alterada já desde os anos de 1940, quando da tentativa de inibição das ocupações de áreas distantes do centro, “ocupação [ões] até então consentida [s] ou mesmo estimulada [s] por proprietários e enfiteutas⁵⁰ em favor da cobrança de renda pelos lotes edificados e da valorização das áreas adjacentes” (BRANDÃO, 1981, p. 132). A mesma autora nos traz a situação fundiária das terras do município de Salvador nesse período – cujas raízes são encontradas no Brasil Colônia –, a qual caracteriza o bairro de Pirajá, ao passo que situa a emergência pelos capitalistas da ascensão de um mercado de terras no território.

Até a década de 1960, as terras da cidade pertenceram basicamente a algumas ordens religiosas, a poucos proprietários individuais e à Prefeitura. Excepcionalmente, encontravam-se manchas de áreas parceladas, sítios geralmente ocupados com a produção de alimentos para o consumo local [...]. Por sua vez, foreiros das ordens e da Prefeitura poderiam arrendar no todo ou em parte suas áreas de domínio útil, permitindo também desse modo o uso residencial.

Assim, o morador de Salvador, mesmo quando proprietário de sua casa, raramente era proprietário do solo. Seria “foreiro”, ou “rendeiro”, conforme o caso ou simplesmente “morador” de terras de terceiros. Como ainda ocorre hoje em extensas áreas da cidade, “ter” uma casa significava, para seu titular, ter a propriedade da edificação – da “benfeitoria” – e não do lote (BRANDÃO, 1981, p. 138-139).

Já a partir dos anos de 1940 se iniciaram as ocupações informais coletivas em Salvador, como resposta ao regime concentrado de terras. A situação acima descrita pela professora Maria de Azevedo Brandão é complementada por Lima (2005), inserindo o arrendamento como importante forma de acesso à terra e situando por classe de rendimento cada tipo de relação.

Ao lado dessas ocupações [ocupações coletivas], outras formas de apropriação do espaço continuavam ocorrendo na cidade, merecendo destaque os contratos de arrendamento. Através desses contratos, os proprietários de grandes glebas de terras promoviam o parcelamento do solo em pequenos lotes e autorizavam o seu uso mediante o pagamento de uma renda anual, semestral ou mensal. No contrato de arrendamento, a autorização do proprietário do terreno, embora retirasse o estigma de “invasores”, não tinha o condão de assegurar direitos ao possuidor do lote, a segurança e a permanência no local. Havia apenas a autorização do uso pelo proprietário (LIMA, 2005, p. 93-94).

Em nota, a autora complementa:

⁵⁰ A enfiteuse “[...] consiste direito real na coisa alheia que retira da propriedade todos os poderes que lhe são inerentes, deixando ao proprietário apenas alguns sinais exteriores da sobrevivência do seu direito e a expectativa de requisição das faculdades que, do seu direito, foram destacadas. [...] distingue-se do arrendamento pela sua perpetuidade, modicidade do foro, ônus de cultivar a terra e o direito de dispor e constituir sobre o bem outros direitos reais.

Sob o regime enfiteutico, fragmentava-se o direito de propriedade, mantendo-se com o Poder Público a titularidade do domínio direto sobre o bem e transferindo-se ao particular o domínio útil para ser explorado, mediante o pagamento de uma renda anual. Os contratos de enfiteuse objetivavam a efetiva utilização do bem aforado, sendo resguardado ao Poder Público o direito de pôr termo a avença em caso de não-utilização pelo enfiteuta, o que em tese permitia ao Poder Público o maior controle da destinação do solo urbano” (LIMA, 2005, p. 87).

Como visto, as grandes glebas de terras particulares existentes na Cidade do Salvador eram utilizadas muitas vezes através de contratos de enfiteuse ou arrendamento. É possível observar que o instituto da enfiteuse ficou reservado para as relações travadas entre os latifundiários urbanos e foreiros pertencentes às classes médias e altas e o arrendamento, para as classes populares. Isso porque a enfiteuse entre particulares, além de ter caráter perpétuo e irrevogável, é um direito real e, portanto, passível de ser registrada em cartório, o que permite uma maior segurança ao adquirente; ao contrário, o arrendamento se caracteriza como um vínculo pessoal entre as partes contratantes (LIMA, 2005, p. 94).

A partir daí a autora descreve as consequências de tais relações para a estruturação do urbano periférico da cidade.

Embora os assentamentos construídos a partir dos contratos de arrendamento e as favelas apresentem diferenças quanto à forma de acesso ao solo, há alguns traços em comum quanto ao modo de serem estruturados. Em regra, são resultados de autoconstrução sem aprovação formal do Poder Público, verificando-se a informalidade no seu traçado e parcelamento. Sob o ponto de vista do ambiente construído, essas semelhanças marcam a cidade com uma paisagem avermelhada, hoje em alguns pontos colorida, formada por tipologias construtivas semelhantes, dificultando distinguir visualmente as favelas dos chamados arrendamentos (LIMA, 2005, p. 94).

Tais aspectos são comumente observados em Pirajá, ainda mais que ocupações informais e arrendamentos podem ser encontrados em uma só via, a depender da declividade. É importante ressaltar que não apenas as áreas não loteadas foram ocupadas dessa forma, apenas as não loteadas são geralmente mais recentes e apresentam piores aspectos construtivos, resultando na complexidade apresentada no mapa de habitabilidade. Enfiteuses e arrendamentos, entretanto, ainda que facilitem para as classes menos abastadas a solução do problema da moradia, não caracterizam um espaço maduro no contexto do mercado capitalista de terras, como nos afirma Brandão (1981):

O regime da enfiteuse sob que se mantinham as terras públicas opunha a um mercado pleno do solo dois obstáculos consideráveis. Em primeiro lugar, por ele abriam-se mais brechas à ocupação espontânea e aos loteamentos clandestinos – únicos meios de acesso ao solo para as camadas de menor renda. Nas terras públicas, a situação juridicamente pouco clara de vários foreiros conduzia estes a precipitar a ocupação favorecendo o parcelamento. De outro lado, a posse de terras em mãos de velhos foreiros ou posseiros não-capitalizados excluía a possibilidade de associação entre capital e propriedade do solo (BRANDÃO, 1981, p. 139).

Desta maneira, é de responsabilidade do poder público municipal a solução do problema, que veio na forma da Lei Nº 2.181/1968, a Lei da Reforma Urbana, que “abriria à aquisição particular em propriedade plena milhões de metros quadrados de terras municipais” (BRANDÃO, 1981, p. 140). Eis uma ação clara e determinante do poder público municipal, cuja liderança estava nas mãos do então prefeito Antônio Carlos Magalhães, demonstrativa de um Estado agente capitalista em potencial. Aliado a isso tivemos a concentração fundiária,

uma vez que, segundo Ribeiro e Debeffe (1979) também citados por Lima (2005), 65% das terras liberadas passaram a pertencer a apenas cinco grupos econômicos. Produzia-se a escassez do solo urbano e das terras suburbanas do município, abria-se espaço à especulação imobiliária, ao passo que dificultava ainda mais a tentativa de solução – por parte das classes sociais menos abastadas – de onde e como morar na cidade.

A este fato articula-se a ocupação das terras que hoje são o bairro de Pirajá. Embora não sejam terras públicas e aparentemente não foram adquiridas no período citado, da escassez de terras produzida pela Reforma Urbana decorreram ocupações informais de terrenos suburbanos. O senhor Raymundo nos conta que, após algumas ocupações informais, a União Fabril loteou a área e as arrendou aos interessados. Era um resgate de uma antiga forma de transação, ao passo que a empresa poderia extrair a renda da terra de um espaço muito pouco valorizado, cheio de terrenos íngremes e muito afastado das áreas centrais [um fator positivo era a proximidade da Estrada dos Boiadeiros, que se transformou na rodovia BR-324], ela possibilitara para muitos indivíduos sem poder aquisitivo a solução do problema do onde e como morar na cidade: as pessoas arrendavam os lotes sob um contrato que previa pagamento anual e ali erguiam suas residências através da autoconstrução. A pouca infraestrutura levada ao parcelamento aberto – que inicialmente se limitou à abertura de vias – atraiu ainda mais as ocupações informais.

O parcelamento aberto em Pirajá pela União Fabril é informal, por não seguir os parâmetros urbanísticos, além de ilegal, por não constar no Inventário de Loteamentos da Prefeitura Municipal de Salvador [Salvador (1977)]⁵¹. De acordo com a funcionária da Biblioteca Pública Municipal Mário Leal Ferreira, existe uma defasagem entre os inventários abertos entre os anos de 1977 e 2003, após este ano os loteamentos licenciados constam no Neoinventário datado do ano de 2003.

Como visto, historicamente a situação da propriedade de terra em Salvador é incerta. Foi exatamente em meio a esta incerteza que nossas buscas para descobrir a real situação fundiária do bairro de Pirajá se encontraram durante todo o processo. Desta maneira, todas as descobertas e relatos que virão a seguir fazem parte de um processo ainda em curso, o que faz com que tenhamos muito mais questões para orientar a continuação das pesquisas no bairro. Questões estas que envolvem outra etapa de vivência para os moradores do bairro: Pirajá antes e depois das intervenções diretas dos projetos urbanísticos do Governo do Estado da Bahia. Desta maneira nossas pesquisas se situaram em um momento bom e ruim ao mesmo

⁵¹ Por isso, ressaltando, não se constitui em um loteamento, como está na fala dos moradores.

tempo: o primeiro por termos a oportunidade de sentir o início dos projetos, e, o segundo, por não podermos acompanhar a execução propriamente dita. Ao mesmo tempo, esses dois lados tornam-se complementarmente positivos, ao passo que o primeiro é único e por ambos nos proporcionarem reflexões e questionamentos. Passaremos a discutir nossas experiências em campo.

4.1 ATUAIS INTERVENÇÕES DO ESTADO NOS SETORES DE URBANIZAÇÃO E HABITAÇÃO EM PIRAJÁ: PROJETO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO EM ÁREAS URBANAS CARENTES NO ESTADO DA BAHIA E PLANO URBANÍSTICO E PROJETOS EXECUTIVOS DE URBANIZAÇÃO DE PIRAJÁ

Iniciaremos descrevendo a maneira como a notícia das intervenções urbanísticas da CONDER nos foi revelada. Antes é válido ressaltar o tempo das duas intervenções: o primeiro, o Projeto de Desenvolvimento Integrado em Áreas Urbanas Carentes da Bahia teve início em 2009 e já se encontra em fase próxima à executiva. O segundo, referente ao Plano Urbanístico, encontra-se em fase de elaboração do projeto, cuja atividade tem caráter participativo⁵² e passou apenas pelo Seminário de Abertura para apresentação à comunidade⁵³. Os dois projetos são de responsabilidade do Governo do Estado da Bahia através da SEDUR [gerenciamento] e da CONDER [execução, por isso será feita sempre maior referência a este órgão], embora sejam setores distintos deste último órgão que estejam responsáveis pelos mesmos. É válido ressaltar também a dificuldade de conseguir informações acerca do primeiro projeto, por vezes pareceu desinformação por parte dos responsáveis indiretos⁵⁴, entretanto na maioria das vezes a aparência era de retenção de informação. Os responsáveis diretos – de difícil acesso – são geralmente arquitetos/engenheiros que ocupam cargos de chefia nos referidos órgãos, para os quais os indiretos faziam referência quando não sabiam responder algum questionamento da comunidade ou da pesquisadora. Todos os passos dados pela pesquisadora aqui serão relatados, mas optamos por não citar determinados nomes de empresas e pessoas. Os dois projetos são financiados pelo Banco Mundial, através dos Planos de Aceleração do Crescimento (PAC's) 1 e 2, respectivamente primeiro e segundo projetos.

⁵² Trabalharemos com as características da participação posteriormente.

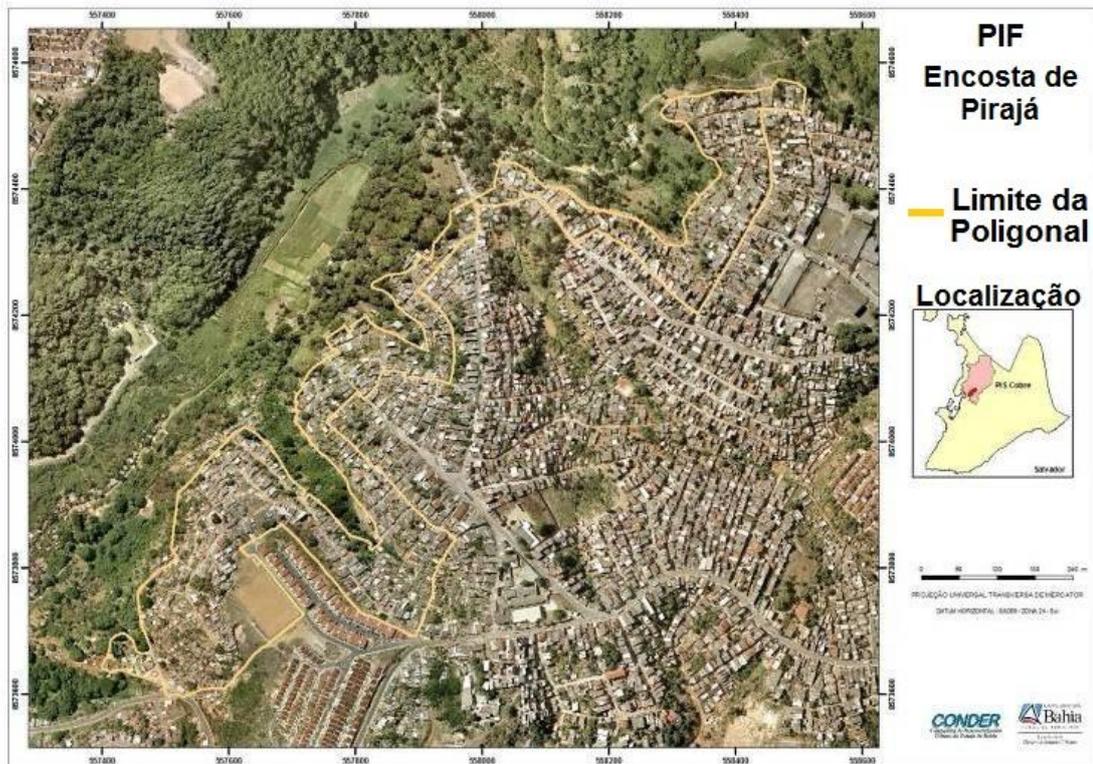
⁵³ Alguns levantamentos de dados já foram realizados pela empresa responsável pela elaboração do projeto, tais como aspectos topográficos, acompanhados de lideranças.

⁵⁴ Para efeito de diferenciação, denominamos responsáveis indiretos os técnicos [arquitetos, engenheiros] e assistentes sociais que lidam diretamente com a comunidade e com as empresas responsáveis pela elaboração e pela execução das etapas do projeto.

Em um de nossos muitos encontros com o Grupo Pirajá Rumo ao 3º Milênio [mais conhecido como Grupo 3º Milênio], já em dezembro de 2010, a senhora Berenice fez um apelo: ela solicitou que a pesquisadora procurasse saber de informações e acompanhasse o projeto de Desenvolvimento Integrado [que a partir daqui denominaremos Projeto da Encosta, pois é assim denominado pela comunidade e técnicos da CONDER], uma vez que a comunidade estava assustada com uma ameaça de despejo e a falta de informação e diálogos esclarecedores com a CONDER. O apelo da senhora Berenice foi rapidamente apoiado pelas demais lideranças, todos com poucas informações acerca do projeto. Segundo a liderança referida, o questionamento geral da comunidade era: “minha casa vai sair?”.

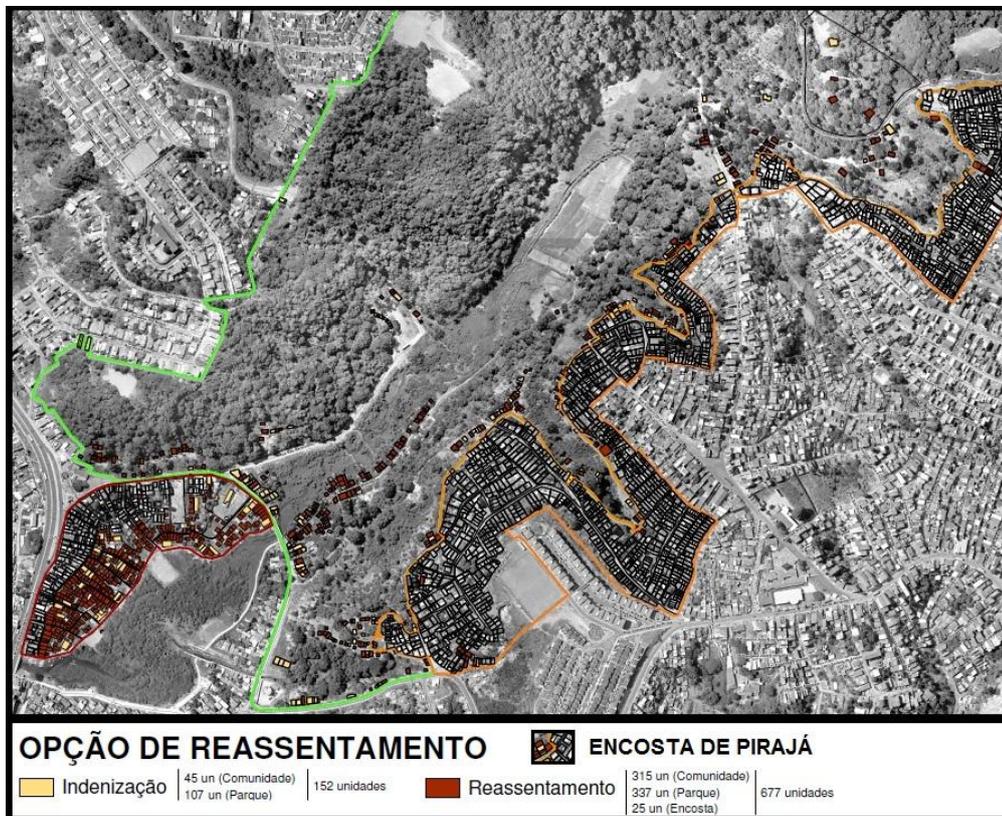
Apoiada no pedido da comunidade e com muita curiosidade para descobrir mais informações acerca do projeto – tais como que tipo de intervenção, área afetada, etc. – a pesquisadora se dirigiu à Conder. Após muitas indicações de setores fomos encaminhadas ao setor de Projetos. Neste, a pesquisadora foi recebida pela arquiteta [indiretamente] responsável pelo projeto em questão. Após apresentação e justificativa da presença, a referida técnica nos passou oralmente algumas informações sobre o projeto e seus encaminhamentos. As informações referiam-se principalmente aos tipos de intervenções urbanas que o projeto prevê, equipamentos coletivos a serem construídos, área de abrangência (Figura 4.1) e as residências que deverão ser retiradas do local. Foi mostrado um mapeamento das opções dos moradores em relação ao reassentamento [que será feito nas proximidades, em prédios] ou indenização (Figura 4.2).

Figura 4.1 – Poligonal de Intervenção Física (PIF) – Encosta de Pirajá



Fonte: Conder, 2010 (adaptado, ampliação de fontes de texto).

Figura 4.2 – Moradias a serem reassentadas e indenizadas na Encosta de Pirajá



Fonte: Conder, 2010 (Adaptado).

A Poligonal de Intervenção Física da Encosta de Pirajá está inserida na Poligonal de Intervenção Social (PIS) do Cobre, dentro da qual também estão inseridas as PIF's São Bartolomeu e Urbanização do Parque São Bartolomeu. Esta possui ligação direta com Pirajá, uma vez que atinge os limites do bairro, integrando-se com a encosta: especificamente a construção do Centro de Cidadania e Cultura Pirajá e da via de contorno para uma dita proteção do Parque contra as ocupações informais. A área de abrangência da PIF Encosta de Pirajá refere-se ao principal vetor de crescimento urbano do bairro e de moradias subnormais [também o interior do Parque São Bartolomeu, onde se situam atualmente 440 habitações, segundo estudos da CONDER], como foi possível constatar em nossas pesquisas anteriores (REBOUÇAS, 2008) e confirmar com o desenvolvimento da atual. Como pode ser visto na figura 4.2 as casas a serem removidas localizam-se – em sua maior parte – no interior do parque, possuem péssimas condições de moradia e estão em lugar completamente inapropriado, segundo técnica da CONDER. Esta informação contradiz um pouco o fato de ter sido uma opção reassentar ou indenizar. A figura 4.3 ilustra a situação da área em 1976, e proporciona excelente análise comparativa com a figura anterior. O Projeto de Desenvolvimento Integrado em Áreas Urbanas Carentes da Bahia contém outras três PIS, a de Pau da Lima, da Ribeira e da Mangabeira [esta no município de Feira de Santana-Ba].

Figura 4.3 – Situação da ocupação da área da PIF da Encosta de Pirajá em 1976



Fonte: Conder, 2010.

Sobre as opções de reassentamento ou indenização logo surgiu uma dúvida: se a opção foi feita pelos moradores, como afirmou a técnica, qual o motivo de tanto desespero da comunidade em relação à segurança de suas moradias? Esta dúvida foi tirada pelas lideranças em outro encontro já em janeiro de 2011 – dessa vez para a preparação do I Seminário de Apresentação do segundo projeto – quando afirmaram que as informações não eram precisas, aleatoriamente os representantes da Conder asseguravam que ruas inteiras ‘sairiam’, a exemplo da Gessina de Brito e da 15 de Novembro [parcelamentos da União Fabril]. Aqui ficou uma desconfiança acerca da participação popular na construção do projeto, uma vez que até mesmo as lideranças não tinham qualquer conhecimento a respeito do assunto.

A pesquisadora solicitou da técnica responsável pelas informações aqui transmitidas que lhe dispusesse todo o material possível referente ao projeto, inclusive textuais, uma vez que seriam importantes para o desenvolvimento da pesquisa. A arquiteta disponibilizou apresentações em Power Point e algumas imagens, mas nenhum documento textual, que explicitasse objetivos, justificativas, estratégias, contextualização, etc., enfim, o corpo do projeto⁵⁵. O Projeto de Urbanização da Encosta de Pirajá

[...] consiste na proposição de soluções de urbanismo e infra-estrutura como esgotamento sanitário, drenagem, pavimentação, habitação, dentre outras, na área de abrangência do trabalho. [...]

A ocupação do solo é caracterizada predominantemente por áreas ocupadas informalmente, com graus diferenciados de consolidação. Segundo os estudos do PDDU, elaborados em 2002 pela Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente do Município, na área a tipologia predominante de ocupação e uso do solo, é a denominada Tipologia de Ocupação Predominantemente Horizontal III, descrita como assentamento residencial de população de renda média e baixa em estágio avançado de adensamento construtivo (horizontal e vertical). Caracteriza-se pela predominância de edificações com dois ou mais pavimentos e altos índices de ocupação do solo.

A área proposta para elaboração do projeto de urbanização possui uma população de cerca de 6.300 habitantes e aproximadamente 1.500 domicílios. Em 2000, o rendimento médio dos chefes de família era pouco mais de um salário mínimo e o tempo de estudo predominante entre os chefes de família, é de apenas 4 anos. Mais de 70% dos chefes de família tem renda de até 3 Salários Mínimos e 16% não possui nenhum rendimento.

Esse projeto tem como objetivo primordial a urbanização da faixa de terreno compreendida entre ocupações precárias consolidadas na encosta de Pirajá e a via de contorno do Parque São Bartolomeu, a ser implementada a partir da execução das obras previstas no Projeto de Reabilitação do Parque São Bartolomeu. A proposta é que este novo espaço urbanizado possa acomodar as ocupações ilegais identificadas

⁵⁵ A pesquisadora conseguiu o projeto e outras imagens através de outros meios, com a empresa responsável por elaborar e executar um subprojeto da PIF Encosta de Pirajá. Tais informações serão utilizadas aqui com a fonte da Conder, uma vez que são todos documentos públicos. Vale ressaltar que muitas imagens e mapas não foram produzidos pela Conder, mas sim pela empresa contratada para o serviço, aqui agente e ator são diferenciados nitidamente: o agente da ação é o Estado, representado pela Conder; as empresas são atores contratados para executar uma ação planejada, ainda que estes sejam responsáveis pela elaboração e execução dos projetos, suas ações são manipuladas/monitoradas pela Conder.

a partir do estudo dos aspectos de política e gestão ambiental e do estudo dos aspectos socioeconômicos e fundiários, componentes integrantes do Estudo de Revisão do Marco Legal, dos Limites e Enquadramento das Unidades de Conservação no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (BAHIA-SEDUR/CONDER, 2009, p. 2).

É um dos objetivos específicos:

Estimular a participação comunitária em todas as etapas de elaboração dos projetos executivos de urbanização, desenvolvendo a interação entre a população beneficiada e os agentes envolvidos no planejamento local, permitindo uma convergência entre as demandas sociais, ambientais, culturais e sanitárias, e as soluções tecnicamente viáveis a serem propostas (BAHIA-SEDUR/CONDER, 2009, p. 5).

É fato que tal objetivo não foi cumprido. No dia 9 de fevereiro de 2011, com o objetivo de esclarecer as dúvidas da comunidade sobre o projeto em destaque e apresentar novidades do mesmo, representantes da Conder se reúnem pela terceira vez com as lideranças. Foram de muita utilidade nossas contribuições com elementos do planejamento participativo durante as oficinas, após três ou quatro slides de apresentação [ainda na revisão e contextualização das informações anteriores] a pesquisadora questionou acerca da construção participativa do projeto. Uma técnica da Conder respondeu que sim, logo após o Senhor Raymundo negou, afirmando que ele e outras lideranças não tinham sequer conhecimento acerca do projeto. A mesma técnica explicou de que maneira houve a dita participação popular: o projeto era apresentado por partes à comunidade, que sugeria modificações. Em outro encontro mais uma etapa era apresentada, com modificações. Várias lideranças confirmaram estes fatos, a pesquisadora então concluiu que não houve, desta maneira, uma construção participativa, como se propõe o segundo projeto. O senhor Raymundo então questionou os colegas se eles haviam participado de alguma reunião para definir as necessidades dos equipamentos sugeridos e os locais onde serão construídos, recebendo apenas respostas negativas. Foram questionadas também as informações sem consistência acerca dos reassentamentos. Em vários momentos os técnicos presentes fizeram referência aos técnicos responsáveis pelo projeto para tirar determinadas dúvidas da pesquisadora e da comunidade, já que eles não detinham o conhecimento acerca dos projetos.

As ações do projeto são indubitavelmente demandadas pela comunidade, assim como a relocação de determinadas moradias. A comparação dos mapas referentes às moradias com necessidades urgentes de remoção – construídos em reuniões com o Grupo 3º Milênio – com o da área de abrangência da PIF Encosta de Pirajá demonstra coincidências, embora a PIF não compreenda toda a área com alto grau de precariedade. Já em Rebouças (2008), indicamos a

necessidade emergente de intervenções urbanísticas no bairro e necessariamente na área indicada, entretanto, questionamos agora a maneira com a qual os projetos estão sendo desenvolvidos. Qual modelo de participação é efetivado na elaboração e execução desses projetos em áreas carentes na cidade? Segundo os resultados de como poderiam ser solucionados os problemas levantados pelos moradores em oficinas, projetos são a melhor maneira de intervir no local, mas não da maneira que está a acontecer. Aproveitando o ensejo, as lideranças questionaram inclusive a linguagem e os recursos utilizados pelos técnicos em reuniões, seminários, apresentações à comunidade: palavras difíceis, figuras ilegíveis e/ou com muitas informações, além de mapas que eles não sabem interpretar. “Ela mostrou: vai daqui até aqui e eu não sei onde é ali nem aqui” (Fala de moradora na reunião). Esta fala nos foi marcante por dois fatores integrados: o primeiro por ter vindo de uma pessoa adulta bem jovem, o que nos fez lembrar o segundo fator, referente a não disseminação da cartografia que defendemos anteriormente.

4.1.1 Plano Urbanístico e Projetos Executivos de Urbanização de Pirajá

Para dar um fôlego à leitura abre-se esta subseção para tratar do segundo projeto. Este também é financiado pelo Banco Mundial, porém através do PAC2. Os órgãos que representam o Estado nesta investida são também a SEDUR e a CONDER, mais representativamente a última, novamente por ser responsável pela parte executiva. O trabalho que acompanhamos até o último momento da pesquisa empírica foi o da empresa responsável pela elaboração do projeto executivo, contratada pela Conder. O referido trabalho foi acompanhado desde seus primeiros passos iniciais: os levantamentos topográficos feitos por técnicos da empresa, acompanhados de moradores.

Tivemos a oportunidade de acompanhar a primeira reunião da empresa com as lideranças, a fim de apresentar o plano de trabalho de um projeto a ser construído com a comunidade e de convocar a mesma para o I Seminário, denominado de Seminário de Entrada. Nessa reunião não havia representante da CONDER. A existência do projeto da Encosta causou desordenamento das ideias dos moradores presentes. A reunião foi realizada uma semana antes daquela na qual a CONDER⁵⁶ tiraria as dúvidas em relação ao último projeto e o Seminário de Entrada um dia antes.

⁵⁶ É válido lembrar que as equipes da Conder responsáveis pelos projetos são distintas.

A empresa responsável pelo segundo projeto desconhecia o primeiro e seus representantes mostraram-se impacientes com relação aos questionamentos das lideranças em relação ao projeto da Encosta. Rapidamente o discurso de “bairro” que iniciou a fala de uma assistente social representante da Empresa foi transformado, e Pirajá passou a ter “lado de cá e lado de lá”, para não confundir as áreas de abrangência dos projetos. Para que não houvesse maiores problemas e não atrapalhasse o Seminário de Entrada, o carro de som que faria a propaganda não percorreria “o lado de lá”, apenas “o lado de cá”. Decerto que as inúmeras maneiras de comunicação constantes na própria ideia de bairro não permitiram essa separação, ficando boa parte da reunião e do Seminário destinada a discussões acerca dos problemas causados pela má construção/elaboração/administração do Projeto da Encosta.

A empresa solicitou a presença da técnica responsável da CONDER para esclarecer a existência de dois projetos distintos. A Senhora Regina Luz buscou explicar mas, segundo uma moradora na platéia, ela “falou tudo e não falou nada” (Fala de moradora durante o Seminário de Entrada); muito provavelmente pelo uso abusivo de termos desconhecidos pelos moradores e do mapeamento do bairro.

A pesquisadora questionou, durante a reunião da empresa com as lideranças, os limites do projeto (Figura 4.4), uma vez que apenas uma pequena área do bairro ficaria sem qualquer intervenção física [associando as áreas de abrangência dos dois projetos: ver na figura 4.4 os limites do segundo projeto] e o tratamento do bairro como uma área segmentada, recebendo o apoio das lideranças. Entre os presentes, toda a responsabilidade foi lançada sobre a CONDER [e concordamos], uma vez que é a responsável pelos dois projetos, agente da ação. Aparentemente os moradores não pretendem permitir que o Estado atue de qualquer maneira em um lugar por eles construído ao longo do tempo; é por este motivo que a efetivação da participação popular não é uma coisa simples, uma vez que pode dificultar a ação unilateral do Estado. É muito provável que a construção do segundo projeto seja mais adversa para a empresa responsável, aqui já indicamos a importância da continuidade de pesquisas no bairro para registrar e acompanhar os resultados da elaboração/execução dos projetos em destaque.

Figura 4.4 – Convite Seminário de Entrada e limites de intervenção



SEMINÁRIO DE ENTRADA
CONVITE

O Governo do Estado da Bahia, através da SEDUR e CONDER, convidam a comunidade para participarem do 1º SEMINÁRIO do Plano Urbanístico e Projetos Executivos de Urbanização de Pirajá.

Data: 08/02/2011
Horário: 19h00
Local: Rua 8 de Novembro (Rua Velha de Pirajá) n° 59, em frente a DL Materiais de Construção

Legenda
— PIS - Poligonal de Integração Social
— PIF - Poligonal de Intervenção Física

GOVERNO DA Bahia
Secretaria de Desenvolvimento Urbano
CONDER
Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
Consórcio
OESTE ENGENHARIA & APT
ENGENHARIA

Fonte: Acervo de campo, 2011.

Nota-se pela figura 4.4 que a Poligonal de Integração Social na qual está inserida a Poligonal de Intervenção Física do segundo projeto não é a mesma do primeiro e equivale quase aos limites do bairro, com algumas distinções: exclui uma parte da área empresarial situada às margens da BR-324, o Km9 e a encosta margeada pelo Parque São Bartolomeu [área da primeira poligonal] e inclui uma pequena parte do bairro do Cabrito, no lado esquerdo da Rua Oscar Seixas [extremo oeste da figura], onde a população se definiu como moradora do Cabrito em nossos estudos no ano de 2008. O setor sul do bairro, situado na Rua Velha, ficará, então, sem qualquer intervenção física, ainda que integre uma poligonal de Integração Social. A representante da CONDER não soube informar, durante o Seminário de Entrada, quando a área será transformada em uma PIF, assim como os critérios da delimitação.

O plano de projeto da empresa prevê a criação de um núcleo com representantes de todas as esferas do bairro, setores de comércio e serviços, educacional, transportes... além de muitas lideranças. “Esse é um plano global, que mexe com a economia, com o social, com o político, com tudo”, afirmou um representante. Serão pensados o saneamento, a habitação, a cultura, o lazer, o acesso, a educação [...] segundo a empresa do bairro como um todo

[discurso contraditório, uma vez que “o lado de lá” e o setor sul não estão incluídos]. Toda a execução do projeto está prevista para 24 meses, sendo que a etapa da elaboração terá duração de 10 meses [portanto, a ser finalizada em novembro de 2011].

4.2 POSSE, PROPRIEDADE E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM PIRAJÁ

Como já mencionado, iniciamos a discussão acerca da propriedade fundiária em Pirajá em Rebouças (2008), para a qual nos foi de suma importância a entrevista concedida pelo gerente da empresa União Fabril, proprietária de grande parte das terras do bairro. Uma vez que a descoberta da situação fundiária irregular nos aconteceu no final do trabalho de pesquisa da data supracitada, poucas informações dos sujeitos espaciais foram conseguidas na ocasião. Mapear a situação fundiária de Pirajá ficou como tarefa a ser realizada na continuação da pesquisa, assim como compreender a relação que os moradores do bairro têm com a situação e com a empresa.

Neste sentido, um elemento importante refere-se ao fato de que nas entrevistas acerca da habitabilidade, em 2008, a não-propriedade da terra não apareceu como problema. Novamente em 2010, quando as pesquisas em campo para diagnosticar as condições de habitabilidade foram concluídas, a não-propriedade não foi mencionada como problema. Este elemento aparece como fator decisivo para as transformações metodológicas que foram necessárias à continuação da pesquisa, e é sobre as mesmas que nos debruçaremos para iniciar as discussões.

Relembremos as técnicas mencionadas na introdução deste trabalho que alçariam as informações necessárias: nas oficinas de delimitação seria levantada essa questão para ouvir de um número maior de moradores suas opiniões e reações ao assunto; nas entrevistas esperávamos que o problema fosse mencionado pelos moradores, uma vez que pedimos mais claramente os problemas [as dificuldades, o que acha ruim e que poderia melhorar] e o que considera bom no bairro. Finalmente seriam aplicadas enquetes nas áreas do mapa de uso do solo delimitadas como de parcelamento e algumas de ocupações informais antigas, para melhor seleção das áreas seria solicitado o apoio dos moradores, assim como para a própria aplicação da enquete, uma vez que não é seguro caminhar em algumas ruas do bairro a sós. Os resultados de tais procedimentos seriam demonstrados num mapa de predominância de terrenos de propriedade da Companhia Progresso e União Fabril da Bahia.

Nossa segunda aproximação com o bairro, como já mencionado, nos fez novamente repensar a metodologia, assim como com a oficina de delimitação, nas quais foram

incorporadas e enfatizadas questões diretas acerca da habitabilidade. Como tentativa de sintetizar o pensamento, enumeraremos a seguir três principais problemas que surgiram no decorrer do processo, iniciando pelo que entendemos como principal bloqueador da nossa investigação:

1) A questão fundiária do bairro não é um problema para os moradores. Em nenhum momento das oficinas e diálogos em 2010, assim como nas entrevistas realizadas em 2008 [nos quais foram levantados os problemas e possibilidades do bairro] esta questão foi levantada, como já mencionamos. Somado a isso, na maioria das vezes em que foi levantada pela pesquisadora os moradores a comentavam como um não-problema: confirmavam que a empresa se diz dona, mas os discursos pareciam se afirmar numa garantia de posse. A fala de uma moradora na oficina de finalização das atividades com o grupo 3º Milênio em 2010 é bem representativa para a reação do todo: “Que nada! Ela não manda mais aqui não, ela passa tempo sem aparecer, depois aparece... ninguém tira ninguém daqui não...” (Diálogo em oficina, 2010). A mesma moradora nos dá a situação de grande parte dos moradores: “Eu mesmo (sic) não tenho nada dela, comprei na mão de outro, tenho recibo de compra...” (Diálogo em oficina, 2010); 2) havia uma desconsideração generalizada para com a verdadeira situação do terreno [informação concedida por morador antigo em oficina e confirmada em diálogos], lembram apenas que o mesmo não é lançado na Prefeitura, situação comum na periferia social da cidade devido ao já comentado histórico de incertezas acerca da propriedade de terras em Salvador.

Ainda com o segundo problema, a desconsideração de muitos moradores quanto à própria situação fundiária poderia trazer resultados das enquetes [metodologia inicialmente pensada para aferir a situação fundiária] não condizentes com a realidade, ou ainda uma necessidade pela pesquisadora de forçar uma resposta direta e concisa do morador, o que não seria uma situação confortável para a pesquisa. O terceiro problema, este intimamente relacionado às possibilidades pessoais de realização do trabalho de campo, refere-se à necessidade da pesquisadora estar quase sempre acompanhada pelos moradores do bairro para percorrê-lo. 3) Assim, como instigar moradores a acompanhar uma pesquisa que irá mapear um ‘não-problema’, diante de tantos problemas por eles levantados?

Mesmo diante desta situação continuamos envolvidos no mapeamento da situação fundiária do bairro, devido a duas questões principais: 1) o mapeamento associado às outras informações seria um instrumento importante para a tentativa de regularização fundiária por meios legais diante da Prefeitura e 2) a já mencionada inexistência do bairro enquanto Zona Especial de Interesse Social, que tem como um dos objetivos principais a regularização

fundiária; partimos para outra estratégia metodológica: a questão fundiária começou a ser tratada pela pesquisadora como problema secundário, assim sempre era levantada em todas as oficinas e diálogos para que as informações fossem lançadas pelos moradores naturalmente; além das oficinas, conversas insistentes acompanhadas de mapas com o Senhor Raymundo Coelho – morador de Pirajá desde 1967 – sobre a história da ocupação do bairro nos trouxeram informações preciosas de limites, assim como de pequenos parcelamentos não mais de propriedade da empresa⁵⁷. Admitindo os muitos erros prováveis no mapeamento da situação fundiária do bairro, o mesmo seria – assim como os outros – de predominância, devido às possíveis compras [mesmo desconhecendo a legalidade das mesmas] dos terrenos pelos moradores ou outros pequenos parceladores e situações diversas.

Com o objetivo de dimensionar e testar nossa compreensão das informações concedidas durante a pesquisa, no final do mapeamento das condições de habitabilidade e delimitação do bairro, confeccionamos a primeira ideia do que seria o mapeamento das terras da Companhia Progresso e União Fabril da Bahia em Pirajá. O primeiro mapeamento da situação fundiária do bairro (Figura 4.5)⁵⁸ considera apenas a área residencial referente ao parcelamento e às ocupações informais. Os terrenos do Conjunto Pirajá I pertencem ao Governo do Estado e a proprietários particulares. Nos limites da propriedade da empresa estão inclusas as duas Unidades de Saúde do bairro que atendem pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e quatro Unidades de Ensino públicas, três delas formam o complexo escolar situado na Rua Velha de Pirajá. O bairro possui apenas mais uma Unidade de Ensino pública, situada no Conjunto Pirajá I.

As terras à direita da Estrada Velha de Pirajá [entre esta e a BR-324], de uso predominantemente industrial e de empresas, com presença de uso residencial às margens da via de acesso ao bairro, não pertencem à União Fabril. As mesmas faziam parte da fazenda vizinha que hoje é o bairro de Dom Avelar e adjacências, cortada pela rodovia federal, antiga Estrada dos Boiadeiros. Segundo o senhor Raymundo o parcelamento foi regularizado [em termos de emissão de título] pelos antigos donos. Dos limites da propriedade da União Fabril também retiramos a Igreja de São Bartolomeu e o Pantheon, a Praça da Igreja e o cemitério, pontos de referência e marco de entrada do bairro residencial. Sobre a área do Parque de

⁵⁷ É importante ressaltar que – segundo a CONDER – mesmo os lotes vendidos pela União Fabril aos moradores podem estar em situação irregular, caso o processo de compra e venda não tenha passado por todos os trâmites legais, o que não garante ao morador a titularidade do terreno.

⁵⁸ A real situação fundiária do Km 9 como um todo é desconhecida pela autora, entretanto nossos questionamentos ao Senhor Raymundo nos fizeram entender que a área está na mesma situação daquelas situadas entre a Estrada Velha de Campinas e a área industrial: fazia parte de fazendas de outros donos.

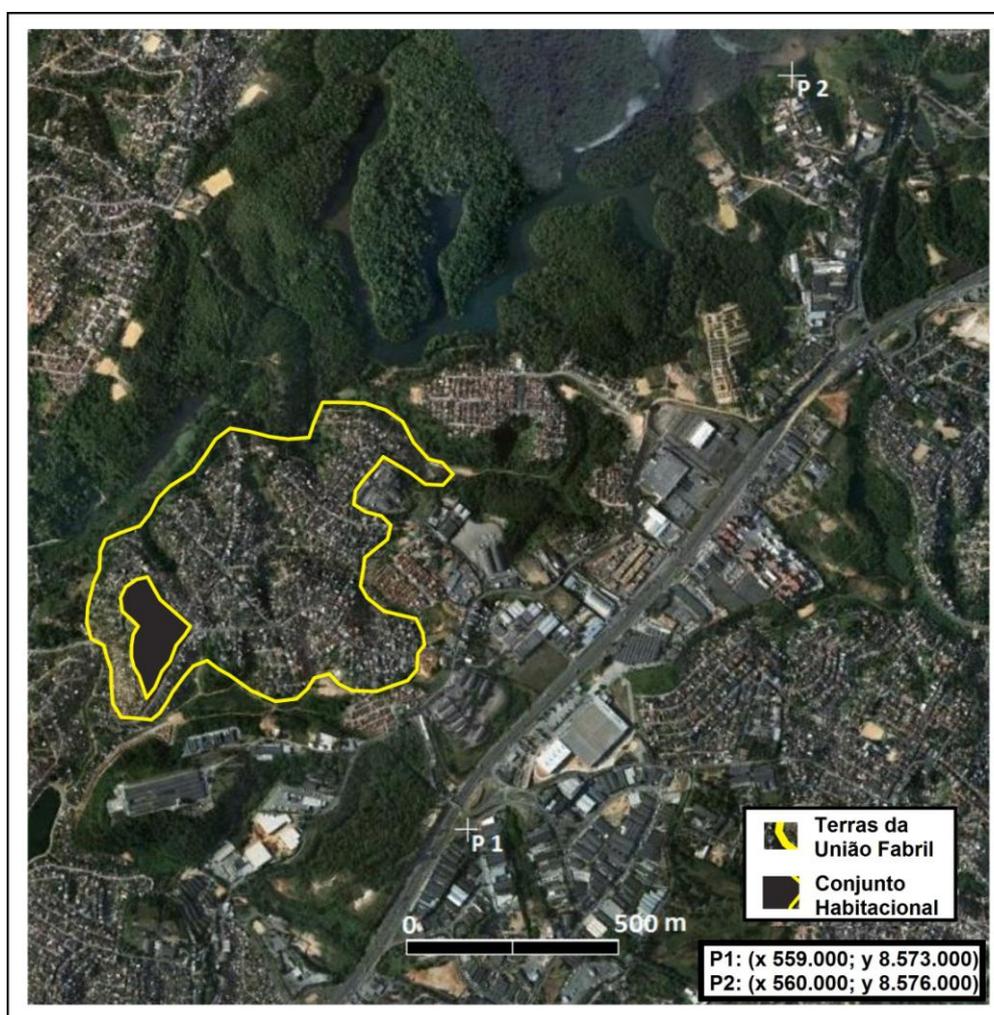
Pirajá, o Decreto N° 4.590/74, Salvador (1974), a desapropria da empresa em destaque, para fins de execução de projeto de urbanização e implantação do Parque.

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública e desapropriada, em regime de urgência, a área de 750.000 m², desmembrada da maior porção de uma gleba de propriedade da Cia. Progresso União Fabril da Bahia, situada em Pirajá, no local denominado São Bartolomeu, área essa que começa na estrada Almeida Brandão – São Bartolomeu e, seguindo o curso do Rio Cobre, pelas suas duas margens, termina na sua foz, na Enseada do Cabrito.

Parágrafo único – A área ora desapropriada será utilizada para efetivação do plano urbanístico aprovado para o local, bem como para implantação do Parque Histórico de Pirajá, criado pelo Decreto 4.355, de 8 de novembro de 1972.

Art. 2º - Fica a Procuradoria Geral do Município autorizada a promover, em caráter de urgência, ação que permita à expropriante imitir-se, de logo, na posse do imóvel indicado no artigo anterior. (SALVADOR, 1974).

Figura 4.5 – Limites da propriedade da Companhia Progresso e União Fabril da Bahia



Fonte da base Imagem de Satélite Google Earth, 2008. Elaborado a partir de informações do campo, 2010.

Após exposição da pesquisadora da atual situação do bairro em relação a tal delimitação e do que se trata a mesma, houve interesse generalizado do Grupo 3º Milênio em transformar o real espaço de Pirajá em ZEIS, desta maneira, baseando-se nos estudos habitacionais e urbanísticos realizados no bairro até então, o limite exposto no mapeamento

da figura 4.5 refere-se também a nossa proposta de implantação da Zona Especial de Interesse Social de Pirajá.

Nossas intenções estão em concordância com as normas estabelecidas pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador, Salvador (2008a), em seu Artigo 81, uma vez que a criação de uma ZEIS – para o município – é prerrogativa para a regularização fundiária, como prevê o Artigo 69 da mesma Lei. Além disso, será garantida a gestão participativa no planejamento, uma vez que todo o processo foi construído com os moradores do bairro.

Art. 81. Atendidos os critérios estabelecidos nesta Lei, novas Zonas Especiais de Interesse Social, ZEIS, poderão ser enquadradas mediante: I - indicação do Plano Municipal de Habitação, de planos e projetos específicos ou de programas habitacionais; II - **solicitação de entidade representativa da comunidade interessada**, registrada no mínimo há dois anos, após parecer favorável do órgão de habitação, nos casos de ZEIS I, II, IV e V. § 1º O enquadramento e a delimitação de novas ZEIS, por constituírem em alteração do zoneamento do Município, serão feitos, obrigatoriamente, por lei municipal (SALVADOR, 2008a, p. 48-49, grifo nosso).

Seção IV Da Regularização Fundiária das Áreas Ocupadas Art. 69. O Executivo Municipal deverá promover a regularização urbanística e fundiária dos assentamentos precários, loteamentos irregulares e clandestinos de interesse social, por meio dos seguintes instrumentos: I - criação de Zonas Especiais de Interesse Social, ZEIS; II - concessão de direito real de uso, de acordo com o Decreto-Lei nº 271, de 1967; III - concessão de uso especial para fins de moradia, de acordo com a Medida Provisória nº 2.220, de 2001; IV - assistência técnica, urbanística, jurídica e social gratuita; V - apoio técnico às comunidades na utilização de instituto do usucapião especial de imóvel urbano (SALVADOR, 2008a, p. 43).

CAPÍTULO IV DA GESTÃO COM PARTICIPAÇÃO [...] III - garantia de participação da comunidade envolvida na regularização e implementação das Zonas Especiais de Interesse Social, ZEIS, bem como no processo de elaboração de planos, programas e projetos habitacionais de interesse social (SALVADOR, 2008a, p. 46).

Nossa preocupação envolve a necessidade de alteração do Plano Municipal de Habitação de Salvador (2008-2025), Salvador (2008b), além das outras disposições legais associadas à morosidade do Poder Público. Inicialmente a inquietação residia na necessidade de regularização fundiária – além, claro, de denunciar a metodologia utilizada para a delimitação das ZEIS –, entretanto, com as novidades trazidas pelos projetos urbanísticos acerca da regularização, nossos interesses situam-se novamente na denúncia, assim como na tentativa de tornar o planejamento urbano de Salvador efetivamente participativo.

A descoberta da elaboração/execução dos dois projetos urbanísticos na área de Pirajá nos fez alterar o foco que intencionava pensar em caminhos para a regularização fundiária, tentativa que nos acompanha desde o final da pesquisa em 2008. Antes de partirmos para a

exposição das nossas buscas durante o acompanhamento das atividades dos projetos, deixaremos mais clara qual a situação que a pesquisa se encontrava em relação às informações acerca da situação fundiária do bairro, baseada na entrevista com o gerente da União Fabril, uma vez que não nos foi possível realizar outra, o que já esperávamos por dois fatores: 1) a dificuldade que encontramos em 2008 para conseguir a primeira e 2) a situação de conflito em que a empresa se encontra com o Estado.

3. Como era o processo de venda de terrenos? Como era principalmente o caso de Pirajá?

A empresa ela quando foi constituída ela ainda tinha fábricas, ela ainda tinha a administração das fábricas, São Braz, São João, Fábrica Conceição, Paraguassu, São Salvador... com o passar do tempo aí com a extinção das fábricas ela passou a administrar os bens dela, não deixando porém de ter ainda a fábrica que continuava funcionando sob a administração dela, mas com uma situação diferente, ela tendo no seu... no seu... na sua função, a sua atividade voltada para a administração de bens próprios, locação e venda de imóveis. Mas isso veio acontecer lá pelos idos de 1964, essa situação... 59, vamos dizer 58-59.

- Em conversas com moradores de Pirajá eles disseram que compravam o que chamavam de posse da terra.

Não. O que aconteceu era o seguinte, a Companhia, com mais de 11 mil locatários englobando... é os cadastrados que já dependia da quantidade de área de terras eles foram sublocando coisas ilegais que não poderiam ser feitas porque todos eles tinham uma ficha que tinha a metragem que eles tinham como ocupação e como reserva de eles cuidarem e dar a situação de... dos seus resultados à empresa, que ele construiu ali mas aquela área do terreno era locada.

- Então essa espécie de aluguel de terreno não existe...

Olha, o que ocorre é o seguinte, é... a ilegalidade começou quando eles não quiseram continuar obedecendo o critério de pagamento que eles tinham como compromisso com a empresa.

- E como era esse pagamento?

A situação, eles tinham a terra, é... locada, para pagamento anual. Eles... ao passar dos tempos, achavam, por eles e por alguns... algumas... alguns movimentos políticos, de que a empresa não tinha... titularidade, que era tudo ilegal, que a empresa chegou e pegou essas terras, de formas fraudulentas, mas, conforme eu lhe mostrei aqui, é tudo legal. Tem a outra parte daqui também da... a parte do Santo Antônio, que é outra poligonal, a do Santo Antônio que praticamente vai se encostar nessa aqui. Aí o que ocorre, esses movimentos políticos, vieram ter esses movimentos mais ou menos a partir de 1900... expressivamente, engrossando o caldo de 1980 e poucos pra cá. Ah não é e tal, aqueles movimentos... e quando nós mostramos a transparência da empresa, com a apresentação de documentos e as poligonais que se encontram registradas na própria Prefeitura. [...]

- Essa locação é através de recibos?

A locação ele vinha aqui, todo ano pagar, arrendamento referente ao ano tal.

- E o que acontece, ou acontecia, com as pessoas que não pagam?

Olhe, a empresa, por ser uma empresa grande, e muitas vezes ela... é... a infinidade de locatários, muitas vezes ela deixou passar anos e anos e não moveu ação de reintegração de posse e ação de despejo e alguns mais que interessava a ela, ela... mas, só esperando a manifestação deles que a empresa estaria disposta a mostrar e reaver os bens dela, da forma de lei né?, nunca contra a lei. Dentro das normas que lhe são prevalecidas, lhe são facultadas né?

- E o que fez a empresa escolher algumas áreas e correr atrás e outras não?

Não, pelo seguinte, porque... esse problema de escolher é uma... entre aspas, situação de conveniência dela, porquê... só a ela interessava como proprietária

- Áreas mais valorizadas?

É... acontece ser isso, uma área grande... que ela acha, não, bora tomar e... e muitas vezes ela quer, muitas vezes pedir a reintegração de posse e muitas vezes pelo coração até... vê se o camarada chega a um acordo e vem procurar, já depois de até ser sancionada a execução judicial aí, a direção... já houve, abrir mão, pra poder ajeitar e perdoar o camarada e ele pagar o que deve.

4. Em conversas com moradores, eles disseram que alguém conseguiu lançar a casa na Prefeitura através do recibo.

Não, a situação da Prefeitura, lá pelos idos de 60 e tantos pra cá, a Prefeitura ia lançando a benfeitoria do imóvel sem pedir a titularidade do terreno. Quer dizer, a facilidade de lançar transformou isso numa situação de é... de força para que o camarada pensasse que já era dono. Só que lançar somente na Prefeitura não estaria dando a ele a condição de ele ser o... titular e proprietário, porque, se ele não tem o chão, aquilo simplesmente é um imóvel voando. Aí é que tá a situação (REBOUÇAS, 2008, p. 96-98).

No primeiro questionamento acerca de como se dava o processo da venda dos terrenos o entrevistado nos responde com total desvio de tema, mas nos dando uma informação interessante: a União Fabril iniciou com o negócio da venda e locação de imóveis entre as décadas de 1950 e 1960, período de iniciação das mudanças legislativas em Salvador com o intuito de formar um mercado imobiliário, que se consolida no final da última década, como já mencionado.

Uma vez constante nos discursos dos moradores a ‘compra da posse’, interrogamos acerca da mesma, tentando fazer com que o entrevistado se aproximasse do tema levantado na questão. Dessa tentativa conseguimos extrair que – segundo o contrato – o locador teria que dar a ‘situação’ do terreno, o que entendemos como uma satisfação da atividade que realizara, sendo citada a própria construção. O entrevistado denuncia a suposta sublocação dos terrenos e mais uma vez desvia do tema, apenas negando a afirmação da pesquisadora em relação à posse. Antes que a pesquisadora tocasse no tema da ilegalidade, o entrevistado, após uma afirmação da mesma que fugia do assunto sublocação, afirma com mais aspereza que a ilegalidade tem início quando os moradores deixam de pagar pelo arrendamento.

Decerto, a ilegalidade tem início quando da abertura do parcelamento, que não possui licença da Prefeitura Municipal de Salvador. Daí, todas as outras negociações deverão estar no patamar da ilegalidade: que tipo de garantia pode trazer um contrato de arrendamento de um lote aberto ilegalmente? Talvez tenha sido deste diálogo que o entrevistado tentou desviar com o afastamento entre as perguntas levantadas e as respostas dadas. Esta hipótese é levantada uma vez que, ao ser interrogado diretamente acerca do tipo de contrato, se a locação era feita através de recibos, ele responde que o locatário se dirigia à empresa todo ano para

pagar o arrendamento referente. Ter observado isso nos fez intensificar as buscas por moradores que tenham o contrato de arrendamento com a União Fabril (Figuras 4.6 e 4.7)⁵⁹.

Figura 4.6 – Recibo de locação Companhia Progresso e União Fabril da Bahia 1993


**cia. progresso
e união fabril da bahia**
 Av. EE. UU. 376 - Edif. União - S/601 - Tel. 243-3533
 C. G. C. 15.120.454/0001-73

N. 3 [redacted] **(Sem direito a Sublocar)** **Cz\$ 225.00**

Recebemos do Sr. [redacted]

a quantia de **DUZENTOS E VINTE E CINCO CRUZADOS NOVOS** **XZKXZ**

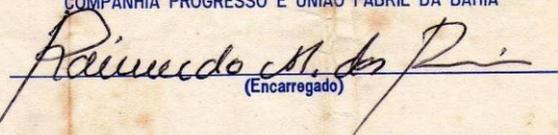
pela locação de 260.41m² do terreno situado á Fundo da Irecê
 no distrito de Pirajá referente

ao ano de 1985/89 VENCIDO A VENCER em 31.12.89

de nossa propriedade

Ficha Nº [redacted] Letra [redacted]

Salvador, 12 de Dezembro de 19 89

COMPANHIA PROGRESSO E UNIÃO FABRIL DA BAHIA

 (Encarregado)

G. M. 60619 - 200 Bis. 50x8 - 0001 a 10.000 - 02/88

Fonte: acervo de campo, 2011.

Nos dois exemplos demonstrados percebemos que a empresa não informa que a locação refere-se a um lote. Em momento algum é especificado o número do lote ou nome de loteamento. O recibo da figura 4.7 informa que o lote situa-se na Rua Elísio Mesquita [ocultamos o número do terreno] e, no primeiro exemplo (Figura 4.6), a referência é a Fábrica. Os dois recibos são de lotes situados na mesma rua, entendemos que – como o primeiro é mais antigo – ainda não havia registro da via, neste também não há número. Nota-se também que o recibo mais antigo possui a assinatura do encarregado [responsável pelo parcelamento na época em que a empresa possuía um posto no bairro] e o mais recente o carimbo da empresa.

⁵⁹ Optou-se por não identificar o número do recibo e o nome do locador como garantia de impessoalidade, um dos argumentos utilizados para conseguir os comprovantes. As lideranças, nossos principais contatos, residem – em sua maioria, em terras ocupadas, o que dificultou conseguir os recibos. Aliado a isso temos o momento de incertezas e inseguranças trazido pelos projetos da CONDER.

Figura 4.7 – Recibo de locação Companhia Progresso e União Fabril da Bahia 1989


 cia. progresso
 e união fabril da bahia
 Av. EE. UU. 376 - Edif. União - S/601 - Tel. 243-3533
 C. G. C. 15.120.454/0001-73

N. 0 (Sem direito a Sublocar) R\$ 90.000,00

Recebemos do Sr. _____

a quantia de Noventa mil cruzeiros X.X.X.X.X.X.X.X.X.X

pela locação de 358,43m² do terreno situado à Rua Elisio Mesquita

ta nº _____ no distrito de Pirajá referente

ao ano de "Medição" VENCIDO A VENCER em X.X.X.X.X.X.X.X.X.X

de nossa propriedade

Ficha Nº _____ Letra _____

RECEBEMOS
 Salvador de _____ de _____
 Cia. Progresso e União Fabril da Bahia
 C.A.T.A.

G. M. 3178 - 200 Bls. 50x3 - 00001 a 10.000 - 04/92

Fonte: acervo de campo, 2011.

Nossos esforços para conseguir recibos de compra e venda das residências foram inúteis⁶⁰. Todos os moradores que nos confiaram emprestar os recibos para fotocópia foram autoconstrutores. Conseguimos, contudo, informações. Vale lembrar que enfatizamos que a questão fundiária não era um problema para os moradores e que eles se diziam donos de seus imóveis. Inicialmente veio a interpretação de que eles não distinguiam o terreno da casa. A segunda hipótese levantada foi a de que os moradores ocultavam o problema devido à omissão da empresa; a terceira pressuposição era de que a relação entre posse e propriedade não estava clara nos discursos daqueles agentes, talvez propositalmente. “Proprietário e morador, acho que aqui é a mesma coisa. O quê que é posse? Posse é propriedade. Não tem diferença, porque aqui na vila ninguém tem a escritura de nada [...]” (MARES-GUIA, 2002, p. 59-60, *apud* SOUZA, 2011, p. 156).

⁶⁰ Conseguimos, além dos recibos, documentos de transferência de posse. Uma moradora comprou a posse do morador antigo através de documento registrado no Tabelião do 8º Ofício de Notas. O morador antigo havia feito pagamento de Notas Promissórias em atraso diretamente com a União Fabril [cujos recibos nos foram fotocopiados] no valor de R\$ 500,00, acrescidos R\$ 50,00 de correção. O documento de compra da posse transfere ao comprador todos os direitos ao terreno, denominado lote nº ‘X’, inclusive o de realizar benfeitorias.

Apenas a primeira hipótese foi completamente refutada⁶¹, há uma complexidade de relações sobre a questão fundiária do bairro. A defesa da propriedade através da posse refere-se a uma postura política, “[...] ninguém tira ninguém daqui não [...]” (Diálogo em oficina, 2010), atitude esta que é reforçada pela omissão da empresa, como visto ratificada pelo próprio gerente em entrevista. A fala foi tão fortemente repetida entre os moradores que fica evidente a despreocupação pela não propriedade. Tal postura foi alterada com os problemas decorrentes do Projeto da Encosta, associados à desinformação generalizada dos moradores. Em alguns diálogos surgiram incertezas acerca da não propriedade do terreno, não referente à União Fabril, mas sim ao Estado: se ele [o Estado] descobrir que os moradores não tinham documentos, poderia, de fato, ‘tirar’ a casa. Se a casa ‘iria sair’ era a grande dúvida e receio entre os moradores.

Voltemos à análise da entrevista.

Ao ser interrogado sobre a forma de pagamento o entrevistado nos informa que era anual. Na mesma resposta, o mesmo refere-se a movimentos políticos que questionam a legalidade da propriedade da União Fabril sobre as terras. Pelas nossas pesquisas tais movimentos não aconteceram em Pirajá, diferente do bairro de Plataforma que há anos luta pela propriedade de terrenos e casas⁶².

O loteador bonzinho encontrado em Chinelli (1981), aquele que ajuda a população menos abastada a solucionar o problema da moradia na cidade, uma vez que o Estado não cumpre seu papel, aqui aparece com outras ações benevolentes. Quando questionado acerca do que acontecia com os locatários inadimplentes, o entrevistado afirma que “muitas vezes pelo coração” a empresa deixou de pedir a reintegração de posse. Mas, dentro desse contexto, o entrevistado nos dá importantes informações: a empresa deixou passar anos sem pedir reintegração de posse e há maior interesse pelas áreas mais valorizadas.

Ao contrário de Plataforma, a União Fabril ‘esqueceu’ dos moradores de Pirajá por algum tempo. Por que a empresa não ‘esqueceu’ dos moradores de Plataforma também?

⁶¹ O que ratifica o método de abordagem ser o dialético, ainda que falemos em hipótese, uma vez que didaticamente a mesma é geralmente associada ao método hipotético-dedutivo.

⁶² Funke (2005), relatando a luta de moradores de Plataforma pela regularização fundiária, também nos traz a mesma posição da empresa, culpando movimentos políticos pelas manifestações dos moradores. O entrevistado refere-se a ativismos em outro bairro, provavelmente o bairro de Plataforma, por ter sua luta tão constante e recente. Quando do escrito deste capítulo [entre os meses de abril e maio de 2011] à defesa do trabalho, circulava nas redes de email – apoiada e divulgada pela pesquisadora – uma petição pública em favor da regularização e propriedade dos terrenos e casas pelos moradores de Plataforma, sob responsabilidade da Associação de Moradores de Plataforma (AMPLA). É possível assinar e ler as reivindicações dos moradores no site <http://www.peticaopublica.com.br/PeticaoVer.aspx?pi=P2011N9064>. Já no final das nossas últimas alterações para a versão final deste trabalho sai mais uma reportagem acerca da luta da AMPLA: Brito (2011), relata que os moradores estão recebendo ordens de despejo e que continuam firmes na decisão de permanência nos imóveis.

Embora não tenhamos esse bairro como objeto de estudo e que, por isso, não podemos realizar análise comparativa dos dois casos, essa questão nos intriga. Pelas leituras realizadas acerca da luta dos moradores do bairro de Plataforma, “há 106 anos, suas famílias pagam aluguel ou taxa de arrendamento à Companhia Progresso e União Fabril da Bahia” (FUNKE, 2005, p. 5); ao que interpretamos, as lutas foram iniciadas pelos moradores – que, assim como em Pirajá, a maioria não paga o contrato – tendo sido a postura da empresa responder aos processos e, ao que consta, também desapropriar alguns moradores: segundo informações da petição pública, “a empresa permanentemente pratica violência física e simbólica, persegue os moradores com expulsões, ameaças, despejos e muitas outras arbitrariedades” (PETIÇÃO PÚBLICA, 2011). Mais uma vez, levantamento de hipóteses e comparações, entretanto, apenas poderiam ser realizadas caso tomássemos o bairro de Plataforma como objeto de estudo.

Antes a luta era entre loteador e locatários – mas vimos que os parcelamentos em terras menos valorizadas ficaram esquecidos pela empresa – agora a ‘luta’ [ou poderíamos falar em relação] é entre os agentes hegemônicos. O Estado, que facilitou a aquisição de terras no município e permitiu a abertura de parcelamento informal, agora pagará pelas terras para intervir em áreas cujos aspectos urbanísticos são desumanos [problema social inicialmente criado pelo loteador para ‘ajudar’ aqueles que não tinham como se inserir no mercado formal de moradia, por ineficiência do Estado]. Segundo a CONDER – setor de regularização fundiária – o processo para entrar com ação de usucapião é tão complexo [verificação de casos individuais, inúmeros documentos] que o próprio Estado prefere entrar com ação de desapropriação e pagar à empresa pela área. Eis uma contradição inserida na relação entre agentes hegemônicos: o Estado prefere gastar dinheiro público a utilizar de sua própria Lei para desapropriar a empresa. A empresa, desta maneira, receberá também pelos lotes por ela vendidos.

Assim, podemos entender que a intencionalidade da ação da União Fabril está se concretizando neste momento, por alguns motivos: 1) as suas terras estão atualmente mais valorizadas do que na abertura do parcelamento; 2) a renda da terra também foi retirada nos possíveis casos individuais de pagamento do arrendamento e compra do lote pelos locatários; 3) o esquecimento – pelo entrevistado transformado em bondade – se tratava apenas de uma espera da necessidade de intervenção do Estado, pois como já mencionamos em citação de Chinelli (1981), o loteador tem consciência do problema social que está criando. Interessante é observar as ações do Estado: venda/doação de terras municipais; omissão quanto à abertura de parcelamento informal/ilegal; ineficiência para solucionar ou minimizar o problema do

acesso à moradia para as classes menos abastadas; gasto de dinheiro para adquirir as terras do parcelamento e vizinhanças ocupadas informalmente para execução de projetos urbanísticos. Projetos estes que apenas a continuação das pesquisas nos dirá como foram executados.

Já no final do diálogo o entrevistado deixa o capitalista se sobrepôr ao locatário bonzinho. Quando questionada sua opinião acerca das casas registradas na Prefeitura, o mesmo deixa clara a posição contrária à ação do Estado, afirmando ser uma maneira dos indivíduos se acharem donos [e verdadeiramente são, da casa], e, ainda, que os mesmos possuem um imóvel sem chão, “voando”.

Desta maneira, passamos a pensar nos meios legais para alcançar a regularização fundiária do bairro. Segundo o PDDU de Salvador um instrumento importante para a regularização é a criação das ZEIS, como já mencionamos. Passamos então a tentar compreender a real situação fundiária do bairro – através do mapeamento – e a pensar em como inseri-lo efetivamente enquanto ZEIS. Esta tentativa não foi abandonada pelas necessidades diagnosticadas, entretanto, para a regularização, nossos esforços tomaram outros rumos a partir da descoberta da existência dos dois projetos de intervenção urbanística no bairro. Antes de nos deter nos projetos e em nossa trajetória para compreender como seria solucionada a questão fundiária, destacaremos as duas maneiras que, entendemos, poderiam ter solucionado a questão.

4.3 POSSÍVEIS INSTRUMENTOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA⁶³

A posição do Estado era a seguinte: solucionar um problema criado por sua própria omissão [tanto pela abertura do parcelamento quanto pelo alastramento das moradias insalubres erguidas]; mas, vale ressaltar, a solução do problema será [ou deverá ser] dada com financiamento internacional [Banco Mundial, através das obras dos Programas de Aceleração do Crescimento PAC's].

Poderíamos nos ater aqui a comentar a posição do Estado em optar pelo instrumento de regularização que – decerto – é o mais custoso para os cofres públicos: a desapropriação. Entretanto, devido à indefinição das evidências, optamos por comentar os instrumentos de regularização possíveis de serem aplicados em Pirajá. A primeira explicação da escolha do

⁶³ Não está entre nossos objetivos trabalhar densamente com os instrumentos de regularização fundiária. Para esta leitura e enfaticamente acerca de Salvador, recomendamos a dissertação de Adriana Nogueira Vieira Lima – Lima (2005) – um rico trabalho no qual a autora discute clara e detalhadamente as novidades e avanços trazidos pelo Estatuto da Cidade, relacionando com a garantia [ou não?] da segurança da posse. Aproveitamos para agradecer a presteza da autora em nos disponibilizar seu trabalho em meio digital.

Estado pela desapropriação é o fato de a mesma ser a mais ágil, uma vez que aquele agente dispunha de pouco tempo para executar o processo. Tal hipótese nos foi dada pelo técnico do setor de regularização fundiária. Destacaremos aqui dois instrumentos, as ZEIS e a usucapião urbano coletivo, por entendermos que, no contexto do princípio do cumprimento da função social da propriedade urbana, seriam hipoteticamente os mais adequados para o caso de Pirajá.

Um instrumento importante no caso de Pirajá seria a criação da ZEIS, que, segundo o PDDU do município “são aquelas destinadas à implementação de programas de regularização urbanística, fundiária e produção, manutenção ou qualificação de Habitação de Interesse Social, HIS” (SALVADOR, 2008a, p. 47). A criação da ZEIS, entretanto, pela própria urgência no processo, não seria a solução mais apropriada para a regularização, por dois motivos: 1) no Plano Diretor, a seção destinada a este tópico – que possui as diretrizes necessárias à regularização das ZEIS (p. 49 a 53) – contém uma série de diretrizes, tais como a elaboração de Planos de Regularização, de Ação Social e Gestão Participativa, a formação de Comissão de Regularização, entre outras determinações, que demandariam tempo para o início da execução e o próprio encaminhamento; 2) uma vez que ainda não está criada, a ZEIS Pirajá só existirá ou após indicação do Plano Municipal de Habitação [o próximo, após 2025, que é o horizonte temporal do atual] ou mediante solicitação de Associação com autorização de órgão de habitação [o que equivaleria esperar pela mobilização acerca de uma coisa desconhecida até então pelos moradores, além da burocracia do referido órgão].

Desta maneira, conclui-se que a ZEIS seria alternativa se fosse implantada anteriormente, no próprio PDDU, e que os trâmites para a regularização também já tivessem se iniciado. Neste sentido surgem três problemas: 1) em Salvador não são comuns ações de regularização em terrenos privados partindo do Estado; 2) as Associações desconheciam o fato de Pirajá não ser ZEIS – embora exista uma com o nome do bairro – e, também, a importância da implantação do zoneamento; 3) como visto, a questão fundiária não se constituía em um grande problema para a população de Pirajá, o conflito não era latente, entretanto, acreditamos que as Associações – uma vez instigadas / orientadas – demandariam a regularização a partir da implantação da ZEIS.

A usucapião refere-se à garantia do direito à moradia por meio da posse. Como afirmara Lima (2005), há uma valorização da posse, meio através do qual os moradores de Pirajá se asseguravam e não temiam uma desapropriação. E é exatamente este fator que nos faz entender que a aplicação da usucapião se faz pertinente em Pirajá. De acordo com a Constituição, no artigo 183,

[...] aquele que possuir, como sua, área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural. [...]

§ 3º - Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião (BRASIL, 1988, *apud* LIMA, 2005, p. 65).

Tanto a União Fabril quanto os moradores deixaram claro que não há investida da empresa para cobrança aos moradores há algum tempo, o que não sabemos é há quanto tempo. Segundo o próprio gerente da empresa em entrevista, “[...] muitas vezes ela deixou passar anos e anos e não moveu ação de reintegração de posse e ação de despejo [...]” (REBOUÇAS, 2008, p. 100) e, mais uma vez, utilizando a fala de moradora em oficina: “[...] ela passa tempo sem aparecer, depois aparece [...]” (Diálogo em oficina, 2010).

Ao texto da Constituição, que inviabiliza a aplicação do instrumento por não admitir a construção coletiva dos lugares – aspecto da autoconstrução –, devemos acrescentar o que prevê o Estatuto da Cidade para a usucapião, que, com avanços ao liberalismo do texto constitucional

[...] inova em relação ao procedimento, permitindo no artigo 10 que as áreas urbanas com mais de duzentos e cinquenta metro quadrados, ocupadas por população de baixa renda para sua moradia, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, onde não for possível identificar os terrenos urbanos ocupados por cada possuidor, são susceptíveis de serem usucapidas coletivamente, desde que os possuidores não sejam proprietários de outro imóvel urbano ou rural (LIMA, 2005, p. 67).

Regularizar as terras de Pirajá através da usucapião demandaria ao Estado, além de tempo, uma série de atividades em consonância com outras esferas da sociedade e do poder público. Os dois instrumentos acima citados, entretanto, poderiam ter sido aplicados anteriormente.

Nossas pesquisas no bairro entre os anos de 2009 e 2011 foram privilegiadas e importantes para a análise das questões colocadas, uma vez que foi possível acompanhar parte do desenvolvimento de dois projetos urbanísticos no bairro, sob responsabilidade do Governo do Estado da Bahia através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR) e da CONDER. Assim sendo, tanto na questão das condições de habitabilidade como no referente à problemática fundiária na qual o bairro está inserido, os projetos urbanísticos que trataremos a seguir terão interferência direta. A descoberta da realização dos projetos deu outro rumo à nossa pesquisa, já que não poderíamos desconsiderar seus andamentos, mesmo não tendo resultados práticos até o final de nossos trabalhos. Com eles verificamos na prática como o Estado trata a habitabilidade e a importância que o mesmo dá aos sujeitos espaciais agentes ‘construtores’ do lugar, como também de que maneira é solucionado um problema urbano tão

comum em Salvador como a questão fundiária, mesmo com tantos avanços legislativos [com instrumentos que mencionamos no item anterior].

Como avanço na política de regularização fundiária temos a Legislação do Programa Minha Casa Minha Vida através do Decreto Nº 6.819, de 13 de abril de 2009 e a Lei Nº 11.977, de 7 de julho de 2009, alterada pela Lei Nº 12.424, de 16 de junho de 2011. A última Lei prevê a regularização fundiária de interesse social de imóveis que estejam ocupados de forma mansa e pacífica há pelo menos cinco anos, além daqueles situados em ZEIS.

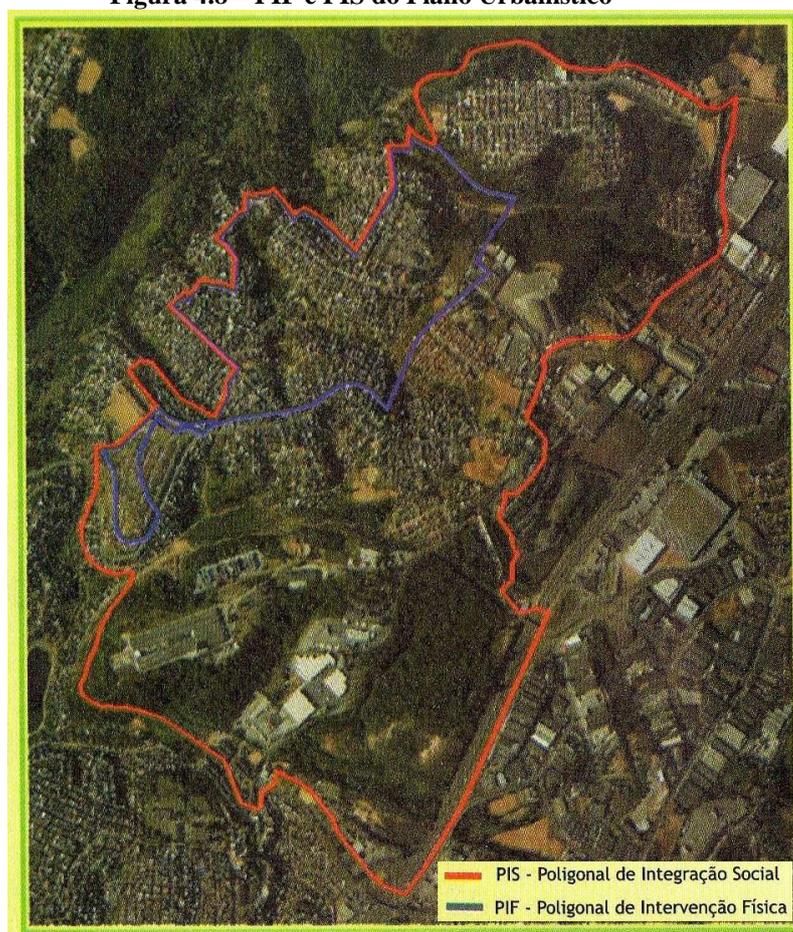
4.4 PROJETOS DE INTERVENÇÃO URBANÍSTICA EM PIRAJÁ E A QUESTÃO FUNDIÁRIA

O Estado não pode atuar em área com situação fundiária irregular. Esta foi a prerrogativa que nos acompanhou na busca da maneira a partir da qual aquele agente solucionaria o problema. Um elemento importante a ser destacado é o fato de os moradores não terem ideia da necessidade de regularização para que o projeto seja executado. Apresentamos as características das duas intervenções da CONDER no bairro, sendo que em relação à segunda, a referente ao Plano Urbanístico e Projetos Executivos, por ainda se encontrar em fase de elaboração de projeto, pouco tivemos o que abordar. O mesmo vale no referente às ações para a regularização, todos os esforços se concentraram sobre a primeira intervenção, o Projeto da Encosta. Em relação ao segundo, uma liderança questionou no Seminário de Entrada – destinado a apresentar o projeto para a população em geral – acerca de como ficaria a ‘questão da posse’, sendo respondida por uma representante da CONDER que a regularização fundiária seria feita, ratificando que não poderia haver intervenção sem esta ação e que, além disso, a área é de ZEIS, o que facilitaria o processo.

Da fala da responsável direta pelo projeto temos dois comentários a fazer. O primeiro refere-se ao desconhecimento do espaço no qual está trabalhando, uma vez que, como já mencionado, a ZEIS Pirajá não se refere ao bairro de Pirajá. O segundo é em relação à logística de trabalho: já que estar regularizada é uma condição para que a área possa ser interferida pelo Estado, este estudo deveria constar entre os preliminares. Assim, admitindo que se trata de um processo lento, os primeiros decretos talvez saíssem em tempo hábil; tal necessidade nos foi ratificada pelo funcionário do setor de regularização fundiária da CONDER, afirmando que, quando seu setor é acionado, geralmente o projeto já está encaminhado e há muita urgência na regularização.

O setor de regularização desconhecia completamente a existência de outro projeto no mesmo bairro e com as mesmas demandas do primeiro. Como visto, os dois projetos têm abrangência de grande parte do bairro (Figuras 4.8 e 4.9), mas uma área relevante fica fora dos limites. Desta maneira, após finalizada a execução dos projetos ainda existirá uma área de Pirajá com problemas fundiários e urbanísticos (Figura 4.10)⁶⁴. E caso os limites sejam muito rígidos, uma área da ocupação informal mais recente também não será contemplada, e aqui nossa preocupação é maior em relação às necessidades urbanísticas, que provavelmente envolveriam algumas remoções. Desta maneira, os instrumentos da usucapião e de ZEIS deverão ser aplicados na área do bairro não assistida por projetos de intervenção física.

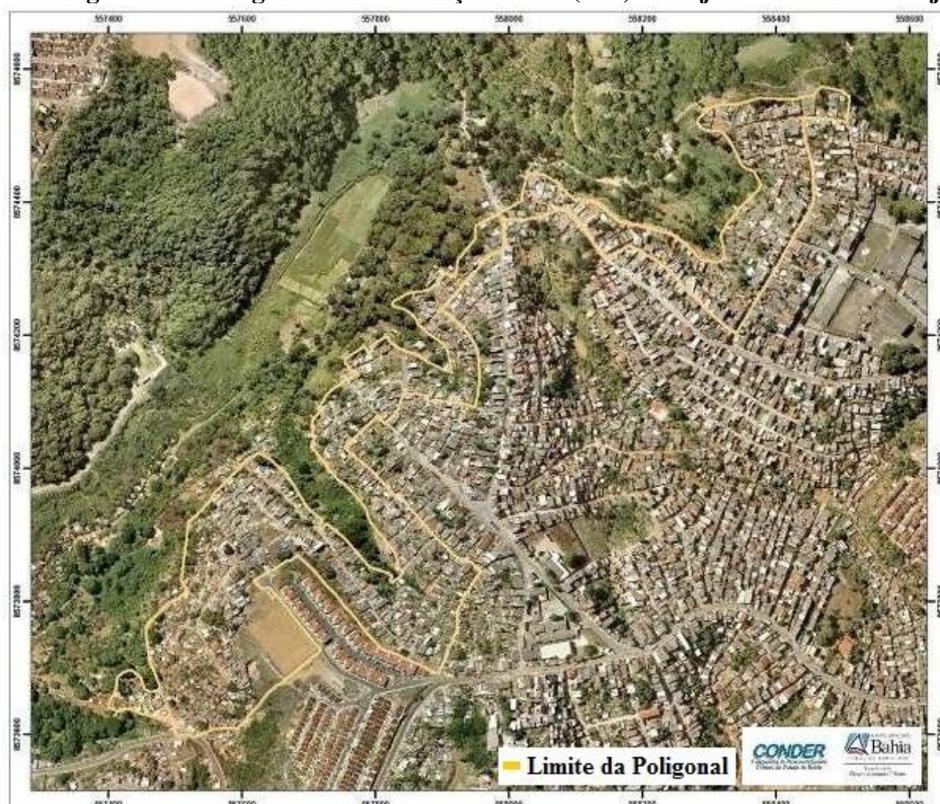
Figura 4.8 – PIF e PIS do Plano Urbanístico



Fonte: Acervo de campo, 2011.

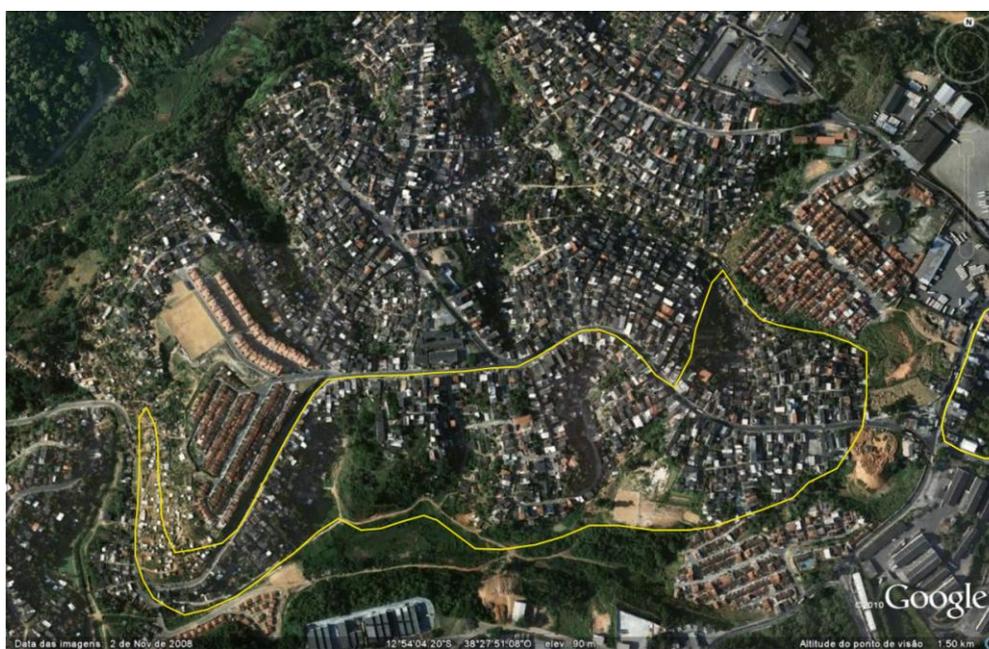
⁶⁴ Além das áreas destacadas na figura, tem-se todo o Km 9, que também está fora da Poligonal de Intervenção Social do último Projeto, insere-se apenas naquela poligonal do primeiro projeto, que abrange toda a Bacia do Rio Cobre.

Figura 4.9 – Poligonal de Intervenção Física (PIF) – Projeto Encosta de Pirajá



Fonte: Conder, 2010 (adaptado, ampliação de fontes de texto).

Figura 4.10 – Macro área do bairro não assistida por Projetos de Intervenções Físicas (PIF's)



Fonte da base: imagem de Satélite do Google. Elaborado pela autora.

Nossas primeiras investidas para descobrir qual a situação do processo de regularização foram frustrantes. Insistimos com a técnica indiretamente responsável, a arquiteta que acompanhava as reuniões no bairro e nos recebeu em nossas visitas à CONDER.

A primeira pergunta foi respondida com uma exclamação, afirmando a complexidade para descobrir que área pertencia à União Fabril e não havia conhecimento algum em relação ao processo de regularização. As tentativas posteriores foram mais incisivas, a pesquisadora inquiriu sobre como o Estado estaria resolvendo a questão fundiária uma vez que não poderia intervir em área não regularizada, se trataria de uma ação ilegal. Após algumas outras tentativas a técnica nos informou que o Estado já havia comprado as terras da União Fabril [por mais de nove milhões] e que a pesquisadora deveria se dirigir ao setor de regularização fundiária para ter informações sobre o Decreto.

Levamos esses elementos para ressaltar a falta de informação da técnica referida, muito provavelmente devido à burocratização das relações. Entendemos que a questão fundiária era resolvida pela técnica diretamente responsável – a inacessível a qual nos referimos no capítulo anterior – e que a primeira apenas sabia do projeto o necessário para o seu trabalho executivo. O resultado disso é a desinformação também dos moradores. Não se compreende o motivo da questão fundiária não ser um elemento tratado em reuniões com a comunidade.

Todas as informações a partir de agora relatadas são de responsabilidade do setor de regularização fundiária da CONDER, única importante indicação transmitida pela técnica mencionada. A real situação do processo de regularização fundiária da área da encosta de Pirajá era bastante distinta. É válido ressaltar que não são todos os documentos de condução do processo que foram repassados pela CONDER, alguns, segundo funcionários, são sigilosos devido à especificidade do encaminhamento do mesmo. Uma das justificativas é o fato de muitas informações constantes em documentos antigos possuírem incertezas de limites decorrentes da falta de técnicas, tais como o geoprocessamento⁶⁵. Um desses documentos refere-se a uma área, no bairro, que é de propriedade da EMBASA, portanto do Estado, e que é necessário ainda verificar os reais limites nele constantes.

O mais antigo documento de que dispomos é a Certidão de Registro de Imóveis, do Cartório do 2º Ofício da Comarca de Salvador, o mesmo que nos foi repassado pelo gerente da empresa há três anos [datado de 3 de maio de 2008], acrescido das coordenadas das áreas questionadas pela CONDER, suas nomenclaturas e o desenho da poligonal (Apêndice D). No referido documento a Oficial Titular certifica:

[...] 1) que, em 31 de dezembro de 1932, foram registrados sob nº 2.175, às fls. 180 a 185, do livro nº 3 – “F”, em nome da COMPANHIA PROGRESSO E UNIÃO FABRIL DA BAHIA, com sede nesta Capital, inscrita no CGC/MF sob nº

⁶⁵ São exemplos de limites comentados pelos técnicos da CONDER residências, árvores, riachos, elementos que não possuem perenidade e causam instabilidade na concretude da informação.

15.120.454./001-73, - vários imóveis, dentre os quais, UMA GRANDE SORTE DE TERRAS nos subdistritos de Pirajá e Plataforma, zonas urbana e suburbana, respectivamente, desta Cidade, com a área total de 9.144.250,00 m², ou sejam, 2.099 tarefas e 180 braças quadradas, compreendendo as Fazendas “Plataforma”, “São João”, “São Brás”, “Cabrito”, “Cobre”, “Ilha Amarela”, “Oratório”, “Casado”, “Dendezeiro”, “Outeiro”, e vários outros pequenos lotes de terras integralizados em uma só demarcação sem contestação de limites, consoante se vê do Memorial e Demarcações Judiciais procedidas pelo Engenheiro José Bina Foyat, de julho a outubro de mil novecentos e vinte (1920), - imóvel esse havido em virtude da fusão das antigas COMPANHIAS PROGRESSO INDUSTRIAL DA BAHIA e UNIÃO FABRIL DA BAHIA conforme Atas de Assembléias Gerais Extraordinárias realizadas em 28 de novembro e 21 de dezembro de 1932, arquivadas na Junta Comercial do Estado da Bahia – JUCEB, e publicadas no D. O. do dia 24 de dezembro de 1932, documentação essa que ficou arquivada neste cartório; 2) que, da maior porção acima indicada, é integrante – devido à sua localização – a **Área de Terreno Próprio com 50.145,4040 m²**, localizada no ALTO DE PIRAJÁ / ENCOSTA DE SÃO BARTOLOMEU, identificada como “**ÁREA 1**” da **VERTENTE DA REPRESA DO COBRE**, em Pirajá, subdistrito de Pirajá, zona suburbana desta Cidade, desmembrada do remanescente da maior porção, acima descrita, com a seguinte descrição em coordenadas UTM [...] 3) que, da mesma multicitada maior porção supracitada, foram desmembradas e alienadas diversas partes menores, permanecendo o respectivo remanescente em nome da COMPANHIA PROGRESSO E UNIÃO FABRIL DA BAHIA (no qual está integrada a indicada **Área de Terreno com 50.145,4040 m²**, situada no **ALTO DE PIRAJÁ / ENCOSTA DE SÃO BARTOLOMEU**, identificada como **ÁREA 1** da **VERTENTE DA REPRESA DO COBRE**), livre e desembaraçada de quaisquer ônus reais, inclusive hipotecas, penhoras, arrestos, seqüestros, compromissos de compra e venda, cessões, promessa de cessão e citações de ações reais e pessoais reipersecutórias (BAHIA, REGISTRO DE IMÓVEIS, 2010, grifos no original).

Acerca do texto do certificado duas dúvidas deverão ser levantadas: a primeira refere-se à certeza do Cartório em relação aos pontos de coordenadas no documento constantes, uma vez que, segundo os técnicos da CONDER, os limites dos documentos antigos não eram confiáveis; a segunda dúvida é em relação às áreas menores que foram desmembradas e alienadas, que não mais pertencem à empresa, mas que estão nos limites por ela apresentados⁶⁶. Não tendo o que contestar o Estado estabeleceu a área como de utilidade pública, para fins de desapropriação, através do Decreto nº 12.428 de 19 de outubro de 2010, cinco meses após a emissão do certificado solicitado pela União Fabril.

Art. 1º – Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação, as áreas de terras localizadas no bairro de Pirajá, próximo ao Parque São Bartolomeu, no Município de Salvador – Ba, pertencentes a quem de direito, com as acessões e benfeitorias nelas existentes, sendo a primeira com 125.340,88 m² e a segunda com 52.228,87 m², perfazendo uma área total de 177.569,75 m², consoante coordenadas constantes nos Anexos I e II deste Decreto.

Parágrafo Único – As áreas de terra de que trata este artigo destinam-se à implantação de projeto de requalificação urbana e construção de unidades habitacionais, dentro do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Art. 2º - Fica a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR, autorizada a promover os atos administrativos e judiciais, se necessário em caráter de urgência, com vistas à efetivação da desapropriação de que trata este Decreto, e a

⁶⁶ Embora o certificado faça referência às essas áreas, não se sabe – ao menos não se demonstra – sua proporção.

imitir-se na posse respectiva, providenciando, inclusive, a liquidação e o pagamento das indenizações, utilizando-se, para tanto, dos recursos de que dispuser (BAHIA, Decreto nº 12.428/2010, 2010).

O Decreto acima descrito permite ao Estado atuar na área, sendo seu dever, portanto, dar continuidade com a ação de desapropriação. Por fim, no dia 17 de novembro de 2010, o Estado – através da CONDER – entrou com processo de desapropriação contra a União Fabril, Processo nº 0104053-68.2010.805.0001. Apenas no dia 1º de fevereiro do ano corrente foi publicada a decisão.

A Constituição Federal em vigor a justa e medida indenização em caso de desapropriação. Sendo assim, havendo pedido de imissão na posse, providencie o Autor o depósito do valor referente à avaliação do bem em 30 (trinta) dias, sob pena de ter indeferido o supracitado pedido (BAHIA, PROCESSO nº 0104053-68.2010.805.0001, 2010).

Apenas no dia 2 de maio de 2011 foi protocolada a petição com a observação “cópia de depósito judicial Banco do Brasil”. Entende-se, desta maneira, que as terras da Encosta de Pirajá, que abrange áreas de ocupações informais antigas e recentes, além de parcelamentos, serão de propriedade do Estado⁶⁷, faltando – para finalização formal do processo – ordem judicial para que a CONDER se aproprie, para a efetivação da mesma. Ao ser questionado diretamente acerca de como o Estado emitiria os títulos de propriedade aos moradores, o técnico do setor de regularização fundiária não soube responder, afirmando ser uma informação ainda não apresentada por aquele agente. Para uma parte do bairro agora as relações entre posse e propriedade são outras, a propriedade não será mais privada. O que muda e se haverá avanços não foram respostas que pudemos dar no decorrer deste trabalho, devido à morosidade do caminhar das coisas, que não acompanha nosso tempo de finalização.

A análise das coordenadas constantes nos dois documentos – a certidão e o decreto – nos fez perceber alguma distinção de áreas. Desta forma, seguimos com a construção dos mapas partindo das mesmas. Os resultados estão expostos nas figuras 4.11, 4.12 e 4.12⁶⁸ e merecem atenção. É importante ressaltar que os mapas deverão ser analisados juntamente com o mapa da figura 4.1, referente à poligonal de intervenção física do Projeto da Encosta.

⁶⁷ Informação passada pelo advogado do setor de regularização fundiária da CONDER.

⁶⁸ É válido ressaltar que, pelo trabalho de coleta de pontos não ter sido realizado por nós, erros são comuns, mas não prejudicam a visão do todo, que é nosso objetivo. Para a confecção do mapa da área da União Fabril contamos com a poligonal constante no anexo do certificado (Apêndice D), sendo possível ratificar a configuração.

Figura 4.11 – Poligonal da Companhia Progresso e União Fabril da Bahia



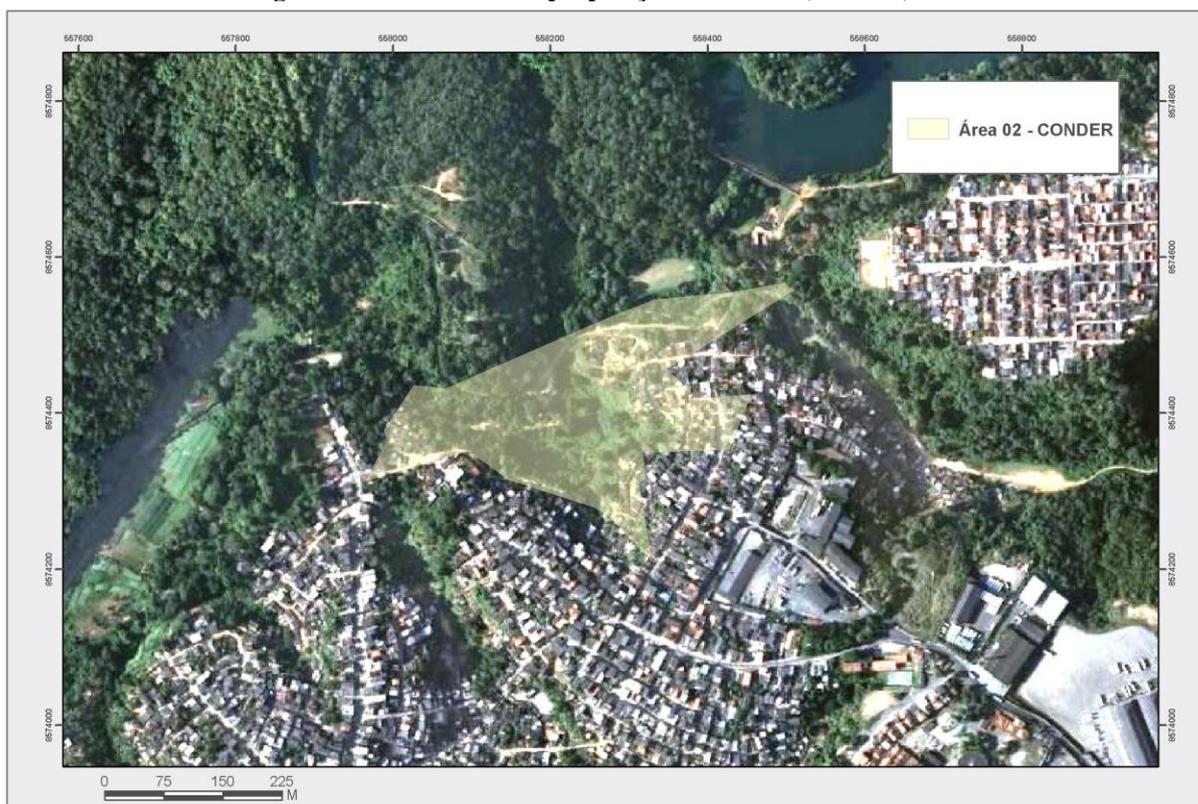
Fonte: Coordenadas da Certidão / BAHIA, Registro de Imóveis (2011)
 Elaboração: Projeto GeografAR, por Pablicio Vieira Moura.

Figura 4.12 – Área de desapropriação do Estado (Anexo 1)



Fonte: Coordenadas do Decreto de Desapropriação / BAHIA, Decreto nº 12.428/2010 (2010).
 Elaboração: Projeto GeografAR, por Pablicio Vieira Moura.

Figura 4.13– Área de desapropriação do Estado (Anexo 2)



Fonte: Coordenadas do Decreto de Desapropriação / BAHIA, Decreto nº 12.428/2010 (2010).
Elaboração: Projeto GeografAR, por Pablício Vieira Moura.

Sobre as duas áreas constantes nos anexos 1 e 2 do decreto de desapropriação do Estado, elas parecem extrapolar os limites da PIF da figura 4.1, o que não é um elemento negativo, uma vez que consta inserida na PIF do segundo projeto. O problema reside na comparação entre as áreas desapropriadas e, segundo o processo nº 0104053-68.2010.805.0001, 2010, ‘compradas’⁶⁹ pela CONDER e a poligonal constante na certidão da União Fabril, que sequer abrange a Rua Nova de Pirajá [lugar que também consta na PIF da Encosta, como podemos observar na figura 4.1]. Nossas dúvidas, desta maneira, residem em algumas questões, que discutiremos a seguir.

O que a CONDER está a comprar e o que a União Fabril está a vender ou ser indenizada? E aqui ressaltamos a importância da utilização do termo compra, uma vez que se torna mais enfático lembrar que a CONDER comprou da União Fabril uma área que não coincide com a que ela certificou propriedade [considerando que os únicos documentos são o decreto e a certidão e o único réu a União Fabril, no contexto da PIF Encosta de Pirajá].

⁶⁹ Fomos orientados pelo advogado Vanderson, do setor de regularização fundiária da CONDER, a não utilizar o verbo comprar, por se tratar de uma desapropriação. Não sendo apresentado o termo adequado, chamamos atenção para a ressalva do referido funcionário e continuamos a denominar a transação de compra, para lembrar que o Estado pagou pelas terras.

Por nossas experiências no campo, sabemos que a mesma situação de propriedade e posse existente em área de parcelamento situada na Rua Velha caracteriza a Rua Nova de Pirajá, porque então a União Fabril não inseriu esta última em sua poligonal? O certificado da empresa enfatiza a área da encosta como inserida em uma poligonal maior de sua propriedade, deixando claro que a comprovação através das coordenadas foi feita apenas devido à solicitação da CONDER. Levantamos a hipótese de que a União Fabril não conhecia a área da PIF Encosta, que seu certificado denomina de Encosta São Bartolomeu.

Por que a comunicação se limitou à enumeração de pontos – no caso do Estado – e enumeração de pontos e construção de poligonal – no caso da União Fabril –, com toda a tecnologia atualmente disponível para mapear e demonstrar com precisão a área desapropriada e comprada/vendida? Segundo o funcionário do setor de regularização fundiária da CONDER, este estágio ainda acontecerá, afirmação que nos coloca muita dúvida, uma vez que o mesmo se refere a um passo anterior ao início do processo de desapropriação, iniciado desde novembro de 2010. Houve claramente no discurso do advogado [funcionário referido] uma tentativa de demonstrar segurança nas ações do Estado em todo o processo, o que não foi possível, uma vez que não conseguiu responder com propriedade a todos os questionamentos da pesquisadora, chegando a se referir em determinado momento a ‘certas conveniências do Estado’. Para o último diálogo com o advogado Vanderson a pesquisadora levou os mapeamentos e os documentos aos quais os mesmos se referiam.

Ficará uma área da PIF sem desapropriar e que a União Fabril comprovou propriedade. Considerando que o Estado pagará apenas pela área que consta no decreto [informação do funcionário da CONDER], este agente atuará em área com irregularidade fundiária? O pagamento que o Estado fez – constante no desenrolar do processo de desapropriação – que é equivalente ao valor da propriedade da União Fabril [valor que a empresa foi responsável por instituir, podendo ter entrado em acordo com o Estado, conforme anexo do processo] refere-se à toda área de desapropriação ou à área da União Fabril? Quem receberá este valor? Segundo o advogado da CONDER a União Fabril receberá apenas pela área intersecção [decreto de desapropriação/poligonal do certificado da empresa], uma área muito pequena, nas proximidades do campo de futebol. Como assim, se o mapeamento não existe?

Após nossa última visita ao setor de regularização fundiária da CONDER para esclarecimentos em relação às coordenadas da União Fabril e do Decreto, o processo de desapropriação passou por várias movimentações. Suas explicações, entretanto, segundo o advogado da CONDER, não poderão ser dadas antes do final do processo, uma vez que o setor de regularização fundiária do órgão não é informado dos detalhes do processo. Segundo

o referido funcionário, o setor sabe tanto quanto a pesquisadora: aquilo que está disponível na internet.

Eis uma complexa relação entre agentes hegemônicos na produção do espaço urbano. Enquanto isso os sujeitos espaciais seguem suas vidas, interrompem construções com medo ‘da casa sair’ e sabem nada ou quase nada do que está ocorrendo legalmente com o chão que ele pisa. Importa?

4.5 O PLANEJAMENTO URBANO [COMO É E] COMO DEVERIA SER [PARTICIPATIVO]: UMA APROXIMAÇÃO EMPIRIA/TEORIA A PARTIR DE PIRAJÁ

Este trabalho segue a tendência de pesquisa do grupo no qual se insere – o Espaço Livre de Pesquisa-Ação –, na tentativa de demonstrar a importância do bairro enquanto escala essencial para o planejamento urbano; aqui defendemos como única⁷⁰ capaz de efetivar o planejamento participativo. Santos e Serpa (2007), logo no início do seu trabalho acerca da Boca do Rio, sintetizam as atividades do grupo e inserem a importância do bairro para o planejamento.

O Projeto Espaço Livre de Pesquisa-Ação tem como enfoque principal de suas pesquisas o planejamento urbano realizado nos bairros de periferia social de Salvador. [...] As pesquisas desenvolvidas no âmbito do projeto buscam subsidiar um planejamento urbano baseado nos princípios da gestão participativa. Pois, ao mesmo tempo em que um bairro é influenciado por outras partes da cidade, também possui singularidades que devem ser consideradas no processo do planejamento (SANTOS; SERPA, 2007, p. 43).

Enfatizar a importância dos conhecimentos dos sujeitos espaciais para o pensar a cidade, trazendo-os como principais para o processo de efetivação do planejamento participativo, nos faz refletir acerca da (s) metodologia (s) utilizada (s) nas atividades nas quais aqueles agentes são convidados a participar. Estas são, indubitavelmente, inadequadas para a concretização da participação dos sujeitos. Em Pirajá tivemos exemplos concretos. As reuniões entre a CONDER e/ou empresas com a comunidade eram cheias de materiais informativos, tais como mapas e plantas, os quais a população presente não possuía qualquer poder de interpretação, por se tratar de instrumentos desconhecidos. Na primeira reunião com lideranças da empresa responsável pelo segundo projeto, a pesquisadora tentou utilizar o

⁷⁰ Considerando inseridas nela os recortes espaciais menores trazidos por Souza (2008), como o subbairro e o quarteirão, que definem os lugares do bairro; entretanto sem perder de vista sua inserção no bairro, assim como a inserção do bairro na cidade.

mapa que os técnicos dispuseram sobre a mesa para dialogar sobre o bairro, causando interesse aos moradores, sendo interrompida pelos técnicos sob a justificativa que o mapa estava defasado [a representação ficou o tempo inteiro sobre a mesa, apareceu em todas as fotografias, mas não foi utilizada]. Serpa (2007a), tratando da produção do conhecimento e da relação com a comunidade, nos oferece caminhos que denomina de metodologia sem hierarquia, ressaltando a relevância das atividades de extensão, em abordagem específica do programa UFBA em Campo – Atividade Curricular em Comunidade. O autor alude a capacitação não apenas da comunidade, mas também das universidades, que aqui exemplificamos com a complexa necessidade da interdisciplinaridade e trazemos para a realidade do planejamento urbano.

Finalmente, para encerrar essa reflexão, deve-se defender e perseguir o princípio da autonomia como fundante de nossas práticas e de nossas ações, como princípio metodológico. Autonomia de decisão, expressa na participação efetiva das comunidades e da Universidade no processo de produção do conhecimento. Esse processo implica necessariamente na sensibilização e na capacitação não só das comunidades, mas da própria Universidade. Autonomia significa, antes de tudo, dar voz e instrumentalizar os diferentes agentes/grupos na gestão deste processo. Não pode haver autonomia sem capacitação, sem informação, sem diálogo ou conflito. Autonomia deve também significar a busca (política) de soluções que explicitem as diferenças, sem ocultar nem hierarquizar as diferentes vontades/identidades (SERPA, 2007a, p. 140).

Os problemas referentes à efetividade da participação popular levantados até aqui poderiam ser solucionados com a construção efetiva de um planejamento urbano participativo através de um instrumento: o Plano Diretor de Bairro (PDB). Iniciamos a seção já com o que seria a proposta ideal de política pública⁷¹, certamente pela ansiedade, mas recordaremos com as atividades de campo e introduziremos fundamentação teórica para justificar a motivação em inserir a discussão de planejamento participativo neste trabalho, assim como para evidenciar uma forma de construção de um plano participativo.

A aproximação com os moradores do bairro para a realização das oficinas, que inicialmente estava relacionada quase exclusivamente aos diagnósticos das condições de habitabilidade e da questão fundiária do lugar, nos levou a uma inquietação com o planejamento urbano, mais especificamente com a necessidade do mesmo ser participativo. Além disso, nos fez questionar a concretude do planejamento participativo da cidade: de que maneira, efetivamente, está ocorrendo a participação dos sujeitos espaciais – moradores dos bairros da cidade – no planejamento do seu espaço? Outra questão relacionada ao planejamento urbano é a da escala, esta trazida de forma contundente por Souza (2008), por sua vez preocupado com “*os critérios de identificação de escalas de análise de situações e*

⁷¹ Os planos de Bairro estão previstos no Plano Municipal de Habitação (2008-2025), Salvador (2008b).

planejamento de intervenções” (SOUZA, 2008, p. 103, grifo do autor). O autor censura a aceitação e uso acrítico das escalas local, regional, nacional e internacional por planejadores e pesquisadores da área como um senso comum acadêmico. Sua crítica está concentrada à vaguidade dos termos, além do conteúdo ideológico que seus usos podem esconder, neste sentido foi possível relacionar suas ideias aos nossos estudos.

Quanto ao nível local, sua crítica está no sentido de que o mesmo pode esconder [e esconde] recortes espaciais menores que a divisão político-administrativa, e aqui defendemos que são exatamente as escalas nas quais é possível a realização de um planejamento participativo efetivo. Para tanto o autor propõe o seccionamento do nível ou escala local em três partes: a microlocal, a mesolocal e a macrolocal, defendendo que apenas desta maneira é possível dar destaque a este nível tão importante para o planejamento urbano [decerto que sempre conectado às outras escalas]. Dos três anteriores aqui a ênfase será dada para o microlocal, uma vez que entendemos ser a escala essencial à construção do planejamento participativo.

1 A) Escala (ou nível) microlocal. Corresponde a recortes territoriais de tamanhos diversos (ou subníveis da escala microlocal), todos tendo em comum o fato de que se referem a espaços passíveis de serem experienciados intensa e diretamente no cotidiano [...]. Esses recortes são, em ordem crescente de tamanho, o *quartirão*, o *subbairro*, o *bairro* e o *setor geográfico* [...] Os diversos subníveis da escala microlocal são de cristalina importância para o planejamento e a gestão, especialmente quando se deseja propiciar uma genuína participação popular direta; afinal é nessa escala que os indivíduos, em processos participativos, poderão constituir instâncias primárias de tomada de decisão (plenárias, assembléias, etc.), e é também nessa escala que eles poderão monitorar mais eficientemente a implementação de decisões que influenciam sua qualidade de vida no cotidiano (SOUZA, 2008, p. 106-107, grifos do autor)

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador é contemplado por várias vezes com expressões “com a participação da comunidade” ou “com incentivo à participação da comunidade”. Entre suas finalidades está “motivar e canalizar adequadamente a participação da sociedade e dos órgãos e entidades públicas nas decisões fundamentais relativas ao desenvolvimento urbano e metropolitano” (SALVADOR, 2008a, p. 1) e “garantir o direito à informação e assegurar os canais de participação democrática no planejamento e gestão do Município” (SALVADOR, 2008a, p. 5) são dois dos seus objetivos. Entretanto, são inexistentes as formas efetivas de pôr em prática tais direcionamentos. Entendemos que o erro é iniciado pela própria elaboração do PDDU, para que haja efetivamente uma participação popular na gestão do município, deverá haver, primeiramente, uma participação popular na confecção de um plano de direcionamento.

Não há efetividade e objetividade na construção da política dos Instrumentos de Participação no Planejamento e Gestão – Salvador (2008a) –, o que nos faz interpretar que tais direcionamentos apenas se justificam pelo cumprimento da obrigatoriedade da participação popular no processo, que já se inicia de maneira deliberativa. Ao demonstrar os limites e as possibilidades de trabalhar o bairro enquanto linguagem e discurso, Serpa (2007b) levanta o desprezo da utilização desse recorte territorial no contexto do planejamento urbano de Salvador.

Uma outra questão relevante é a utilização, pelas estruturas de gestão urbana, do conceito de “bairro”. Questiona-se também a operacionalização do conceito em processos participativos de planejamento urbano, que, em geral, não levam em consideração o bairro enquanto expressão e condição de estratégias individuais e coletivas de ação na cidade contemporânea (SERPA, 2007b, p. 29).

Nossas experiências com os moradores de Pirajá, como já foi mencionado, também nos fizeram questionar o modelo de planejamento adotado pelo município de Salvador. Os trabalhos nas oficinas, que se iniciaram com algum treinamento para a leitura básica de representações espaciais, demonstraram o quão trabalhoso é efetivar um planejamento participativo e, ao mesmo tempo, o dimensionamento da importância de concretizá-lo para melhorias efetivas nas condições de habitabilidade, uma vez que ninguém conhece mais o bairro que o seu morador.

Os Planos de Bairros teriam como objetivo efetivar o planejamento participativo e trazer à tona as necessidades reais dos habitantes da cidade, assim como direcionar as formas de solucionar os problemas. O Conselho Municipal de Salvador, um dos atuais instrumentos de participação e gestão, seria constituído por Conselhos de Bairros (CB's), compostos por diversos profissionais técnicos e cientistas, membros fixos dos conselhos, e diversas lideranças dos bairros⁷². Cada profissional apenas poderia fazer parte de dois ou três CB's – variando com a extensão e demandas dos bairros –, para garantir o acompanhamento e eficácia dos trabalhos.

A concretização do planejamento urbano tomando o bairro como unidade elementar de planejamento, além de efetivar a participação popular no ato de planejar a cidade, evitaria a predominância do que Souza (2011) denomina de visão de sobrevôo⁷³, ou seja, o olhar do alto

⁷² Aqui é válido ressaltar a importância de outros protagonistas, no dizer de Serpa (2007b), para a participação no planejamento da cidade a partir dos bairros, “[...] os terreiros de candomblé e os grupos de capoeira, além dos clubes de mães, grupos paroquiais, clubes esportivos, etc., que não necessariamente precisam gozar de existência oficial para serem partes integrantes do planejamento da cidade e dos bairros.” (SERPA, 2007b, p. 40). Em Pirajá ratificamos a importância desses agentes para o bairro, cujas representações no Grupo 3º Milênio se apresentavam como vários segmentos da sociedade, não apenas como líderes de uma das Associações do bairro.

⁷³ O autor indica uma relação com a expressão utilizada por Merleau-Ponty: pensamento de sobrevôo, tratando criticamente da “pretensão de um saber a um só tempo desenraizado e onisciente” (SOUZA, 2011, p. 148).

e por isso superficial da realidade. Uma consequência disso, segundo o autor, é o uso de um vocabulário acríptico e cheio de conteúdo ideológico mascarado. No PDDU de Salvador, por exemplo, podemos encontrar o termo ‘participação’ e derivações em várias passagens, acompanhado de ‘processo’, ‘gestão’, ‘orçamento’, ‘planejamento’, etc., entretanto, sem diretrizes concretas para alcançá-los.

[...] do conservador termo “ordem” à simpática e amiúde enganadora expressão “participação popular”, são, usualmente, muito problemáticos, mascarando mais que revelando. Levantar o véu ideológico que geralmente cerca o seu uso, comprometido com a reprodução das relações de poder estruturalmente assimétricas, é tarefa para uma “hermenêutica crítica” dedicada a perscrutar a dimensão cultural-simbólica da produção do espaço e as relações contraditórias e conflituosas entre os agentes dessa produção (SOUZA, 2011, p. 151).

Decerto, a pior das consequências da proeminência do olhar do alto é o resultado para o planejamento, que é realizado pelos planejadores a serviço do Estado. Tem-se um planejamento que, além de não contemplar a participação popular, pode ser usado [e é] como meio para acentuar a reprodução das relações sociais desiguais no espaço urbano. Assim, nada tem de ingênuo a não efetividade do planejamento participativo e o uso de terminologia de cunho ideológico inquietante, decorrentes dessa visão de sobrevôo, uma vez que ela mesma é uma ação promovida pelo Estado carregada de intencionalidades e que alcança impecavelmente seu objetivo.

O autor em destaque nos deu uma importante contribuição para esta seção, que não tinha como objetivo delongar nos vários exemplos existentes de planos diretores ou mesmo dos vários planos diretores de Salvador, ou ainda fazer revisão de literatura acerca da crítica ao planejamento urbano no Brasil. Ansiávamos, por outro lado, apontar o caminho que entendemos como o melhor através dos resultados dos estudos em Pirajá, como também a finalidade do atual ato de planejar o urbano brasileiro, servindo aos detentores do capital em detrimento da maioria da população⁷⁴.

Nosso interesse em cartografar as experiências de oficinas, entrevistas e diálogos com os moradores de Pirajá encontra-se na possibilidade de dar voz ao agente do espaço, aquele que produz o vivido. Entendemos que a única maneira de concretizar um planejamento participativo na cidade é fazendo com que seus habitantes atuem desde os primeiros passos da construção do plano, certamente apoiados nos auxílios técnicos e científicos, que poderia culminar em uma excelente troca de conhecimentos. Quando o assunto é habitação e

⁷⁴ Ressaltamos que estamos tratando de maneira generalizada a realidade brasileira e que as exceções existem [mas são exceções, como comentou Marcelo Lopes de Souza em palestra proferida no Segundo Seminário Aberto do Grupo de Estudos Urbanos na cidade de Salvador, no dia 11 de maio do ano corrente].

urbanização de áreas favelizadas a necessidade de participação torna-se ainda mais imperativa, uma vez que as ações interferem diretamente no cotidiano dos indivíduos.

Para Salvador, que até seu último Plano Diretor considerou como recorte espacial para participação popular as Regiões Administrativas⁷⁵ [que contém vários bairros], o trabalho publicado no livro *Caminho das Águas em Salvador – Salvador (2010)* – com os limites dos bairros da cidade torna-se um instrumento relevante para a efetivação de um planejamento participativo nos moldes que defendemos aqui. Como vimos em Pirajá, poucas são as diferenças entre os limites trazidos pelos moradores nas oficinas e o do trabalho destacado, sendo que a principal diferença está na consideração – pelo mesmo – de toda a área verde do Cobre como parte do bairro [ressaltamos, área não urbanizada]. As reuniões realizadas para as discussões acerca da Lei do Plano Diretor seriam precedidas de um trabalho contínuo e ininterrupto nos Conselhos de Bairros; tais reuniões, é válido ressaltar, aconteceriam com uma maior frequência e teriam os bairros como recorte espacial. A proposta de implementação de planos de bairros não é uma novidade, como podemos ver em Gordilho-Souza (2007), o que ratifica a importância da aproximação que deve ter o planejamento a esta escala.

O Plano de Bairro deverá se desdobrar no Plano Urbanístico e no Estatuto do Bairro, que visam estabelecer normas e critérios específicos de ordenamento, uso do solo e outras definições ambientais para a localidade, coletivamente pactuadas entre os moradores e o poder público municipal, buscando, sobretudo, a construção de um processo de co-gestão.

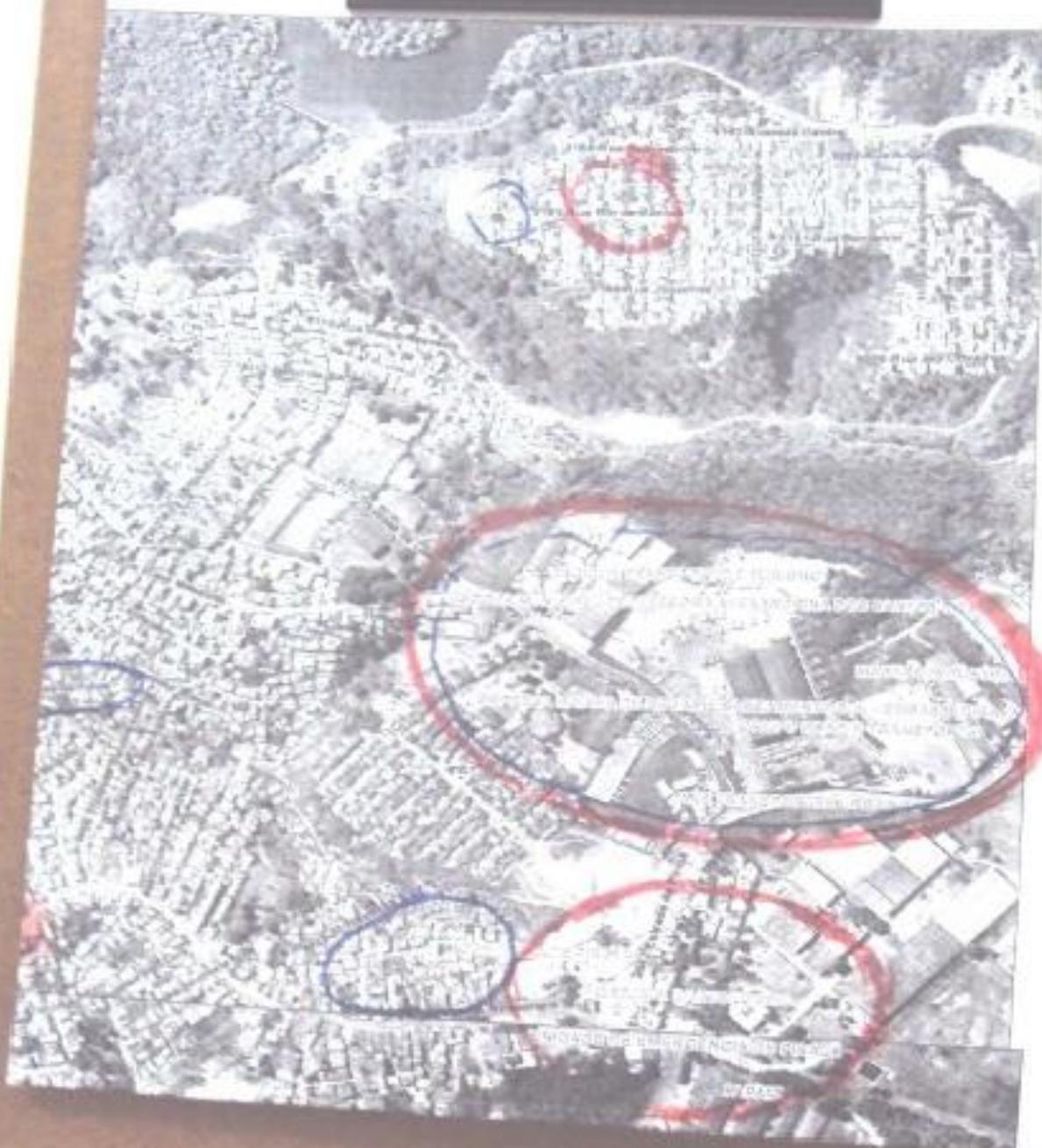
Trata-se, pois, de um planejamento capaz de viabilizar ações transversais, envolvendo diferentes instâncias dos agentes públicos e privados e a população moradora. Com o plano de bairro, torna-se possível estabelecer parâmetros de crescimento e de densificação nesses locais, seja pelo aproveitamento de pequenos vazios ou pela verticalização de unidades existentes e de melhorias de infra-estrutura e equipamentos. Além disso, considerando-se que os vazios disponíveis para habitação na área do Município do Salvador já são escassos (menos de 10% do território continental), torna-se fundamental estabelecer diretrizes para a expansão urbana, evitando-se o surgimento de novas ocupações informais (GORDILHO-SOUZA, 2007, p. 6).

O trabalho de se planejar a cidade a partir dos bairros – é muito válido ressaltar – não objetiva construir um todo a partir de um somatório de suas partes. “Não se pode perder de vista a cidade, mesclando-se sempre discussões/processos em torno dos recortes espaciais – regiões e bairros – ou em torno de interesse transversal para todo o espaço urbano” (SERPA, 2007b, p. 41). Como o fez Souza (2011), ressaltamos que o nosso objetivo aqui não é defender uma visão de perto em substituição à visão de longe aqui tão criticada. Esta não é inútil. Muito pelo contrário, é importante que se faça o jogo de escalas: na medida em que

⁷⁵ Serpa (2007) demonstra as impossibilidades de se tomar um recorte territorial que não representa o espaço vivido e sentido pela população para o planejamento participativo: as Regiões Administrativas, denominadas pelo autor como espaços abstratos, em detrimento dos bairros, que são os espaços concretos.

compreendemos que o lugar não se explica sozinho e que o mundo, para se concretizar, necessita do lugar. Olhar de cima deve significar interrelacionar os fenômenos, afinal o bairro não irá ser planejado apenas como um espaço da cidade, mas também [e principalmente] como um espaço na cidade, numa relação de total indissociabilidade. Planos de bairros trariam ‘as idéias para o lugar’ (MARICATO, 2000).

No planejamento urbano, assim, para a efetivação da participação da sociedade e para garantir o direito à cidade, inicialmente deverão ser realizados trabalhos generalizados, que demonstrem o perfil da cidade como um todo para subsidiar a posterior e essencial aproximação com os lugares.



**"Se o mundo é mesmo parecido com o que vejo, prefiro acreditar no mundo do meu jeito.
E você estava esperando voar...
... mas como chegar até as nuvens com os pés no chão?"**

Eu Era Um Lobisomem Juvenil
Renato Russo



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tecer as considerações finais neste trabalho foi mais difícil que o fazer em 2008, quando fui para a primeira avaliação do trabalho pela banca examinadora sem elas. Impus então como desafio não repetir o deslize e mais uma vez peço licença ao leitor para mudar a pessoa do verbo e escrever o texto desta última seção na primeira pessoa do singular.

Ao propor como projeto uma continuação das pesquisas em Pirajá eu e Rosali Fernandes – quem me auxiliou com a produção do mesmo – não tínhamos ideia do quão rico seria o desenvolvimento das referidas pesquisas no âmbito do Mestrado. Transformar o arcabouço teórico que embasava a pesquisa, foi, assim, um passo importante para a ligação dos fios desse emaranhado de relações. E aqui faço logo referência a Pirajá no contexto de transformações socioespaciais de Salvador – por sua vez inserida em realidades de recortes espaciais maiores. Para tanto, decerto, foi de suma importância a leitura e a compreensão dos agentes espaciais produtores do urbano, suas lógicas e intencionalidades. Assim caminhei na tentativa de entender o conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, que se concretizou em Pirajá a partir de formas-conteúdo diversas, mas originárias de um mesmo processo. Ao chegar a Pirajá, por outro lado, entendi porque não podemos homogeneizar os espaços da periferia social de uma cidade, e ali toda a construção da dialética materialista – para mim – foi posta à prova. Era o lugar, ou melhor, os lugares do bairro de Pirajá: lugares que apenas podiam ser descritos pelos sujeitos espaciais que o construíram – e literalmente construíram boa parte – e a eles dão vida com suas subjetividades.

Estar no Grupo Espaço Livre de Pesquisa/Ação orientada pelo professor Angelo Serpa me permitiu caminhar no sentido de dar a voz aos sujeitos espaciais e compreender que, apenas a partir de deles, seria possível desenvolver a pesquisa no bairro. A posição não me impediu, entretanto, de quase escorregar metodologicamente, e me deixar desperceber que as ações daqueles sujeitos também estão carregadas de intencionalidades e que os mesmos também estão inseridos no contexto da produção capitalista do espaço urbano. O meu orientador me fez atentar para a ingenuidade da qual lancei mão ao interpretar a relação entre os moradores e a questão fundiária do bairro. Dei este exemplo para enfatizar o zelo que esta pesquisa teve no contato com os moradores do bairro, que foi intenso, mas que não perdeu de vista o rigor metodológico necessário à pesquisa científica. Ter iniciado cedo com as pesquisas empíricas e transcorrido com as mesmas de maneira intensa, além de ter permanecido com o campo até após o apagar das luzes deste trabalho escrito e, ainda assim,

ter clareza do meu papel enquanto pesquisadora foi um grande passo no amadurecimento pessoal desta aprendiza de cientista que vos fala.

Foi também neste sentido que encarei as transformações metodológicas necessárias à viabilização da pesquisa. A facilidade de pensar caminhos que mais rapidamente nos levariam aos resultados foi obstruída pela realidade, as condições de campo. Estava tudo arrumadinho em minha cabeça, inclusive a sequência da realização das atividades, que levaria a resultados e que por sua vez possibilitariam a continuação das atividades de campo. Um item que muito me chamou atenção foi a substituição das entrevistas, principal técnica utilizada em 2008 [quando iniciamos as pesquisas com o bairro de Pirajá], que apenas admiti que não mais as realizaria muito tardiamente – até então apenas entendia que estava adiando sua aplicação devido às condições encontradas no campo. Apenas muito após o início da realização das oficinas me dei conta de que os elementos que seriam investigados nas entrevistas estavam muito bem contemplados pelas oficinas e pelos muitos diálogos. Além disso, ressalto a naturalidade com a qual os diálogos dentro e fora das oficinas eram feitos, facilitando a transmissão das informações pelos moradores diversos e lideranças [sem a ‘presença’ de um aparelho gravador intermediando entrevistador e entrevistado]. Talvez o meu medo residisse na não demonstração de várias entrevistas como resultado de campo; não teria as várias respostas às mesmas perguntas para verificar a saturação, o que não fez falta à pesquisa. Tive o cuidado de adequar as nossas necessidades às ‘condições de aproximação’ apresentadas pelo campo. Neste sentido, outro fator relevante foi a realização das entrevistas por ocasião dos trabalhos de campo do ano de 2008 [foi notadamente relevante a entrevista com o gerente da União Fabril], para as quais pude lançar olhares mais atentos para o presente trabalho, uma vez que o objetivo foi também trabalhar com a habitabilidade.

Trabalhar com Pirajá significou escrever acerca do que estava acontecendo diante dos meus olhos e tentar prever o que poderá ocorrer com tantas transformações estruturais em um curto espaço de tempo. Todas as linhas do capítulo acerca da questão fundiária foram escritas acompanhadas da espera do encaminhamento do processo de desapropriação e o que seria feito pelo Estado após a emissão da posse. Sem contar que os projetos de intervenção urbanística – além de modificar a condição fundiária do bairro – alterarão os diagnósticos das condições de habitabilidade que foram feitos neste trabalho. É com muita felicidade que afirmo que, possivelmente, em dois anos, os mapas de condições de habitabilidade e o fundiário já estarão totalmente defasados. É fato que tal felicidade é acompanhada de angústia quando me lembro dos procedimentos adotados pelo Estado no encaminhamento dos projetos, principalmente os ligados à participação da população.

Já que o assunto é alteração na pesquisa e falei de participação popular, aqui tenho que destacar a importância da inserção do planejamento participativo. Como não inserir a importância de se demonstrar o que defendo como real participação? Na Educação, quando tratamos de inserir o aluno como sujeito ativo no processo de ensino/aprendizagem, falamos em inseri-lo na construção da aula, não apenas numa avaliação no final do processo. Neste sentido, efetivar a participação popular no planejamento urbano deve significar inserir os sujeitos espaciais no processo de construção do plano. Por certo que planos direcionados e espacialmente mais limitados, por isso de bairros, mas interligados à cidade. As atividades de construção do plano deverão ser em processo contínuo, assim como o são as transformações espaciais. Parece óbvio que para cumprir a função social da cidade a mesma deverá ser planejada por e para seus habitantes e que, para conseguir êxito na participação da população, a escala prioritária deverá ser a do bairro, espaço dos lugares vividos e sentidos por seus moradores. Como vimos esta defesa não é uma novidade deste trabalho, para Salvador temos – por exemplo – os muitos trabalhos desenvolvidos pelo Projeto Espaço Livre em diversos bairros de Salvador, são novidades aqueles resultados obtidos em Pirajá sob esta perspectiva. Efetivar a obviedade, entretanto, foge da lógica capitalista de produção do espaço urbano na qual se insere a cidade de Salvador na atualidade.

Trabalhar com Pirajá me fez passar por obstáculos que a meu ver não deveriam ser empecilhos; falo da dificuldade em conseguir as informações acerca do Projeto da Encosta: um projeto que, segundo a mesma técnica que negou informações, foi feito com participação popular. Contraditório? Outro obstáculo foi a primeira aproximação que fizemos com a Associação de Moradores que havia nos recebido em 2008: a reforma que impossibilitou o início de nossas atividades possivelmente foi financiada por um candidato político, já que havia sua fotografia em uma placa estampada na fachada da sede da Associação. Para mim é problemática uma aproximação de Associações de Moradores a indivíduos e/ou partidos políticos específicos, no sentido de aliança, uma vez que – entre outros vários motivos – a militância do movimento pode ser confundida com a partidária. Esse fato nos fez voltar à entrevista concedida pela representante da referida associação em 2008 para uma análise do discurso mais cuidadosa, sendo possível agora observar algumas defesas a determinados mandatos [a entrevista encontra-se disponibilizada, na íntegra, em Rebouças (2008)]. Tais associações podem ser explicadas pela contrapartida imediata que as lideranças possuem – como a reforma da edificação –, mas possuem muitos problemas políticos, tais como a fragmentação do bairro [que possui cerca de 16 Associações] por ocasião de lutas por melhorias sociais, uma dificuldade levantada pelo Senhor Raymundo. Trata-se de uma relação

capitalista, na qual o lucro vem na forma de auxílios financeiros diversos, em troca da propaganda e do apoio político partidário [conquista de votos]. É válido ressaltar que, independente de associações, não se pode negar as várias conquistas feitas pela representante referida para o bairro, além das atividades importantes realizadas no âmbito do grupo de mulheres, enumeradas pela entrevistada.

Caso eu continuasse a trabalhar com a segregação enquanto principal aporte teórico da pesquisa talvez não atentasse para os detalhes das ações daqueles responsáveis pela produção do espaço. Foi muito importante pra mim, mesmo atentando para os ‘níveis’ de poderes no contexto do capital, admitir que todos os agentes – sejam hegemônicos ou não hegemônicos – têm suas ações carregadas de intencionalidades, sendo que não há inocência alguma nesta relação e na produção de formas-conteúdo. Perceber e dar maior relevância para os agentes espaciais foi, para mim, entender a essência da produção do espaço; aqui ratifico minha concordância com palestrantes como Marcelo Lopes de Souza e Pedro de Almeida Vasconcelos que, por ocasião do já mencionado II Seminário Aberto do Grupo de Estudos Urbanos ocorrido em maio de 2011 nesta cidade, enfatizaram a importância do estudo dos agentes do espaço para a compreensão do urbano e minha preocupação em saber – também pelos referidos pesquisadores – que tais estudos têm sido relegados pelos geógrafos. Faço a afirmação referente ao estudo dos agentes espaciais significar a essência do urbano baseada em alguns argumentos, entretanto, aqui destacarei apenas um: quando falamos de mudanças de relações, de lógica capitalista, de amadurecimento do capital, de maior força dos grupos sociais não hegemônicos, de valorização, desvalorização ou especulação do espaço, ocupação de áreas verdes, produção de moradias [e aqui poderíamos listar outras muitas], estamos falando de ações/relações engendradas por agentes concretos, tão concretos quanto o espaço que produzem e são. Tais alterações são feitas, acho importante ressaltar, exclusivamente pela ‘vontade’ deles, seguindo uma lógica historicamente construída e transformada. Em Pirajá vimos exemplos concretos disso.

Inicialmente posso falar da importância do Estado e dos proprietários fundiários para a produção do espaço urbano de Salvador. Leis, encaminhamento de infraestrutura, compra e venda de terras públicas e especulação fazem parte de um conjunto de ações diretas para inserir Salvador efetivamente no mercado capitalista do solo urbano. Neste contexto, a compra de terras pode ser da periferia também, cuja valorização se dá minimamente, uma vez que não atrai [e nem objetiva atrair] a camada da população de rendimentos mais altos. Além da pouca valorização [sob o olhar do capital] e das condições quase indignas para moradia [quando referente à infraestrutura, às redes de saneamento e aos serviços diversos], as leis não

são aplicadas, assim encontramos parcelamentos na ilegalidade/informalidade. O objetivo dessa ação é atender a uma massa humana crescente, que demandava por moradia na cidade, entretanto, principalmente, objetiva-se com os loteamentos e parcelamentos de periferia garantir a extração [que seja mínima] da renda da terra. Sabendo lidar com o tempo como ninguém, o proprietário fundiário, que é o próprio loteador, opta por um tipo de contrato que o perpetuará como dono legítimo das terras, considerando que a maioria da população não poderá adquirir o lote por meio da compra. Concomitantemente, o proprietário fundiário cria – com o passar dos anos – um grande problema social urbano: além da autoconstrução realizada pelos próprios arrendatários, tem-se aquela animada pelos ocupados dos terrenos vizinhos aos lotes e de possíveis lotes vazios. Tal problema será solucionado, após alguns anos, pelo mesmo agente que se omitiu com a abertura ilegal do parcelamento, garantindo plenamente a extração da renda da terra pelo capitalista, que agora venderá as terras ao Estado.

Nesse emaranhado de relações que configuram o urbano, as formas-conteúdo que se espacializam dão propriedade ao lugar e aos lugares do bairro, também historicamente construído. Nesse contexto é maior a importância dos sujeitos rendeiros, que agora constroem suas residências e – por que não? – o bairro. O ativismo de bairro surge através de grupos que se unem para alcançar melhorias para aquele espaço – geralmente junto ao Estado, mas também é possível através de empresas privadas. Solucionado e solucionando parcialmente⁷⁶ o problema da moradia e auxiliando na construção do bairro, cria-se, concomitantemente, uma relação entre o sujeito e seu espaço, que caracteriza a habitabilidade. Ela é qualitativamente melhor quanto melhor for a condição do sujeito de oferecer melhorias à residência e o quanto melhor for o entorno da moradia. Em casos extremos, de condições de habitabilidade muito ruins⁷⁷, ainda que tenha a moradia como conquista pelos caminhos árduos que possivelmente passou para erguê-la, o sujeito não cria – com ela e com o espaço ao redor – uma relação de afetividade, apenas com a vizinhança, mas reconhece e sente a necessidade de sair dali.

Dessa maneira, notei que conseguimos alcançar nosso objetivo geral, o de ampliar os conhecimentos acerca da espacialização do processo de produção do espaço urbano periférico de Salvador, com a compreensão das ações e relações sociais existentes entre os principais agentes envolvidos na produção desse espaço e especificamente de Pirajá, compreendendo de

⁷⁶ Falo parcialmente e utilizo o verbo solucionar em dois tempos pela própria característica do processo de autoconstrução, um modo de vida, que participa da história do indivíduo e se confunde com a mesma [ouvi alusão, por exemplo, a um filho que nasceu quando a casa estava com um determinado número de cômodos], sendo que raramente a casa é totalmente concluída.

⁷⁷ Geralmente em lugares muito íngremes ou alagadiços e moradias erguidas com materiais do tipo lona e papelão, sem chão batido, etc.

que maneira tais relações [históricas] contribuem para as condições de habitabilidade do bairro. Também em relação aos específicos fica a sensação de dever cumprido: o bairro foi delimitado; compreender, ao longo do tempo, os papéis dos diversos agentes espaciais responsáveis pela dinâmica urbana em Pirajá e suas consequências para a atual configuração daquele espaço também foi contemplado, mas ressalto que é uma atividade contínua, assim não encerrada com a finalização deste trabalho; identificamos os problemas sociais sofridos pelos habitantes, referentes às questões infraestruturais, serviços diversos e habitacionais; identificamos os reais interesses e possibilidades da Companhia Progresso e União Fabril da Bahia como proprietária fundiária em Pirajá, e aqui destaco uma importante ‘sacada’ empírica devido ao momento histórico no qual foi desenvolvido o trabalho e ao auxílio teórico que lhe embasa; mapeamos⁷⁸ o bairro segundo o uso do solo predominante e identificamos as áreas mais críticas em relação à questão habitacional, assim como os vetores de crescimento do bairro, entretanto, este último resultado não foi conseguido a partir do mapeamento do uso do solo, mas sim o das condições de habitabilidade; mapeamos o bairro segundo as condições de habitabilidade, e aqui destacamos como um importante resultado, devido, principalmente, às necessidades urbanísticas distintas nos diversos lugares do bairro, muitas vezes em uma mesma rua; as nossas propostas para melhorias nas condições de vivência em Pirajá, a partir dos resultados obtidos – e aqui posso falar em um conjunto de atividades que foram iniciadas em 2008 –, residiam notavelmente nas questões infraestruturais, de serviços, atividades de lazer e culturais, equipamentos diretamente solicitados pelos moradores, como creches, escolas e uma Unidade de Saúde da Família e geração de emprego.

Com as transformações relevantes das condições de campo, e aqui me refiro especificamente à existência dos dois projetos de intervenção física a serem executados no bairro, minha atenção volta-se para eles. A proposta, neste sentido, é de que se altere o formato de participação da população na construção do processo. A proposta é válida para o segundo projeto – que está em fase de elaboração. E neste sentido também consigo alegrar-me diante de falas seguras como a do senhor Raymundo afirmando que a construção do primeiro projeto não foi participativa, após a técnica da CONDER ter afirmado o contrário. Durante a descrição das atividades das oficinas – no terceiro capítulo – falei o tempo inteiro da necessidade de instrumentalizar a população, indo além de cartografar seus conhecimentos, como nos direciona a cartografia social. Conhecer e saber agir é tão estratégico quanto o mapa. Nas mãos de ativistas como as lideranças de Pirajá, conhecimentos cartográficos e

⁷⁸ Eu e minha orientadora do trabalho de conclusão do curso de graduação, Rosali Fernandes.

acerca do que é o planejamento participativo são armas que as mesmas são capazes de bem utilizar. A discussão de como se dá a participação popular no âmbito do PDDU de Salvador também foi bastante proveitosa.

A partir dos resultados da pesquisa em Pirajá, indicar a relevância da escala do bairro para o planejamento urbano participativo foi um objetivo posto mais tardiamente, cujas necessidades pessoais e acadêmicas vieram no decorrer do trabalho de campo, após a aprovação do projeto de pesquisa. Com tanta riqueza de detalhe com que foi possível demonstrar os problemas do bairro, assim como sua configuração habitacional, me parece que o objetivo foi alcançado, ainda que surjam críticas em relação ao planejamento da cidade a partir dos bairros e a construção dos Planos de Bairros. Fica como outro objetivo pessoal e acadêmico dar continuidade, a partir de novos estudos e trabalhos empíricos, à ideia do Plano de Bairro⁷⁹. Referi-me a outro objetivo porque o primeiro é o de acompanhar as transformações ocorridas no bairro durante e após a execução dos projetos urbanísticos.

Eis o objetivo não alcançado por esta pesquisa, mas que, contudo, não inviabilizou a descoberta de elementos acerca do tema: dimensionar e mapear as condições da população de Pirajá em relação à situação fundiária a partir de uma análise quantitativa representativa. Embora tenhamos feito um mapeamento de predominância, não utilizamos, para tanto, uma amostragem quantitativa representativa. Por que então insistir em permanecer com o objetivo e não retificá-lo? Como já citei no capítulo introdutório, os erros e acertos e idas e vindas metodológicas possuíram importância ímpar para a construção deste trabalho, de modo que, inclusive os caminhos não trilhados – mas inicialmente pensados – são relevantes, uma vez que apenas dessa maneira pude indicar os motivos que me fizeram andar por outros caminhos. No caso da questão fundiária em Pirajá, o problema inicial era a não existência de um problema para os moradores. Este fato demonstrou ser não falso, mas não totalmente real, a partir do momento que mudei a maneira de perguntar/encarar o problema, auxiliada pela existência dos projetos executivos. E por que não era um problema para os moradores? Porque, ao contrário do que ocorre no bairro de Plataforma, a União Fabril já não recorria à posse das terras, pois aparentemente a mesma possuía outros planos de extrair os lucros, como já comentei aqui. Com todas as mudanças que ocorreram das nossas condições iniciais de campo o leitor irá concordar comigo que seria um esforço desnecessário [quase inválido, pelas muitas incertezas nas possíveis respostas] insistir em aplicar enquetes para quantificar a situação fundiária do bairro. Além disso, a União Fabril já comprovou com coordenadas a sua

⁷⁹ Falo isso com total consciência da dificuldade que será, uma vez que, como indicamos no capítulo anterior, planos de bairros deverão ser construídos por uma equipe interdisciplinar e em trabalho contínuo.

propriedade da área da encosta [primeiro projeto] e logo o fará de quase todo o bairro [segundo projeto], nos restará denunciar a existência de uma parcela do bairro que ainda permanecerá com problemas fundiários [além de urbanísticos].

E, acerca das coordenadas, é tão instigante quanto preocupante para mim o resultado dos mapeamentos dos pontos constantes no decreto e na certidão. Por que a não coincidência é tão grande? Além disso, por que não conseguimos explicação clara sobre o descoberto pelos agentes envolvidos? O que estará por trás ou pela frente desta transação entre agentes capitalistas hegemônicos [Estado e proprietária fundiária]?

Ficam ainda mais pontos a serem levantados acerca da questão fundiária em Pirajá, tema este que demanda avanços em futuras pesquisas: 1) como e quando o Estado emitirá [e se emitirá] os títulos aos moradores; 2) de que maneira esse agente agirá com as terras do segundo projeto, cuja maioria encontra-se em área de parcelamento [as áreas da encosta são, em sua maioria, ocupadas], logo é possível que haja uma quantidade maior de proprietários individuais; 3) ficará uma parte do bairro com problemas fundiários [e urbanísticos]?

Após ter comentado todos os objetivos específicos ressalto minha satisfação pessoal em tê-los alcançado a partir de uma séria caminhada principalmente com as lideranças do Grupo Pirajá Rumo ao III Milênio, com as quais permaneci em contato durante quase todo o processo.

Para finalizar, trago as conquistas com a cartografia social no âmbito do planejamento urbano participativo. Como falei desde o capítulo introdutório, a palavra participação e seus derivados aparecem no PDDU de Salvador de maneira insistente, mas não há diretrizes que demonstrem capacidade de efetivar esta participação. As experiências que vivenciei no bairro evidenciam a afirmação. Dois projetos ditos de base participativa possuem natureza apenas consultiva. Ainda que o segundo esteja em fase de elaboração, desde aí já foi possível notar o aspecto de não participação efetiva.

Em relação ao primeiro projeto, notei a falta de participação popular inicialmente pela ignorância da população em relação ao mesmo. Depois, pude perceber que as necessidades dos sujeitos espaciais não estavam contempladas, exceto os reassentamentos de moradias em condições de risco. Caso o projeto tivesse sido elaborado a partir das metodologias expostas nas oficinas ‘limites e possibilidades’ e ‘condições de habitabilidade’ do bairro de Pirajá haveria a construção do projeto com participação ativa da população. O que os técnicos denominaram de participação foi a exposição do projeto à população, que era convidada a opinar sobre o que via e ouvia [sem entender o que chegava aos seus olhos e ouvidos,

segundo os próprios moradores] para uma suposta posterior revisão baseada nas propostas da população.

Mesmo a realização da chamada participação meramente consultiva me traz algumas dúvidas, fundamentadas no total desconhecimento dos moradores em relação ao que era apresentado. Além de participar efetivamente entendo que a população deve compreender a importância do seu papel no planejamento urbano e que, mais que um direito, ela deve ser um dever enquanto cidadãos. Para tanto, decerto, os sujeitos espaciais devem ser instrumentalizados com um mínimo de teoria, como a que discutimos acerca do planejamento urbano participativo, a mesma que fundamentou o senhor Raymundo em sua resposta à minha pergunta [e para se contrapor à resposta da técnica]: “não, o planejamento não foi participativo!”. Senhor Raymundo o fez com total segurança, para minha felicidade.

Na oficina limites e possibilidades do bairro os moradores indicaram e localizaram os problemas do bairro, assim como fizeram indicações de soluções, baseados em suas necessidades. Caso os projetos tivessem como base uma atividade similar suas propostas de intervenção estariam próximas do que os moradores necessitam. Neste caso principalmente o segundo, já que suas intervenções se darão em várias esferas, enquanto o primeiro está muito mais voltado à habitação e infraestrutura.

Em relação ao segundo, apenas um exemplo já nos desestimula: novamente o senhor Raymundo pediu que a população [principalmente as lideranças] participasse da construção do questionário que será aplicado no bairro antes do início da construção do projeto. Obteve como resposta do técnico da empresa responsável que era impossível, uma vez que o questionário “vinha pronto, de cima prá baixo”. Sem mais comentários, ressalto que visitei o bairro no mês de julho deste ano e resolvi passar no endereço que a população foi informada que seria a sede da empresa no bairro durante o Seminário de Entrada, para qualquer dúvida: havia uma casa fechada e o dono de um pequeno comércio em frente disse ter havido alguma movimentação há alguns meses, mas que a casa permanecia desabitada.

Sei dos limites que há em tentar instrumentalizar e ouvir toda a população e ainda ressalto que não o fizemos com toda a população do bairro. Por outro lado, lembramos das subdivisões do bairro trazidas por Marcelo L. de Souza e as associações à realidade de Pirajá: um bairro com 16 Associações de Moradores. O Grupo Pirajá Rumo ao III Milênio tem um papel ímpar no bairro, o de reunir lideranças. Assim, pode ser um passo importante para a efetivação do planejamento participativo: incitar a subdivisão do bairro sem que se perca a visão integrada do mesmo, a partir de um grupo sólido de lideranças que lidará diretamente com os técnicos, serão difusores de conhecimentos e agregadores de desejos e soluções.

Por ter sido longo e proveitoso tenho mais alguns registros fotográficos do campo, que preferi inserir em um apêndice, para que o leitor possa fazer uma viagem pelo bairro de Pirajá, suas riquezas e problemas. Também nos apêndices inseri alguns mapas mentais elaborados nas oficinas. Nos anexos constam as fotografias de autoria da CONDER, que me foram disponibilizadas pela técnica por ocasião de uma visita. Essas imagens são importantes por se tratarem de lugares cujos acessos não são fáceis e retratarem alguns dos maiores problemas nas condições de habitabilidade.

Nas considerações finais da apresentação dos resultados da cartografia social em Pirajá no Seminário Internacional Dinâmica Territorial e Desenvolvimento Socioambiental ocorrido nesta cidade no mês de setembro do ano corrente, Rebouças e Prost (2011), lancei apenas um questionamento, que repetirei aqui. Existe maneira de dar a voz aos sujeitos espaciais no planejamento urbano sem que o bairro [ou espaços com escalas similares] seja adotado enquanto unidade principal de planejamento?

A professora Angela Gordilho, uma das coordenadoras da sessão de comunicação, lançou-se um questionamento ao mesmo tempo instigante e decepcionante: onde estará o problema? Respondi que estaria em determinações políticas, em interesses políticos diversos, nos quais não consta materializar o direito à cidade. A referida professora afirmou que entende o problema como econômico. Entendi que estaria na importância da lucratividade em todas as relações, que não seria o caso dos vários projetos atualmente engavetados que trariam melhorias significativas para as condições de vivência nos bairros da periferia social da cidade. Refletindo posteriormente sobre o estímulo que me foi lançado pela professora e sob o aporte que a teoria acerca da produção capitalista do espaço me proporcionou, posso concluir que se trata das duas questões. Em outras palavras: tanto é um problema político como econômico. Se a lucratividade [e aqui posso sem problemas falar em desvios de verbas, como, por exemplo, o que está ocorrendo com as obras do metrô de Salvador] é prioridade e se a ‘economia’ possui tal importância, pra mim, é problema de Estado.

Caso eu pudesse resumir este estudo em uma palavra, esta seria dinamicidade. A mesma retrata com propriedade um estudo do espaço geográfico, sob o olhar da Geografia. Decerto, mais do que ter possibilitado amadurecimento acadêmico pessoal, este trabalho de pesquisa me fez perceber o longo caminho que tenho à frente [ou teria sido por isso mesmo que me possibilitara o referido amadurecimento?].

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. A. O crescimento das periferias urbanas nos países do terceiro mundo: uma apresentação do tema. In: SOUZA, M. A. SANTOS, M. (orgs.). **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986, p. 61-70.
- ALMEIDA, R. S. Alternativas da promoção imobiliária em grandes centros urbanos: o exemplo do Rio de Janeiro. In: VALLADARES, L. P. (org.). **Repensando a habitação no Brasil**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1983. (Debates Urbanos 3).
- ALVES, J. S. **Do movimento social à organização espacial**: ocupação da Lagoa da Paixão, Salvador-Ba. 2010. 53 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade Católica do Salvador, Salvador.
- AMARAL, D. F.; BATISTA, F. D. S. As lan houses nos bairros periféricos de Salvador – BA: estudo de caso nos bairros de Ilha Amarela e Pirajá. In: SILVA, M. A. (org.). **VII Encontro com o pensamento de Milton Santos**. Salvador: SEMA/IMA, 2009, p. 47- 57.
- ANGEOLETTO, F. H. S. **Pirajá**: um bairro e um parque. A vegetação como fator de aumento da biodiversidade e da qualidade de vida nos ambientes urbanos. 2000. 183 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador.
- BAHIA. Governo do Estado da Bahia. **Projeto Caminho das Águas em Salvador**. Salvador: CONDER/UFBA, 2009.
- _____. **Projeto de desenvolvimento integrado em áreas urbanas carentes no estado da Bahia**. Termos de Referência. Contratação de serviços de consultoria para elaboração do Projeto Executivo para Urbanização da Encosta de Pirajá. SEDUR/CONDER, março de 2009.
- _____. **Decreto nº 12.428, de 19 de outubro de 2010**. Salvador, 2010.
- _____. PODER JUDICIÁRIO. **Registro de Imóveis** – Cartório do 2º Ofício - Comarca de Salvador-Bahia, 2010.
- _____. **Processo nº 0104053-68.2010.805.0001**, de 17 de novembro de 2010 – Desapropriação. 8ª Vara da Fazenda Pública. Salvador, 2010.
- BAHIANA, L. C. C. Agentes modeladores e uso do solo urbano. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GEÓGRAFOS. V. 19. 1978. São Paulo. **Anais...** São Paulo, 1978, p. 53-62.
- BALTRUSIS, N.; REBOUÇAS, F. **Rede de Avaliação e Capacitação para Implementação dos Planos Diretores Participativos – Bahia - Valença**. Relatório. Brasília: Ministério das Cidades / Secretaria Nacional de Programas Urbanos, 2009.
- BLANK, G. Brás de Pina: experiência de urbanização de favela. In: VALLADARES, L. P. (org.). **Habitação em questão**. 2. Ed. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981, p. 93-124.

BOLAFFI, G. Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema. In: MARICATO, E (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2. Ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982, p. 37-70.

BONDUKI, N. **Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula**. Disponível em http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf. Acesso em maio de 2011.

BRANDÃO, M. A. R. Origens da expansão periférica de Salvador. **Planejamento**. Salvador, v. 6, n. 2, p. 155-172, abr./jun. 1978.

_____. O último dia da criação: mercado, propriedade e uso do solo em Salvador. In: VALLADARES, L. P. (org.). **Habitação em questão**. 2. Ed. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981, p. 125-142.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censos** (1980, 1991, 2000).

_____. **Dados preliminares do Censo 2010**. Disponível em www.ibge.org.br. Acesso em abril de 2011.

_____. **Decreto Nº 6.819, de 13 de abril de 2009**. Regulamenta as Seções [...] dispõem sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, e dá outras providências. Brasília, Ministério das Cidades, 2009.

_____. **Lei Nº 11.977, de 7 de julho de 2009**. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei Nº 3.365, de 21 de junho de 1941 [...]. Brasília, Ministério das Cidades, 2009.

_____. **Lei Nº 12.424, de 16 de junho de 2011**. Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas [...]. Brasília, Ministério das Cidades, 2011.

CARLOS, A. F. A. A natureza do espaço fragmentado. In: SANTOS, M. *et. al.* (orgs.). **Fim de século e globalização**. São Paulo: Hucitec-ANPUR, 1993, p. 191-197.

_____. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Labur/GESP, 2007.

CARVALHO, I. M. M. de; PEREIRA, G. C. Segregação socioespacial e dinâmica metropolitana. In: CARVALHO, I. M. M. de; PEREIRA, G. C. (orgs.). **Como anda Salvador e sua Região Metropolitana**. Salvador: EDUFBA, 2006, p. 83-108.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CHINELLI, F. Os loteamentos de periferia. In: VALLADARES, L. P. (org.). **Habitação em questão**. 2. Ed. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981, p. 49-68.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 4. Ed. São Paulo: Ática, 2004.

_____. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. Contexto: São Paulo, 2011, p. 41-51.

CRAMPTON, J. W.; KRYGIER, J. Uma introdução à cartografia crítica. In: ACSELRAD, H. (org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008, p. 85-111.

DIAS, P. C. **A construção da segregação residencial em Lauro de Freitas (BA): um estudo das características e implicações do processo**. 2006. 200 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

ESPINHEIRA, G. Imagem da cidade feia e desumana: Salvador vista no subúrbio ferroviário. In: ESTEVES JUNIOR, Milton; URIARTE, Urpi Montoya. **Panoramas urbanos: reflexões sobre a cidade**. Salvador: EDUFBA, 2003, p. 185-199.

ESTRADA, M. L. O processo de produção do espaço urbano-industrial: um exercício teórico-metodológico. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. (orgs.). **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986. – (Coleção Espaços).

FERNANDES, R. B. **Periferização sócio-espacial em Salvador: análise do Cabula, uma área representativa**. 1992. 319 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade Federal da Bahia, Salvador.

_____. **Las Políticas de la vivienda en la ciudad de Salvador y los procesos de urbanización popular en el caso del Cabula**. Feira de Santana: UEFS, 2003.

_____. Processos recentes de urbanização / segregação em Salvador: o Miolo, região popular e estratégica da cidade. **Biblio 3W, Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona. V. IX, n. 523, 20, julio de 2004. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-523.htm>>. Acesso em dez. de 2007.

_____. REBOUÇAS, F. A pobreza na cidade de Salvador, Bahia-Brasil: uma análise de Pirajá, exemplo de segregação sócioespacial. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 11, 2010, Buenos Aires. **Anais eletrônicos...** Barcelona: Geocrítica, 2010. p. 1-15.

FONSECA, A. A. M. A emergência do lugar no contexto da globalização. **Revista de Desenvolvimento Econômico**. Salvador, ano III, n. 5, dez. 2001, p. 97-103.

GORDILHO-SOUZA, A. Mudanças urbanas em Salvador no final do século XX. **Bahia Análise & Dados**. V. 9. N. 4. Salvador: SEI, 2000, p. 53-73.

_____. Regularização Fundiária na Nova Política Municipal de Habitação de Interesse Social em Salvador. **Revista Veracidade**. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador. Ano 2. N. 2, 2007, p. 1-12.

_____. **Limites do habitar: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX**. 2. Ed. Salvador: EDUFBA, 2008.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **A produção capitalista do espaço**. 2. Ed. São Paulo: Annablume, 2006.

JOLIVEAU, T. O lugar dos mapas nas abordagens participativas. In: ACSELRAD, H. (org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008, p. 45-69.

LACOSTE, Y. **Objetos Geográficos. Seleção de Textos**. N. 18. São Paulo, 1988.

LEFEBVRE, H. Barrio y vida de barrio. In: LEFEBVRE, H. **De lo rural a lo urbano**. 4. Ed. Barcelona: Ediciones Península, 1978, p. 195-203.

_____. **O Direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **Espaço e política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LIMA, A. N. V. **A (in) segurança da posse**: regularização fundiária em Salvador e os instrumentos do Estatuto da Cidade. 2005. 170 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Bahia, Salvador.

LIMA, M. H. B. Em busca da casa própria: a autoconstrução na periferia do Rio de Janeiro. In: VALLADARES, L. P. (org.). **Habitação em questão**. 2. Ed. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981, p. 69-92.

MARICATO, E (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2. Ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

_____. Autoconstrução, a arquitetura possível. In: MARICATO, E (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2. Ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982, p. 71-93.

_____. **Metrópole na periferia do capitalismo**. Ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Hucitec, 1995.

_____. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E (org.). **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 121-192.

_____. Para resolver o problema da habitação. In: MARCOVITCH, J. (org.). **Crescimento econômico e distribuição de renda**. Prioridades para ação. São Paulo: EDUSP/SENAC, 2007, p. 37-62.

MATTEDI, M. R. M. Autoconstrução em Salvador: a moradia possível. **Bahia Análise & Dados**. Salvador, v. 19, n. 3, 2009, p. 805-816.

OLIVEIRA, N.; BARCELLOS, T. M. O uso capitalista do solo urbano: notas para discussão. **Ensaios FEE**. Porto Alegre, Nº 8(2), 1987, p. 131-135.

PETIÇÃO PÚBLICA, **Regularização fundiária de Plataforma e revitalização da fábrica**. Salvador, Associação de Moradores de Plataforma (AMPLA), 13 de abril de 2011. Disponível

em: <http://www.peticaopublica.com.br/PeticaoVer.aspx?pi=P2011N9064>. Acessado em 22 de abril de 2011.

PINTO, A. V. **Ciência e existência: problemas filosóficos de pesquisa científica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

REBOUÇAS, F. R. **Processo de segregação sócio-espacial em Salvador: o caso da localidade de Pirajá**. 2008. 104 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade Católica do Salvador, Salvador.

_____; FERNANDES, R. B. Processo de segregação sócio-espacial em Salvador: o caso de Pirajá. In: SEMANA DE MOBILIZAÇÃO CIENTÍFICA, 11, 2008, Salvador. **Anais...** Salvador: UCSAL, 2008a, p. 1-10.

_____. Teoria e método em Geografia: discussão sobre segregação no âmbito da produção do espaço urbano periférico. In: SEMANA DE MOBILIZAÇÃO CIENTÍFICA, 13, 2010, Salvador. **Anais...** Salvador: UCSAL, 2010a, p. 1-10.

_____.; MOURA, J. Economia (da periferia) urbana: a informalidade no bairro de São Caetano, Subúrbio Rodoviário de Salvador-Ba. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS E CIDADANIA - Crise global e desigualdades: dilemas e desafios, II, 2010, Salvador. **Anais...** Salvador: USCal, 2010b, p. 1-15.

_____. Impacto espacial, periferização e habitabilidade em Pirajá: implicações socioespaciais da produção do espaço urbano de Salvador-Ba. **Revista de Geografia**. Recife, v. 28, n. 2, 2011a. No prelo.

_____. Periferia e economia informal urbana: camelôs do bairro de São Caetano, Subúrbio Rodoviário da metrópole baiana. **Biblio 3 W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona, Universidad de Barcelona, v. XVI, n. 938, 2011b.

_____.; PROST, C. 'Cartografando' experiências com moradores do bairro de Pirajá, Salvador-Bahia: possibilidade de efetivação de um planejamento urbano participativo In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DINÂMICA TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL: desafios contemporâneos, VI, 2011, Salvador. **Anais...** Salvador: UCSal, 2011, p. 1-15.

RELPH, E. As bases fenomenológicas da geografia. **Geografia**. V. 4, n. 7. Rio Claro: 1979, p. 1-25.

RIBEIRO, E. M. A.; DEBEFFE, C. Poder público municipal e propriedade fundiária urbana. **Habitação e Urbanismo em Salvador**. SEPLANTEC/OCEPLAN, 1979, p. 81-220.

ROLNIK, R. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

SALVADOR. **Decreto nº 4.590, de 21 de fevereiro de 1974**. Declara de utilidade pública e desapropria, em regime de urgência, uma área de terreno pertencente a Cia. Progresso e União Fabril da Bahia. Salvador, Prefeitura Municipal de Salvador, 1974.

SALVADOR. Prefeitura Municipal de Salvador (P.M.S.). **PLANDURB – Disponibilidade de terras – Inventário de Loteamentos**. Salvador: OCEPLAN, 1977. (Série Estudos Informativos Nº 2).

_____. Coordenação de Desenvolvimento Social (C.D.S.). **Informações Sistematizadas Bairros de Baixa Renda**. V. 2, 1983.

_____. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município do Salvador (PDDU)**. Lei Nº 7.400/2008. Prefeitura Municipal de Salvador (PMS), 2008a.

_____. **Plano Municipal de Habitação de Salvador (2008-2025)**. Prefeitura Municipal de Salvador (PMS); Secretaria Municipal da Habitação (SEHAB), 2008b.

SANTOS, C. N. F. Velhas novidades nos modos de urbanização brasileiros. In: VALLADARES, L. P. **Habitação em questão**. 2. Ed. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1981, p. 17-47.

_____. Habitação – o que é mesmo que pode fazer quem sabe? In: VALLADARES, L. P. (org.). **Repensando a habitação no Brasil**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1983, p. 21-77. (Debates Urbanos 3).

SANTOS, C. A.; SERPA, A. Boca do Rio: um bairro dividido. In: SERPA, A. **Cidade Popular: trama de relações sócio-espaciais**. EDUFBA: Salvador, 2007, p. 43-66.

SANTOS, M. **Espaço e sociedade: ensaios**. 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. **Manual de geografia urbana**. 2. Ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. **Espaço e Método**. 3. Ed. São Paulo: Nobel, 1992. (Coleção espaços).

_____. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo, razão e emoção. 4. Ed. São Paulo: EDUSP, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1).

_____. **Por uma Geografia nova**. Da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. 6. Ed. São Paulo: EDUSP, 2008. - (Coleção Milton Santos; 2).

SERPA, A. (org.). **Fala, periferia!** Uma reflexão sobre a produção do espaço periférico metropolitano. Salvador: UFBA, 2001. – (Série UFBA em campo).

_____. Margens de Salvador: a produção do espaço periférico metropolitano. In: LIMA, P. C.; LUZ, A. M. C.; CARVALHO, M. J.; SERRA, O. (orgs.). **Quem faz Salvador?** Salvador: UFBA - Pró-Reitoria de Extensão / Prefeitura Municipal de Salvador, 2002, p. 295-303.

_____. O trabalho de campo em Geografia: uma abordagem teórico-metodológica. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, nº 84, 2006, p. 7-24.

_____. Metodologia sem hierarquia. In: SERPA, A. **Cidade Popular: trama de relações sócio-espaciais**. EDUFBA: Salvador, 2007a, p. 135-141.

_____. O bairro como discurso: limites e possibilidades. In: SERPA, A. **Cidade Popular: trama de relações sócio-espaciais**. EDUFBA: Salvador, 2007b, p. 25-42.

SILVEIRA, M. L. Totalidade e fragmentação: o espaço global, o lugar e a questão metodológica, uma exemplo argentino. In: SANTOS, M. *et. al.* (orgs.). **Fim de século e globalização**. São Paulo: Hucitec-ANPUR, 1993, p. 201-209.

SINGER, P. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, E (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2. Ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982, p. 21-36.

SOUZA, M. O bairro contemporâneo: ensaio de abordagem política. **Revista Brasileira de Geografia**, 51 (2). Rio de Janeiro: IBGE, 1989, p. 140-172.

_____. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. 5. Ed. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2008.

_____. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. Contexto: São Paulo, 2011, p. 147-166.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia**. Contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: UNESP, 2004.

VALLADARES, L. P. Estudos recentes sobre a habitação no Brasil: resenha da literatura. In: VALLADARES, L. P. (org.). **Repensando a habitação no Brasil**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1983, p. 21-77. (Debates Urbanos 3).

VASCONCELOS, P. A. **Salvador: transformações e permanências (1549-1999)**. Ilhéus: Editus, 2002.

_____. A aplicação do conceito de segregação residencial ao contexto brasileiro na longa duração. **Cidades**. Presidente Prudente, v. 1, n. 2, 2004, p. 259-274.

_____. A utilização dos agentes sociais nos estudos de Geografia Urbana: avanço ou recuo? In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. Contexto: São Paulo, 2011, p. 75-96.

Notícias de Jornais

ANDRADE, M. Salvador em crise: favelas concentram 70% de toda população. **A Tarde**, Salvador, Caderno 1, p. 6, 27 de outubro de 1997.

ANGELIM, L. História não melhora a situação de Pirajá. **A Tarde**, Salvador, Caderno Local, p. 6, 24 de abril de 1999.

ARAÚJO, J. Moradores de Pirajá querem mais segurança. **A Tarde**, Salvador, Caderno Local, p. 4, 21 de outubro de 2000.

ATAÍDE, F. SOS Pirajá. **Jornal Bahia Hoje**, Salvador, Caderno 1, p. 4, 9 de abril de 1997.

BRITO, G. Comunidade disputa com empresa posse de Plataforma. **A Tarde**, Salvador, p. A4, 19 de setembro de 2011.

CALBO, I. História de Pirajá. **A Tarde**, Salvador, Caderno 2, p. 7, 15 de setembro de 1998.

CARVALHO, F. Moradores de Plataforma brigam na justiça pelo direito de virarem donos dos imóveis onde vivem há anos. **Correio da Bahia**, Salvador, 24 nov. 2004. Disponível em: <http://clubecorreio.com.br/aquisalvador/noticia_impressao.asp?codigo=31785>. Acesso em 23 abr. 2008.

COMUNIDADE QUER MELHOR INFRA-ESTRUTURA E GERAÇÃO DE EMPREGOS. **A Tarde**, Salvador, Caderno Eleições, p. 8, 20 de setembro de 2008.

DANNEMANN, M. F. Maioria da população tem moradia irregular. **A Tarde**, Salvador, Caderno 1, p. 6, 26 de março de 1999.

FALTA DE SEGURANÇA E LAZER. In: PIRAJÁ É ESQUECIDO NA INDEPENDÊNCIA. **A Tarde**, Salvador, Caderno 1, p. 5, 8 de setembro de 1997.

FUNKE, K. Moradores querem deixar de pagar arrendamentos. **A Tarde**, Salvador, Caderno 1, p. 5, 5 de julho de 2005.

MORADORES DO PIRAJÁ I QUEREM MAIS ATENÇÃO PARA O CONJUNTO. **A Tarde**, Salvador, Caderno 1, p. 2, 20 de junho de 1998.

O QUE SERÁ FEITO PARA A SAÚDE EM PIRAJÁ? In: COMUNIDADE QUER MELHOR INFRA-ESTRUTURA E GERAÇÃO DE EMPREGOS. **A Tarde**, Salvador, Caderno Eleições, p. 8, 20 de setembro de 2008.

PIRAJÁ. Obras de urbanização em praça estão prontas. **Correio da Bahia**, Salvador, Caderno Aqui Salvador, p. 6, 14 de novembro de 1998.

PIRAJÁ. Solidariedade como arma. **Jornal do Bairro**, Salvador, p. 2, 29 de abril de 1993.

PIRAJÁ AINDA CONVIVE COM O ABANDONO DO PODER PÚBLICO. **A Tarde**, Salvador, Caderno 1, p. 7, 11 de julho de 1997.

PIRAJÁ É ESQUECIDO NA INDEPENDÊNCIA. **A Tarde**, Salvador, Caderno 1, p. 5, 8 de setembro de 1997.

PREFEITURA INAUGURA OBRAS DO PIRAJÁ LEGAL. **Tribuna da Bahia**, Salvador, Caderno 1, p. 10, 18 de dezembro de 1997.

SONHO É UM CENTRO SOCIAL. In: ANGELIM, L. História não melhora a situação de Pirajá. **A Tarde**, Salvador, Caderno Local, p. 6, 24 de abril de 1999.

VIA ESTÁ SEM PAVIMENTAÇÃO. In: ANGELIM, L. História não melhora a situação de Pirajá. **A Tarde**, Salvador, Caderno Local, p. 6, 24 de abril de 1999.

APÊNDICE A – FOTOS DE NOTÍCIAS DE JORNAIS

Foto 1 – Notícia de Jornal



Fonte: acervo de campo, 2011.

Foto 2 – Notícia de Jornal



Fonte: acervo de campo, 2011.

Foto 3 – Notícia de Jornal



Fonte: acervo de campo, 2011.

Foto 4 – Notícia de Jornal



Fonte: acervo de campo, 2011

Foto 5 – Notícia de Jornal



Fonte: acervo de campo, 2011

Foto 6 – Notícia de Jornal



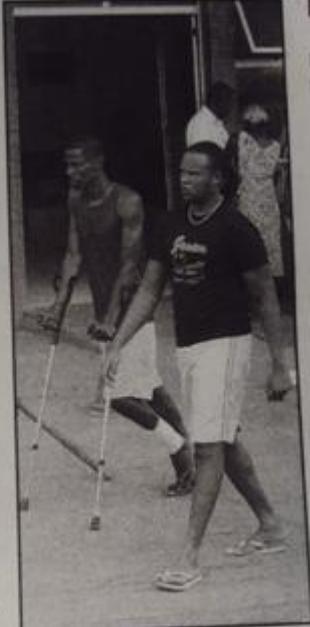
Fonte: acervo de campo, 2011

Foto 7 – Notícia de Jornal

ONDE FICA



Moradores ouvidos por A TARDE apresentaram as seguintes prioridades para o bairro



Única unidade de saúde de Pirajá vive lotada e falta tudo.

Infra-estrutura

Melhoria na ligação de Campinas à BR-324 pelo Km-9, e da Rua Nova (Elisio Mesquita) à Rua Velha (24 de agosto).

Rede de esgoto e pavimentação nas ruas transversais.

Infra-estrutura completa para conjunto habitacional do Km-9

Organização do comércio ambulante em Portoseco Pirajá.

Disponibilização de agentes de trânsito para organizar fluxo na rotatória de Portoseco Pirajá e estacionamentos.

Saúde

Equipes de Saúde da Família.

Construção de um hospital.

Reforma e ampliação no posto de saúde, com permanência do ambulatório e disponibilização de mais médicos em todas as especialidades.

Lazer

Revitalização do Parque São Bartolomeu, com inclusão da comunidade no projeto.

Construção de praças nos conjuntos Alto Pirajá, Bela Vista da Bahia, Portal Pirajá e nas ocupações (Pantanal, Sapolândia, Vista da Bahia).

Construção de mais quadras de esporte, além de cobrir e manter as que já existem nos colégios e área pública.

Educação

Construção de escolas nas comunidades do Km-9 e conjunto Pirajá I.

Reforma e ampliação das escolas existentes, com disponibilização de mais equipamentos, professores e funcionários.

Ceder escolas para comunidades realizarem atividades culturais nos finais de semana.

Transporte

Abrir via para Suburbana na localidade do Boiadeiro, para tráfego de ônibus

Aumento da frota na Estação Pirajá

Linha de Brotas circulando dentro do Conjunto Pirajá I e linha de Portoseco para o Centro

Emprego e renda

Reativação da Casa do Trabalhador

Instalação de posto do SIM

Parcerias com empresas para oferecer cursos de capacitação para jovens

Segurança

Aumento do número de policiais e viatura no policiamento ostensivo, assim como na 4ª delegacia (São Caetano)

RESPOSTAS DOS

Fonte: acervo de campo, 2011

Foto 8 – Notícia de Jornal

Lazer

Revitalização do Parque São Bartolomeu, com inclusão da comunidade no projeto.

Construção de praças nos conjuntos Alto Pirajá, Bela Vista da Bahia, Portal Pirajá e nas ocupações (Pantanal, Sapolândia, Vista da Bahia).

Construção de mais quadras de esporte, além de cobrir e manter as que já existem nos colégios e área pública.

Educação

Construção de escolas nas comunidades do Km-9 e conjunto Pirajá I.

Reforma e ampliação das escolas existentes, com disponibilização de mais equipamentos, professores e funcionários.

Ceder escolas para comunidades realizarem atividades culturais nos finais de semana.

Transporte

Abrir via para Suburbana na localidade do Boiadeiro, para tráfego de ônibus

Aumento da frota na Estação Pirajá

Linha de Brotas circulando dentro do Conjunto Pirajá I e linha de Portoseco para o Centro

Emprego e renda

Reativação da Casa do Trabalhador

Instalação de posto do SIM

Parcerias com empresas para oferecer cursos de capacitação para jovens

Segurança

Aumento do número de policiais e viatura no policiamento ostensivo, assim como na 4ª delegacia (São Caetano)

RESPOSTAS DOS

Comunidade pede melhor transporte público



Fonte: acervo de campo, 2011

Foto 8- Notícia de Jornal

ao redor do campo para assistir.
É exatamente nessa área que os
moradores sonham em ver cons-

si, Noemia tem como distração
frequentar os cultos em uma
igreja protestante.

guesia da I
O profes



Mata atlântica da região perde espaço para o crescimento urbano

Via está sem pavimentação

Entre as reivindicações da comunidade, que conta com trabalho social conjunto dos grupos Unidos de Pirajá, Rumo ao 3º Milênio, grupo social e conselho de moradores, está o pedido de reconstrução do muro do cemitério, que fica em área próxima ao Pantheon, monumento em homenagem aos heróis da Independência. O local está sendo invadido pelos animais e vândalos.

Os moradores querem também a pavimentação dos cerca de 1.200 metros da Via Pirajá/Valéria, localizada atrás do Makro. Essa obra, explica Milton Neves, concluiria a ligação Pirajá/Suburbana e desafogaria o trânsito na BR-324. Lamentam ainda que um bairro tão populoso não conte com os serviços de um supermercado de grande porte e se-

ja atendido por duas farmácias, ambas na praça da igreja. O início das obras de drenagem e pavimentação é aguardado com ansiedade.

Pirajá é bem servido de transporte coletivo, mas os moradores pedem a criação de um terminal de ônibus na Rua Velha, pois não há abrigo e os veículos estacionam no meio da rua. É preciso também melhor sinalização. Faltam placas indicativas de nomes de ruas, bem como sinaleiras. O ponto crítico fica nas proximidades da praça da igreja, local conhecido por uns como Praça General Labatut (alguns ainda se referem ao local como Praça da Independência). A instalação de uma sinaleira evitaria os constantes engarrafamentos que ocorrem na área.

Nublado
parcial
te nub
com p
da de
va. T
ratur
vel.
E/S
cos

(Reg
Er
das
isola
sul
Toc
nub
lada
(Re
N
tro
par
lad
Pa
go
(R

**APÊNDICE B – FOTOS DOS TRABALHOS DE CAMPO REALIZADOS
ENTRE OS ANOS DE 2008 E 2011**

Foto 1 – Campo de futebol [Conjunto Pirajá I]



Foto 2 – Igreja de São Bartolomeu e Pantheon



Fonte: acervo de campo, 2008.

Foto 3 – Placa de reivindicações



Foto 4 – Ocupação informal mais recente (2007)



Fonte: acervo de campo, 2008.

Foto 5 – Rua no Conjunto Pirajá I



Foto 6 – Rua no Conjunto Pirajá I



Fonte: acervo de campo, 2009.

Foto 7 – Praça no Conjunto Pirajá I



Foto 8 – Praça no Conjunto Pirajá I



Fonte: acervo de campo, 2009.

Foto 9 – Ocupação informal recente (2007)**Foto 10 – Ocupação informal recente (2007)**

Fonte: acervo de campo, 2010.

Foto 11 – Campo de futebol**Foto 12 – Associação de Moradores em reforma**

Fonte: acervo de campo, 2010.

Foto 13 – Final de Linha (Rua Velha)**Foto 14 – Rua principal (8 de Novembro)**

Fonte: acervo de campo, 2010.

Foto 15 – Reuniões iniciais (Grupo III Milênio)**Foto 16 – Reuniões iniciais (Grupo III Milênio)**

Fonte: acervo de campo, 2010.

Foto 16 – Oficina Colégio E. Teodoro Sampaio**Foto 17 – Oficina Colégio E. Teodoro Sampaio**

Fonte: acervo de campo, 2010.

Foto 18 – Seminário de Abertura (Projeto 2)**Foto 19 – Idem foto 18 (técnica com lideranças)**

Fonte: acervo de campo, 2011.

Foto 20 – Rua Nova de Pirajá**Foto 21 – Rua Nova de Pirajá**

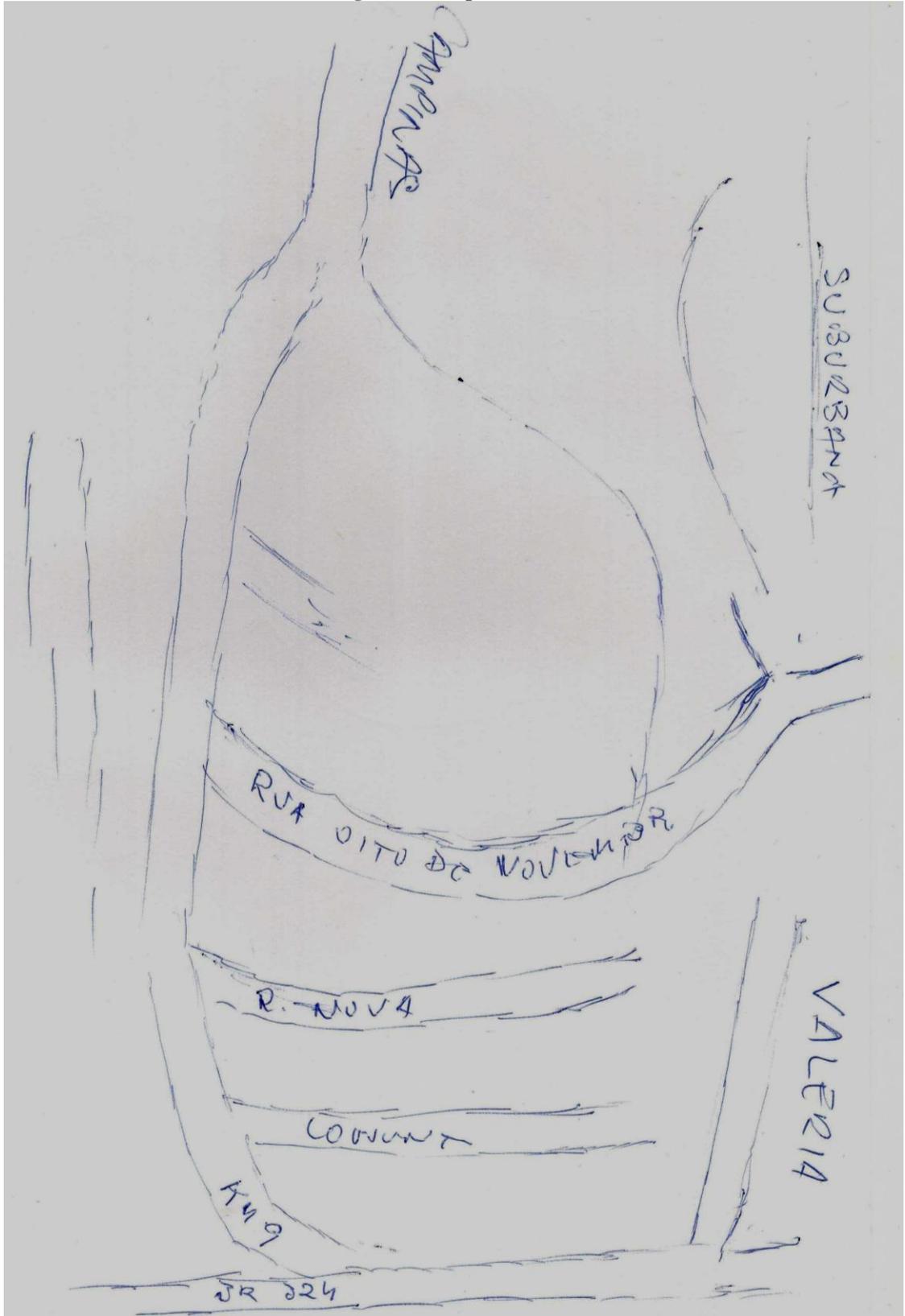
Fonte: acervo de campo, 2011.

Foto 22 – Final de Linha Rua Nova**Foto 23 – Campinas de Pirajá (referência inicial)**

Fonte: acervo de campo, 2011.

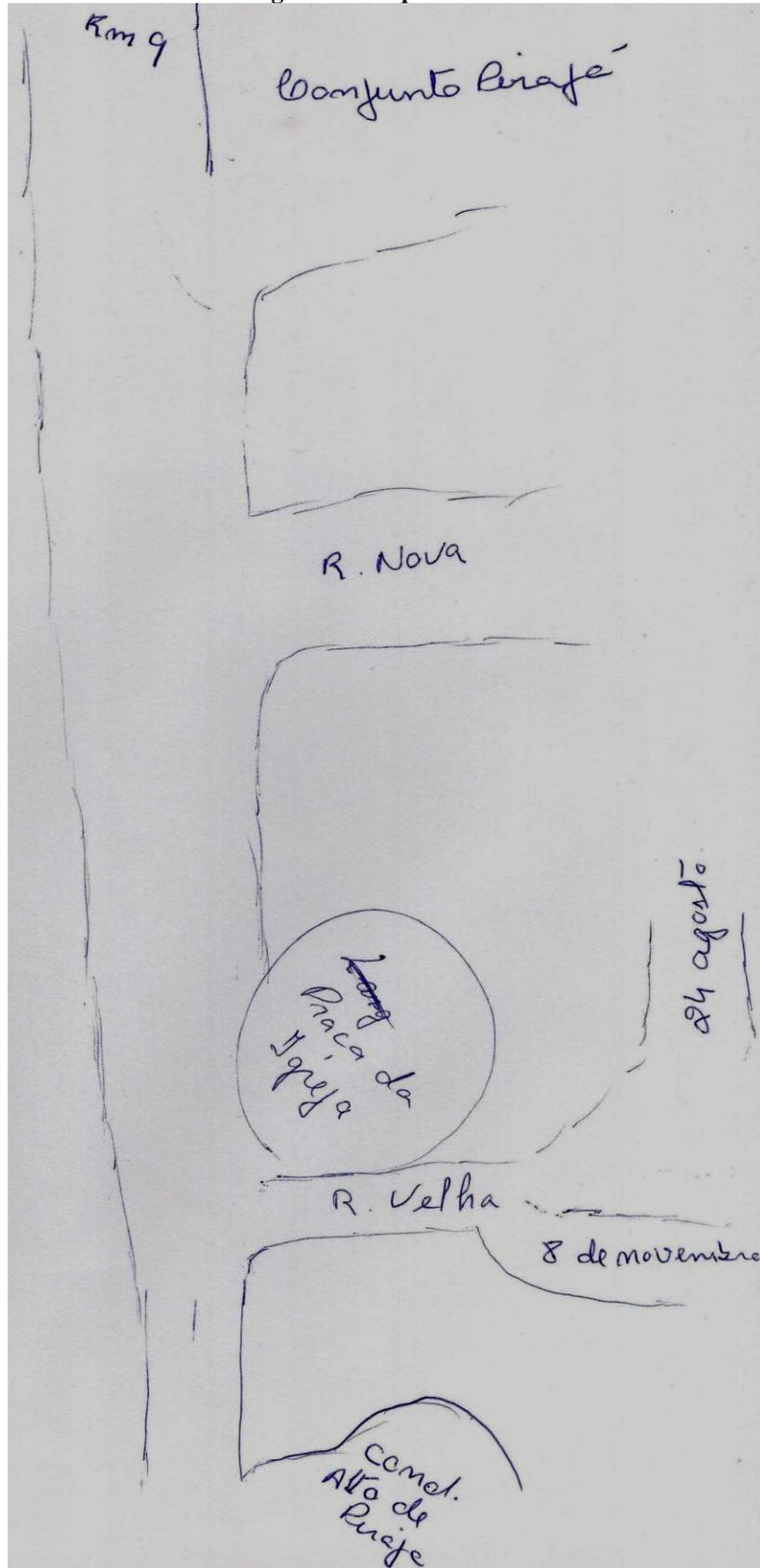
APÊNDICE C – MAPAS MENTAIS (OFICINAS 2010)

Figura 2 – Mapa mental 2



Fonte: acervo de campo, 2010.

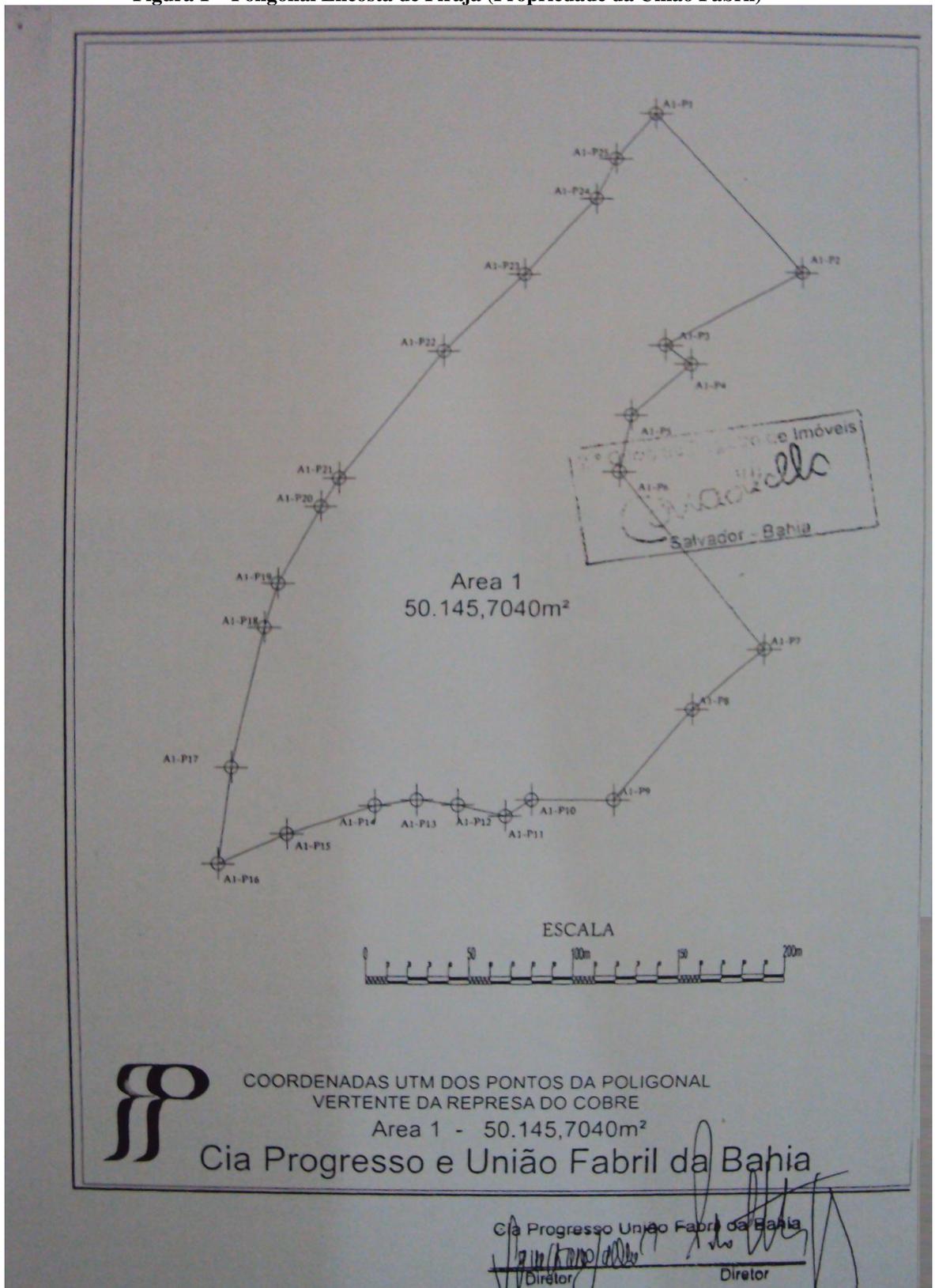
Figura 3 – Mapa mental 3



Fonte: acervo de campo, 2010.

**APÊNDICE D – FOTO DO ANEXO DA CERTIDÃO DA UNIÃO FABRIL
(POLIGONAL ENCOSTA DE PIRAJÁ)**

Figura 1 – Poligonal Encosta de Pirajá (Propriedade da União Fabril)



Fonte: Acervo de campo. Registro de Imóveis, 2010.

**ANEXO A – FOTOS DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
DA BAHIA (PROJETO DA ENCOSTA, 2010)**

Foto 1 – Encosta de Pirajá



Fonte: CONDER, 2010.

Foto 2 – Encosta de Pirajá



Fonte: CONDER, 2010.

Foto 3 – Encosta de Pirajá



Fonte: CONDER, 2010.

Foto 4 – Encosta de Pirajá



Fonte: CONDER, 2010.

Foto 5 – Encosta de Pirajá



Fonte: CONDER, 2010.

Foto 6 – Encosta de Pirajá



Fonte: CONDER, 2010.

Foto 7 –Vista aérea da encosta de Pirajá



Fonte: CONDER, 2010.

Foto 8 –Vista aérea da encosta de Pirajá



Fonte: CONDER, 2010.

**ANEXO B – DELIMITAÇÃO DO BAIRRO DE PIRAJÁ SEGUNDO O
PROJETO CAMINHO DAS ÁGUAS EM SALVADOR**

(Ficha catalográfica no verso da folha de rosto)

R292 Rebouças, Fádia dos Reis

Moradia e habitabilidade no bairro de Pirajá no contexto da produção do espaço urbano periférico da cidade de Salvador-Ba / Fádia dos Reis Rebouças. - Salvador, 2011.
181f. : il.

Orientação: Prof. Dr. Angelo Szaniecki Perret Serpa
Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia,
Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, 2011.

1. Solo urbano – produção do espaço – Salvador (BA). 2. Habitação – Pirajá – Salvador (BA). 3. Política habitacional - Pirajá – Salvador (BA). I. Serpa, Angelo Szaniecki Perret. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Geociências. III. Título.

CDU: 911.375.64 (813.8)

Elaborada pela Biblioteca do Instituto de Geociências da UFBA.